

**LONGRUN
PORTUGAL, SGPS, S.A.**

RELATÓRIO
E CONTAS
2016

**RELATÓRIO DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO
CONTAS
CONSOLIDADAS**

1

ÓRGÃOS SOCIAIS

2

A LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

Principais Indicadores
História da Área Seguradora da
Longrun Portugal, SGPS, S.A.
Sobre a Longrun Portugal,
SGPS, S.A.
Estratégia da área seguradora
da Longrun

3

A NOSSA PERFORMANCE

Síntese de Acontecimentos
2016
Atuação da Longrun
Performance Operacional
e Financeira

4

PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

Evolução Macroeconómica
Perspetivas para o Mercado
Segurador em 2017
Principais Desafios para o Futuro
Posicionamento da Longrun no
Futuro

5

EMPRESAS INTEGRADAS NO GRUPO FIDELIDADE

6

GESTÃO DE RISCOS

7

RESPONSABILIDADE SOCIAL

8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

Conselho de Administração

Presidente	Guoqi Ding
Vogais	Xuetang Qin

Conselho Fiscal

Presidente	Xiaolei HU
Vogais	Lijun SHAO Xiao Lei CHI
Suplente	Pei YU

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.,
representada por
Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC

**A LONGRUN
PORTUGAL,
SGPS, S.A.**

a. Principais Indicadores

**€3.731
milhões**

Total Prémios Emitidos

Vida: € 2.452 milhões
Não Vida: € 1.278 milhões

**€15,9 mil
milhões**

Ativo Líquido

**€186,3
milhões**

Resultado Líquido

32,2%

Quota de Mercado (PT)

Vida: 35,5%
Não Vida: 27,0%

3.625

Colaboradores

**€1.937
milhões**

Capitais Próprios

11,4%

Peso Operação
Internacional Não Vida

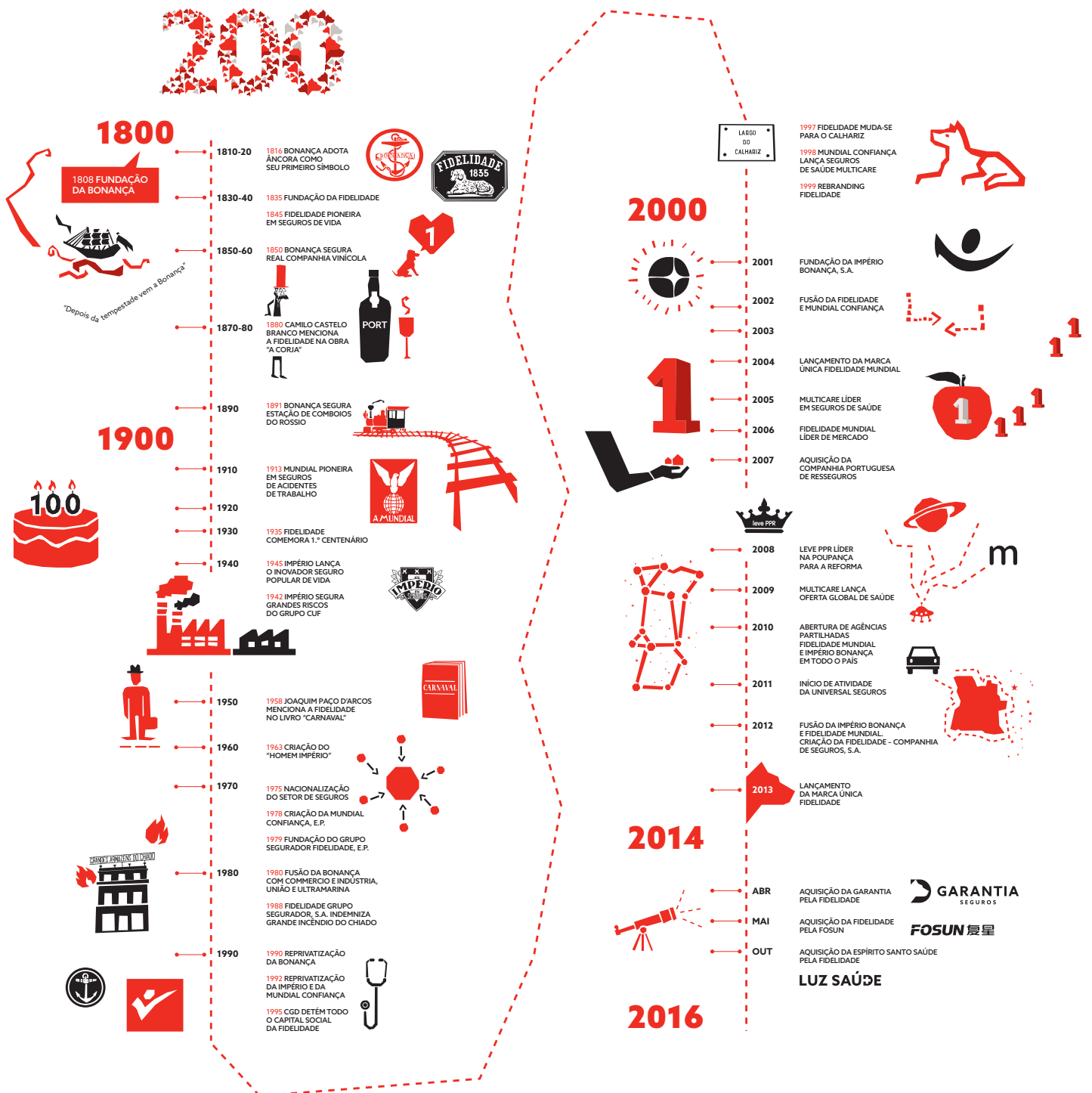
97,2%

Rácio Combinado
Não Vida

10,0%

Rentabilidade dos
Capitais Próprios

b. História da Área Seguradora da Longrun Portugal, SGPS, S.A.



Dois séculos de história contribuíram para a atual credibilidade, dimensão e solidez das empresas do perímetro de consolidação da Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Doravante "Longrun" ou "Sociedade").

Até ao ano 2000, o mercado segurador português encontrava-se maioritariamente concentrado nas seis seguradoras resultantes da reorganização empresarial ocorrida no início dos anos 80.

Mais recentemente, nomeadamente após o ano 2000, iniciou-se uma fase de consolidação do mercado segurador nacional que deu origem aos dois maiores players do setor: a Fidelidade Mundial (doravante "FM") e a Império-Bonança (doravante "IB"), detidas pelos dois maiores Grupos financeiros nacionais (CGD e BCP, respetivamente).

Em 2005, a Caixa Geral de Depósitos (Doravante "CGD") - acionista único da Fidelidade Mundial - adquire também a Império Bonança lançando as bases para um novo impulso no processo de consolidação do mercado. Surge, assim, um grupo segurador português que agrega as grandes seguradoras nacionais, permitindo criar sinergias relevantes e consolidar ativos e competências únicas no setor.

Os anos seguintes foram marcados por uma progressiva integração operacional entre as duas empresas, concretizando-se a fusão efetiva entre FM e IB em 2012 e o lançamento da marca única Fidelidade em meados de 2013.

Em 2014, concretiza-se a privatização da empresa e conseqüente aquisição por parte do Grupo Fosun (via Longrun) de aproximadamente 84,99% do capital da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (doravante "Fidelidade"), mantendo-se o Grupo CGD como acionista de referência com 15%.



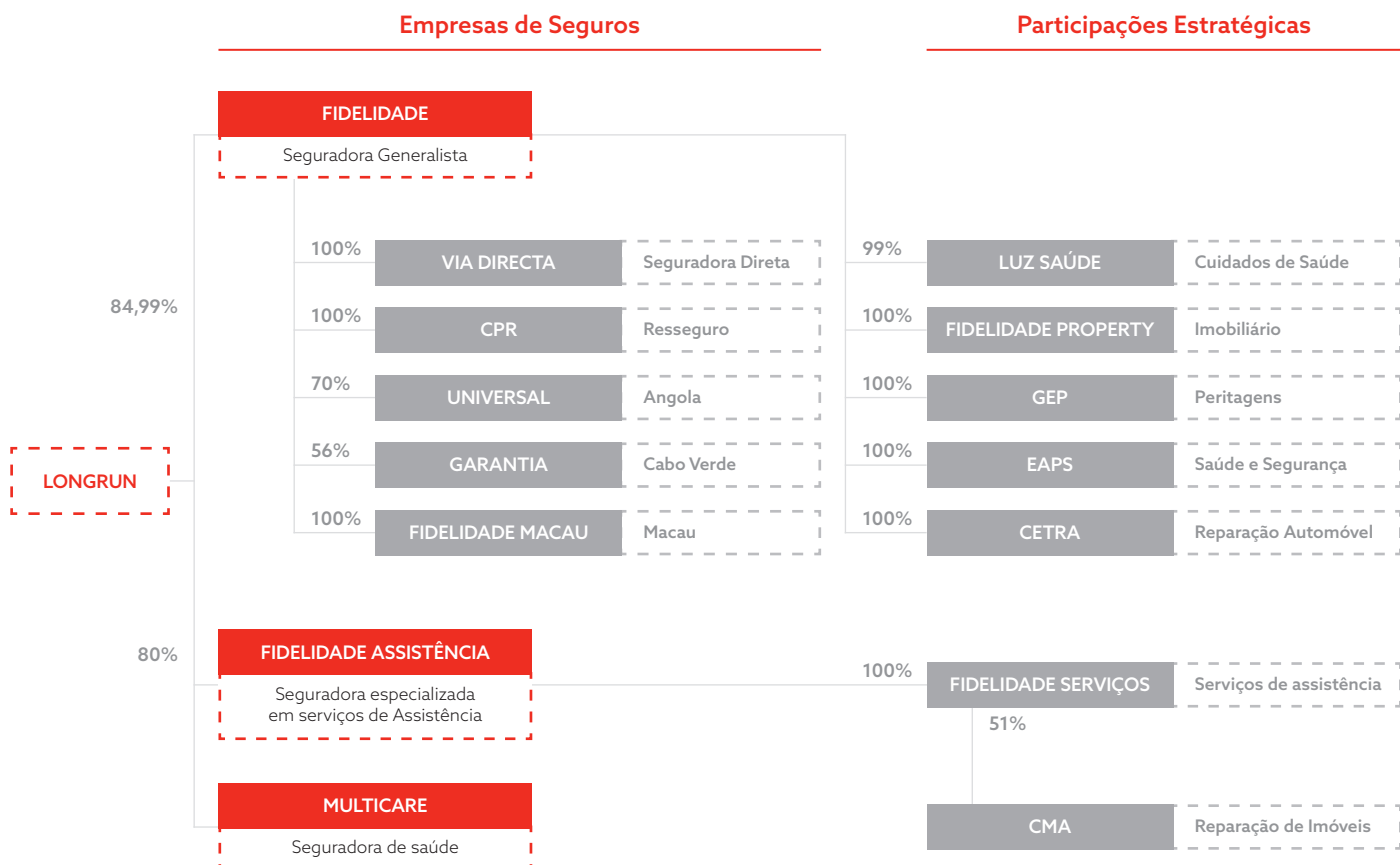
c. Sobre a Longrun Portugal, SGPS, S.A.

i. Estrutura do Grupo

A Longrun detém, no mercado nacional, diversas Companhias de Seguros: Fidelidade, Multicare - Seguros de Saúde S.A. (doravante "Multicare"), Via Directa - Companhia de Seguros S.A. (doravante "Via Directa"), Fidelidade - Assistência Companhia de Seguros S.A. (doravante "Fidelidade Assistência") e Companhia Portuguesa de Resseguros S.A. (doravante "CPR"). Adicionalmente está presente no mercado internacional quer através de sucursais da Fidelidade (Espanha, França, Luxemburgo, Macau-Ramo Vida e Moçambique), quer através de Companhias de Seguros participadas, nomeadamente, a Universal Seguros, a Garantia e a Fidelidade Macau (Ramo Não vida).

Por fim, a Longrun detém, via Fidelidade e Fidelidade Assistência, participações estratégicas em empresas de prestação de serviços conexos, com destaque para a Luz Saúde, grupo líder na prestação de cuidados de saúde em Portugal.

Estas participações seguem uma lógica de integração vertical no setor segurador e enquadram-se na estratégia de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor e de posicionamento crescente enquanto Grupo global de prestação de serviços associados à proteção das pessoas.



ii. Posicionamento

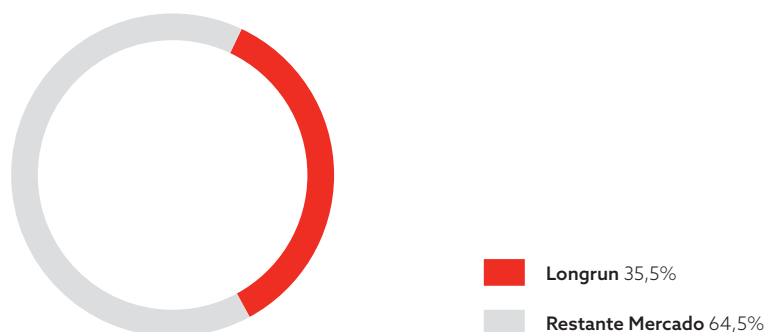
A área seguradora da Longrun atua globalmente no mercado segurador português, comercializando produtos de todos os ramos no âmbito de uma estratégia multimarca e através da maior rede comercial do país, incluindo uma presença crescente nos canais remotos.

Em 2016, a área seguradora da Longrun voltou a reforçar a sua liderança de forma transversal aos ramos Vida e Não Vida, registando uma quota de mercado global de 32,2% que correspondeu a um acréscimo de 2,4pp face ao ano anterior.

No ramo Vida, foi reforçada a quota de mercado ao nível dos produtos financeiros (capitalização e planos de poupança reforma), tendo sido alcançada a liderança destacada quer em termos de prémios, quer em termos de provisões matemáticas/responsabilidades técnicas.

No caso dos produtos para a reforma e fruto da aposta continuada nessa vertente, foi atingida uma quota de 56%, traduzindo a elevada confiança dos nossos clientes na solidez do Grupo.

Ramo Vida - Quota de Mercado



Também ao nível do ramo Não Vida, as Companhias de Seguros detidas pela Longrun cresceram acima da generalidade dos concorrentes, tendo reforçado a sua quota de mercado em 0,8pp para 27,0%, sendo de destacar o incremento de 1,6pp nos produtos de Saúde (quota de 34%) e de Acidentes Pessoais (quota de 15%).

Ramo Não Vida - Quota de Mercado



Longrun

Vida Risco **19%**
Anuidades **16%**
Vida Capitalização **31%**
PPR's **56%**

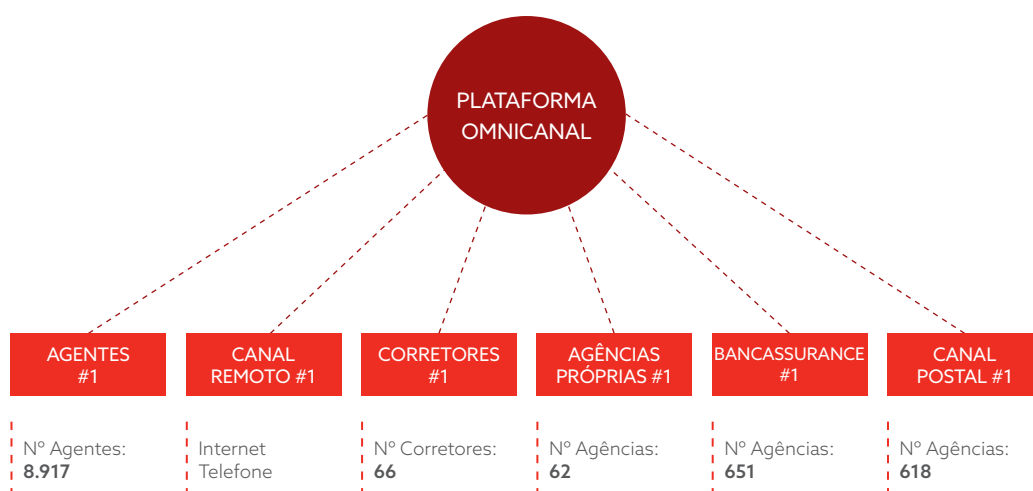
Longrun

Automóvel **28%**
Acidentes de Trabalho **24%**
Acidentes Pessoais **15%**
Saúde **34%**
Multiriscos Habitação **23%**
Multiriscos Comércio e Indústria **33%**
Restantes Incêndios & Outros Danos **40%**
Responsabilidade Civil **27%**
Transportes **33%**

iii. Rede de Distribuição

A área seguradora da Longrun comercializa produtos de todos os segmentos de negócio através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos de seguros do mercado nacional: agências Fidelidade; mediadores; corretores; agências bancárias CGD; balcões CTT; internet e canal telefónico.

A vasta rede de distribuição e a sua presença geográfica ao longo de todo o país permite a proximidade aos clientes, oferecendo serviços cada vez mais personalizados e diferenciadores.



Com efeito, através da sua área seguradora, a Longrun tem procurado desde sempre marcar presença em todos os canais onde o consumidor está ou pode estar, potenciando o valor dos mesmos através de uma oferta de produtos abrangente e um nível de serviço adequado a cada um deles.

Capitalizando a forte presença nos vários canais de distribuição, tem vindo a ser desenvolvida uma estratégia Omnicanal, assegurando a coerência na oferta e procurando garantir a visão integrada da experiência do consumidor, independentemente do canal que este utiliza. A nova plataforma web da Fidelidade, lançada em 2016, procura justamente articular o mundo online e o mundo físico, constituindo uma das ações mais relevantes já concretizadas neste âmbito.

iv. A oferta e as marcas da Longrun

A área seguradora da Longrun tem uma ampla gama de produtos e serviços que disponibiliza aos seus clientes, resultado da sua ampla experiência acumulada e da constante busca pela inovação nos seguros.

A oferta das seguradoras detidas pela Longrun chega aos seus clientes através de três marcas distintas, sendo todas elas líderes no seu segmento de atuação: a Fidelidade, a Multicare e a Ok! teleseguros.

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

- Produtos Vida e Não Vida
- Marca de referência focada nos canais tradicionais (ex. Agentes, Bancário)

multicare 

- Seguros de Saúde
- Ampla oferta de seguros de saúde

 **ok! teleseguros**

- Venda Online de seguros
- Foco em produtos Não Vida (ex. Auto, Habitação) vendidos pelo canal remoto

v. Foco na Excelência Operacional e na Qualidade de Serviço

O foco na excelência operacional e na qualidade de serviço é uma prioridade para as seguradoras detidas pela Longrun, com forte impacto ao nível da satisfação dos clientes. As empresas do perímetro de consolidação da Longrun destacam-se pelas suas competências nestas áreas, que têm sido percecionadas e reconhecidas pelos clientes.

A Longrun orgulha-se de a sua participada Fidelidade ter sido distinguida por diversas vezes como marca de referência para os Portugueses, sendo a Companhia de Seguros mais premiada de Portugal.



ESCOLHA DO CONSUMIDOR 2017

Melhor nível de satisfação e intenção de compra por parte dos consumidores



MARCA DE CONFIANÇA 2016

Marca de Confiança dos Portugueses na categoria de companhia de seguros



BANCA E SEGUROS EXAME 2016

Melhor Grande Seguradora Vida, na categoria da Banca e Seguros



MARKTEST REPUTATION INDEX 2016

Seguradora com a mais alta reputação em Portugal



BASEF SEGUROS GLOBAL 2016

Melhores Seguros
Melhores Preços
A mais inovadora
A mais sólida



MARKTEST REPUTATION INDEX 2016

Melhor Seguradora nas áreas do marketing, comunicação e publicidade



REPUTATION INSTITUTE

Melhor Reputação, Público, Empresas e Media



GLOBAL BANKING & FINANCE REVIEW 2015

Melhor Seguradora Não Vida em Portugal e Seguradora com melhor serviço ao cliente em Portugal



EFMA ACCENTURE INNOVATION AWARDS 2014

Vencedora na Categoria de "Sustainable Business"

vi. Presença Internacional

A área seguradora da Longrun tem no negócio internacional uma importante via para o crescimento sustentado e prossecução dos seus objetivos de médio e longo prazo, encontrando-se atualmente presente em três continentes (Europa, África e Ásia), com várias unidades de negócio.

Numa fase inicial, o processo de internacionalização visou, em particular, mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas. A partir de 2014, com a alteração da estrutura acionista, a comunidade chinesa passou igualmente a constituir uma prioridade no âmbito do desenvolvimento do negócio internacional.

Atualmente, com novos horizontes de crescimento e uma ambição renovada de valorização do seu projeto, a Longrun considera a expansão internacional como uma prioridade e uma oportunidade para o crescimento e diversificação do negócio das suas participadas, apostando em novas áreas geográficas e acompanhando os seus clientes em novos mercados.

PORTUGAL

- Sede e principal centro de operações
- Líder de Mercado com uma quota global de 32%

ESPAÑA

- Presente desde 1995
- Foco no canal banca seguros com o BCG, negócio bilateral e brokers

FRANÇA/ LUXEMBURGO

- Presente desde 1997
- Foco na comunidade luso descendente

MACAU VIDA/ MACAU NÃO VIDA

- Representa a presença da Fidelidade no continente asiático
- 5ª maior empresa em Vida e 7ª maior empresa em Não Vida

CABO VERDE

- Participação maioritária na Garantia, líder de mercado com 56% de quota global

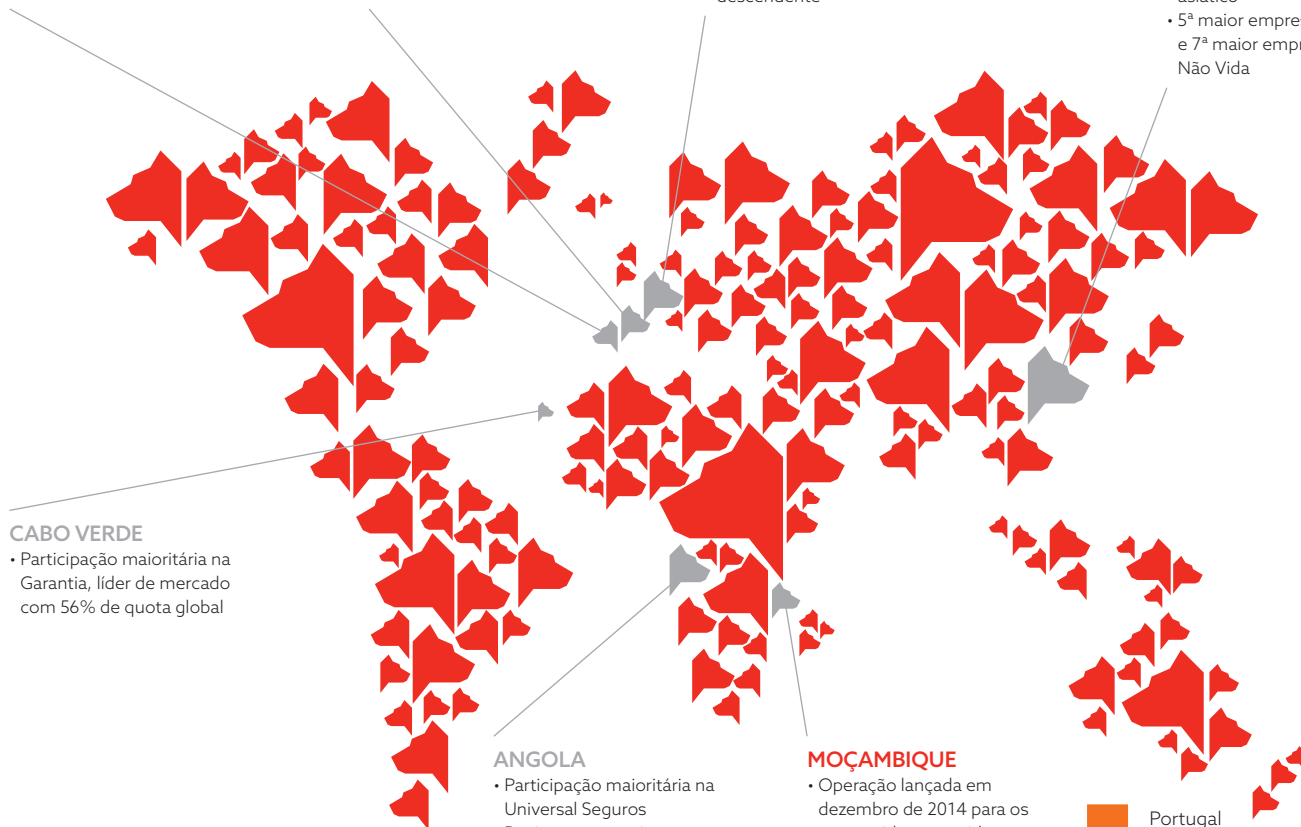
ANGOLA

- Participação maioritária na Universal Seguros
- Regista um crescimento contínuo do negócio (crescimento de 40% em 2016 na moeda local)

MOÇAMBIQUE

- Operação lançada em dezembro de 2014 para os ramos vida e não vida

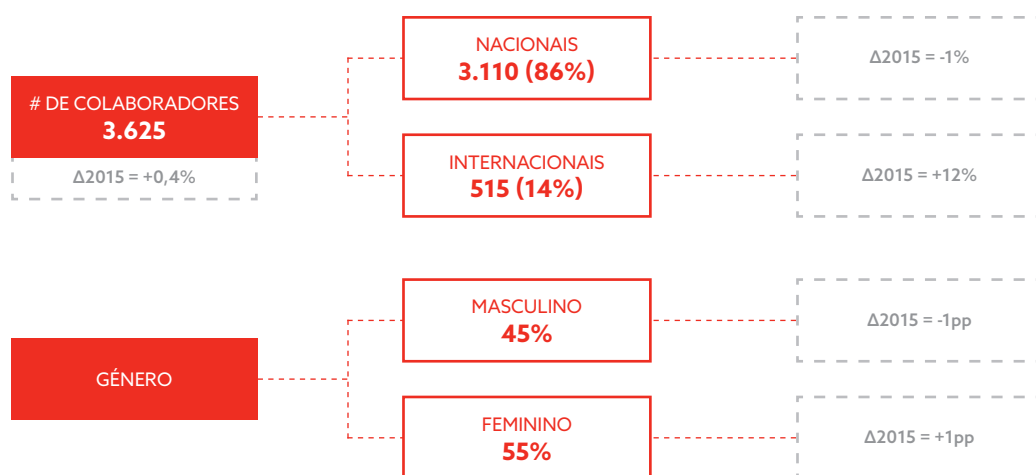
- Portugal
- Sucursais Participadas
- Participadas



vii. A Equipa da área seguradora da Longrun

No final de 2016, o número total de colaboradores em serviço no conjunto da área seguradora da Longrun ascendeu a 3.625, estando 86% em Portugal e 14% nas operações internacionais.

Face a 2015, o número de colaboradores aumentou em 0,4%, sendo que em Portugal registou-se um decréscimo de 1%. Por outro lado, nas operações internacionais verificou-se um aumento de 12%, em linha com a crescente internacionalização do Grupo.



Em 2016, o principal objetivo foi o rejuvenescimento e adaptação da organização de modo a acompanhar os novos desafios de mercado. Esta aposta com vista ao desenvolvimento de novas competências conduziu a uma redução da idade média de 46,1 anos em 2015 para 45,2 anos em 2016 (área seguradora em Portugal).

Tendo em conta o processo de transformação do negócio em curso, o ano de 2016 foi um ano de continuidade no ajustamento organizacional iniciado em 2014, e que contou com um grande envolvimento por parte de todas as nossas Pessoas.

Assim, para além do esforço de mudança organizacional e redimensionamento das estruturas verificado, prosseguiu o esforço estruturado de reformulação das políticas e práticas na área de gestão de recursos humanos.

Este conjunto de iniciativas deverá ter profundos impactos a médio prazo, posicionando as empresas do perímetro de consolidação da Longrun como empresas cada vez mais reconhecidas na gestão de recursos humanos no panorama português e um empregador de referência para os mais jovens.

d. Estratégia da área seguradora da Longrun

A Longrun, através das seguradoras detidas, é líder incontestável do mercado segurador português, destacando-se num conjunto de vertentes, que constituem em grande medida vantagens competitivas face às restantes seguradoras a operar no mercado nacional:

- Liderança destacada no mercado, materializada numa base superior a 2,1 milhões de clientes, endereçada por uma rede omnicanal de elevada capilaridade regional;
- Marca líder em valor, reputação e reconhecimento pelos clientes, reflexo da aposta contínua na excelência operacional e na qualidade de serviço;
- Posição única e de liderança na distribuição decorrente de uma estratégia multicanal, vendendo seguros através dos canais de mediação, corretores, lojas próprias, banca (CGD), correios e canais online;
- Competências técnicas únicas no mercado, resultando numa ampla oferta de seguros e numa capacidade reconhecida de gestão e sinistros, garantindo assim elevada satisfação dos clientes;
- Políticas de gestão de risco prudentes e níveis de provisionamento acima do mercado.

Neste contexto, e partindo, portanto, de uma posição particularmente forte em Portugal, a Longrun assumiu como ambição reforçar o seu posicionamento de liderança no mercado português e expandir-se internacionalmente, tornando-se num player internacional de referência.

Em concreto, este último objetivo implica aumentar o peso do negócio internacional para cerca de 30-50% do negócio global Não Vida, assumindo-se como uma referência nos mercados em que estiver presente, destacando-se pelas suas competências operacionais e de gestão multicanal.

Consolidação da posição no Mercado Nacional

Apesar da posição de liderança detida pela área seguradora da Longrun, fatores distintos aconselham a uma evolução constante da abordagem ao mercado. Neste capítulo, destacam-se a excessiva competitividade observada em algumas linhas de negócio nos últimos anos e o potencial impacto disruptivo de novos modelos de negócio suportados pelas novas tecnologias.

Neste contexto, e preparando o futuro, as empresas participadas estão a atuar de forma estruturada e contínua em áreas determinantes do negócio, por forma a manter e mesmo reforçar a sua posição no mercado português.

Neste sentido, as seguradoras da Longrun têm em curso uma série de iniciativas em várias áreas:

- Melhoria da rentabilidade dos produtos;
- Inovação ao nível da oferta de produtos e serviços;

- Melhoria da performance e da eficácia das vendas nos canais de distribuição;
- Implementação de uma estratégia omnicanal articulando os vários canais, as suas ofertas e níveis de serviço, por forma a assegurar uma experiência de cliente integrada;
- Avaliação de oportunidades de integração vertical na cadeia de valor;
- Transformação digital dos processos de negócio e do relacionamento com o cliente;
- Reforço da organização, evoluindo progressivamente para uma organização mais enfocada no cliente, mais eficiente e mais ágil, e capaz de suportar o crescimento do negócio.

O sucesso na implementação destas iniciativas deverá permitir não apenas o reforço da posição no mercado português, mas também a aquisição e posterior transferência de capacidades para os mercados internacionais em que as seguradoras da Longrun estão presentes.

Expansão do Negócio Internacional

Ao longo do seu percurso, o processo de internacionalização das empresas da área seguradora da Longrun visam em particular os mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas, sendo que, na altura, a Fidelidade seguiu, em grande medida, o seu parceiro natural na distribuição – a CGD – concentrando-se em mercados em que o Banco estava presente.

Na Europa, esta estratégia levou à presença nos mercados Francês e Luxemburguês, reconhecidos pelas importantes comunidades de emigrantes portugueses, e também em Espanha. A presença em Macau seguiu este mesmo princípio. Em África, e numa fase mais recente, a área seguradora da Longrun expandiu-se também para mercados onde, por questões históricas e culturais, as afinidades com a realidade portuguesa são mais evidentes – Angola, Cabo Verde e, mais recentemente, Moçambique.

Atualmente, a expansão internacional afigura-se como uma prioridade estratégica, como forma de diversificar a sua atividade e garantir novas vias de crescimento. O objetivo passa por entrar em novos mercados onde, pelas suas competências, possa apresentar vantagens competitivas.

Neste contexto, têm vindo a ser analisados ativamente oportunidades em países selecionados em África e na América Latina, onde o ambiente económico e o estágio de desenvolvimento dos respetivos mercados seguradores aparentam ser favoráveis a uma entrada com sucesso das empresas da área seguradora da Longrun.

Otimização da Gestão de Investimentos

O objetivo nesta matéria passa por garantir a adequação ao contexto de mercado e regulatório em que se insere, procurando naturalmente uma otimização do retorno e do risco, mas salvaguardando a postura de prudência que desde sempre tem caracterizado a atuação das empresas consolidadas da Longrun.

Nos últimos anos, os mercados financeiros têm apresentado um contexto de taxas de juro muito reduzidas, que se espera prolongado no tempo, situação que constitui um desafio para a rentabilidade do negócio, sobretudo no ramo Vida.

Neste contexto, a estratégia para os investimentos passa, por um lado, por implementar uma política de maior diversificação dos investimentos financeiros, ou seja garantindo uma adequada exposição a diferentes classes de ativos, geografias e moedas; e por outro, por garantir a reestruturação do portfólio de investimentos imobiliários, apostando sobretudo nas vertentes comercial e serviços.

Esta política de investimento carece, naturalmente, de monitorização constante, garantindo o controlo das exposições incorridas e o adequado alinhamento entre ativos e responsabilidades. A implementação desta política assenta ainda no pressuposto que deverão ser adequadamente acauteladas as necessidades de capital tendo em conta a nova regulamentação europeia Solvência II, em vigor desde Janeiro de 2016.

A NOSSA PERFORMANCE

a. Síntese de Acontecimentos 2016

JANEIRO	Solvência II – entrada em vigor da nova regulação para a indústria seguradora
FEVEREIRO	Proteching – primeira edição do acelerador de startups com o apoio Fidelidade e a colaboração da Beta-i, promovendo a inovação nas áreas de saúde e assistência Fidelidade - Cuidados Médicos Acidentes – abertura da nova Unidade no Porto enfocada na prestação de serviços médicos na área de Acidentes de Trabalho
MARÇO	Web Platform Fidelidade – lançamento da nova plataforma Fidelidade, garantindo acessibilidade e integração com os restantes parceiros da mediação
ABRIL	Oferta Pequenos Negócios – lançamento da oferta pensada especificamente na proteção das pessoas, do património e das suas responsabilidades
MAIO	Rock in Rio – Fidelidade marca presença no Rock in Rio 2016, sendo seguradora oficial e tendo um dos stands mais visitados do evento
JUNHO	GICC – Global Insurance Committee do Grupo Fosun em Lisboa, com a organização da Fidelidade e participação de seguradoras europeias, americanas e asiáticas Multicare 24 – lançamento da nova oferta de saúde Multicare, incluindo orientação médica online, inovação absoluta no mercado Português
JULHO	IAPMEI e Turismo de Portugal – Fidelidade alia-se ao IAPMEI e Turismo de Portugal para garantir oferta diferenciada para as PME Líder e PME Excelência Munich Re – início de parceria para o desenvolvimento de uma plataforma inovadora e 100% digital na área de captação de poupanças
SETEMBRO	Santalucía – lançamento da cooperação com o líder do mercado espanhol para dinamização do produto de assistência familiar e funeral em território nacional
OUTUBRO	Advance Medical – assinatura de um acordo quadro com a Advance Medical para estabelecimento de uma plataforma nacional de referência na área da saúde digital
NOVEMBRO	Web Summit – realização de um Official Startup Gathering com a participação do Secretário de Estado da Indústria e inúmeros parceiros do ecossistema da inovação
DEZEMBRO	My Fidelidade – soft launch da nova master app mobile da Fidelidade, centralizando informação sobre oferta e acesso a diferentes serviços do Grupo

i. Evolução do Mercado Segurador Português

Em 2016 a produção de seguro direto totalizou cerca de 10.872 milhões de euros. Apesar da evolução positiva do segmento Não Vida, o mercado decresceu 14,1% face ao ano anterior, refletindo a tendência menos positiva no segmento Vida.

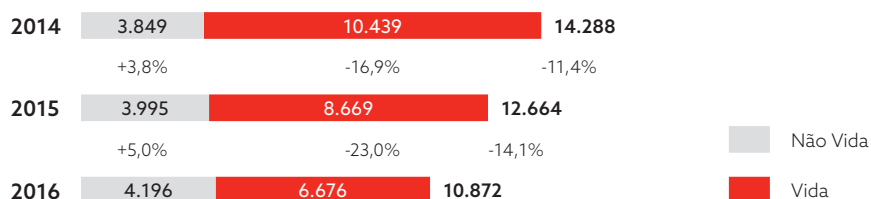
A queda do segmento Vida foi de 23% face ao ano anterior, totalizando um montante de prémios de 6.676 milhões de euros. Este declínio acentuado verificou-se pelo segundo ano consecutivo como consequência direta dos desafios existentes no mercado dos produtos financeiros.

O segmento Não Vida revelou um progresso assinalável em 2016, com um crescimento de 5,0% para 4.196 milhões de euros, confirmando assim a tendência de recuperação do montante de prémios iniciada em 2015 (em que a evolução foi de 3,8%). O crescimento verificado em 2016 representa a maior taxa de crescimento anual desde 2003, quer em termos nominais, quer em termos reais.

Prémios Mercado Segurador

Fonte: APS

(Milhões de Euros)



O ano de 2016 ficou ainda marcado por acontecimentos marcantes na estrutura empresarial do mercado segurador português. Várias operações de aquisição por parte de grupos financeiros internacionais deverão tornar o mercado mais concentrado nas seguradoras de maior dimensão, com particular incidência nos ramos Não Vida.

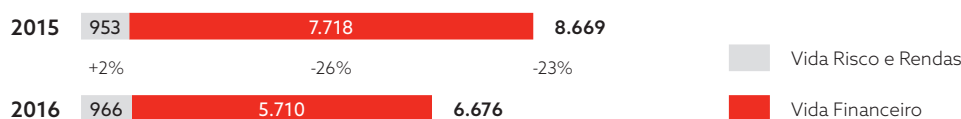
ii. Evolução do Mercado Segurador Vida em Portugal

O segmento Vida registou em 2016 um volume de prémios de 6.676 milhões de euros, representando um decréscimo de 23% face ao ano anterior. Os produtos Vida Financeiro decresceram 26% de 7.718 para 5.710 milhões de euros, enquanto os produtos Vida Risco e Rendadas cresceram 2%, de 953 para 966 milhões de euros.

Prémios do Segmento Vida

Fonte: APS

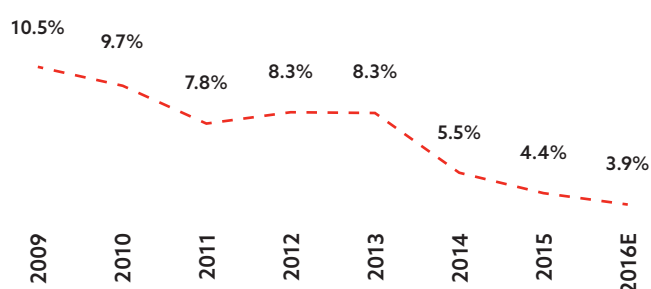
(Milhões de Euros)



O atual enquadramento para a venda de produtos Vida Financeiro não é o mais favorável à atividade seguradora. Por um lado, os novos produtos de retalho de obrigações do tesouro Português aumentaram o nível de concorrência e, por outro, o contexto macroeconómico de baixas taxas de juro gera um desincentivo à acumulação de poupança, em particular desde 2013.

Taxa de poupança global do rendimento disponível das famílias

Fonte: INE



Não obstante, importa também sublinhar que o atual contexto de taxas de juro é favorável ao aumento da procura de crédito, em particular crédito à habitação. Tendo em conta ainda o crescente entusiasmo no mercado imobiliário português, criam-se as condições adequadas para o aumento da venda de seguros de vida vinculados ao crédito, e consequentemente o crescimento do montante de prémios dos produtos de Vida Risco.

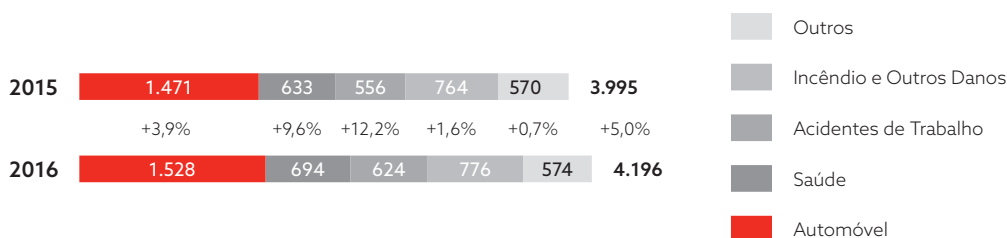
iii. Evolução do Mercado Segurador Não Vida em Portugal

A excelente performance do segmento Não Vida foi transversal aos principais ramos, tendo como base a melhoria da economia portuguesa. Numa análise pelas diversas linhas de negócio, verifica-se que os principais dinamizadores do crescimento deste ramo foram os ramos Acidentes de Trabalho e Saúde.

Prémios do Segmento Não Vida

Fonte: APS

(Milhões de Euros)



Sustentada pelos ajustamentos tarifários realizados e pelo crescimento do emprego, a recuperação do ramo Acidentes de Trabalho começou em 2014 e tem-se vindo a consolidar, sendo que, em 2016, foi o ramo do segmento Não Vida que mais cresceu, com um aumento de 12,2% face ao ano anterior e atingindo um volume de prémios de 624 milhões de euros.

A segunda linha de negócio que mais cresceu foi a de Saúde com 9,6% de crescimento e um volume de prémios de 694 milhões de euros em 2016. Estes resultados devem-se a diversos fatores, sendo de destacar a crescente integração do seguro de saúde nos planos de benefícios a empregados por parte das empresas e a consciencialização da população sobre a importância de complementar os serviços do Sistema Nacional de Saúde com a assistência oferecida pelos seguros de Saúde. No ano de 2016, o mercado beneficiou também de um grande contrato de Saúde-Grupo relativo ao universo anteriormente gerido pela PT ACS em regime de auto-seguro.

No que diz respeito ao seguro Automóvel, o crescimento do parque automóvel associado à melhoria da qualidade do mesmo, bem como o ambiente económico mais favorável, permitiram que o maior ramo Não Vida em Portugal obtivesse uma performance bastante positiva, crescendo 3,9% face ao ano anterior.

Apesar da redução dos níveis de investimento empresarial, o ramo Incêndio e Outros Danos, no qual também se inserem os produtos Multiriscos Habitação, registou um crescimento de 1,6% atingindo um montante de prémios de 776 milhões de euros em 2016. Em linha com os seguros de vida risco, esta linha de negócio foi influenciada positivamente pela recuperação de algum dinamismo no mercado imobiliário português.

As restantes linhas de negócio com um menor peso no segmento Não Vida não conseguiram acompanhar os resultados das quatro linhas de negócio principais. Em 2016, o valor agregado dessas linhas de negócio aumentou apenas 0,7% face ao ano anterior, para 574 milhões de euros.

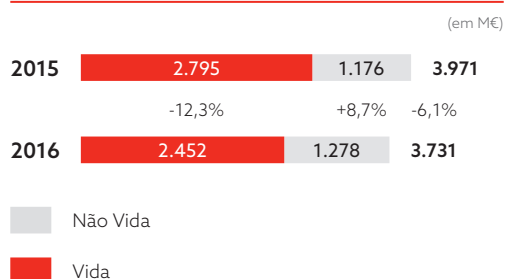
b. Atuação da Longrun

i. Principais indicadores de atividade

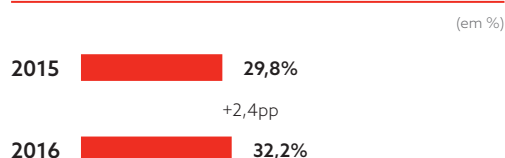
Num ano de 2016 marcado pelas tendências já referidas, as empresas no perímetro de consolidação da Longrun apresentaram uma performance muito consistente, registando um total de prémios emitidos de 3.731 milhões de euros.

Ao nível da atividade em Portugal, a Longrun, contabilizou, nas suas contas consolidadas, 3.503 milhões de euros de prémios de seguro direto, o que lhe permitiu reforçar a posição de liderança, aumentando a sua quota de mercado total para 32,2%, um aumento de 2,4pp face ao ano 2015, tendo este crescimento de quota sido suportado quer nos ramos Vida, quer nos ramos Não Vida. O negócio internacional verificou também um crescimento substancial de 12,7% com o reforço das operações internacionais já existentes.

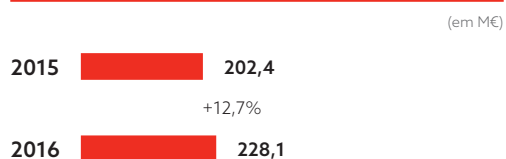
Total Prémios Emitidos detalhe Vida e Não Vida



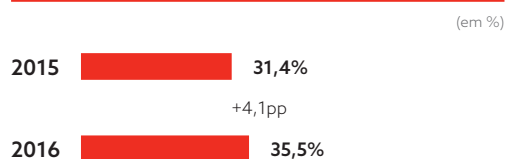
Quota de Mercado Total em Portugal



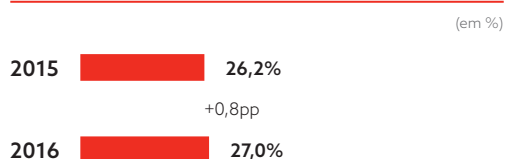
Prémios Emitidos no Negócio Internacional



Quota de Mercado Vida em Portugal



Quota de Mercado Não Vida em Portugal



ii. Principais linhas de atuação da Longrun

A performance robusta das empresas do perímetro de consolidação da Longrun ao longo do ano 2016 teve por base um conjunto de linhas de atuação desenvolvidas em três vetores-chave:

- I. Produtos e Serviços;
- II. Distribuição;
- III. Pessoas e Organização.

I. Produtos e Serviços

O esforço constante de inovação na gama de produtos e serviços é uma marca das empresas integrantes da área seguradora da Longrun, que pretende posicionar-se no mercado cada vez mais como um Grupo de soluções integradas de prestação de serviços associada à proteção das pessoas, mais do que apenas um Grupo Segurador.

Para além do cumprimento das exigências legais no quadro da atividade seguradora, que muitas vezes se esgotam no pagamento atempado de uma indemnização, o objetivo é ir mais além, excedendo as expectativas dos nossos clientes através de uma qualidade de serviço exemplar e da disponibilização de uma panóplia de coberturas e serviços que respondam a necessidades mais amplas.

Assim, a oferta de produtos e serviços tem vindo a ser claramente reforçada ao longo dos últimos anos, apostando fortemente na diferenciação e inovação, com a criação de soluções integradas nos vários ramos, suportadas por um maior nível de integração vertical, respondendo a necessidades identificadas no mercado.

No ramo Automóvel consolidou-se em 2016 o sucesso das soluções “Proteção Vital do Condutor” e do seguro de danos próprios “Auto Estima”. A cobertura “Proteção Vital do Condutor”, lançada no ano 2014, representa uma solução pioneira em Portugal, que responde ao desafio da falta de proteção adequada do condutor no caso de este ser responsável pelo acidente, permitindo assim garantir e acelerar a resposta da seguradora quando o cliente mais dela precisa. Já o seguro de danos próprios “Auto Estima”, lançado no ano 2015, representa uma solução totalmente inovadora no mercado Português especialmente concebida para automóveis com mais de quatro anos, e tem permitido à Longrun, através da Fidelidade, reforçar a penetração no segmento de danos próprios.

O ramo Saúde tem também sido um dos principais vetores de crescimento das seguradoras detidas pela Longrun. Ainda durante o ano de 2015, a Longrun, através da Fidelidade e Multicare, tinha já na sua oferta um seguro inovador no mercado Português - Seguro Proteção Vital, com uma cobertura específica de Oncologia, para fins de diagnóstico e tratamento, com um capital de 1.000.000€. Esta cobertura, suportada por uma rede médica de excelência, implica uma forte aposta na prevenção com a realização de check-ups periódicos e diferenciados, visando um rastreio atempado e um diagnóstico o mais precoce possível de situações do foro oncológico.

Já no decorrer do ano 2016 ficou também disponível a nova oferta de seguros de Saúde Multicare, que se tornou mais simples e próxima dos clientes com a criação de três novos Planos de Saúde, com níveis de proteção crescentes. Adicionalmente, no âmbito da parceria realizada com a Advance Medical, e reforçando a aposta digital, esta nova oferta disponibilizou também a plataforma Multicare24, podendo os clientes ter acesso a aconselhamento médico online, entre outros serviços de apoio na área da saúde e bem-estar.

Na área dos Acidentes Pessoais, 2016 foi também um ano de consolidação, nomeadamente, com a dinamização comercial do produto "Proteção Vital das Pessoas". Este produto lançado em 2015 incorpora uma abordagem inovadora e muito competitiva que complementa a proteção das pessoas em caso de acidente quando não estão cobertas pelos seguros obrigatórios como o seguro automóvel e/ou o seguro de acidentes de trabalho, por exemplo, durante as atividades de tempos livres ou em caso de um acidente doméstico, sendo que este produto tem revelado grande aceitação pelo mercado.

No ramo Acidentes de Trabalho tem vindo a verificar-se um esforço contínuo de reequilíbrio técnico através também de uma estreita colaboração com a nossa rede selecionada de prestadores de cuidados de saúde, tendo sido criada, em colaboração com a Luz Saúde, uma unidade específica de tratamentos médicos na área geográfica do Porto. Esta unidade tem permitido garantir uma maior qualidade de serviço aos nossos clientes bem como um maior controlo sobre os cuidados de saúde prestados.

Também no ramo Vida tem vindo a ser disponibilizadas novas soluções, adaptando-se ao novo paradigma macroeconómico, e com o objetivo de responder de forma crescente às necessidades dos seus clientes.

Na vertente Vida Financeiro, fortemente impactada por um ambiente de baixas taxas de juro, reduzida taxa de poupança dos particulares e pela elevada concorrência de novos produtos de dívida pública para particulares, tem vindo a ser reforçada a oferta de produtos unit linked, que permitem aos clientes alcançar retornos mais atrativos, não penalizando a solidez dos investimentos. Não obstante este reforço de oferta, tem sido mantida também uma gama de produtos de poupança com garantia de capital e taxa de juro, em linha com o interesse de uma elevada proporção dos clientes nacionais.

No Vida Risco e para além de novas ofertas direcionadas para segmentos específicos, a Longrun, através das empresas do seu perímetro de consolidação, tem vindo a posicionar-se no sentido de beneficiar da retoma verificada no mercado imobiliário Português que, através do crédito à habitação concedido, tem um papel preponderante na evolução deste ramo. Como resultado, a oferta de produtos existente e comercializada maioritariamente através da rede de agências da Caixa Geral de Depósitos, maior banco de retalho nacional, tem vindo a ter uma performance comercial sustentada.

II. Distribuição

As empresas integrantes da área seguradora da Longrun têm nos seus canais de distribuição uma importante vantagem competitiva que lhe permite estar próximo dos clientes e proporcionar-lhes elevados níveis de qualidade de serviço. Decorrente de uma estratégia omnicanal, assente na plataforma de distribuição multicanal, estas empresas têm promovido uma articulação entre os vários canais existentes, as suas ofertas e níveis de serviço, por forma a assegurar uma experiência de cliente integrada.

Os últimos anos têm também marcado a consolidação da atividade nos vários canais de distribuição-mediação, lojas próprias, corretores, banca (CGD), correios e canais online.

Durante o ano de 2016 foi efetuada uma racionalização da estrutura interna de apoio à mediação, prosseguindo uma atuação iniciada no ano de 2015 de reestruturação da rede de agências próprias, com o objetivo de melhor adequar os meios existentes às necessidades da nossa rede comercial. Prosseguiram também as apostas na dinamização da rede de mediadores exclusivos, nomeadamente com a abertura de novas lojas de mediação com a imagem Fidelidade por todo o país e numa relação mais próxima com o canal de corretores, ambas com bons resultados em termos de performance comercial. Paralelamente têm vindo a ser implementadas, nas redes bancária e postal, múltiplas iniciativas de dinamização da venda de produtos Não Vida no sentido de aproveitar melhor o potencial de venda que estas redes demonstram.

Destaca-se ainda em 2016 o lançamento da nova plataforma web da Fidelidade (www.fidelidade.pt) que representa um importante marco na implementação da estratégia omnicanal definida. Esta plataforma permite a simulação e contratação online de seguros automóvel, saúde e multirrisco habitação, em forte articulação com a rede de mediação e reforçando a aposta digital das empresas do perímetro de consolidação do Grupo.

III. Pessoas e Organização

Empresas que se posicionam cada vez mais como um parceiro na proteção das pessoas, ao garantir uma qualidade de serviço a toda a prova, produtos inovadores, práticas cada vez mais transparentes e maior proximidade com os clientes, colaboradores e parceiros. Este é o grande desafio e a dinâmica que orientam o dia-a-dia das pessoas que trabalham na área seguradora da Longrun.

Pretendemos tornar a organização mais ágil, mais digital, mais inovadora, dando a oportunidade às pessoas para serem mais criativas e participarem mais neste esforço de transformação. Por tudo isto, a Gestão de Pessoas e o seu alinhamento com a estratégia das empresas e necessidades das unidades de negócio tornam-se ainda mais fundamentais.

Como primeiro passo, reposicionou-se a Direção de Recursos Humanos como Direção de Pessoas e Organização, adotando uma postura de maior parceria entre todas as empresas detidas pela Longrun, bem como de agente de mudança. Definiu-se ainda um programa integrado de ação na área da Gestão de Pessoas, com um plano de trabalho e projetos concretos e que se estrutura segundo quatro linhas principais de atuação:

- Desenvolvimento de Pessoas - Garantir a preparação das Pessoas para enfrentar os desafios futuros, atraindo, desenvolvendo e retendo os melhores colaboradores para as empresas consolidadas da Longrun. Implementar Modelos de Gestão de Pessoas assentes em meritocracia que promovam oportunidades de crescimento e desenvolvimento dos colaboradores. Assegurar a sucessão e promover a Mobilidade para garantir uma pool de talentos globais que responda aos desafios das diferentes operações do Grupo a nível nacional e internacional;
- Transformação Organizacional - Apoiar no desenho da estrutura organizacional que melhor responda aos desafios do negócio e apoiar na planificação da força de trabalho contribuindo para o rejuvenescimento da Organização, a retenção do conhecimento, e a introdução de novos perfis de competências. Criar políticas transversais a todas as empresas, respeitando as especificidades de cada empresa e garantindo a equidade entre todos os colaboradores;
- Gestão da Mudança e Parceria com o Negócio - Apoiar os responsáveis pelos negócios na gestão das suas pessoas. Perceber e estar ao lado do negócio, identificando de forma proativa as suas necessidades, apoiando a mudança em cada área, como foco no mercado, na proximidade ao cliente e nos resultados;
- Cultura Corporativa - Apoiar a consolidação de uma cultura corporativa para as empresas que integram o perímetro de consolidação da Longrun, através do desenvolvimento e promoção da identidade cultural da empresa (Visão; Valores) e da dinamização de canais de comunicação com os colaboradores que potenciem o engagement e proximidade entre a Organização e as Pessoas. Promover a imagem das empresas seguradoras detidas pela Longrun como entidades empregadoras, com uma proposta de valor atrativa junto de potenciais candidatos, instituições de ensino, executivos de excelência e colaboradores.

As empresas detidas pela Longrun têm também realizado um esforço contínuo na melhoria e digitalização de processos, fundamental para promover uma maior agilidade e reforçar as capacidades técnicas e de gestão de sinistros, fundamentais no negócio segurador.

Incorporando os mais recentes desenvolvimentos digitais, a área seguradora da Longrun tem vindo a implementar técnicas avançadas de análise (Advanced Analytics), suportadas em ferramentas de machine learning, que permitem melhorar o processo de subscrição, aumentar o nível de automação nos processos de gestão de sinistros e melhorar as capacidades de prevenção de fraude. Estes desenvolvimentos revelam um potencial significativo de transformação dos processos e de melhoria de performance e estão a ser aplicados nas diversas linhas de negócio.

Com vista a implementar de forma mais consistente esta aposta nas áreas de Analytics e Big Data, a Fidelidade criou uma unidade orgânica especialmente enfocada nesta matéria (Centro de Advanced Analytics) que irá desenvolver as capacidades internas e, em estreita colaboração com as várias áreas de negócio, dinamizar a aplicação destas tecnologias das empresas integrantes da Longrun.

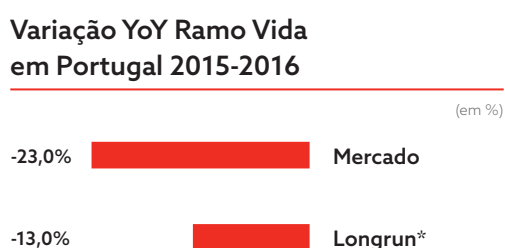
iii. Segmento Vida

Principais indicadores de atividade - Ramo Vida

O ano 2016 foi particularmente exigente para o ramo Vida do mercado segurador Português, tendo, nesse contexto, os prémios emitidos pelas empresas seguradoras da Longrun reduzido 12,3% para um total de 2.452 milhões de euros.

No entanto, a performance comercial das empresas seguradoras do perímetro de consolidação da Longrun foi francamente positiva em comparação com a generalidade do mercado sendo que, em particular em Portugal, estas empresas registaram uma redução de 13,0%, quando os prémios do mercado tiveram um decréscimo de 23,0%. Esta performance resultou no reforço da posição de liderança no mercado, aumentando a sua quota de mercado para 35,5%, o que representa um acréscimo de 4,1pp face ao ano 2015.

Num contexto dominado por baixas taxas de juro, reduzida taxa de poupança dos particulares e elevada concorrência de novos produtos de dívida pública para particulares, que trouxeram fortes pressões ao segmento Vida Financeiro, as empresas integrantes da área seguradora da Longrun foram capazes de inovar a sua gama de produtos, alavancar a sua rede de distribuição multicanal e tirar partido dos seus elevados níveis de qualidade de serviço, reputação e satisfação dos clientes de modo a reforçar a sua posição no Segmento Vida.



*Incluem-se as empresas do perímetro de consolidação da Longrun

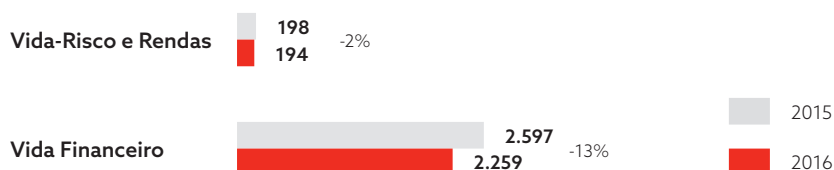
Evolução por ramo do Segmento Vida

O Segmento Vida é composto pelos produtos Vida Risco e Rendas e pelos produtos Vida Financeiro, sendo estes últimos os responsáveis pela larga maioria dos prémios deste segmento, representando mais de 80% dos mesmos.

Os produtos Vida Risco e Rendas apresentaram uma performance sustentada, tendo reduzido 2% para um total de 194 milhões de euros. Apesar do contributo positivo da dinâmica do setor imobiliário para o aumento da venda de seguro vida risco associado ao crédito à habitação, o mesmo não foi suficiente para evitar uma ligeira redução nos prémios globais.

Os prémios de Vida Financeiro contraíram 13% para um total de 2.259 milhões de euros, em linha com o comportamento descendente do mercado segurador em Portugal neste tipo de produtos, consequência do contexto de baixas taxas de juro, reduzida taxa de poupança dos particulares e elevada concorrência de novos produtos de dívida pública para particulares. Esta performance é francamente positiva em comparação com a generalidade do mercado Português.

Prémios das Modalidades do Ramo Vida



Evolução por canal de distribuição do Segmento Vida

O conjunto dos canais bancário e postal continua a ser o que apresenta um maior peso na comercialização dos produtos do Segmento Vida, representando cerca de 80% do volume de vendas.

No entanto, é de destacar que os canais tradicionais (mediação, lojas próprias e corretores) apresentaram em 2016 um elevado crescimento (+54%) e aumentaram o seu peso na estrutura de vendas das empresas do perímetro de consolidação da Longrun.

Segmento Vida

(milhões de euros)

Canal de Distribuição	2016	2015	Var
Tradicional	464	301	+54,1%
Bancário e CTT	1.906	2.423	-21,3%
Remoto	-	-	-
Estrangeiro	83	72	+15,2%
Longrun*	2.452	2.795	-12,3%
Mercado	6.676	8.669	-23,0%

*Incluem-se as empresas do perímetro de consolidação da Longrun

iv. Segmento Não Vida

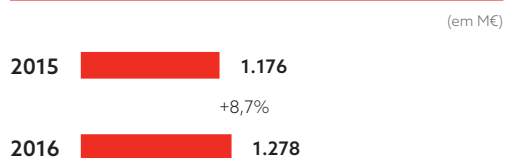
Principais indicadores de atividade – Segmento Não Vida

Ao nível do Segmento Não Vida, a performance foi francamente positiva, tendo os prémios emitidos aumentado 8,7% para um total de 1.278 milhões de euros.

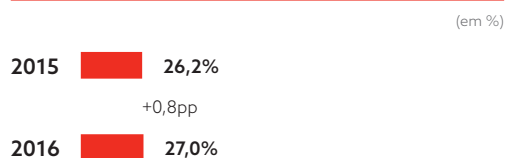
A performance comercial das empresas do perímetro de consolidação da Longrun acompanharam a tendência positiva da generalidade do mercado sendo que, em particular no mercado Português, obtiveram um crescimento de 8,4% nos seus prémios, superior ao aumento de 5,0% do mercado. Estes resultados permitiram o reforço da posição destas empresas, aumentando a sua quota de mercado para 27,0%, o que representa um aumento de 0,8pp face ao ano 2015.

A contribuir para esta performance positiva no segmento Não Vida esteve o reforço da oferta de produtos e serviços, com uma forte aposta na diferenciação e inovação, com a criação de soluções integradas, suportadas pelo elevado nível de integração vertical, e que respondem a necessidades identificadas no mercado.

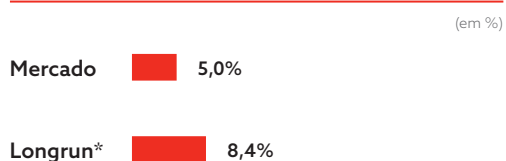
Prémios Emitidos em Não Vida



Quota de Mercado Não Vida em Portugal



Variação YoY Ramo Não Vida em Portugal 2015-2016



*Incluem-se as empresas do perímetro de consolidação da Longrun

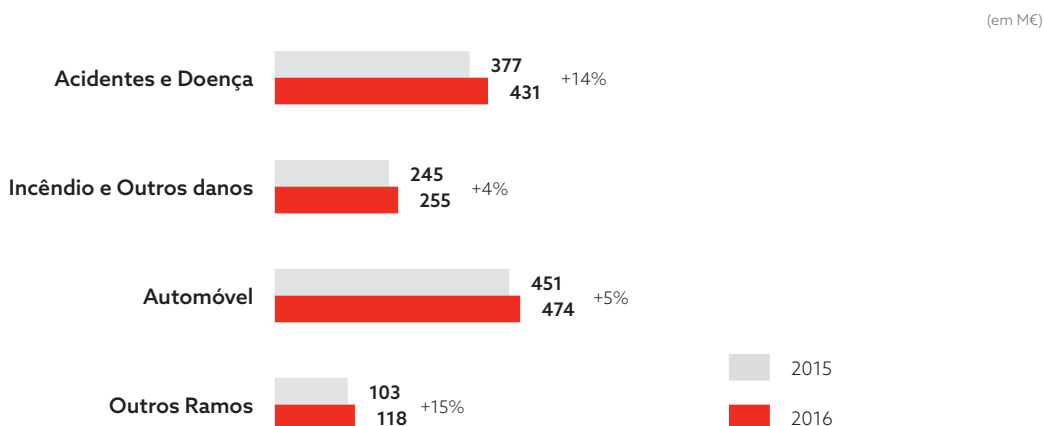
Evolução por ramo do Segmento Não Vida

O Segmento Não Vida é composto por um conjunto alargado de ramos, sendo que os quatro principais ramos – Automóvel, Saúde, Incêndio e Outros Danos e Acidentes de Trabalho, representam um total de aproximadamente 90% do total de prémios emitidos.

Todos os ramos Não Vida verificaram uma performance positiva ao longo do ano 2016, sendo de destacar a performance dos ramos Saúde, Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais com crescimentos superiores a 10%. A contribuir para este crescimento esteve a aposta na diferenciação e inovação dos produtos e serviços disponibilizados nestes ramos, de que são exemplos a introdução da nova oferta de saúde Multicare com a inclusão de aconselhamento médico online e a dinamização da comercialização do produto de acidentes pessoais Proteção Vital das Pessoas, lançado ainda em 2015. No ano de 2016 e no negócio de Saúde, as empresas do perímetro de consolidação da Longrun beneficiaram também da angariação de um grande contrato de seguro de Saúde-Grupo relativo ao universo anteriormente gerido pela PT ACS em regime de auto-seguro.

O ramo Automóvel continua a ser, de forma destacada, o ramo com maior peso no Segmento Não Vida, com um peso superior a 30% no total do segmento. A performance deste ramo foi bastante sólida tendo os prémios aumentado 5% devido tanto a uma melhoria estrutural do parque automóvel, verificando-se o crescimento e a melhoria da qualidade do mesmo, como à capacidade de se capitalizar as inovações ao nível do produto e serviço introduzidas nos anos recentes, de que são exemplos o lançamento da cobertura Proteção Vital do Condutor e o seguro de danos próprios Auto Estima.

Prémios emitidos no Ramo Não Vida - Detalhe por modalidade



Evolução por canal de distribuição do Segmento Não Vida

Todos os canais de distribuição apresentaram uma evolução positiva na comercialização de produtos do Segmento Não Vida no ano 2016 face ao ano 2015.

Em particular os canais tradicionais (mediação, lojas próprias e corretores) continuam a ser os canais que apresentam um maior peso na comercialização dos produtos do Segmento Não Vida, representando cerca de 80% do volume de vendas. Estes canais de distribuição tiveram um crescimento significativo de 9,0% contribuindo fortemente para a performance no segmento.

Segmento Não Vida

(milhões de euros)

Canal de Distribuição	2016	2015	Var
Tradicional	986	904	+9,0%
Bancário e CTT	101	98	+3,2%
Remoto	46	44	+3,3%
Estrangeiro	145	130	+11,6%
Longrun*	1.278	1.176	+8,7%
Mercado	4.196	3.994	+5,0%

*Incluem-se as empresas do perímetro de consolidação da Longrun

v. Atividade Internacional

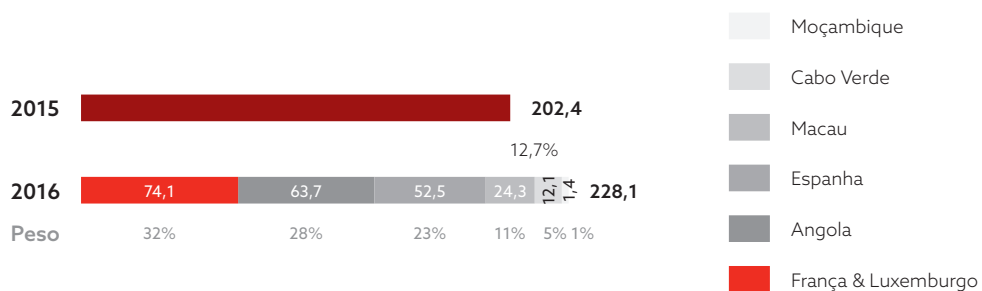
O negócio internacional das empresas do perímetro de consolidação da Longrun verificou um crescimento substancial de 12,7% no decorrer do ano 2016, alcançando um total de 228,1 milhões de euros de prémios emitidos, com o reforço das operações internacionais já existentes: França & Luxemburgo, Angola, Espanha, Cabo Verde, Macau e Moçambique. O negócio internacional encontra-se maioritariamente concentrado nas operações de França & Luxemburgo, Angola e Espanha cujos prémios representam mais de 80% do total do negócio internacional.

A evolução favorável do negócio internacional beneficiou do comportamento positivo tanto dos ramos Vida (com um crescimento de 15,2% para 82,6 milhões de euros) como dos ramos Não Vida (com um crescimento de 11,3% para 145,5 milhões de euros).

O conjunto dos ramos Não Vida do negócio internacional representou já em 2016 um peso de 11,4% no total de prémios consolidados das empresas do perímetro de consolidação da Longrun, o que representa um aumento de 0,3pp face ao ano 2015, potenciado pelo comportamento evidenciado pelas operações em Espanha e França.

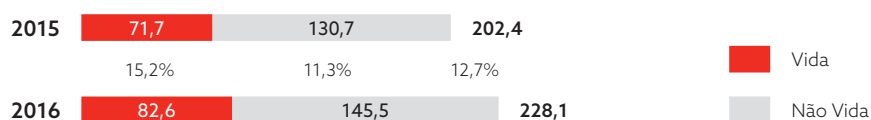
Prémios emitidos no negócio internacional - Detalhe por geografia

(em M€)



Prémios emitidos no negócio internacional - Detalhe por Segmento Vida e Não Vida

(em M€)



As operações desenvolvidas em Angola e Moçambique (a operação mais recente, iniciada em 2014) apresentaram elevados crescimentos nas respetivas moedas locais (40% e 670%, respetivamente). Contudo, esse efeito foi parcialmente anulado pela desvalorização dessas moedas face ao Euro (tendo os crescimentos expressos em Euros sido de 2,3% e 420%, respetivamente). Neste contexto, o papel da Universal (Angola) como fator de crescimento do negócio internacional foi, em 2016, claramente inferior ao verificado em anos anteriores.

c. Performance Operacional e Financeira

Principais indicadores da performance operacional e financeira

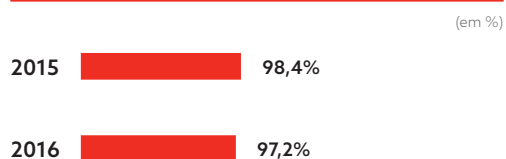
No ano de 2016, a Longrun, através das empresas do seu perímetro de consolidação, apresentou uma rentabilidade sólida tendo atingido um resultado líquido de 186,3 milhões de euros, o que representa uma redução face ao ano de 2015, o qual beneficiou de proveitos extraordinários na área dos investimentos.

A contribuir positivamente para este resultado líquido destaca-se a melhoria significativa do rácio combinado e a performance consistente na gestão dos investimentos.

O rácio combinado atingiu os 97,2% em 2016, com uma redução de 1,2pp face ao ano anterior, beneficiando sobretudo do aumento da eficiência traduzido na redução do rácio de despesas.

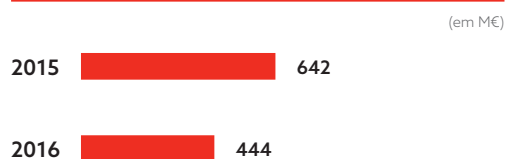
Já ao nível dos investimentos verificou-se também uma boa performance tendo sido atingido um investment income de 444 milhões de euros com um respetivo investment yield de 3,2%.

Rácio Combinado Detalhado *



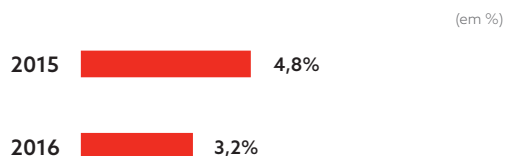
* Rácio ajustado da componente de custo financeiro associado ao ramo Acidentes de Trabalho

Investment Income **

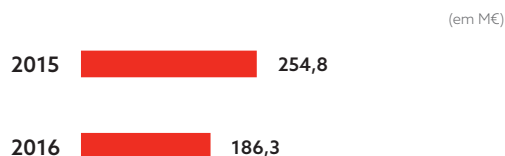


** Inclui investment income de produtos Unit Link, net gains e imparidades. Não considera ganhos não realizados

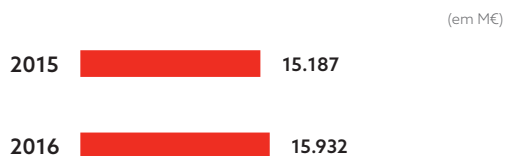
Investment yield



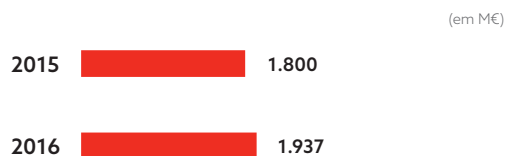
Resultado Líquido



Ativo Líquido



Capitais Próprios



i. Performance Operacional

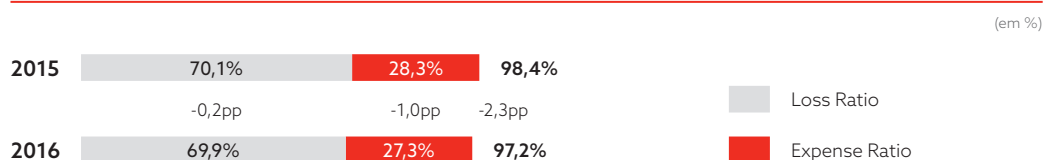
A performance operacional teve uma melhoria substancial no decorrer do ano 2016, tendo o rácio combinado decrescido de 98,4% para 97,2% (-1,2pp). Este resultado foi atingido através de uma melhoria tanto no rácio de despesas como no rácio de sinistralidade.

Relativamente ao rácio de despesas verificou-se uma redução de 1,0pp, passando de 28,3% para 27,3% no ano 2016. Este resultado reflete o aumento de eficiência operacional das empresas integrantes da área seguradora da Longrun, bem como o esforço de otimização e contenção de custos que vem sendo realizado num contexto em que o volume de prémios tem vindo a aumentar de forma expressiva.

Já no que diz respeito ao rácio de sinistralidade verificou-se uma melhoria de 0,2pp, evoluindo de 70,1% para 69,9% no ano 2016. Este resultado reflete dinâmicas diversas, de que se destacam uma melhoria significativa da rentabilidade dos ramos Acidentes de Trabalho e Saúde, fruto em grande medida dos ajustamentos tarifários realizados e de melhorias implementadas na subscrição e gestão de sinistros.

Por outro lado, o ramo Automóvel, fruto do aumento de frequência de sinistros que decorre da maior circulação automóvel registou um aumento na sinistralidade e não contribuiu positivamente em 2016 para o decréscimo do rácio de sinistralidade global que se tem vindo a registar de forma consistente nos últimos anos.

Rácio Combinado Detalhado *



* Rácio ajustado da componente de custo financeiro associado ao ramo Acidentes de Trabalho

ii. Performance Financeira

O Ativo Líquido das empresas que integram o perímetro de consolidação da Longrun situou-se em 15.932 milhões de euros no ano 2016, o que representa um acréscimo de 4,9% face ao ano 2015.

A política de investimentos aplicada considera, na sua definição e aplicação, os desafios que atualmente se apresentam à atividade seguradora, nomeadamente:

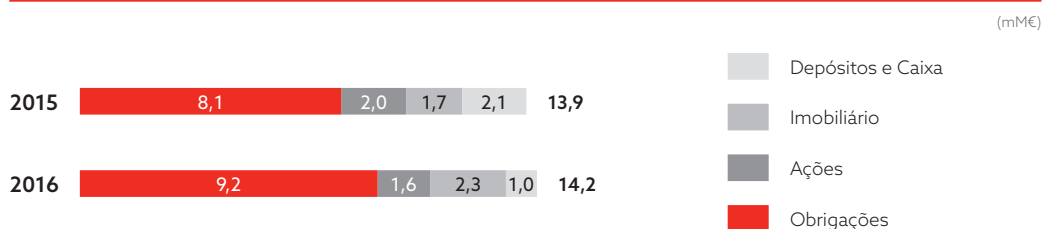
- O ambiente prolongado de baixas taxas de juro, que implica a procura de ativos com retorno mais elevado face aos tradicionais investimentos de taxa fixa, assegurando, contudo, a manutenção de um adequado nível de risco;
- Necessidade de otimizar a estrutura de capital, de acordo com o enquadramento existente no âmbito do regime Solvência II.

Em termos de dimensão, a carteira de investimentos da Longrun (incluindo Depósitos Bancários e Caixa), em contas consolidadas, ascendeu a 14,2 mil milhões de euros, correspondendo a um aumento de 2,6% face a 2015.

Em 2016, prosseguiu a política de diversificação por classe de ativos e geografias, como forma de, num ambiente de reduzidas taxas de juro, maximizar a rentabilidade com um adequado nível de risco. Num ambiente de volatilidade nos mercados financeiros é de salientar a redução da exposição à classe de ativos Ações compensada por um reforço do peso das classes de ativos Imobiliário e Obrigações.

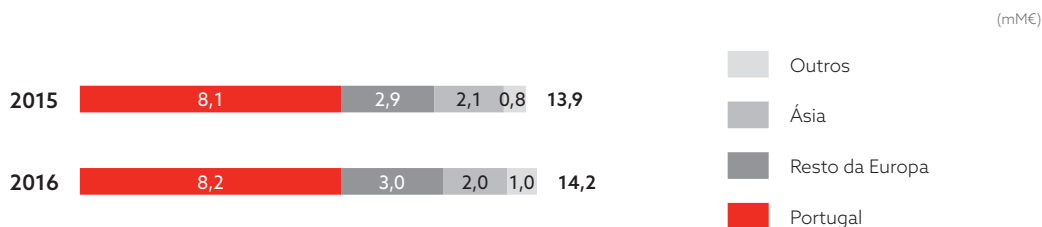
Globalmente verificou-se uma boa performance na área dos investimentos tendo sido atingido um investment income de 444 milhões de euros com um respetivo investment yield de 3,2%.

Estrutura de investimentos da Longrun (contas consolidadas) por classe de ativos



Ao nível da distribuição geográfica da carteira de investimentos, manteve-se uma diversificação adequada com exposição ao mercado Português a ser complementada pela exposição a um conjunto de outras geografias com maior potencial de crescimento económico.

Distribuição geográfica dos investimentos da Longrun - contas consolidadas



iii. Capital e Solvência

Os Capitais Próprios ascenderam a 1.937 milhões de euros no ano 2016, representando assim um acréscimo de 7,6% face ao valor registado no ano 2015.

Em termos de solvência e dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no "Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira", importa referir que as seguradoras detidas pela Longrun cumprem os requisitos de capital considerando a informação disponível nesta data.

PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

a. Evolução Macroeconómica

Em 2016, a economia portuguesa continuou a evidenciar alguns dos traços fundamentais que têm caracterizado a recuperação económica em curso desde 2013, apesar do ritmo de crescimento da economia ser inferior ao verificado em anteriores ciclos económicos.

Neste sentido, registou-se uma desaceleração do crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,6% em 2015 para 1,2% em 2016, valor inferior ao estimado pelo BCE para a área do euro (1,7%), refletindo sobretudo a contração do Investimento (-1,7%), em particular nas suas componentes pública e residencial.

Por outro lado, a taxa de desemprego evoluiu favoravelmente, ao registar um decréscimo de 1,3pp face a 2015, para 11,1%, tendo beneficiado do dinamismo de algumas atividades, nomeadamente as ligadas à área do turismo.

As projeções disponíveis para 2017 apontam para a manutenção das tendências acima indicadas, embora com um maior crescimento do PIB (1,4%), refletindo um maior dinamismo do investimento (crescimento esperado de 4,4%). Por outro lado, deverá verificar-se uma moderação do consumo privado que deverá apresentar um crescimento (1,3%) ligeiramente inferior ao do PIB, decorrente do menor contributo do consumo de bens duradouros.

Relativamente à taxa de desemprego, projeta-se uma nova redução para 10,1% continuando a economia a beneficiar do dinamismo das exportações, em particular no setor do turismo.

Finalmente, embora o padrão de crescimento projetado apresente um conjunto de características que traduzem uma recuperação mais sustentada da economia portuguesa, persistem, contudo, vários constrangimentos estruturais ao crescimento, nomeadamente o elevado endividamento dos setores público e privado, uma evolução demográfica adversa e um elevado nível de desemprego de longa duração.

b. Perspetivas para o Mercado Segurador em 2017

O mercado segurador deve ser analisado de forma independente em dois grandes segmentos de negócio, os ramos Vida, fortemente influenciados pelo comportamento dos produtos financeiros, e os ramos Não Vida, cuja evolução está intimamente ligada à atividade económica.

Em 2016, a vertente associada aos produtos financeiros evidenciou um decréscimo de 23%, refletindo a persistência de baixas taxas de juro (desincentivadoras da poupança de longo prazo) e a concorrência dos novos produtos de captação de poupança lançados pelo Estado.

Por outro lado, o segmento Não Vida intensificou o seu crescimento para 5,0% em 2016, registando inclusivamente a maior taxa de crescimento anual desde 2003, sendo os ramos de Doença (9,6%) e de Acidentes de Trabalho (12,2%) os principais impulsionadores destes resultados.

Para o ano de 2017 é expectável a manutenção da trajetória de diminuição da produção na área do Vida Financeiro que já caracterizou os dois anos anteriores, refletindo o contexto de baixas taxas de juro, a pressão da concorrência por parte dos produtos financeiros do Estado e o novo quadro regulatório em vigor que, em termos de solvência, é penalizador para este tipo de produtos.

Relativamente aos ramos Não Vida, a tendência mantém-se de crescimento, em linha com a evolução expectável da economia portuguesa, beneficiando ainda alguns ramos de maior dinamismo, nomeadamente, a Saúde e os Acidentes Pessoais.

As empresas do perímetro de consolidação da Longrun estão conscientes das mudanças sociais que a sociedade enfrenta e da necessidade de uma constante adaptação do negócio ao novo contexto onde se insere

Os ramos Não Vida deverão também beneficiar do aumento de ramos mais ligados à atividade empresarial (Acidentes de Trabalho, Multiriscos e Responsabilidade Civil), refletindo a evolução esperada para o investimento e para a taxa de desemprego.

Em suma, 2017 será certamente um ano desafiante, em que se espera que a conjuntura de crescimento moderado da economia e a pressão da concorrência continuem a condicionar a evolução do segmento não Vida e em que a dimensão global dos ramos Vida, em particular devido à regressão do vida financeiro deverá continuar a reduzir-se.

c. Principais Desafios para o Futuro

Abordados os aspetos mais relevantes do setor e da conjuntura económica na qual as seguradoras se inserem atualmente, urge entender também as principais temáticas que vão dominar o futuro.

Consciente das mudanças que surgem todos os dias no horizonte, as empresas integrantes da área seguradora da Longrun têm vindo a preparar se para responder aos fatores externos suscetíveis de afetar o seu negócio e influenciar a sua capacidade de gerar valor, nomeadamente nas seguintes vertentes:

- Envelhecimento da população;
- Novas necessidades no contexto digital;
- Alterações regulatórias;
- Incerteza nos mercados financeiros.

1. Envelhecimento da população

O **Envelhecimento** da população, de entre todos os fatores demográficos, é aquele que merece maior atenção. O aumento da esperança média de vida, conjugado com a diminuição da taxa de fertilidade, tem conduzido a uma população cada vez mais concentrada em faixas etárias com idades mais avançadas, apenas parcialmente compensado pelos fluxos migratórios.

Principais Impactos:

- Crescente envelhecimento da população, com os sistemas de proteção social a serem fortemente impactados e levando a um recuo do Estado em matéria de reforma;
- Crescente necessidade de serviços de cuidados de saúde e de assistência;
- Preocupação crescente com a canalização das poupanças para a reforma.

O setor segurador enfrenta o desafio de adaptar os respetivos modelos de negócio atendendo, por um lado, às necessidades e perfil de risco dos consumidores e, por outro lado, à potencial expansão do papel social e assistencial que tem caracterizado a atuação do setor.

Assim, pretende-se acompanhar todo o ciclo de vida dos seus clientes, nomeadamente, desenvolvendo produtos e serviços inovadores adaptados às necessidades específicas de cada fase da sua vida.

A criação de novas soluções de seguro tecnicamente adaptadas ao mercado sénior no âmbito dos planos de saúde, o estudo detalhado das necessidades futuras em termos de assistência, long term care e reforma, o desenvolvimento de serviços com recurso a novas tecnologias, ou o estabelecimento de parcerias estratégicas com entidades de referência com o objetivo de desenvolver conjuntamente novas soluções constituem algumas das ações que têm vindo a ser desenvolvidas neste âmbito.

2. Novas necessidades no contexto digital

A sociedade está a evoluir para uma nova **Era Digital**, em que as tecnologias assumem papel de destaque. Surgem novas dimensões nos produtos, na transmissão e acesso à informação, modificam-se as formas de consumo.

O setor segurador identifica uma evolução significativa e potencialmente disruptiva nas necessidades de proteção, nos comportamentos de compra e no relacionamento com os clientes.

Principais Impactos:

- Procura de novas soluções de proteção
- Processo de compra e relacionamento com os clientes caracterizado por múltiplos pontos de contacto e com recurso a novas tecnologias
- Crescente procura de serviços personalizados e maior exigência na qualidade dos mesmos.

O Setor Segurador enfrenta um desafio significativo neste contexto, necessitando implementar alterações significativas nos processos de venda, de contacto com o cliente, bem como nos processos core de gestão do negócio, para se manter relevante neste novo contexto.

O desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente Customer Centric, em que se potenciam as ferramentas digitais, mas em que se privilegia também a perspetiva humana é o caminho traçado por estas empresas.

No âmbito da sua agenda digital, as empresas do perímetro de consolidação da Longrun têm em curso um processo de transformação dos seus processos de negócio principais e do relacionamento com os clientes com recurso a novas tecnologias (móvel, analytics, internet of things,...), preservando a capacidade de articular o papel dos vários intervenientes, nomeadamente, os canais de distribuição e de serviço digitais e físicos, numa abordagem verdadeiramente omnicanal, procurando satisfazer as necessidades das várias gerações de consumidores ao longo do ciclo de utilização dos seus produtos e serviços.

As empresas da área seguradora da Longrun acreditam que o desenvolvimento tecnológico é crucial na constante procura de novas soluções para os clientes e na transformação dos processos de negócio

As empresas da área seguradora da Longrun regem-se pelo cumprimento de todas as suas exigências regulamentares e encontra-se, em particular, alinhada com os requisitos necessários no âmbito do Solvência II

3. Alterações Regulatórias

A regulação da indústria seguradora tem sido desde sempre um fator muito relevante no desenvolvimento do negócio nas suas várias vertentes.

Em particular, o setor segurador está atualmente a adaptar-se às diretrizes de novas diretivas Europeias, com destaque para o **Solvência II**, aplicada a partir do dia 1 de Janeiro de 2016 e que trouxe mudanças significativas para os operadores presentes no mercado.

Principais Impactos:

- Necessidade de considerar de forma estratégica os potenciais impactos em capital nas decisões de desenvolvimento do negócio;
- Alteração significativa nas formas de gestão das carteiras de investimentos, por forma a obter um equilíbrio adequado entre retorno e necessidades de capital;
- Maior relevância dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

A adaptação e aplicação eficaz do regime Solvência II e das demais diretivas devem continuar a ser uma prioridade para o Setor Segurador.

As seguradoras detidas pela Longrun fizeram uma transição com sucesso para o novo enquadramento regulatório do Solvência II, tendo preparado e implementado antecipadamente as alterações em termos de processos de gestão, capital e mecanismos de controlo interno, necessárias ao cumprimento dos novos requisitos impostos pela nova diretiva Solvência II, em vigor desde 1 de Janeiro de 2016.

4. Incerteza nos Mercados Financeiros

O cenário macroeconómico e de incerteza política que caracteriza atualmente a área do Euro, as frágeis perspectivas de crescimento económico e a volatilidade dos mercados financeiros mundiais constituem uma fonte de riscos ao qual o setor segurador não é alheio.

De entre as variáveis macroeconómicas mais importantes para as seguradoras, são de destacar as taxas de juro. A persistência de baixas **taxas de juro** impacta de forma significativa a rentabilidade dos investimentos, em especial no ramo Vida, altamente penalizado pelo enquadramento atual.

Principais Impactos:

- Menor atratividade das rentabilidades oferecidas nos produtos financeiros;
- Redução transversal das margens e dos resultados financeiros do setor;
- Impactos na posição de solvência das companhias

O meio envolvente em que têm vindo a operar as seguradoras e a incerteza subjacente em múltiplas variáveis de cariz macroeconómico e político, representam um desafio significativo à rentabilidade e estabilidade financeira, obrigando as seguradoras a ajustarem o respetivo modelo de negócio.

Neste âmbito, tem sido levado a cabo um esforço de análise prospetiva, por forma a avaliar a sustentabilidade das suas estratégias de negócio e de investimento no âmbito das exigências macroeconómicas em que vivemos.

Na conjuntura atual, de um expectável prolongamento do cenário de baixas taxas de juro e de fortes volatilidades nos mercados financeiros, e conjugando também os novos requisitos impostos pela diretiva Solvência II, as seguradoras detidas pela Longrun procederam às alterações consideradas necessárias no que diz respeito ao processo de desenvolvimento de produtos, e às políticas de gestão de investimentos e de gestão do risco, por forma a poder minimizar de forma prudente os eventuais impactos negativos que possam decorrer do atual contexto macroeconómico.

Consciente dos desafios macroeconómicos e a volatilidade nos mercados financeiros, as seguradoras da Longrun têm adotado uma atitude proativa, antecipando sempre que possível as estratégias mais adequadas para fazer face às incertezas atuais

d. Posicionamento da Longrun no Futuro

Nos últimos anos, a Longrun, através das empresas do seu perímetro de consolidação, prosseguiu a sua estratégia com um balanço globalmente muito positivo, tendo sido capaz de ultrapassar com sucesso os desafios do mercado português, apesar da conjuntura desafiante em que está inserida.

Em 2014 iniciou um programa de ação estratégica em que a aposta na inovação e na melhoria da qualidade de serviço, o fortalecimento da distribuição multicanal, a digitalização do negócio e o reforço das capacidades da organização foram e são pilares fundamentais. Estas opções e os resultados já atingidos permitem hoje encarar com determinação e confiança os desafios futuros.

O ano de 2017 deverá ser um ano de evolução e transformação, suportado nos projetos que visam adaptar o negócio a uma economia cada vez mais digital e global. As iniciativas de transformação do negócio, críticas para consolidar a posição em Portugal, a expansão internacional e o fortalecimento da sua posição de capital, deverão permanecer como vetores-chave de atuação para assegurar o desenvolvimento sustentável das empresas do perímetro de consolidação da Longrun.

A área seguradora da Longrun reafirma também o compromisso com um posicionamento cada vez mais como um parceiro dos seus clientes na prestação de serviços de proteção e assistência de que faz intrinsecamente parte o negócio segurador, mas quer apostar em novos serviços numa lógica mais ampla de criação de uma oferta mais global. Tem apostado de forma crescente no conceito de ecossistema, ou seja, no desenvolvimento de parcerias com entidades de referência de outras áreas de negócio e com valências complementares às seguradoras, com o objetivo de criar propostas de valor mais amplas e competitivas para os seus clientes em áreas como a Mobilidade, a Saúde ou a Assistência.

Em todos estes casos, as novas capacidades digitais permitirão o desenvolvimento de uma oferta capaz de responder às mudanças que são já visíveis ao nível do perfil do cliente, e que seguramente se acentuarão nos próximos anos. Mas o foco será sempre no cliente e nas suas necessidades, mantendo uma perspetiva de proximidade às pessoas que por vezes só é possível atingir através dos canais físicos e do contacto humano.

Por outro lado, a prioridade da expansão internacional continuará a marcar a agenda. Alicerçado nas fortes competências que tem em Portugal, a área seguradora da Longrun pretende posicionar-se como um player de referência nos mercados internacionais em que estiver presente e construir um caminho claro de crescimento fora do seu mercado doméstico, analisando oportunidades de entrada em mercados atrativos e em que possa ter uma vantagem competitiva.

Os próximos anos serão certamente decisivos para o crescimento sustentável num negócio segurador que está em significativa transformação. A Longrun, suportada no apoio dos seus acionistas, nas fortes capacidades operacionais de que dispõe e na motivação da sua equipa está confiante no sucesso!

EMPRESAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DA LONGRUN

As empresas do perímetro de consolidação da Longrun operam no mercado nacional, através de diversas empresas seguradoras (Fidelidade, Multicare, Fidelidade Assistência, Via Directa e Companhia Portuguesa de Resseguro). Adicionalmente, para além das sucursais, estas empresas estão também presentes no mercado internacional através de empresas seguradoras participadas (nomeadamente, a Universal Seguros, a Garantia e a Fidelidade Macau).

Por fim, a Longrun, através da Fidelidade e Fidelidade Assistência, integra ainda participações estratégicas em empresas de prestações de serviços conexos, com destaque para a Luz Saúde, grupo líder na prestação de cuidados de saúde em Portugal. Estas participações seguem uma lógica de integração vertical no setor segurador e enquadram-se na estratégia do Grupo de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor e de posicionamento crescente enquanto Grupo global de prestação de serviços associados à proteção das pessoas.

Neste âmbito, importa proceder a uma breve apresentação destas empresas (não exaustiva), que permita um enquadramento geral, nomeadamente no que se refere aos acontecimentos mais relevantes do ano 2016, principais indicadores e prioridades para 2017.

FIDELIDADE

Volume de Negócios = 3.601M€

Número de Pessoas = 2.607

Ativo Líquido = 14,7mM€

A Fidelidade é a maior Companhia de Seguros do mercado nacional com forte presença nos ramos Vida e Não Vida, e a cabeça do grupo segurador Fidelidade. A Fidelidade é a grande referência do setor segurador nacional, com uma oferta de produtos e serviços abrangente, disponibilizada através da maior rede de distribuição nacional. Tem também presença a nível internacional através de sucursais como Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

O ano de 2016 ficou marcado pelos seguintes aspetos:

- Reforço da sua presença no mercado nacional, com ganhos de quota de mercado nas principais linhas de negócio;
- Manutenção da tendência de crescimento internacional;
- Reforço da oferta de produtos e na melhoria da qualidade de serviço ao cliente;
- Consolidação e reforço das atuais redes de distribuição multicanal;
- Aposta na digitalização, com impacto na transformação gradual dos processos de negócio e do relacionamento com os clientes numa ótica omnicanal.

Em 2017, a Fidelidade irá manter a sua estratégia de consolidação da posição no mercado português, prosseguindo a aposta na transformação digital do negócio e reforçar o esforço de crescimento internacional através da dinamização das suas operações nos mercados em que já está presente e da avaliação de novas oportunidades de entrada em mercados com forte potencial de crescimento.

VIA DIRECTA

Volume de Negócios = 45,5M€

Número de Pessoas = 84

Ativo Líquido = 72,9M€

A Via Directa - Companhia de Seguros S.A., é a seguradora do grupo Fidelidade vocacionada para a comercialização de seguros através da internet, prestando aos seus clientes um serviço de excelência, tornando o seguro um produto simples, acessível e inovador, suportado nas novas tecnologias.

É atualmente a seguradora líder no segmento das seguradoras especializadas nos canais remotos (internet e telefone).

Na qualidade de gestora da marca OK! Telesseguros, o ano de 2016 ficou marcado pelos seguintes aspetos:

- Desenvolvimento do Programa Good Idea, que tem como foco um conjunto de projetos de inovação em diferentes vertentes de atuação (lançamento de novos produtos, abordagens comerciais distintas, melhorias na qualidade de serviço);
- Renovação da Certificação do Bureau Veritas Certification no âmbito dos produtos Automóvel, Multirrisco Habitação, Acidentes Pessoais e Saúde, segundo a norma NP EN ISO 9001:2008;
- Lançamento da nova APP de Clientes por parte da OK!Telesseguros;
- Desenvolvimento do cartão de saúde digital.

Em 2017, a Via Directa irá prosseguir a sua estratégia atual de reforço da posição atual no mercado, com especial enfoque na implementação dos projetos de inovação previstos no âmbito do Programa Good Idea.

COMPANHIA PORTUGUESA DE RESSEGUROS

Volume de Negócios = 2,2M€

Ativo Líquido = 15,7M€

A Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (CPR) tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida em Portugal bem como no estrangeiro. Para além da gestão do portfólio existente, a empresa tem vindo a aproveitar algumas oportunidades de novo negócio que decorrem em grande medida da sua inclusão no âmbito do Grupo segurador Fidelidade.

O ano de 2016 ficou marcado pelo reforço do posicionamento da Companhia como resseguradora do Grupo, com especial enfoque na área internacional, com a subscrição dos seguintes tratados:

- Retenção com a Fidelidade Espanha nomeadamente em Acidentes Pessoais, Responsabilidades e Automóvel;
- Stop Loss com a Fidelidade - Companhia de Seguros S.A. (sucursal Não Vida), com sede em Maputo, República de Moçambique, para o ramo Saúde.

Para 2017 perspetiva-se o aprofundamento das sinergias proporcionadas pelo seu enquadramento acionista, em particular na vertente de internacionalização do negócio.

UNIVERSAL SEGUROS

Volume de Negócios = 63,7M€

Número de Pessoas = 186

Ativo Líquido = 99,7M€

Desde 2011 que a Fidelidade marca presença em Angola através da seguradora angolana Universal Seguros, na qual detém uma participação maioritária no capital social. A Universal Seguros tem participado ativamente no desenvolvimento da economia angolana, através da oferta global de produtos de seguros, e procurando diferenciar-se pelas suas capacidades técnicas e nível de serviço.

Dotada de uma estrutura ágil e moderna no contexto do mercado segurador angolano, e apoiando-se nas sinergias com os seus acionistas, a Universal tem vindo a crescer de forma significativa e rentável, sustentando-se em fortes capacidades operacionais e elevado rigor na análise e gestão dos riscos.

A Universal Seguros tem vindo a consolidar a sua posição de referência no mercado através da afirmação da sua marca, da construção de uma gama cada vez mais completa de produtos para empresas e particulares, e do desenvolvimento de novos canais de distribuição.

O ano de 2016 foi um ano importante no reforço deste posicionamento, destacando-se o seguinte:

- Consolidação das parcerias com a banca na distribuição de seguros e a abertura de novas lojas de mediação e agências na província de Luanda e de Benguela e uma representação no Lubango;
- Desenvolvimento de uma abordagem específica para os clientes chineses (particulares e empresas) presentes em Angola, com a abertura de uma agência em Luanda e de uma loja de mediação no Huambo, ambas com data de abertura até ao final do primeiro trimestre de 2017.

Para o ano de 2017 a Universal tem por objetivo prosseguir a sua estratégia de desenvolvimento do negócio em Angola, mantendo a tendência de crescimento de anos anteriores. A empresa prevê ainda proceder a uma atualização da sua imagem e marca e lançar a marca Multicare para os seguros da área de saúde.

FIDELIDADE (MACAU)

Volume de Negócios = 13,8M€

Número de Pessoas = 28

Ativo Líquido = 62,6M€

A Fidelidade decidiu em 2015 reforçar a sua presença em Macau através da constituição de uma seguradora Não Vida de direito local. Esta seguradora, Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A., iniciou a sua operação em 1 de outubro de 2015, integrando, por aquisição, o património da sucursal Não Vida da Fidelidade neste território, extinta nesta data.

A Fidelidade Macau tem como objetivo a exploração do segmento Não Vida em Macau, assegurando a disponibilização de uma oferta diversificada de produtos e soluções para particulares e empresas, específica para as necessidades deste mercado.

Em 2016, a Fidelidade Macau apostou numa estratégia multicanal de distribuição de produtos, alcançando uma quota de mercado de 6%.

Para 2017, as principais linhas de orientação estratégica passam pelo reforço da parceria com o BNU, na eficiência operacional e na prestação de um serviço de qualidade acrescida e de proximidade juntos dos seus clientes.

GARANTIA SEGUROS

Volume de Negócios = 12,1M€

Número de Pessoas = 100

Ativo Líquido = 26,3M€

A Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. é líder no mercado segurador cabo-verdiano e, há 6 anos consecutivo, é distinguida como a marca em que os cabo-verdianos mais confiam.

A empresa está direcionada para a exploração dos ramos Vida e Não Vida, apresentando um diversificado leque de soluções de proteção destinadas a particulares, empresas e profissionais liberais e tem desenvolvido uma estratégia multicanal na distribuição dos produtos, respondendo de forma mais eficaz às necessidades do mercado cabo-verdiano.

Em 2016, destacam-se como principais marcos:

- Celebração do 25º aniversário da Garantia;
- Mudança de identidade visual, aproximando-se da imagem da Fidelidade, o que lhe tem dado maior visibilidade internacional e ajudado na consolidação do segmento “Emigrantes”.

Em 2017 a Garantia continuará a apostar na qualidade e inovação como estratégia de diferenciação face à concorrência e prevê uma maior dinamização do negócio, tendo por base um reforço dos canais de distribuição, a reformulação da oferta de produtos na área Automóvel e Multirriscos e o lançamento do novo seguro de saúde, inédito no mercado cabo-verdiano.

FIDELIDADE CAR SERVICE

Volume de Negócios = 5,9M€

Número de Pessoas = 25

Ativo Líquido = 5,9M€

A Fidelidade Car Service (FCS) é a marca sob a qual a CETRA – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. desenvolve a atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis.

No ano de 2016 destacam-se as seguintes atividades:

- Remodelação da oficina dos Olivais, incluindo a criação de uma nova área de serviços rápidos de colisão e repintura automóvel, que permite reparar os pequenos danos de uma forma mais eficiente e eficaz;
- Lançamento de um serviço inovador através de uma plataforma WEB acessível por e-mail ou smartphone que permite aos clientes efetuarem o acompanhamento da reparação da sua viatura, desde o primeiro contacto efetuado pelo perito, para marcação da peritagem, até à entrega da viatura reparada.

Em 2017 a FCS prevê continuar a aumentar a sua atividade, melhorando a taxa de utilização da capacidade instalada nas suas três unidades, e consolidar os processos de negócio no sentido de melhorar a satisfação dos clientes.

GEP

Volume de Negócios = 21,1M€

Número de Pessoas = 58

Ativo Líquido = 4,1M€

A GEP – Gestão de Peritagens, S.A. é a empresa responsável pelas peritagens e averiguações das seguradoras da Fidelidade.

Em 2016, registaram-se como acontecimentos mais relevantes os seguintes:

- Renovação da Certificação da qualidade ISO 9001;
- Melhoria de ferramentas informáticas, tais como a Gep Expert, GePoP e a SCAPA;
- Lançamento de nova plataforma web: Gep Contact.

Para o ano de 2017, para além da continuação da aposta na qualidade dos serviços prestados, na eficiência operacional e na criação de serviços diferenciadores na área digital, a GEP irá prosseguir o investimento na inovação e na internacionalização dos seus serviços, nomeadamente nos mercados emergentes de África, tendo como objetivo principal a prestação de serviços às seguradoras do grupo que aí operam.

FIDELIDADE PROPERTY

Volume de Negócios = 124,8M€

Número de Pessoas = 62

Ativo Líquido = 1,3 mM€

As empresas Fidelidade Property Europe e Fidelidade Property International são as empresas do Grupo que têm como objetivo a gestão de imobiliário, área que tem vindo a ganhar peso no portfolio de investimentos da área seguradora.

Estas empresas têm vindo, nos últimos anos, a realizar um conjunto de novos investimentos relevantes na área imobiliária, quer em Portugal quer em localizações de referência no mundo (Londres, Nova Iorque, Tóquio, Sidney e Milão), reforçando o posicionamento do Grupo enquanto investidor de referência nesta área em Portugal e no estrangeiro.

O ano de 2016 foi um ano de grande relevância para estas empresas, havendo a destacar os seguintes aspetos:

- Prossecução da política de otimização do atual parque imobiliário em Portugal;
- Reforço do portfolio internacional com aquisições no Reino Unido e no Japão;
- Continuação dos atuais projetos em curso de reabilitação urbana em Lisboa;
- Reforço da estrutura e das competências internas para fazer face aos novos desafios;

Em 2017, estas empresas deverão prosseguir a sua estratégia atual de otimização do portfólio atual e de desenvolvimento de novos projetos com um perfil adequado de retorno e de risco, contribuindo de forma decisiva para a rentabilidade e solidez do portfólio de investimentos das seguradoras do grupo.

SAFEMODE

Volume de Negócios = 1,8M€

Número de Pessoas = 33

Ativo Líquido = 855,3 mil €

A Safemode é a marca sob a qual a EAPS – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. desenvolve e presta serviços de Análise de Risco, de Segurança e Saúde no trabalho, bem como de Medicina no trabalho.

Em 2016, a Safemode, no âmbito do Grupo Fidelidade, continuou a apoiar o negócio segurador no âmbito da análise de risco e da medicina no trabalho, tendo introduzido algumas inovações, como sejam as análises de risco remotas.

Em 2017 a empresa deverá prosseguir a sua aposta na inovação em termos de análise de risco para os vários ramos e no desenvolvimento do negócio de Medicina no trabalho, contribuindo de forma decisiva para a competitividade da Fidelidade nas várias linhas de negócio.

LUZ SAÚDE

A Luz Saúde é um dos maiores grupos de prestação de cuidados de saúde no mercado português, prestando os seus serviços através de 20 unidades (oito hospitais privados, um hospital do SNS em regime de Parceria Público-Privada (PPP), duas clínicas de cuidados continuados, sete clínicas privadas a operar em regime de ambulatório e duas residências sénior) e está presente nas regiões Norte, Centro e Centro-Sul de Portugal.

O ano de 2016 foi um ano de grande relevância para a Luz Saúde, havendo a destacar os seguintes aspetos:

- Manutenção da trajetória de crescimento de receitas, em grande medida impulsionado pela atividade no segmento de cuidados de saúde privados;
- Concretização da aquisição do Hospital Privado de Guimarães (atualmente Hospital Luz Saúde Guimarães) e da clínica Clihotel de Gaia, que possibilitaram o alargamento da oferta em cerca de 200 camas para um total de 1.395 camas;
- Reforço de sinergias com o negócio segurador da Fidelidade, através do aumento de volumes de negócio na área da saúde e dos acidentes de trabalho nas unidades existentes, e com a abertura no Porto de uma unidade específica da Fidelidade para apoio a sinistrados de acidentes de trabalho;
- Investimento significativo na expansão de unidades existentes na zona de Lisboa, com o início dos processos de construção das novas áreas de expansão do Hospital da Luz Lisboa e do Hospital da Luz Oeiras, com vista ao aumento da capacidade instalada e alargamento do portfólio de serviços prestados;
- Adicionalmente, na zona norte do país, o Grupo procedeu ainda à expansão do Hospital da Luz Arrábida e à aquisição de um terreno em Vila Real, com o objetivo de reforçar a presença nesta área.

Em 2017, a Luz Saúde irá manter o enfoque em alavancar a elevada procura que se verifica pelos seus serviços no segmento privado de cuidados de saúde, continuando a melhorar a utilização da capacidade nas unidades atuais e, em consequência, a rentabilidade global. Em paralelo, continuará também a desenvolver os projetos de expansão já referidos, procurando reforçar a capacidade instalada.

MULTICARE

Volume de Negócios = 229,1M€

Número de Pessoas = 224

Ativo Líquido = 146,5M€

Líder no mercado de seguros de saúde, a Multicare é a única seguradora que obteve a Certificação da Qualidade para a conceção, desenvolvimento, gestão e comercialização de seguros de saúde. Pautando a sua conduta por elevados padrões de qualidade e numa ótica de proximidade com o seu Cliente, a Multicare proporciona o acesso à maior rede privada de prestadores de cuidados de saúde e, também, a um vasto conjunto de serviços de saúde e bem-estar.

O ano de 2016 foi um ano de grande relevância para a Multicare, havendo a destacar os seguintes aspetos:

- Reforço da liderança de mercado;
- Renovação da sua gama de produtos, através de uma nova oferta. Simplificada e atrativa, esta nova oferta garante uma proteção mais completa, eficaz e adaptada à realidade individual;
- Participação ativa na estratégia de internacionalização do Grupo Fidelidade, exponenciando o sucesso alcançado em Angola, a Multicare apostou agora nos mercados de seguros de saúde de Cabo Verde e Moçambique, sendo objetivo operar nos mesmos já em 2017;
- Lançamento da cobertura "Orientação Médica Online" a qual permite que o Cliente, a partir de casa, obtenha esclarecimentos para as suas dúvidas e preocupações. Esta orientação passa pelo acesso a equipas médicas altamente especializadas e com capacidade técnica para, designadamente, confirmar diagnósticos, indicar os tratamentos mais adequados, prover orientação nutricional e realização de testes sobre hábitos de vida saudáveis;

Como objetivo para 2017 a Multicare pretende, norteadas pelo espírito de melhoria contínua, manter o investimento no crescimento sustentado da sua atividade. Como vetor essencial para o incremento da qualidade do serviço, a aposta na inovação continuará a ser uma realidade. Neste sentido, a nova oferta, lançada em 2016, será alargada à restante carteira individual; desta forma, poder-se-á proporcionar às famílias uma proteção adaptada às diferentes fases da vida e em face de grandes riscos, bem como na prevenção.

A Telemedicina consubstancia-se, igualmente, numa aposta para 2017. Para além de disponibilizar uma plataforma de triagem e aconselhamento médico telefónico e online, com acompanhamento por teleconsulta, bem como a criação de mecanismos de prevenção e incremento de hábitos de vida saudáveis e de autocontrolo de indicadores de acompanhamento perante a presença de doença crónica.

FIDELIDADE ASSISTÊNCIA – COMPANHIA DE SEGUROS

Volume de Negócios = 48,6M€

Número de Pessoas = 166

Ativo Líquido = 69,5M€

A Fidelidade Assistência opera no mercado segurador explorando os ramos de Assistência e Proteção Jurídica. O seu negócio baseia-se maioritariamente no resseguro aceite em Portugal e a maioria da sua faturação tem origem nas Companhias de Seguros do Grupo Fidelidade.

Relativamente à atividade desenvolvida em 2016, é de destacar o seguinte:

- Aumento significativo do seu volume de negócios;
- No plano da Solvência II que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016 e com base nas atividades desenvolvidas neste âmbito, perspetiva-se uma situação de grande conforto relativamente ao nível de Solvência da Companhia;
- No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade e em resultado dos inquéritos de satisfação efetuados aos Segurados, a Fidelidade Assistance, atingiu em 2016, um nível de Satisfação Global de 8,72 (escala de 1 a 10) e um Net Promoter Score de 63.

No ano de 2017 serão aprofundados os principais vetores de desenvolvimento da Companhia, nomeadamente:

- i) processo de digitalização que teve início em setembro de 2016 com o lançamento da App para Clientes e que culminará com o lançamento da App para Prestadores tornando a empresa totalmente digital;
- ii) projeto de internacionalização assente na forte dinamização comercial das operações em Angola e Moçambique.

FIDELIDADE – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA, S.A.

Volume de Negócios = 1,6M€

Número de Pessoas = 4

Ativo Líquido = 2,1M€

A Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. tem como objeto social a representação e assistência de seguradoras estrangeiras e a prestação de serviços na esfera da gestão de sinistros de seguradoras nacionais e estrangeiras. A Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. partilha recursos humanos e tecnológicos com a sua acionista Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A, o que lhe confere uma capacidade acrescida de gestão e de orientação para o resultado, sempre na perspetiva de encontrar as melhores soluções técnicas e os serviços mais adequados.

No exercício de 2016 é de destacar os seguintes acontecimentos:

- Os serviços a seguradoras nacionais de apoio à gestão de sinistros continuam a constituir-se como a linha de negócio mais importante. A linha de negócio que registou o maior crescimento foi a gestão de sinistros no âmbito da carta verde e da 4ª Diretiva Europeia com a consolidação da gestão de sinistros do Gabinete Português de Carta Verde;
- Renovação uma vez mais da sua Certificação de Qualidade segundo o referencial da norma NP EN ISO 9001:2008.

Em 2017, a Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. irá dinamizar comercialmente as linhas de negócio existentes, com especial enfoque nas relativas à Representação e Assistência a Seguradoras Estrangeiras e à Gestão de Sinistros no Âmbito da Carta Verde e da 4ª Diretiva Europeia.

CARES MULTIASSISTANCE

Volume de Negócios = 10,9M€

Número de Pessoas = 48

Ativo Líquido = 3,4M€

A CARES Multiassistance, S.A. (CMA) tem como objeto social a prestação de serviços de reparação, restauro e montagem e melhoramentos a realizar em imóveis e respetivos recheios, na qual é líder de mercado. A CMA manteve o seu core principal como empresa que gere processos de sinistro de patrimoniais tendo como clientes as principais companhias de seguros a operar em Portugal.

Para o ano de 2016 é de destacar os seguintes acontecimentos:

- Reforço da posição de mercado através da exploração de outras contas do mercado segurador, mantendo-se a Fidelidade como o principal Cliente;
- Aumento dos níveis de qualidade e eficiência com todos os Clientes, com especial foco na melhoria contínua dos fluxos processuais, salientando-se a melhoria dos indicadores de Qualidade com todos os clientes ao nível do NPS (Net Promoter Score);
- Manutenção do plano de eficiência na gestão de processos de reparação direta, através da consolidação das unidades próprias já existentes (Lisboa, Porto, Coimbra e Caldas da Rainha). Adicionalmente, manteve-se o reforço da rede técnica própria ao nível da gestão de sinistros em Risco Elétrico. Relativamente à linha de negócio de Danos Água, as unidades de reparação integradas na CMA tiveram a gestão de 80% do volume de atividade;
- Renovação da extensão da certificação no âmbito da qualidade pelo referencial da norma ISO 9001:2008.

Para 2017, a CMA tem como principais linhas estratégicas o crescimento do volume de atividade e a consolidação das suas linhas de negócio com Clientes atuais e projetos piloto entretanto iniciados no final de 2016.

GESTÃO DE RISCOS

i. Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

O Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva Solvência II, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016.

Aguarda-se a publicação por parte da Autoridade de Supervisão de Seguradoras e Fundos de Pensões (ASF) de um conjunto de normas destinadas a completar as necessidades regulamentares resultantes daquela transposição.

As alterações introduzidas por este novo regime foram significativas e abrangentes, quer ao nível da avaliação e gestão dos riscos, quer ao nível do sistema de governação, quer ainda ao nível das exigências de reporte.

No contexto da fase de preparação para a sua aplicação, que decorreu desde 1 de janeiro de 2014 foi desenvolvido um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos previstos.

A implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, foi sempre entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade do grupo segurador, detido pela Longrun.

Assim, relativamente ao sistema de governação, as empresas seguradoras detidas pela Longrun, possuem políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade.

As funções-chave estabelecidas no âmbito deste sistema encontram-se atribuídas aos seguintes órgãos da Fidelidade: Direção de Gestão de Risco (função atuarial e função de gestão de risco), Direção de Auditoria e Gabinete de Compliance.

A par das áreas com funções-chave, a gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é também assegurada pelos seguintes Comitês: Comité de Risco; Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição; Comitês de Produtos, Vida e Não Vida.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

No que respeita às exigências de reporte previstas no novo regime de solvência, as seguradoras da área seguradora da Longrun, no âmbito da informação de abertura, com data de referência a 1 de janeiro de 2016, remeteram a informação anual incorporada nos mapas de reporte quantitativo (Quantitative Report Templates – QRT), bem como a respetiva informação qualitativa, as quais foram sujeitas a certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável, nos termos da regulamentação emitida pela ASF.

Também durante o ano de 2016 foi iniciado o reporte trimestral quantitativo em regime Solvência II.

Em relação à autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), foi efetuado o respetivo exercício anual, tendo reportado à ASF os seus resultados através do envio do respetivo relatório de supervisão.

Finalmente, e ainda no contexto do primeiro exercício sob o regime Solvência II, foi também reportado à ASF informação atualizada relativamente ao seu sistema de governação.

Desta forma, as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do regime Solvência II, bem como as atividades, ainda em curso, destinadas à sua consolidação, colocam as seguradoras detidas pela Longrun num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

ii. Gestão de riscos financeiros e contabilidade de cobertura

A área seguradora da Longrun realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação e refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional. Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor, apurado com base em cotações obtidas em mercados ativos ou em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado.

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição das empresas do perímetro de consolidação da Longrun a riscos inerentes à sua atividade, designadamente o risco de flutuação cambial. Para todas as operações relativas a derivados de cobertura, as empresas no perímetro de consolidação preparam a necessária documentação formal, nos termos definidos pelas IAS39.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto), sendo que, de forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas e as valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos financeiros.

A área seguradora da Longrun começou a utilizar contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Os mais de 200 anos de experiência na proteção das famílias e das empresas sustentam a credibilidade das seguradoras detidas pela Longrun, que tem provado e comprovado a sua solidez ao estar sempre presente quando as pessoas mais precisam.

Para a área seguradora da Longrun, a Responsabilidade Social assenta antes de mais no desenvolvimento de produtos e soluções que, para além de serem relevantes para o desenvolvimento do negócio, permitem também responder a questões de amplo interesse social e a situações que podem provocar grandes desigualdades.

Assim, no âmbito dos nossos produtos e serviços apostamos na melhoria das coberturas e na prevenção. Neste objetivo incluem-se, por exemplo, a criação de soluções mais abrangentes no âmbito do seguro automóvel e de acidentes pessoais, as iniciativas recentes de check-ups gratuitos para os segurados da Multicare ou a colaboração entre a Fidelidade e a Luz Saúde no rastreio precoce do cancro.

Por outro lado, no dia-a-dia, através do programa Wecare enquadrámos todas as atividades que desenvolvemos no âmbito da assistência aos sinistrados e que vão muito para além das nossas obrigações contratuais. Desta forma, tentamos mitigar os danos e o sofrimento que resultam de acidentes e adversidades de que foram vítimas e promover a sua reintegração na sociedade da melhor forma possível.

Mas esta aposta decidida pela sustentabilidade no âmbito dos nossos produtos e serviços enquanto seguradores, não nos afasta do nosso papel em outras iniciativas de responsabilidade social. Assim, definimos as áreas prioritárias que, pela natureza da atividade seguradora, devem orientar a maior parte das nossas iniciativas de responsabilidade social:

- Acompanhamento e reintegração de pessoas que sofreram acidentes graves;
- Educação e literacia financeira;
- Empreendedorismo;
- Combate à pobreza e exclusão social;
- Promoção da saúde e de estilos de vida mais saudáveis.

Estamos a iniciar atualmente um trabalho de reorganização dos nossos apoios: queremos maximizar o nosso impacto social e acompanhar projetos cada vez mais estruturantes e relacionados com a nossa atividade.

O desempenho da área seguradora da Longrun em termos de Responsabilidade Social é partilhado com as partes interessadas através do exercício de reporting, sendo publicado um Relatório de Sustentabilidade com periodicidade bienal e uma prestação de contas intermédia, ambos certificados por entidade externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o presente relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos os que contribuíram para o desenvolvimento e continua afirmação da empresa, salientando particularmente:

- As autoridades de supervisão, em particular a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo especial acompanhamento do setor e intervenção oportuna;
- A Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das seguradoras em áreas de interesse comum;
- A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da atividade;
- As redes de distribuição de seguros e os resseguradores das empresas detidas pela Longrun, pela motivação, espírito de equipa, abertura e empenhamento evidenciados no desenvolvimento do nosso negócio;
- Os colaboradores de todas as empresas detidas pela Longrun, que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização das respetivas empresas;
- Os clientes pela sua preferência e pelo estímulo permanente de melhoria da qualidade de serviço.

Lisboa, 5 de maio de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lan KANG – Presidente

Wai Lam William MAK – Vogal

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

ATIVO	Notas	2016			2015
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4 e 11	998.421.773	-	998.421.773	2.092.255.173
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	5 e 11	117.006.817	-	117.006.817	70.101.641
Ativos financeiros detidos para negociação	6 e 11	7.770.368	-	7.770.368	957.920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6 e 11	666.611.044	-	666.611.044	888.551.392
Derivados de cobertura	7 e 11	22.768.708	-	22.768.708	1.285.939
Ativos disponíveis para venda	8 e 11	9.231.138.157	-	9.231.138.157	8.659.317.011
Empréstimos e contas a receber	9 e 11	1.011.170.690	-	1.011.170.690	686.960.936
Depósitos junto de empresas cedentes	9	875.620	-	875.620	948.511
Outros depósitos	9	954.405.677	-	954.405.677	666.319.298
Empréstimos concedidos	9	55.859.293	-	55.859.293	19.089.659
Outros	9	30.100	-	30.100	603.468
Terrenos e edifícios	10 e 11	2.275.155.434	(88.428.229)	2.186.727.205	1.488.191.227
Terrenos e edifícios de uso próprio	10	517.884.943	(88.428.229)	429.456.714	370.690.500
Terrenos e edifícios de rendimento	10	1.757.270.491	-	1.757.270.491	1.117.500.727
Outros ativos tangíveis	11 e 12	272.692.472	(222.485.914)	50.206.558	41.357.923
Inventários	13	10.790.077	(64.553)	10.725.524	8.795.157
Goodwill	14	446.387.408	-	446.387.408	428.745.379
Outros ativos intangíveis	15	76.362.989	(57.371.945)	18.991.044	20.315.840
Provisões técnicas de resseguro cedido		181.395.026	-	181.395.026	163.357.497
Provisão para prémios não adquiridos	16	29.492.490	-	29.492.490	29.351.516
Provisão matemática do ramo vida	16	11.256.504	-	11.256.504	12.439.196
Provisão para sinistros	16	140.646.032	-	140.646.032	121.566.785
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	34	8.739.168	-	8.739.168	14.038.385
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		534.443.454	(59.418.744)	475.024.710	274.801.969
Contas a receber por operações de seguro direto	17	215.393.137	(27.682.953)	187.710.184	154.710.156
Contas a receber por outras operações de resseguro	17	21.777.112	(6.665.093)	15.112.019	13.448.778
Contas a receber por outras operações	17	297.273.205	(25.070.698)	272.202.507	106.643.035
Ativos por impostos		431.478.819	-	431.478.819	274.247.293
Ativos por impostos correntes	18	6.361.642	-	6.361.642	1.895.135
Ativos por impostos diferidos	18	425.117.177	-	425.117.177	272.352.158
Acréscimos e diferimentos	19	67.564.303	-	67.564.303	73.185.552
TOTAL ATIVO		16.359.896.707	(427.769.385)	15.932.127.322	15.186.466.234

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2016	2015
PASSIVO			
Provisões técnicas		3.853.123.627	3.850.782.693
Provisão para prémios não adquiridos	20	288.772.388	276.022.906
Provisão matemática do ramo vida	20	1.648.505.455	1.632.994.332
Provisão para sinistros		1.744.947.090	1.758.685.590
De vida	20	121.052.056	124.623.114
De acidentes de trabalho	20	795.587.309	788.880.289
De outros ramos	20	828.307.725	845.182.187
Provisão para participação nos resultados	20	68.711.825	68.765.439
Provisão para compromissos de taxa	20	7.025.239	5.626.534
Provisão para estabilização de carteira	20	21.750.883	25.272.158
Provisão para desvios de sinistralidade	20	24.056.289	22.471.715
Provisão para riscos em curso	20	49.354.458	60.944.019
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	21	8.293.190.335	8.075.643.230
Passivos financeiros detidos para negociação	22	15.072.639	18.448.784
Outros passivos financeiros		652.220.473	398.025.999
Derivados de cobertura	7 e 22	13.469.282	4.406.362
Depósitos recebidos de resseguradores	22	47.570.755	37.699.297
Empréstimos	22	562.887.131	334.622.872
Outros	22	28.293.305	21.297.468
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	34	439.209	257.321
Outros credores por operações de seguros e outras operações		264.872.305	203.471.066
Contas a pagar por operações de seguro direto	23	101.776.036	93.201.791
Contas a pagar por outras operações de resseguro	23	29.047.703	40.948.731
Contas a pagar por outras operações	23	134.048.566	69.320.544
Passivos por impostos		298.564.884	213.372.962
Passivos por impostos correntes	18	43.161.880	66.244.419
Passivos por impostos diferidos	18	255.403.004	147.128.543
Acréscimos e diferimentos	24	162.467.198	160.673.895
Outras Provisões	25	140.532.302	188.589.286
TOTAL PASSIVO		13.680.482.972	13.109.265.236
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	26	50.000	50.000
Outros instrumentos de capital	26	1.598.750.000	1.598.750.000
Reservas de reavaliação		187.502.961	248.256.978
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	27	24.777.100	91.557.470
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	27	106.470.627	72.992.202
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	27	(4.092.767)	(216.027)
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	27	43.109.385	-
De diferenças de câmbio	27	17.238.616	83.923.333
Reserva por impostos diferidos	27	(18.803.051)	(45.241.702)
Outras reservas	27	(83.758.398)	(243.162.394)
Resultados transitados	27	67.154.263	(14.178.243)
Resultado do exercício	27	186.274.547	254.770.311
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		1.937.170.322	1.799.244.950
Interesses não controlados	28	314.474.028	277.956.048
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES NÃO CONTROLADOS		2.251.644.350	2.077.200.998
TOTAL PASSIVO, INTERESSES NÃO CONTROLADOS E CAPITAL PRÓPRIO		15.932.127.322	15.186.466.234

Demonstração dos Resultados Consolidados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2016				2015
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro		321.054.630	1.098.280.274	-	1.419.334.904	1.300.910.513
Prêmios brutos emitidos	29	335.640.762	1.278.419.272	-	1.614.060.034	1.473.251.710
Prêmios de resseguro cedido	29	(14.829.847)	(163.376.765)	-	(178.206.612)	(160.785.981)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	20 e 29	229.622	(18.126.345)	-	(17.896.723)	(10.067.791)
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	16 e 29	14.093	1.364.112	-	1.378.205	(1.487.425)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	30	2.551.811	-	-	2.551.811	2.306.164
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(257.090.808)	(792.762.753)	-	(1.049.853.561)	(1.020.519.047)
Montantes pagos		(260.299.515)	(828.419.598)	-	(1.088.719.113)	(1.036.198.868)
Montantes brutos	31 e 32	(268.902.533)	(897.507.986)	-	(1.166.410.519)	(1.089.095.402)
Parte dos resseguradores	31	8.603.018	69.088.388	-	77.691.406	52.896.534
Provisão para sinistros (variação)		3.208.707	35.656.845	-	38.865.552	15.679.821
Montante bruto	31	3.569.348	16.231.948	-	19.801.296	1.557.927
Parte dos resseguradores	31	(360.641)	19.424.897	-	19.064.256	14.121.894
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	31	2.122.570	10.015.910	-	12.138.480	(2.541.834)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		(4.306.026)	-	-	(4.306.026)	47.467.573
Montante bruto	20 e 31	(3.148.319)	-	-	(3.148.319)	45.479.789
Parte dos resseguradores	31	(1.157.707)	-	-	(1.157.707)	1.987.784
Participação nos resultados, líquida de resseguro	20 e 31	(9.629.810)	(29.783)	-	(9.659.593)	(41.506.608)
Custos e gastos de exploração líquidos		(87.370.457)	(299.865.808)	-	(387.236.265)	(381.515.276)
Custos de aquisição	32	(69.175.248)	(252.225.640)	-	(321.400.888)	(307.941.574)
Custos de aquisição diferidos (variação)	20	61.720	1.359.796	-	1.421.516	261.555
Gastos administrativos	32	(20.688.607)	(82.060.746)	-	(102.749.353)	(97.569.736)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	32	2.431.678	33.060.782	-	35.492.460	23.734.479
Rendimentos		259.006.015	60.313.263	73.525.937	392.845.215	428.579.226
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	35	237.559.319	40.144.500	1.422.668	279.126.487	347.313.157
Outros	35	21.446.696	20.168.763	72.103.269	113.718.728	81.266.069
Gastos financeiros		(3.421.847)	(9.677.825)	(21.195.605)	(34.295.277)	(26.101.916)
De outros	32 e 36	(3.421.847)	(9.677.825)	(21.195.605)	(34.295.277)	(26.101.916)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		796.932	48.684.179	6.315.259	62.966.370	165.468.590
De ativos disponíveis para venda	37	156.762.514	48.684.179	6.315.259	211.761.952	354.334.446
De empréstimos e contas a receber	37	(83.484)	-	-	(83.484)	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	21 e 37	(148.712.098)	-	-	(148.712.098)	(187.551.641)
De outros	37	-	-	-	-	(1.314.215)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(47.759.786)	(29.545.745)	(4.023.113)	(81.328.644)	(17.043.464)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	38	(55.502.876)	(17.383.395)	(4.034.010)	(76.920.281)	(37.314.963)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	38	7.450.543	(7.218.108)	10.897	243.332	16.836.701
De outros	38	292.547	(4.944.242)	-	(4.651.695)	3.434.798
Diferenças de câmbio	39	27.516.275	11.356.094	2.345.209	41.217.578	44.324.114
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	40	-	12.218.743	66.704.126	78.922.869	50.740.276
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		(142.207.206)	(45.669.001)	3.146.194	(184.730.013)	(184.785.684)
De ativos disponíveis para venda	41	(142.196.609)	(43.391.912)	(4.148.177)	(189.736.698)	(223.533.507)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	41	(10.597)	(5.519)	215.767	199.651	496.540
De outros	41	-	(2.271.570)	7.078.604	4.807.034	38.251.283
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	42	523.754	932.093	-	1.455.847	2.542.217
Outros rendimentos/gastos	43	-	-	12.606.941	12.606.941	22.484.908
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	14	-	-	24.815.820	24.815.820	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	44	-	-	(6.263.473)	(6.263.473)	1.914.116
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES NÃO CONTROLADOS		68.956.047	64.249.641	157.977.295	291.182.983	392.723.868
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	18	-	-	(102.001.211)	(102.001.211)	(129.882.068)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	18	-	-	32.605.241	32.605.241	38.270.069
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES NÃO CONTROLADOS		68.956.047	64.249.641	88.581.325	221.787.013	301.111.869
Interesses não controlados	28	-	-	(35.512.466)	(35.512.466)	(46.341.558)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27	68.956.047	64.249.641	53.068.859	186.274.547	254.770.311

Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada nos Exercícios de 2016 e 2015

(valores em euros)

	Capital, Ações próprias e Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	
					Prêmios de emissão	Outras reservas
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.037.850.000	536.958.395	(121.034.222)	95.985	-	(402.133.915)
Aplicação do resultado	-	-	-	16.161.674	-	135.103.776
Prestações suplementares	560.950.000	-	-	-	-	-
Ações próprias	-	-	-	148.960	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(311.097.195)	73.886.299	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	(216.027)	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	19.552.734	-	-	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	3.060.989	114.686	-	-	-
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(1.918)	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	1.791.535	-	-	(4.925.528)
Reconhecimento de interesses minoritários	-	-	-	(2.561.403)	-	12.513.774
Outros	-	-	-	-	-	2.434.283
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.598.800.000	248.256.978	(45.241.702)	13.845.216	-	(257.007.610)
Aplicação do resultado	-	-	-	19.274.584	-	176.738.445
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(77.322.429)	21.688.067	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	(3.876.740)	859.481	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	43.109.385	(9.406.249)	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	(56.142.658)	4.369.977	-	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	33.478.425	(2.067.698)	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	3.129.460	-	-	(10.977.253)
Reconhecimento de interesses minoritários	-	-	-	(3.032.392)	-	(22.451.409)
Outros	-	-	7.865.613	139.541	-	(287.520)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.598.800.000	187.502.961	(18.803.051)	30.226.949	-	(113.985.347)

(continuação)

(valores em euros)

	Resultados transitados	Resultado do exercício	sub-total	Interesses não controlados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(8.667.166)	123.696.919	1.166.765.996	315.903.872	1.482.669.868
Aplicação do resultado	(27.568.531)	(123.696.919)	-	-	-
Prestações suplementares	-	-	560.950.000	-	560.950.000
Ações próprias	-	-	148.960	-	148.960
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(237.210.896)	-	(237.210.896)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	(216.027)	-	(216.027)
Diferenças de câmbio	-	-	19.552.734	-	19.552.734
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	3.175.675	-	3.175.675
Alienação de imóveis de uso próprio	1.918	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	(3.133.993)	-	(3.133.993)
Reconhecimento de interesses minoritários	24.314.875	(46.341.946)	(12.074.700)	(37.947.824)	(50.022.524)
Outros	(2.259.339)	-	174.944	-	174.944
Resultado líquido do exercício	-	301.112.257	301.112.257	-	301.112.257
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(14.178.243)	254.770.311	1.799.244.950	277.956.048	2.077.200.998
Aplicação do resultado	58.757.282	(254.770.311)	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(55.634.362)	-	(55.634.362)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	(3.017.259)	-	(3.017.259)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	33.703.136	-	33.703.136
Diferenças de câmbio	-	-	(51.772.681)	-	(51.772.681)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	31.410.727	-	31.410.727
Desvios atuariais	-	-	(7.847.793)	36.517.980	28.670.187
Reconhecimento de interesses minoritários	32.666.162	-	7.182.361	-	7.182.361
Outros	(10.090.938)	-	(2.373.304)	-	(2.373.304)
Resultado líquido do exercício	-	186.274.547	186.274.547	-	186.274.547
Saldos em 31 de dezembro de 2016	67.154.263	186.274.547	1.937.170.322	314.474.028	2.251.644.350

Demonstração do Rendimento Integral Consolidada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

	2016	2015
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	186.274.547	254.770.311
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Varição em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda		
Valor bruto		
Valorização	(65.087.670)	(230.923.958)
Imparidade	155.283.127	205.874.418
Alienação	(154.384.408)	(388.957.969)
Participação dos segurados - produtos vida com participação	(2.591.419)	68.709.466
Diferenças cambiais		
Valor bruto	(10.779.846)	34.535.558
Participação dos segurados - produtos vida com participação	237.787	(334.710)
Imposto diferido	20.758.942	67.500.140
Imposto corrente - produtos vida com participação	929.125	6.386.159
Justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
Valor bruto	(3.876.740)	(216.027)
Imposto diferido	859.481	-
Justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
Valor bruto	43.109.385	-
Imposto diferido	(9.406.249)	-
Varição em valias potenciais referente à conversão de demonstrações financeiras		
Valor bruto	(56.142.658)	19.552.734
Imposto diferido	4.369.976	-
Itens que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Varição em valias potenciais de imóveis de uso próprio		
Valor bruto	33.478.425	3.060.989
Imposto diferido	(2.067.698)	114.686
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	(8.814.648)	(4.107.208)
Benefícios de saúde	(2.162.605)	(818.320)
Imposto corrente	2.246.746	1.440.504
Imposto diferido	882.715	351.031
RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	(53.158.232)	(217.832.507)
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	133.116.315	36.937.804

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Prêmios recebidos, líquidos de resseguro	1.435.853.422	1.312.465.729
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(929.963.362)	(940.433.435)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	(157.170.518)	(155.076.134)
Pagamentos de participações nos resultados, líquidas de resseguro	(6.085.999)	(49.944.516)
Pagamentos a fornecedores	(190.261.417)	(118.984.602)
Pagamentos a empregados	(184.152.322)	(170.415.512)
Contribuições para fundos de pensões	(18.421.934)	(17.785.176)
Outros	(20.094.016)	(9.419.092)
	(70.296.146)	(149.592.738)
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	(35.151.172)	(12.091.483)
Devedores por outras operações	(42.952.968)	17.300.576
Outros ativos	(4.467.628)	(974.529)
	(82.571.768)	4.234.564
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Passivos financeiros relativos a contratos de investimento	72.231.424	196.279.938
Depósitos recebidos de resseguradores	8.398.767	(670.169)
Credores por operações de seguro direto e resseguro	(3.326.783)	23.620.188
Credores por outras operações	66.102.325	11.801.819
Outros passivos	83.420.997	(15.836.127)
	226.826.730	215.195.649
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	73.958.816	69.837.475
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(204.551.143)	(101.518.002)
Caixa líquida das atividades operacionais	(130.592.327)	(31.680.527)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de		
Ativos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas	396.433.786	291.401.514
Ativos disponíveis para venda	3.033.492.918	5.399.515.464
Empréstimos e contas a receber	6.797.096.282	5.376.137.728
Propriedades de investimento	226.764.043	5.203.180
Ativos tangíveis e intangíveis	1.395.174	2.810.670
Rendimentos de ativos financeiros	180.034.466	372.174.690
Outros recebimentos	25.700.942	39.674.587
	10.660.917.611	11.486.917.833
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de		
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(152.680.106)	(332.807.468)
Ativos disponíveis para venda	(3.600.075.548)	(4.838.350.234)
Empréstimos e contas a receber	(7.105.878.527)	(4.660.583.424)
Propriedades de investimento	(49.148.484)	(14.221.460)
Ativos tangíveis e intangíveis	(79.328.405)	(33.358.638)
Outros	(823.009.176)	(461.718.616)
	(11.810.120.246)	(10.341.039.840)
Concentrações de atividades empresariais		
Alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	134.970.776
Aquisição subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(39.943.904)	(117.730.308)
Caixa líquida das atividades de investimento	(1.189.146.539)	1.163.118.461
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros recebidos	2.088.676	-
Outros empréstimos obtidos	228.264.259	10.145.696
Outros juros suportados	(4.447.469)	(1.732.216)
Prestações suplementares	-	560.950.000
Caixa líquida das atividades de financiamento	225.905.466	569.363.480
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(1.093.833.400)	1.700.801.414
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	2.092.255.173	391.453.759
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	998.421.773	2.092.255.173

**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

1. Nota Introdutória

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. ("Longrun" ou "Sociedade") com sede em Lisboa, no Largo de São Carlos, nº 3, foi constituída em 13 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Desde esta data, integra o Grupo Fosun International Holdings Ltd..

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas subsidiárias e associadas, que juntas formam o Grupo Longrun. As companhias de seguros do Grupo participadas pela Sociedade incluem a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade"), Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. ("Via Directa"), Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. ("CPR"), Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. ("Garantia"), Universal Seguros, S.A. ("Universal"), Multicare - Seguros de Saúde, S.A. ("Multicare"), a Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade Assistência") e a Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade Macau").

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, dispõe de subsidiárias em Angola, Cabo Verde e Macau, de Sucursais em Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

No presente relatório será apresentada informação financeira consolidada resultante da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das suas participadas. Foi elaborado a partir das demonstrações financeiras individuais de cada empresa do Grupo, em 31 de dezembro de 2016.

As demonstrações financeiras da Longrun em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de maio de 2017. Na data de emissão das demonstrações financeiras, estava pendente a aprovação pela Assembleia Geral.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação e princípios de consolidação

2.1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 10/2016-R, de 15 de setembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 - "Contratos de seguros", relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2016, o Grupo adotou as IAS/IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2016. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.21. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2016, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos disponíveis para venda e imóveis, tanto de serviço próprio como de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os investimentos a deter até à maturidade e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

2.1.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do Grupo, bem como os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospetivamente.

A consolidação das contas das subsidiárias que integram o Grupo foi efetuada pelo método da consolidação integral. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses não controlados", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das entidades subsidiárias, após harmonização das respetivas políticas contabilísticas, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos, de operações de resseguro e de mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3).

2.2. Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades e deixam de o ser quando o Grupo deixa de ter o respetivo controlo.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses não controlados excedem o interesse que não controlam no capital próprio dessa subsidiária, as perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por fases que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

2.3. Concentrações de atividades empresariais e goodwill

As aquisições de subsidiárias são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos diretamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na IFRS 3 - "Concentrações de atividades empresariais" são registados pelo respetivo justo valor.

O goodwill corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma subsidiária e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O goodwill é registado como um ativo e não é amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na conta de ganhos e perdas do exercício.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 - "Imparidade de ativos". Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos cash-flows futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas anteriores, o goodwill era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das subsidiárias. Tal como permitido pela IFRS 1, o Grupo não efetuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o goodwill gerado em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

2.4. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Consideram-se entidades "associadas" aquelas em que o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da Sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que se inicia a influência significativa, deixando de o ser quando esta cessa. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O goodwill, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes, permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo nas entidades em questão.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada ou empreendimento conjunto e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada ou empreendimento conjunto.

2.5. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada "moeda funcional". Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são convertidos para Euros, a moeda funcional do Grupo, da seguinte forma:

- Ativos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio de fecho;
- Rendimentos e gastos de cada demonstração de resultados são convertidos à taxa de câmbio média do período;
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas na "Reserva de reavaliação de diferenças de câmbio";
- O Capital Próprio das subsidiárias no estrangeiro é convertido à taxa de câmbio histórica do momento da sua realização de acordo com a IAS 21.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação (trade date) pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados nas rubricas "Gastos de investimentos diretos" e em "Comissões por operações de títulos e investimentos". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação (held for trading), que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e

- Ativos financeiros classificados no momento do seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (Fair Value Option). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:

- Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (accounting mismatch) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;

- Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;

- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos com pagamentos fixos ou determináveis e com data de vencimento definida, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em "Outros devedores por operações de seguros e outras operações".

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos disponíveis para venda

Ativos disponíveis para venda, que inclui:

- Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.

Os instrumentos financeiros, a seguir indicados, são classificados como ativos disponíveis para venda no reconhecimento inicial ou que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, nas "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" ou "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Rendimentos", da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos", quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas" e "Ativos disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

v) Desreconhecimento

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

vi) Transferências entre categorias de ativos financeiros

O Grupo segue as regras da IAS 39 e IFRS 7 para a reclassificação de instrumentos financeiros que permitem que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para carteiras de ativos financeiros detidos até à maturidade, disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria, como segue: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros detidos até à maturidade são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

À data, o Grupo não adotou esta possibilidade.

b) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros credores por operações de seguros e outras operações".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na IAS 39;
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados; e
- Seja provável e mensurável com fiabilidade a sua bifurcação (avaliando o custo/benefício das mesmas e a sua materialidade).

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua atividade, designadamente a cobertura do justo valor de ativos em moeda estrangeira (risco de flutuação cambial), a cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira e a cobertura de fluxos de caixa. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação a documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura de justo valor são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor refletida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respetiva maturidade.

No caso dos derivados de cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, desde que a cobertura seja determinada como uma cobertura eficaz, são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em capital próprio. A porção ineficaz dos resultados, caso exista, deverá ser reconhecida em proveitos e custos do exercício.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

O Grupo começou a utilizar a contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivativos que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se trate de microcoberturas, ou por os resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de trading.

Os derivativos de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas", com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em "Rendimentos". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Ativos financeiros detidos para negociação" e "Outros passivos financeiros", respetivamente.

d) Imparidade de ativos financeiros

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda.

De acordo com a IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor;
- Alterações adversas nas condições do setor.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de risco similares. Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

Ativos disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.6. a), os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerado como alerta de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento de imparidade é opcional.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas nas "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas por resultados do exercício se num período subsequente o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem, igualmente, ser revertidas.

2.7. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A IFRS 5 – "Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas" é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados "grupos de ativos e passivos a alienar").

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado, sendo transferidos pelo valor líquido contabilístico à data da reclassificação. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Exista expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

O Grupo não tem ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar.

2.8. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, nas rubricas "Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

2.9. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente na rubrica "Outros ativos tangíveis" e amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio". As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subseqüentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.10. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício. O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.11. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

2.12. Locação financeira

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo no âmbito de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Consideram-se contratos de locação financeira, os contratos cujos riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas periódicas são constituídas pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.13. Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Grupo.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.14. Impostos sobre lucros

As empresas do Grupo, sediadas em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e as empresas sediadas no estrangeiro encontram-se igualmente sujeitas ao mesmo tipo de imposto (Corporate Income Tax) nos termos vigentes nesses países. Ao IRC e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2015 e 2016 é de 22,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 7% sobre o lucro tributável que exceda este valor.

As contas das sucursais do Grupo são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC, nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais das diversas sucursais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91º do Código do IRC em conjunto com as Convenções para evitar a Dupla Tributação.

As empresas do Grupo com sede em Portugal são tributadas em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das subsidiárias que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo às diversas empresas do Grupo com sede em Portugal é registado no balanço como um valor a receber ou a pagar à Longrun Portugal, SGPS, S.A.. O imposto correspondente às diversas empresas do Grupo é refletido na demonstração de resultados e/ou em capital próprio, consoante o caso.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a i) imparidades, ii) provisões temporariamente não aceites fiscalmente, iii) mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda e iv) mais e menos-valias potenciais em terrenos e edifícios.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pelo Grupo foram determinados nos termos da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.15. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As "Outras provisões" destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Grupo.

2.16. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 – “Benefícios dos Trabalhadores”. Os principais benefícios concedidos pelo Grupo correspondem a pensões de reforma e sobrevivência e os benefícios de saúde.

Plano de benefício definido - Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em conformidade com o Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) então vigente para o setor segurador, o Grupo assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data da publicação do IRCT. O montante dessas prestações variava em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram para essa situação no período compreendido entre junho de 1998 e julho de 2005 benefícios com assistência médica vitalícia.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método Unit Credit Projected, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 34). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos serviços passados, o custo das liquidações e o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefício definido, é refletido pelo valor líquido na rubrica de “Gastos com pessoal”. O custo do exercício com encargos de saúde é refletido na rubrica “Outras provisões” (Nota 25).

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em “Gastos com pessoal”.

Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012 e em 29 de janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes IRCT, têm direito a um plano individual de reforma (“PIR”), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelos IRCT acima referidos para a atividade seguradora, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

As contribuições do Grupo, para o plano de contribuição definida, são efetuadas de acordo com o previsto nos IRCT, sendo registadas como um custo do exercício a que respeitam na rubrica de "Gastos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

As responsabilidades relativas ao prémio de permanência, decorrentes da cláusula 42^a do atual IRCT, são calculadas anualmente utilizando métodos atuariais universalmente aceites.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Gastos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.17. Contratos de seguro e contratos de investimento

a) Classificação de contratos

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo é efetuado de acordo com o normativo da ASF. No âmbito da transição para o novo PCES, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela IFRS 4 - "Contratos de seguro", no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser valorizados de acordo com as normas da ASF.

Ao nível de mensuração dos contratos associados a contratos de seguro é tratado por normas específicas emitidas pela ASF.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da demonstração de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro e resseguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro e de resseguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método Pró-rata temporis aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas da ASF, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões homologadas - pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Pensões definidas - estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença;

- Pensões presumíveis – estimativa das responsabilidades com pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas homologadas e definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente Remíveis	Não Remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	5,25%	3,84%
Encargos de gestão	2,40%	3%

A provisão matemática para pensões presumíveis de sinistros de acidentes de trabalho ocorridos no exercício tem por base a estimativa do número de sinistros com incapacidades permanentes (IP's) e morte e a provisão matemática média, considerada como o custo expectável de cada uma destas pensões. Para sinistros ocorridos em exercícios anteriores a variação desta provisão corresponde à diferença entre o montante pago de pensões e remições deduzido do juro técnico estimado e a variação da provisão para pensões homologadas e definidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT - Fundo de Acidentes de Trabalho. O Grupo efetua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsado pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade da ASF, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas companhias seguradoras e pelos tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativa a despesas com carácter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. Por recurso a matrizes de desenvolvimento mensais é estimada a quantidade de sinistros ocorridos no exercício, a qual é multiplicada pelo custo médio estimado de despesas de assistência temporária dos sinistros ocorridos em 2015 e 2016, por forma a obter o custo do exercício para este tipo de despesa. Para sinistros de exercícios anteriores a variação da provisão corresponde aos montantes pagos de despesas com assistência temporária registados contabilisticamente.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de carácter vitalício e é composta por:

- Provisão para assistência vitalícia declarada - diz respeito a despesas de carácter vitalício, com sinistrados beneficiários de pensão, cuja data do serviço ocorra 730 dias após a data de início da pensão;
- Provisão para assistência vitalícia presumível - despesas de carácter vitalício relativas a sinistros já ocorridos mas que ainda não apresentam despesas.

Esta provisão é calculada com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	3,84%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

A provisão para assistência vitalícia presumível é calculada utilizando metodologia similar à descrita para a provisão matemática para pensões presumíveis.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por subsinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Análise de suficiência da provisão para sinistros

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada através da realização de estudos atuariais ao longo do ano.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e custos com sinistros, que utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão matemática do ramo vida

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da Companhia de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

f) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Esta provisão inclui os saldos com origem nas mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros até 2007, as quais eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras. Reflete ainda o valor líquido das mais e menos-valias potenciais subsequentes (ajustamentos de justo valor) relativo aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos.

Esta provisão é constituída por contrapartida da rubrica "Participação nos resultados a atribuir", da demonstração de ganhos e perdas ou diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda afetos aos seguros de vida com participação nos resultados, dependendo da classificação dos ativos.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado.

A utilização da provisão para participação nos resultados a atribuir é efetuada por carteira, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- i) Os saldos das mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados, transitados do anterior Fundo para Dotações Futuras, são utilizados em primeiro lugar para compensar os prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo vida com participação nos resultados, que foram refletidos como perdas do Grupo, sendo reconhecidos nos seus resultados até ao limite das perdas que visam compensar. Este procedimento é utilizado pelo Grupo desde 2011;
- ii) Os valores correspondentes à participação dos segurados nas menos-valias potenciais das carteiras afetas são refletidos nesta provisão até à concorrência do respetivo saldo positivo. Desta forma, os valores com origem no antigo Fundo para Dotações Futuras que continuem disponíveis após a utilização referida em i) acima são usados para compensação de menos-valias potenciais das respetivas carteiras;
- iii) Caso o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir após os movimentos anteriores resulte positivo e existam perdas por recuperar, apuradas em exercícios anteriores nas contas técnicas dos respetivos produtos e que tenham sido reconhecidas nos resultados do Grupo pelo facto de os rendimentos das carteiras afetas não terem sido suficientes para fazer face aos encargos decorrentes das taxas técnicas garantidas, esse saldo positivo é reconhecido nos resultados do Grupo até à concorrência das referidas perdas por recuperar. Este movimento pode ser revertido, também com impacto em resultados, quando o saldo originado pela movimentação das valias potenciais deixe de ser positivo.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

g) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo «Vida» em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rendibilidade efetiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro seja inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF.

j) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

k) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

l) Responsabilidades para com subscritores de produtos Unit-linked

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pelo Grupo em que o risco é suportado pelo tomador (produtos Unit-linked) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

As carteiras de investimentos afetas a produtos Unit-linked são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas do exercício.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as provisões são criadas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo descontado até à data de cálculo à taxa garantida.

m) Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4 e que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos da IAS 39 e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

n) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

2.18. Rédito

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser avaliados com fiabilidade.

(i) Comissões com instrumentos financeiros

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na contratação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

(ii) Prestação de serviços segmento hospitalar

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser estimados com fiabilidade, sendo mensurados pelo justo valor das contraprestações recebidas ou a receber, líquidas de descontos concedidos e de impostos. O rédito associado com a transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação na data de relato.

No caso da atividade desenvolvida no âmbito da prestação de cuidados de saúde no segmento privado, o rédito é reconhecido com base na atividade produzida no período, devidamente valorizada pelas tabelas de preços definidas para cada ato da prestação, independentemente da sua efetiva faturação.

No caso da atividade exercida na prestação de cuidados de saúde no segmento público (em regime de PPP), o rédito é reconhecido pela valorização da atividade produzida, mensurado com base em tabela contratada com a entidade pública contratante. De acordo com o contrato, a faturação é feita mensalmente por um montante equivalente a 1/12 de 90% do valor anual acordado para cada ano, havendo uma fatura de acerto para o valor da produção efetiva, nos seis meses seguintes ao final de cada ano. A diferença entre os montantes faturados e a produção efetiva é registada em "Outras contas a pagar ou a receber", de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

No âmbito da atividade desenvolvida pelas residências seniores, os réditos são reconhecidos com base nos Direitos de Utilização Vitalícios (DUV's). Este reconhecimento é efetuado de acordo com as características de cada tipo de contrato:

- Nos DUV's sem direito a transmissão de titular, ou com direito a apenas uma transmissão, o valor do contrato é contabilizado, inicialmente, em Rendimentos Diferidos, sendo imputados os rendimentos a partir da entrada do sócio no clube, por um período que tem em consideração a idade do sócio (ou do transmissário, no caso de haver essa possibilidade) à data da entrada, tendo em consideração a esperança média de vida definida pelas tabelas GRF95;
- Nos DUV's com direito a transmissões ilimitadas, o valor do contrato é imediatamente reconhecido como proveito, sendo registado um acréscimo de custos por contrapartida de custos das vendas, correspondente à permutagem da unidade no custo total dos edifícios, o qual, posteriormente, é reconhecido em rendimentos em período idêntico ao período de depreciação dos ativos fixos tangíveis correspondentes.

(iii) Comissões por outros serviços prestados

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

2.19. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2.20. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Longrun e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.6. d). Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pelo Grupo com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

O Grupo considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.6 a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.16., as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários quanto ao comportamento futuro das respetivas variáveis.

Imparidade do goodwill

Conforme referido na Nota 2.3., o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do goodwill registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.17. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das empresas do Grupo sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

2.21. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

2.21.1. Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2016 o Grupo adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. As alterações com relevância para o Grupo foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 5 - Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre Participações noutras Entidades e IAS 28 - Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas	1703/2016	01-01-2016
IFRS 11 - Acordos Conjuntos - Contabilização de Aquisições de Interesses em Acordos Conjuntos (Emendas às Normas)	2173/2015	01-01-2016
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras - Disclosure Initiative (Emendas às Normas)	2406/2015	01-01-2016
IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis e IAS 38 - Ativos Intangíveis - Métodos de Depreciação Aceitáveis (Emendas às Normas)	2231/2015	01-01-2016
IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis e IAS 41 - Agricultura - Métodos de Contabilização Aceitáveis (Emendas às Normas)	2113/2015	01-01-2016
IAS 19 - Benefícios de Empregados (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016
IAS 27 - Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas (Emendas às Normas)	2441/2015	01-01-2016
IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016

2.21.2. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que irão entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	2067/2016	01-01-2018
IFRS 15 - Rédito de Contratos com Clientes	1905/2016	01-01-2018

2.21.3. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 14 - Ativos Regulados	01-01-2016
IFRS 16 - Locações	01-01-2019
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	01-01-2016
IAS 7 - Demonstrações de Fluxos de Caixa	01-01-2017
IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento	01-01-2017

Estas normas não foram ainda adotadas (endorsed) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3. Empresas do Grupo e Transações Ocorridas no Período

A estrutura do Grupo ao nível das empresas subsidiárias, por setores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais em 31 de dezembro de 2016 e 2015, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	2016				
		Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	84,99%	14.674.807.178	12.834.840.242	1.839.966.936	100.420.503	3.168.274.008
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	146.484.583	81.406.861	65.077.722	6.803.404	229.760.314
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	69.479.389	41.068.025	28.411.364	1.925.076	48.582.840
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	72.872.039	51.492.895	21.379.144	(3.792.950)	40.714.618
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	15.715.603	4.927.959	10.787.644	350.067	1.034.224
Universal Seguros, S.A. (b)	70,00%	99.692.896	87.600.437	12.092.459	1.859.850	80.870.354
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (c)	56,35%	26.303.692	16.309.305	9.994.387	1.044.612	9.025.528
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. (d)	100,00%	62.555.881	40.887.005	21.668.876	1.880.563	9.890.127
Imobiliário						
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100,00%	797.290.099	15.687.570	781.602.529	(2.958.151)	28.673.625
Fidelidade - Property Internacional, S.A.	100,00%	484.299.611	9.527.099	474.772.512	(40.025.590)	40.174.103
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (e)	99,09%	142.521.246	23.339.811	119.181.435	10.809.608	15.085.888
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (e)	100,00%	11.467.335	83.101	11.384.234	(896.508)	1.374.371
FPI (AU) 1 PTY LIMITED (f)	100,00%	93.803.520	54.521.549	39.281.971	7.274.209	14.471.293
FPI (UK) 1 LIMITED (g)	100,00%	249.055.731	2.198.433	246.857.298	8.743.061	16.663.984
FPI (US) 1 LLC (h)	100,00%	117.910.797	62.648.293	55.262.504	(9.362.576)	5.776
FPE (IT) Società per Azioni	95,76%	365.267.333	33.706.557	331.560.776	33.685.905	48.926.838
GK Kita Aoyoma Support 2 (i)	100,00%	24.366.042	25.202	24.340.840	(43.142)	3
Higashi Shinagawa Two TMK (i)	96,56%	157.989.490	22.222.003	135.767.487	18.930.493	45.105.173
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	100,00%	172.261.927	26.776.116	145.485.811	6.309.791	15.875.050
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l. (j)	99,30%	162.803.996	23.837.004	138.966.992	(39.287)	298
Thomas More Square (Lux) S.à r.l. (j)	100,00%	477.084.501	330.755.816	146.328.685	(4.792.663)	14.389.358
Thomas More Square (Lux) Investments Limited (j)	100,00%	104.739.338	20.440	104.718.898	(7.180)	14.744
Godo Kaisha Moana (l)	97,00%	114.760.163	274.424	114.485.739	8.017.248	8.776.264
Godo Kaisha Praia (l)	100,00%	487.402.382	348.054.350	139.348.032	7.862.661	12.222.887
Saúde						
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde, SGPS, S.A.)	98,96%	581.579.825	364.532.653	217.047.172	16.985.152	450.759.517
Outros setores						
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	5.850.906	978.513	4.872.393	(37.078)	6.276.399

(continuação)

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	2016					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	855.536	601.631	253.905	72.736	1.793.741
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	4.032.714	3.588.828	443.886	112.211	21.162.866
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	100,00%	2.114.394	209.901	1.904.493	673.489	1.561.962
Cares Multiassistance, S.A.	51,00%	3.434.420	1.334.540	2.099.880	792.356	10.872.110
FCM Beteiligungs GmbH	51,00%	10.508.705	40.238	10.468.467	(3.519.695)	714
FID I (HK) LIMITED (m)	100,00%	26.960.173	2.030.015	24.930.158	(3.801.405)	3.247.642
FID III (HK) LIMITED (m)	100,00%	-	9.797	(9.797)	(3.097)	-
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda. (n)	100,00%	3.670	3.327	343	(758)	52.571
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda. (n)	100,00%	12.031	14.150	(2.119)	(3.759)	134.412

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 184,475 Kwanzas angolanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 182,32425 Kwanzas angolanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 110,265 Escudos caboverdianos para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(d) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 8,4204 Patacas macaenses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,81952 Patacas macaenses para as rubricas de ganhos e perdas.

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(f) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 1,4596 Dólares australianos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 1,48523 Dólares australianos para as rubricas de ganhos e perdas.

(g) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 0,85618 Libras esterlinas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 0,82271 Libras esterlinas para as rubricas de ganhos e perdas.

(h) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 1,0541 Dólares americanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 1,10317 Dólares americanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(i) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 123,4000 Ienes japoneses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 120,44083 Ienes japoneses para as rubricas de ganhos e perdas.

(j) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 0,85618 Libras esterlinas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 0,79822 Libras esterlinas para as rubricas de ganhos e perdas.

(l) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 123,4000 Ienes japoneses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 120,95966 Ienes japoneses para as rubricas de ganhos e perdas.

(m) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 8,1751 Dólares de Hong Kong para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,56263 Dólares de Hong Kong para as rubricas de ganhos e perdas.

(n) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 74,54000 Meticais moçambicanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 69,82333 Meticais moçambicanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	2015					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	84,99%	14.217.045.038	12.446.347.244	1.770.697.794	207.862.217	2.226.166.634
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	130.656.784	73.412.739	57.244.045	8.370.408	202.213.318
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	60.430.268	34.825.110	25.605.158	7.868.906	47.985.840
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	74.226.582	48.895.604	25.330.978	228.225	40.713.189
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	15.490.601	5.438.915	10.051.686	651.804	972.281
Universal Seguros, S.A. (b)	70,00%	92.261.904	79.465.846	12.796.058	2.443.785	54.586.023
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (c)	55,89%	24.847.676	15.057.978	9.789.698	966.867	8.091.863
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. (d)	100,00%	67.177.199	48.090.710	19.086.489	679.711	2.202.858

(continuação)

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	2015					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Imobiliário						
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100,00%	375.036.950	15.933.384	359.103.566	7.278.154	17.921.581
Fidelidade - Property Internacional, S.A.	100,00%	351.964.581	457.133	351.507.448	(7.845.080)	4.168.172
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (e)	99,09%	135.212.129	26.840.302	108.371.827	5.783.522	8.827.478
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (e)	100,00%	14.898.182	117.457	14.780.725	(283.643)	532.335
FPI (AU) 1 PTY LIMITED (f)	100,00%	78.922.398	47.473.050	31.449.348	1.668.905	5.247.030
FPI (UK) 1 LIMITED (g)	100,00%	329.825.721	110.162.033	219.663.688	1.656.438	5.614.923
FPI (US) 1 LLC (h)	100,00%	80.183.261	36.885.883	43.297.378	(1.381.689)	-
FPE (IT) Società per Azioni	95,76%	322.038.204	24.163.333	297.874.871	5.550.271	4.168.172
GK Kita Aoyoma Support 2 (i)	100,00%	26.871.274	2.493.373	24.377.902	(47.956)	-
Higashi Shinagawa Two TMK (i)	96,56%	241.487.804	131.060.523	110.427.280	15.798.418	24.218.799
Saúde						
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde, SGPS, S.A.)	98,43%	572.986.216	337.545.619	235.440.597	19.616.035	424.189.572
Outros setores						
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	6.462.932	1.659.913	4.803.019	78.058	4.476.839
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	737.197	542.404	194.793	27.249	1.762.316
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	3.275.779	2.895.650	380.129	96.909	18.832.956
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	100,00%	2.547.340	307.756	2.239.584	876.340	1.918.528
Cares Multiassistance, S.A.	51,00%	2.572.708	1.248.359	1.324.349	1.395.909	1.395.909
FCM Beteiligungs GmbH	51,00%	10.581.339	41.428	10.539.911	(7.350.750)	-
FID I (HK) LIMITED (j)	100,00%	136.671.034	108.658.737	28.012.297	24.087.061	-
FID III (HK) LIMITED (j)	100,00%	-	6.349	(6.349)	(3.142)	-
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda. (l)	100,00%	13.684	12.093	1.591	1.196	14.691
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda. (l)	100,00%	23.117	20.996	2.121	1.730	26.437

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 147,83150 Kwanzas angolanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 133,18254 Kwanzas angolanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 110,265 Escudos cabo-verdeanos para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(d) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 8,6907 Patacas macaenses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,6433 Patacas macaenses para as rubricas de ganhos e perdas.

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(f) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 1,48970 Dólares australianos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 1,48367 Dólares australianos para as rubricas de ganhos e perdas.

(g) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 0,73400 Libras esterlinas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 0,72420 Libras esterlinas para as rubricas de ganhos e perdas.

(h) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 1,08870 Dólares americanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 1,10455 Dólares americanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(i) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 131,07000 Ienes japoneses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 133,63083 Ienes japoneses para as rubricas de ganhos e perdas.

(j) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 8,43760 Dólares de Hong Kong para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,56221 Dólares de Hong Kong para as rubricas de ganhos e perdas.

(l) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 49,29000 Meticais moçambicanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 48,86600 Meticais moçambicanos para as rubricas de ganhos e perdas.

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2016 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas. No entanto, não é expectável que existam alterações materiais que possam impactar as demonstrações financeiras do Grupo.

As empresas subsidiárias agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SEGUROS

A **Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.** é uma sociedade anónima tendo resultado da fusão por incorporação da Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. “Império Bonança” na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. “Fidelidade Mundial”, conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. Esta operação foi autorizada pela ASF através da deliberação do seu Conselho Diretivo, de 23 de fevereiro de 2012. A Companhia tem como objetivo o exercício da atividade seguradora “Não Vida” e “Vida”, nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A **Multicare - Seguros de Saúde, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Alexandre Herculano, nº 53, foi constituída em 9 de março de 2007, e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. A companhia é vocacionada para a gestão de seguros de saúde.

A **Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.** (ex Cares – Companhia de Seguros, S.A.), com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa nº 13 - 7º, foi constituída em 17 de fevereiro de 1995, com a denominação de Companhia de Seguros Tágus, S.A., e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. Em 2015, ocorreu a alteração da denominação e imagem da CARES – Companhia de Seguros, S.A. passando a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e atuando com a marca Fidelidade Assistance.

A **Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.** (OK Teleseguros), com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, nº 13 - 4º, foi constituída em 28 de novembro de 1997 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros.

A **Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz nº 30, foi constituída em 22 de setembro de 1979 e tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida, tanto em Portugal como no estrangeiro, bem como participar na redistribuição no mercado de determinados riscos de natureza ou dimensão específicas.

A **Universal Seguros, S.A.**, com sede em Luanda, na Rua 1º Congresso MPLA, n.º 11, 1º A, Ingombota, foi constituída em 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida no território nacional da República de Angola.

A **Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.** resultou da cisão do ex - Instituto de Seguros e Providência Social, EP ocorrida em 30 de outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei nº 136/91, de 2 de outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os ativos e passivos relacionados com o negócio segurador. A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes. A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro direto e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer atividades conexas e complementares.

A **Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.**, com sede na Avenida da Praia Grande, nº 567, Edifício BNU, 14º andar, Macau foi constituída em 30 de setembro de 2015 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer, ainda, atividades conexas com as de seguros e de resseguros.

IMOBILIÁRIO

A **Fidelidade - Property Europe, S.A.**, denominação atribuída no decorrer de 2014, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 19 de novembro de 1991 e o seu objeto principal é o arrendamento de imóveis próprios por ela adquiridos ou construídos e a prestação de serviços conexos. Em 24 de novembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão por incorporação da Caixa Imobiliário - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., na Mundial Confiança - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., a qual alterou a sua denominação para Fidelidade-Mundial, Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., tendo essa denominação sido alterada em 2013 para Fidelidade - Investimentos Imobiliários, S.A..

A **Fidelidade - Property International, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 5 de novembro de 2014 e o seu objeto principal é a compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, o arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, promoção e a administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e de reabilitação, bem como a prestação de serviços conexos.

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste** foi constituído em 10 de dezembro de 2002 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários. Este fundo é gerido pela Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A..

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I** foi constituído em 22 de dezembro de 1993 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários. Este fundo é gerido pela Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A..

A **FPI (AU) 1 PTY LIMITED**, com sede em Grosvenor Place Level 18, 225 George Street, Sydney, NSW 2000, Austrália, foi constituída em 17 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPI (UK) 1 LIMITED**, com sede em Legalinx Limited, One Fetter Lane, London, EC4A 1BR, foi constituída em 18 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPI (US) 1 LLC**, com sede em 1209 Orange Street, Wilmington, County New Castle, estado de Delaware, Estados Unidos da América, foi constituída em 18 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPE (IT) Società per Azioni**, com sede em Via Maria Teresa 11 Cap 20123, Milão, Itália, foi constituída em 2 de julho de 2015 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **GK Kita Aoyoma Support 2**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

A **Higashi Shinagawa Two TMK**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 1 de agosto de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

A **FPE (Lux) Holding S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-2257 Luxemburgo, foi constituída em 2 de fevereiro de 2016.

A **Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-2257 Luxemburgo, foi constituída em 6 de janeiro de 2016.

A **Thomas More Square (Lux) S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-257 Luxemburgo, foi constituída em 6 de janeiro de 2016.

A **Thomas More Square (Lux) Investments Limited**, com sede em 31 Bruton Place, London W1J 6NN, foi constituída em 17 de setembro de 2007 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **Godó Kaisha Moana**, é um veículo especial de investimento, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014.

A **Godó Kaisha Praia**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

SAÚDE

A **Luz Saúde, S.A., Sociedade Aberta**, com sede em Lisboa, na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17 - 9º, foi constituída em 6 de julho de 2000 sob a forma jurídica de "Sociedade Gestora de Participações Sociais", ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de dezembro, é um dos maiores grupos de prestações de cuidados de saúde em termos de rendimentos no mercado português, o qual se encontra em expansão. O Grupo presta serviços através de 18 unidades nas regiões Norte, Centro e Centro sul, destacando-se uma presença significativa em Lisboa onde opera o Hospital da Luz, o maior hospital privado em Portugal e no Grande Porto, onde opera o Hospital da Arrábida.

OUTROS SETORES

A **Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. (Fidelidade Car Service)**, com sede em Lisboa, na Rua Cidade de Bolama, nº 1 - B, foi constituída em 12 de fevereiro de 1973 e tem por objeto social o exercício de toda e qualquer atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis. Acessoriamente, a sociedade pode realizar operações conexas ou complementares das referidas.

A **E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. (Safemode)**, com sede em Lisboa, na Rua Nova da Trindade, nº 3, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de análise e prevenção de riscos, bem como de consultoria técnica e formação para incremento das condições de higiene, segurança e saúde em locais de trabalho, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e de gestão de instalações industriais para tratamento, recuperação ou reciclagem.

A **GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro N.º35 8º Piso, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de avaliação de danos em imóveis e veículos automóveis, ligeiros e pesados, ciclomotores e velocípedes, incluindo seus reboques e atrelados.

A **Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, nº 13 - 7º, foi constituída em 29 de janeiro de 1991 e tem por objeto social a representação e assistência de seguradoras estrangeiras e, bem assim, a prestação de serviços de apoio à gestão de sinistros de seguradoras nacionais e estrangeiras. Em 2015, ocorreu a alteração da denominação da Cares RH - Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A., passando a Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A..

A **Cares Multiassistance, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua de Ponta Delgada, nº 44 A e B, foi constituída em 19 de junho de 2002 e tem como objeto social a prestação de serviços de organização, avaliação e gestão de qualquer trabalho de reparação e restauro.

A **FCM Beteiligungs GmbH**, com sede em St. Pölten na Áustria, na rua Hollausg 12, foi constituída em 6 de maio de 2014 e tem por objeto social a aquisição, alienação, detenção ou gestão dos próprios investimentos em outras empresas na Alemanha e no exterior, sendo ativo na importação, exportação, comércio grossista e retalhista de têxteis e artigos de moda de todos os tipos, incluindo negócios complementares relacionadas, em particular, com a gestão da Tom Tailor GmbH, em Hamburgo. A empresa poderá agir em seu nome próprio nas atividades acima mencionadas.

FID I (HK) LIMITED, FID III (HK) LIMITED são veículos especiais de investimento com sede em Level 54 Hopewell Centre 183, Queen's Road East, Hong Kong constituídos em 4 de novembro de 2014.

A **Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.**, com sede na Rua 1393, nº 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana - Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 23 de julho de 2015 e tem por objeto principal a prestação de serviços de assistência e de apoio à gestão de processos de sinistros, bem como a prestação de serviços de contabilidade, de gestão de recursos humanos e de apoio informático, e, ainda, a prestação de serviços de organização, avaliação, peritagem e gestão de quaisquer trabalhos de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em quaisquer bens, bem como a contratação de quaisquer entidades para a execução de tais trabalhos, aquisição e fornecimento de diversos materiais, produtos e ferramentas, e prestação de quaisquer serviços conexos ou complementares das referidas atividades.

A **Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.**, com sede na Rua 1393, nº 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana - Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 23 de julho de 2015 e tem por objeto o exercício das atividades de segurança e de saúde no trabalho, bem como a prestação de serviços de análise e prevenção de risco, de consultoria técnica e de gestão de recursos humanos e de formação, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e gestão de instalações.

Os principais movimentos nas empresas subsidiárias do Grupo durante o exercício de 2016, foram os seguintes:

Durante o ano de 2016 o Grupo adquiriu ações da Luz Saúde, S.A., aumentando a participação no capital social de 98,43% em 31 de dezembro de 2015 para 98,96% no final do ano, no montante de 1.640.456 Euros.

Em 11 de março de 2016, o Grupo adquiriu 120 ações da FPE (Lux) Holdings S.à r.l., representativas de 100% do capital social pelo montante de 12.000 Libras esterlinas, equivalente a 15.640 Euros.

Em 14 de março de 2016, o Grupo adquiriu 32.252 ações da Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l., representativas de 97,44% do capital social pelo montante de 32.252 Libras esterlinas, equivalente a 42.034 Euros.

Em março de 2016, o Grupo adquiriu uma participação na Thomas More Square (Lux) S.à r.l., representativa de 100% do capital social pelo montante de 12.000 Libras esterlinas, equivalente a 15.640 Euros.

Em março de 2016, o Grupo adquiriu uma participação na Thomas More Square (Lux) Investments Limited, representativa de 100% do capital social pelo montante de 73.000.001 Libras esterlinas, equivalente a 95.141.262 Euros.

Em julho de 2016, o Grupo adquiriu uma participação na Godo Kaisha Moana, representativa de 96,996% do capital social pelo montante de 11.754.000.000 lenes japoneses, equivalente a 102.843.643 Euros.

Em julho de 2016, o Grupo adquiriu uma participação na Godo Kaisha Praia, representativa de 100% do capital social pelo montante de 11.983.000.000 lenes japoneses, equivalente a 104.354.263 Euros.

Em 2016 a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. concedeu à Fidelidade – Property Europe, S.A. prestações suplementares no montante de 426.324.631 Euros.

Em 2016 a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. concedeu à Fidelidade – Property Internacional, S.A. prestações suplementares no montante de 163.290.654 Euros.

Em agosto de 2016, foi realizada pela Fidelidade – Property Europe, S.A. à FPE (Lux) Holdings S.à r.l., uma prestação suplementar no montante de 139.160.360 Euros.

Em 2016, a Fidelidade – Property Internacional, S.A. concedeu à FPI (UK) 1 LIMITED prestações suplementares no montante de 67.018.837 Euros.

Em 2016, foi realizada pela FPI (UK) 1 LIMITED à FPI (US) 1 LLC, uma prestação suplementar no montante de 17.833.259 Euros.

Em setembro de 2016, houve um aumento da participação no capital social do Grupo sobre a Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l. em 1,86% passando de 97,44% para 99,30%.

Em setembro de 2016 a FPE (Lux) Holdings S.à r.l. concedeu à Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l. uma prestação suplementar no montante de 116.778.000 Euros.

Em setembro de 2016, foi realizada pela Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l. à Thomas More Square (Lux) S.à r.l., uma prestação suplementar no montante de 117.600.000 Euros.

Em dezembro de 2016, a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. realizou um resgate de unidades de participação ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I no valor de 2.499.983 Euros.

4. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Caixa e seus equivalentes		
Sede	2.403.440	1.577.201
Delegações	1.323.859	2.132.094
	3.727.299	3.709.295
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional	579.627.864	1.733.898.958
Em moeda estrangeira	415.066.610	354.646.920
	994.694.474	2.088.545.878
	998.421.773	2.092.255.173

5. Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016		2015	
	% Participação efetiva	Valor de balanço	% Participação efetiva	Valor de balanço
Valorizadas ao custo				
Associadas				
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	29.400	10,00%	29.400
Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial				
Associadas				
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas				
Derivadas de Acidentes, S.A. (a)	33,67%	914.394	33,67%	1.646.055
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	25,00%	-	25,00%	-
Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	305.636	37,50%	266.664
		1.220.030		1.912.719
Empreendimentos conjuntos				
Madison 30 31 JV LLC	77,00%	115.757.387	77,00%	68.159.522
		117.006.817		70.101.641

(a) Valores de junho de 2016 e 2015, respetivamente (período contabilístico de junho de 2015 a junho de 2016 e junho de 2014 a junho de 2015).

A Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. apresenta capitais próprios negativos. Consequentemente a participação financeira detida pelo Grupo foi reduzida a zero, tendo sido adicionalmente constituído um passivo para responsabilidades assumidas com esta participada (Nota 23).

Os dados financeiros das empresas associadas e empreendimentos conjuntos valorizadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	2016				Resultado líquido	Total dos proveitos
		Ativos	Passivos	Capital próprio (a)			
Saúde							
Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	1.284.129	669.284	614.845	102.592	1.046.161	
Outros setores							
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (b)	33,67%	3.963.903	1.248.052	2.715.851	2.630	6.495.780	
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	25,00%	807.400	1.102.525	(295.125)	(125.538)	120.356	
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Madison 30 31 JV LLC	77,00%	245.201.924	94.867.660	150.334.264	(8.142.310)	212.736	

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de junho de 2016 (período contabilístico junho de 2015 a junho de 2016).

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	2015				Resultado líquido	Total dos proveitos
		Ativos	Passivos	Capital próprio (a)			
Saúde							
Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	772.164	271.186	500.978	45.302	991.123	
Outros setores							
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (b)	33,67%	6.904.447	2.015.566	4.888.881	2.175.660	8.763.249	
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	25,00%	1.123.971	1.422.267	(298.296)	(224.567)	43.917	
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Madison 30 31 JV LLC	77,00%	180.371.544	91.852.668	88.518.876	(272)	-	

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de junho de 2015 (período contabilístico junho de 2014 a junho de 2015).

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SAÚDE

A **Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.**, foi constituída em 4 de novembro de 2004 com sede em Lisboa, Avenida Egas Moniz 1600-190 Lisboa, tendo como objeto social prestar serviços de apoio ao diagnóstico, prevenção e terapêutica de doenças humanas através da constante implementação das metodologias mais inovadoras, assim como, promover atividades de diagnóstico, de investigação e desenvolvimento na área da Medicina Molecular.

OUTROS SETORES

A **Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Basílio Teles, nº 24 - 3º, foi constituída em 1994 e tem por objeto social a exploração de um sistema informático que permite o cálculo direto e indireto de danos decorrentes de acidentes. A sociedade poderá, igualmente, explorar serviços complementares de apoio ao sistema anteriormente referido, nomeadamente junto de Companhias Seguradoras, peritos, oficinas ou outros interessados.

A **Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.**, com sede no Lugar de Meladas, nº 380, Mozelos, foi constituída em 21 de setembro de 1999 e tem por objeto social a gestão de participações em outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. A participação nesta empresa surge no seguimento de uma parceria com o Grupo Amorim para reconstrução do condomínio fechado do Convento dos Inglesinhos, situado na zona histórica do Bairro Alto, que presentemente está a vender os últimos empreendimentos.

A **HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.** foi constituída em 21 de dezembro de 2009 com sede em Linda-a-Velha, Rua Mário Dionísio, nº 2, tendo como objeto social, exclusivo, o exercício das atividades de conceção, projeto, construção e manutenção das infraestruturas do Hospital de Loures, incluindo o exercício de todas as demais atividades, a título principal ou acessório, nos termos do disposto no Contrato de Gestão celebrado no âmbito do "Concurso para a celebração do Contrato de Gestão para conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e exploração do Hospital de Loures".

A **Madison 30 31 JV LLC** foi constituída em 17 de dezembro de 2014, com sede em JD Carlisle LLC, 352 Park Avenue South - 15th Floor, New York 10010, Estados Unidos da América. É classificada como um empreendimento conjunto de acordo com JV Agreement, datado de 14 de janeiro de 2015.

Os principais movimentos nas empresas associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo durante o exercício de 2016, foram os seguintes:

Em 2016, a FPI (US) 1 LLC concedeu à Madison 30 31 JV LLC prestações suplementares no montante de 54.730.984 Dólares americanos, correspondendo a 49.604.557 Euros.

6. Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Detidos para negociação (Nota 7)	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação (Nota 7)	Ao justo valor através de resultados	Total
Investimentos relativos a contratos Unit-linked	-	431.342.214	431.342.214	-	487.476.907	487.476.907
Outros investimentos						
Instrumentos de dívida						
De outros emissores						
Obrigações e outros títulos						
De emissores nacionais	-	1.365.213	1.365.213	-	1.360.017	1.360.017
De emissores estrangeiros	-	233.894.101	233.894.101	-	399.714.468	399.714.468
	-	235.259.314	235.259.314	-	401.074.485	401.074.485
Outros instrumentos financeiros						
De residentes	-	9.516	9.516	-	-	-
	-	9.516	9.516	-	-	-
Instrumentos derivados com justo valor positivo						
Futuros sobre divisas	7.770.368	-	7.770.368	957.920	-	957.920
	7.770.368	666.611.044	674.381.412	957.920	888.551.392	889.509.312

Os investimentos relativos a contratos Unit-linked correspondem a ativos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas" inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 235.259.314 Euros e 401.074.485 Euros, respetivamente. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emitentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo reconheceu ganhos líquidos com a valorização destes investimentos no montante de 14.809.012 Euros e de 52.244.943 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os investimentos afetos aos contratos Unit-Linked apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Instrumentos de dívida		
De empresas do Grupo	49.920.465	62.366.922
De dívida pública		
De emissores nacionais	340.390.253	375.369.102
De emissores estrangeiros	12.646.763	13.285.588
De outros emissores		
De emissores nacionais	895.071	868.840
De emissores estrangeiros	10.255.555	14.658.379
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais	12.029.626	14.797.953
De emissores estrangeiros	7.177.090	8.466.661
Contas a receber	(31)	(430)
Transações a liquidar	(1.972.578)	(2.336.108)
	431.342.214	487.476.907
Outros ativos		
Depósitos à ordem	41.786.452	25.762.641
Depósitos a prazo	39.851.839	59.812.090
	81.638.291	85.574.731
Total (Nota 21)	512.980.505	573.051.639

O total dos investimentos afetos a contratos Unit-linked apresenta em 31 de dezembro de 2016 e 2015 uma diferença de 3.312 Euros e 2.217 Euros para o total dos passivos financeiros valorizados ao justo valor (Nota 21), que corresponde ao justo valor negativo dos interest rate swaps que se encontra registado na rubrica "Passivos financeiros detidos para negociação" (Nota 22) e que estão afetos a Unit-linked.

7. Derivados

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e de taxas de juro.

O Grupo controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.6.c). Nestas datas, o seu montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

(valores em euros)

	2016							
	Montante Nominal			Valor Contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de Negociação		Derivados de cobertura		Total
			Ativo (Nota 6)	Passivo (Nota 22)	Ativo	Passivo (Nota 22)		
Cobertura de justo valor								
Swaps de taxa de juro	40.668.155	-	40.668.155	-	(7.164.396)	-	-	(7.164.396)
Futuros sobre divisas	1.426.125.000	1.024.375.000	2.450.500.000	7.770.368	(7.908.243)	4.356.758	-	4.218.883
Forwards cambiais	-	13.341.558	13.341.558	-	-	314.098	-	314.098
Cobertura de fluxos de caixa								
Swaps de taxa de juro	-	180.000.000	180.000.000	-	-	-	(4.731.582)	(4.731.582)
Cobertura de investimento líquido								
Futuros sobre divisas	-	511.625.000	511.625.000	-	-	1.369.636	(8.737.700)	(7.368.064)
Forwards cambiais	-	456.581.591	456.581.591	-	-	16.728.216	-	16.728.216
	1.466.793.155	2.185.923.149	3.652.716.304	7.770.368	(15.072.639)	22.768.708	(13.469.282)	1.997.155

(valores em euros)

	2015							
	Montante Nominal			Valor Contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de Negociação		Derivados de cobertura		Total
			Ativo (Nota 6)	Passivo (Nota 22)	Ativo	Passivo (Nota 22)		
Cobertura de justo valor								
Swaps de taxa de juro	40.668.155	-	40.668.155	-	(7.625.988)	-	-	(7.625.988)
Futuros sobre divisas	1.339.625.000	1.160.375.000	2.500.000.000	957.920	(10.822.796)	1.285.939	(4.155.656)	(12.734.593)
Cobertura de fluxos de caixa								
Swaps de taxa de juro	-	181.083.333	181.083.333	-	-	-	(250.706)	(250.706)
	1.380.293.155	1.341.458.333	2.721.751.488	957.920	(18.448.784)	1.285.939	(4.406.362)	(20.611.287)

Os interest rate swaps contratados pelo Grupo e classificados como derivados detidos para negociação, destinam-se essencialmente à cobertura de responsabilidades com contratos de investimento do ramo vida, os quais, com exceção dos contratos Unit-linked, são valorizados ao custo amortizado (Nota 22).

Os interest rate swaps contratados pelo Grupo e classificados como derivados de cobertura, destinam-se à cobertura do risco de variação de taxa de juro dos empréstimos contraídos. O risco coberto é o indexante da taxa variável aos quais se encontram associados os contratos de financiamento do Grupo.

Para mitigar o risco de variabilidade cambial dos instrumentos financeiros foram contratados futuros EUR/USD e EUR/GBP cotados na Chicago Mercantile Exchange (CME) de forma a garantir o alinhamento cambial das divisas dos ativos com a moeda de exigibilidade dos passivos. No caso dos riscos EUR/JPY os instrumentos contratados são forwards negociados em mercado de balcão.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Cobertura de justo valor						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	40.000.000	668.155	40.668.155
Futuros sobre divisas	1.714.750.000	-	735.750.000	-	-	2.450.500.000
Forwards cambiais	-	13.341.558	-	-	-	13.341.558
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	30.000.000	150.000.000	180.000.000
Cobertura de investimento líquido						
Futuros sobre divisas	398.375.000	-	113.250.000	-	-	511.625.000
Forwards cambiais	263.738.140	58.213.382	134.630.069	-	-	456.581.591
	2.376.863.140	71.554.939	983.630.069	70.000.000	150.668.155	3.652.716.304

(valores em euros)

	2015			Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	Mais de 5 anos	
Cobertura de justo valor				
Swaps de taxa de juro	-	-	40.668.155	40.668.155
Futuros sobre divisas	2.500.000.000	-	-	2.500.000.000
Cobertura de fluxos de caixa				
Swaps de taxa de juro	-	1.083.333	180.000.000	181.083.333
	2.500.000.000	1.083.333	220.668.155	2.721.751.488

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016		2015	
	Montante Nocial	Valor Contabilístico	Montante Nocial	Valor Contabilístico
Swaps				
Swaps de Taxa de juro				
Instituições Financeiras				
Grupo Caixa Geral Depósitos	40.668.155	(7.164.396)	40.668.155	(7.625.988)
Outras instituições	180.000.000	(4.731.582)	181.083.333	(250.706)
Futuros				
Futuros sobre Divisas				
Em Bolsa				
Chicago	2.962.125.000	(3.149.181)	2.500.000.000	(12.734.593)
Forwards cambiais				
Instituições Financeiras	469.923.149	17.042.314	-	-
	3.652.716.304	1.997.155	2.721.751.488	(20.611.287)

Nos exercícios de 2016 e 2015, foram gerados os seguintes ganhos e perdas referentes à contabilidade de cobertura de justo valor:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Derivados	336.597.725	(372.707.569)	(36.109.844)	1.582.464	(28.630.626)	(27.048.162)
Ativos cobertos	157.776.330	(126.318.181)	31.458.149	68.692.875	(38.209.915)	30.482.960
	494.374.055	(499.025.750)	(4.651.695)	70.275.339	(66.840.541)	3.434.798

Nos exercícios de 2016 e 2015, foram gerados os seguintes movimentos na Reserva de Reavaliação referentes à contabilidade de cobertura:

(valores em euros)

	2016		2015
	Cobertura de fluxos de caixa	Cobertura de investimento líquido	Cobertura de fluxos de caixa
Swaps de taxa de juro	(4.092.767)	-	(216.027)
Futuros sobre Divisas	-	28.667.820	-
Forwards cambiais	-	14.441.565	-
	(4.092.767)	43.109.385	(216.027)

8. Ativos Disponíveis para Venda

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016					
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 41)	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor (Nota 27)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública						
De emissores nacionais	5.360.732.880	-	5.360.732.880	-	(63.756.828)	5.296.976.052
De emissores estrangeiros	229.716.864	-	229.716.864	3.458.577	4.391.505	237.566.946
De outros emissores públicos						
De emissores estrangeiros	3.421.701	-	3.421.701	-	381.188	3.802.889
De organismos financeiros internacionais	11.399.305	-	11.399.305	-	6.175.910	17.575.215
De outros emissores						
De emissores nacionais	216.785.270	(52.929.367)	163.855.903	-	495.856	164.351.759
De emissores estrangeiros	1.508.056.755	(107.752.335)	1.400.304.420	49.972.459	(2.289.547)	1.447.987.332
De empresas do Grupo	421.271.476	-	421.271.476	-	595.992	421.867.468
	7.751.384.251	(160.681.702)	7.590.702.549	53.431.036	(54.005.924)	7.590.127.661
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor						
De emissores nacionais	99.126.120	(7.853.091)	91.273.029	-	1.497.552	92.770.581
De emissores estrangeiros	1.444.690.566	(278.682.063)	1.166.008.503	111.240.424	32.984.633	1.310.233.560
	1.543.816.686	(286.535.154)	1.257.281.532	111.240.424	34.482.185	1.403.004.141
Outros instrumentos						
Títulos de participação						
De residentes	27.434	-	27.434	-	(11.519)	15.915
Unidades de participação						
De residentes	216.635.616	(41.818.951)	174.816.665	-	47.987.371	222.804.036
De não residentes	17.161.725	(5.867.238)	11.294.487	5	3.958.495	15.252.987
Outros	(66.583)	-	(66.583)	-	-	(66.583)
	233.758.192	(47.686.189)	186.072.003	5	51.934.347	238.006.355
	9.528.959.129	(494.903.045)	9.034.056.084	164.671.465	32.410.608	9.231.138.157

(valores em euros)

	2015					
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 41)	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor (Nota 27)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública						
De emissores nacionais	3.076.060.467	-	3.076.060.467	-	144.669.449	3.220.729.916
De emissores estrangeiros	240.306.070	-	240.306.070	(706.561)	3.202.962	242.802.471
De outros emissores públicos						
De emissores estrangeiros	3.420.459	-	3.420.459	-	438.734	3.859.193
De organismos financeiros internacionais	12.439.733	-	12.439.733	-	5.139.687	17.579.420
De outros emissores						
De emissores nacionais	277.914.447	(52.929.367)	224.985.080	-	4.487.803	229.472.883
De emissores estrangeiros	1.819.510.247	(65.856.752)	1.753.653.495	21.032.007	(178.137.779)	1.596.547.723
De empresas do Grupo	1.293.906.206	-	1.293.906.206	-	(47.434.314)	1.246.471.892
	6.723.557.629	(118.786.119)	6.604.771.510	20.325.446	(67.633.458)	5.557.463.498
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor						
De emissores nacionais	269.743.922	(14.907.436)	254.836.486	-	(3.473.958)	251.362.528
De emissores estrangeiros	1.474.136.645	(134.762.184)	1.339.374.461	88.292.102	110.499.971	1.538.166.534
	1.743.880.567	(149.669.620)	1.594.210.947	88.292.102	107.026.013	1.789.529.062
Outros instrumentos						
Títulos de participação						
De residentes	27.445	-	27.445	-	(10.770)	16.675
Unidades de participação						
De residentes	288.868.110	(55.219.720)	233.648.390	-	49.857.517	283.505.907
De não residentes	31.180.848	(7.736.857)	23.443.991	(18)	5.427.244	28.871.217
Outros	(69.348)	-	(69.348)	-	-	(69.348)
	320.007.055	(62.956.577)	257.050.478	(18)	55.273.991	312.324.451
	8.787.445.251	(331.412.316)	8.456.032.935	108.617.530	94.666.546	8.659.317.011

9. Empréstimos e Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Valor bruto	Imparidade (Nota 41)	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade (Nota 41)	Valor líquido
Depósitos junto de empresas cedentes	875.620	-	875.620	948.511	-	948.511
Outros depósitos						
Depósitos a prazo	881.337.956	-	881.337.956	601.660.071	-	601.660.071
Contas margem	73.067.721	-	73.067.721	64.659.227	-	64.659.227
	954.405.677	-	954.405.677	666.319.298	-	666.319.298
Empréstimos concedidos						
Empréstimos hipotecários	21.851.904	(29.803)	21.822.101	354.625	(29.803)	324.822
Empréstimos sobre apólices	1.328.653	(10.597)	1.318.056	981.339	-	981.339
Títulos de dívida	30.084.668	(108.729)	29.975.939	15.354.910	(108.729)	15.246.181
Outros	3.833.032	(1.089.835)	2.743.197	3.837.400	(1.300.083)	2.537.317
	57.098.257	(1.238.964)	55.859.293	20.528.274	(1.438.615)	19.089.659
Outros	30.100	-	30.100	603.468	-	603.468
	1.012.409.654	(1.238.964)	1.011.170.690	688.399.551	(1.438.615)	686.960.936

10. Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nas rubricas de "Terrenos e Edifícios" foi o seguinte:

(valores em euros)

	De uso próprio	De rendimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014			
Valor Bruto	431.763.877	650.333.269	1.082.097.146
Amortizações e imparidade acumuladas	(48.829.974)	-	(48.829.974)
	382.933.903	650.333.269	1.033.267.172
Entradas / (saídas) do perímetro	35.859	-	35.859
Adições			
Por aquisições realizadas no período	13.416.617	396.282.669	409.699.286
Por dispêndios subsequentes	768.984	7.544.867	8.313.851
Revalorização			
Por contrapartida de resultados (Nota 40)	-	36.352.441	36.352.441
Por contrapartida de capitais próprios	3.060.989	-	3.060.989
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 41)	(1.270.285)	-	(1.270.285)
Amortizações do exercício	(16.645.963)	-	(16.645.963)
Diferenças de câmbio	-	20.282.321	20.282.321
Transferências	(12.085.711)	12.081.701	(4.010)
Alienações e abates líquidos	(394.929)	(5.203.180)	(5.598.109)
Outros movimentos	871.036	(173.361)	697.675
Saldos em 31 de dezembro de 2015			
Valor Bruto	433.796.898	1.117.500.727	1.551.297.625
Amortizações e imparidade acumuladas	(63.106.398)	-	(63.106.398)
	370.690.500	1.117.500.727	1.488.191.227
Entradas / (saídas) do perímetro	6.495.649	845.738.817	852.234.466
Adições			
Por aquisições realizadas no período	42.380.273	16.054.586	58.434.859
Por dispêndios subsequentes	272.562	17.674.442	17.947.004
Revalorização			
Por contrapartida de resultados (Nota 40)	-	53.903.479	53.903.479
Por contrapartida de capitais próprios	33.478.425	-	33.478.425
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 41)	(2.313.621)	-	(2.313.621)
Amortizações do exercício	(16.927.524)	-	(16.927.524)
Diferenças de câmbio	-	(71.455.020)	(71.455.020)
Transferências	(4.626.544)	4.626.544	-
Alienações e abates líquidos	(58.185)	(226.764.043)	(226.822.228)
Outros movimentos	65.179	(9.041)	56.138
Saldos em 31 de dezembro de 2016			
Valor Bruto	517.884.943	1.757.270.491	2.275.155.434
Amortizações e imparidade acumuladas	(88.428.229)	-	(88.428.229)
	429.456.714	1.757.270.491	2.186.727.205

Em 2016, as entradas no perímetro de consolidação, referem-se, à aquisição das sociedades Hospital da Luz – Guimarães, S.A., Godo Kaisha Praia e Thomas More Square (Lux) S.à r.l. e em 2015, estas entradas, no perímetro de consolidação, referem-se à aquisição da sociedade HME – Gestão Hospitalar, S.A. pela Luz Saúde S.A..

Em 2016, as alienações de propriedades de investimento referem-se, essencialmente, ao imóvel Shinagawa-ku, sediado no Japão.

Conforme referido na Nota 2.9. acima, os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com a opção prevista na IAS 16.

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se também valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40.

Os terrenos e edifícios são avaliados sempre que considerado adequado ou com uma periodicidade máxima de dois anos, por peritos avaliadores habilitados para o efeito. O Grupo considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”.

No caso dos terrenos e edifícios de uso próprio, os respetivos ganhos e perdas são contabilizados por contrapartida da rubrica de capitais próprios “Reservas de reavaliação - Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio”, desde que:

- O valor acumulado das reservas de revalorização após o ajustamento seja positivo; ou
- A revalorização seja positiva e exceda o valor das eventuais revalorizações negativas que tenham sido contabilizadas em períodos anteriores por contrapartida de resultados do exercício.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios de rendimento são registados por contrapartida de ganhos e perdas do exercício.

Métodos de avaliação

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são:

- a) Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;

b) Abordagem do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas. Alternativamente, esta abordagem pode basear-se no justo valor do bem imóvel no seu estado atual, retirando ao referido valor, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados;

c) Abordagem do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Terrenos e edifícios de uso próprio

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil definida em cada avaliação.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as reservas de justo valor associadas a terrenos e edifícios de uso próprio ascendem a 106.470.627 Euros e a 72.992.202 Euros, respetivamente (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o desdobramento do valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da respetiva data de avaliação, é o seguinte:

(valores em euros)

	2016	2015
2016	356.382.861	-
2015	73.073.853	81.486.375
2014	-	264.054.509
Em curso (sem avaliação)	-	25.149.616
	429.456.714	370.690.500

11. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a afetação dos investimentos e outros ativos, seguindo uma ótica prudencial, a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

(valores em euros)

	2016					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	155.597.476	29.889.541	196.222.827	15.562.800	601.149.129	998.421.773
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	914.394	-	116.092.423	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	2.008.194	254.497	4.218.997	1.288.680	-	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	38.601.817	1.283.659	546.777.433	79.622.430	325.705	666.611.044
Derivados de cobertura	-	1.233	2.605.166	2.064.457	18.097.852	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	1.579.475.633	114.506.349	5.947.816.192	1.443.524.006	145.815.977	9.231.138.157
Empréstimos e contas a receber	71.885.040	7.202.487	570.688.234	264.183.210	97.211.719	1.011.170.690
Terrenos e edifícios	569.918	1.869.168	-	358.755.644	1.825.532.475	2.186.727.205
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	50.206.558	50.206.558
	1.848.138.078	155.006.934	7.269.243.243	2.165.001.227	2.854.431.838	14.291.821.320

(valores em euros)

	2015					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	118.999.851	14.506.948	1.124.679.665	138.917.894	695.150.815	2.092.255.173
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1.646.054	-	68.455.587	70.101.641
Ativos financeiros detidos para negociação	-	642.969	314.951	-	-	957.920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	11.192.224	22.396.973	788.998.889	65.287.322	675.984	888.551.392
Derivados de cobertura	-	-	1.285.939	-	-	1.285.939
Ativos disponíveis para venda	1.390.954.509	124.024.032	5.614.699.679	1.302.345.348	227.293.443	8.659.317.011
Empréstimos e contas a receber	325.212.640	13.843.636	247.830.738	73.491.003	26.582.919	686.960.936
Terrenos e edifícios	132.853	-	-	349.723.817	1.138.334.557	1.488.191.227
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	41.357.923	41.357.923
	1.846.492.077	175.414.558	7.779.455.915	1.929.765.384	2.197.851.228	13.928.979.162

12. Outros Ativos Tangíveis

Nos exercícios de 2016 e 2015, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016										
	Saldos iniciais								Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Entrada no perímetro de consolidação	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento											
Equipamento administrativo	26.978.080	(25.742.741)	-	979.908	30.241	(827.398)	(49.663)	-	26.496.957	(25.128.530)	1.368.427
Máquinas e ferramentas	8.477.976	(7.609.485)	-	741.018	74.204	(368.023)	(8.906)	(3.075)	9.008.273	(7.704.564)	1.303.709
Equipamento informático	17.213.388	(14.738.525)	-	3.360.236	7.987	(2.847.325)	(36.296)	(89.189)	18.236.003	(15.365.727)	2.870.276
Instalações interiores	23.171.262	(19.193.902)	-	710.393	191.726	(1.074.174)	(39.662)	(50.494)	23.232.675	(19.517.526)	3.715.149
Material de transporte	3.010.800	(1.468.289)	-	555.828	(275.988)	(374.524)	(66.088)	(508.373)	2.103.281	(1.229.915)	873.366
Equipamento hospitalar	130.505.040	(107.860.109)	3.272.734	13.797.435	1.049.282	(9.704.266)	-	-	146.305.912	(115.245.796)	31.060.116
Outro equipamento	37.261.792	(31.734.948)	-	2.233.099	(9.477)	(1.830.027)	(6.454)	(563.067)	38.535.578	(33.184.660)	5.350.918
Património artístico	1.616.153	-	-	386.724	-	-	286	(3.689)	1.999.474	-	1.999.474
Equipamento em											
locação financeira	7.290.447	(7.267.950)	-	146.701	285.043	(80.474)	-	(108.350)	908.995	(643.578)	265.417
Outros ativos tangíveis	5.430.946	(4.030.597)	-	743.531	(726.644)	(351.029)	-	-	5.531.825	(4.465.618)	1.066.207
Adiantamento por											
conta de tangíveis	48.585	-	-	284.914	-	-	-	-	333.499	-	333.499
	261.004.469	(219.646.546)	3.272.734	23.939.787	626.374	(17.457.240)	(206.783)	(1.326.237)	272.692.472	(222.485.914)	50.206.558

(valores em euros)

	2015										
	Saldos iniciais								Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Entrada no perímetro de consolidação	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento											
Equipamento administrativo	27.027.401	(25.582.261)	31.798	485.654	36.677	(724.151)	(39.779)	-	26.978.080	(25.742.741)	1.235.339
Máquinas e ferramentas	13.738.092	(12.820.780)	-	427.896	2.923	(461.089)	(8.367)	(10.184)	8.477.976	(7.609.485)	868.491
Equipamento informático	21.658.241	(19.275.105)	1.719	2.860.413	66	(2.753.278)	20.081	(37.274)	17.213.388	(14.738.525)	2.474.863
Instalações interiores	24.481.079	(19.378.342)	-	468.989	(328.774)	(1.162.292)	(61.746)	(41.554)	23.171.262	(19.193.902)	3.977.360
Material de transporte	2.675.156	(1.322.491)	1.790	666.261	(69)	(417.320)	(31.165)	(29.651)	3.010.800	(1.468.289)	1.542.511
Equipamento hospitalar	127.178.500	(99.064.186)	61.610	4.367.042	(81.834)	(9.792.579)	-	(23.622)	130.505.040	(107.860.109)	22.644.931
Outro equipamento	36.746.845	(29.877.636)	11.968	1.631.079	(966.749)	(2.010.253)	(3.734)	(4.676)	37.261.792	(31.734.948)	5.526.844
Património artístico	1.611.998	-	-	4.155	-	-	-	-	1.616.153	-	1.616.153
Equipamento em locação financeira	9.570.187	(9.541.311)	-	-	-	(6.379)	-	-	7.290.447	(7.267.950)	22.497
Outros ativos tangíveis	6.046.327	(4.249.774)	24.876	863.872	292.098	(321.426)	-	(1.255.624)	5.430.946	(4.030.597)	1.400.349
Adiantamento por conta de tangíveis	-	-	-	-	1.048.585	-	-	(1.000.000)	48.585	-	48.585
	270.733.826	(221.111.887)	133.761	11.775.360	2.926	(17.648.769)	(124.711)	(2.402.583)	261.004.469	(219.646.546)	41.357.923

As entradas no perímetro de consolidação, referem-se, em 2016 à aquisição do Hospital da Luz – Guimarães, S.A. e em 2015 à aquisição da sociedade HME – Gestão Hospitalar, S.A. pela Luz Saúde S.A..

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Ativos tangíveis" inclui ativos totalmente amortizados, mas que ainda se encontram em uso, nos montantes de 149.244.275 Euros e 146.063.595 Euros.

13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Mercadorias Hospitalares	9.851.466	8.141.670
Imóveis	456.545	435.049
Outras mercadorias	146.595	11.457
Produtos e trabalhos em curso	114.663	44.344
Salvados	12.125	11.695
Outros inventários	208.683	154.285
	10.790.077	8.798.500
Imparidade de mercadorias (Nota 41)	(64.553)	(3.343)
	10.725.524	8.795.157

14. Goodwill

O goodwill registado pelo Grupo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Valor Bruto	Perda por imparidade (Nota 41)	Valor Líquido	Valor Bruto	Perda por imparidade (Nota 41)	Valor Líquido
Goodwill reconhecido em Goodwill						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	65.531.707	-	65.531.707	65.531.707	-	65.531.707
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	1.663.226	-	1.663.226	1.663.226	-	1.663.226
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	2.281.095	-	2.281.095	2.281.095	-	2.281.095
Luz Saúde, S.A.	359.254.032	-	359.254.032	359.254.032	-	359.254.032
GK Kita Aoyoma Support 2	15.319	-	15.319	15.319	-	15.319
Hospital da Luz Guimarães, S.A.	16.025.075	-	16.025.075	-	-	-
Godo Kaisha Moana	710.601	-	710.601	-	-	-
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	906.244	-	906.244	-	-	-
Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	109	-	109	-	-	-
	446.387.408	-	446.387.408	428.745.379	-	428.745.379
Goodwill reconhecido em Investimentos						
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	957.001	(957.001)	-	957.001	(957.001)	-
	957.001	(957.001)	-	957.001	(957.001)	-
	447.344.409	(957.001)	446.387.408	429.702.380	(957.001)	428.745.379

Nos exercícios de 2016 e 2015 esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(valores em euros)

Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2014	432.007.319
Aquisição de 4,986% da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(3.387.513)
Alteração do custo de aquisição da GK Kita Aoyoma Support 2	15.319
Compra de 0,21% da Luz Saúde, S.A.	110.254
Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2015	428.745.379
Compra de 96,996% da Godo Kaisha Moana	710.601
Compra de 99,3% da Thomas More Square (Lux) Investments Limited	906.244
Compra de 99,3% da Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	109
Compra de 100% do Hospital da Luz Guimarães, S.A.	16.025.075
Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2016	446.387.408

A determinação do goodwill das principais empresas adquiridas pode ser demonstrada da seguinte forma:

(valores em euros)

Goodwill (reconhecido em goodwill)	
Compra de 80% da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	980.832.887
Capital próprio da empresa adquirida (80,00%)	911.913.667
	68.919.220
Compra de 4,986% da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(3.387.513)
	65.531.707
Compra de 98,21% da Luz Saúde, S.A.	457.827.530
Capital Próprio da empresa adquirida (98,21%) em setembro de 2014	98.683.752
	359.143.778
Compra de 96,996% da Godo Kaisha Moana	102.843.643
Capital Próprio da empresa adquirida (96,996%) em 2016	(102.133.042)
	710.601
Compra de 99,3% da Thomas More Square (Lux) Investments Limited	129.463.365
Capital Próprio da empresa adquirida (99,3%) em 2016	(128.557.121)
	906.244
Compra de 99,3% da Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	15.640
Capital Próprio da empresa adquirida (99,3%) em 2016	(15.531)
	109
Compra de 100% do Hospital da Luz Guimarães, S.A.	25.237.564
Capital Próprio da empresa adquirida (100%) em 2016	(9.212.489)
	16.025.075
Goodwill negativo reconhecido em resultados	
Compra de 96,996% da Godo Kaisha Praia	104.847.318
Capital Próprio da empresa adquirida (96,996%) em 2016	(129.662.335)
	(24.815.017)
Compra de 99,3% da Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.	42.034
Capital Próprio da empresa adquirida (99,3%) em 2016	(42.837)
	(803)

O goodwill adquirido na concentração de atividades empresariais representa um pagamento feito por uma adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros de ativos que não sejam capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 - "Imparidade de ativos". Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos cash-flows futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

A quantia recuperável do ativo corresponde ao valor mais elevado entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

As avaliações efetuadas incorporaram a informação disponível à data da sua elaboração, nomeadamente condições macroeconómicas, situação dos mercados financeiros e outras, tendo-se verificado em todos os testes que o valor recuperável do ativo excede a respetiva quantia escriturada, não havendo, assim, lugar ao registo de perdas por imparidade.

No seguimento da aquisição das novas empresas ao longo de 2016, o Grupo efetuou uma avaliação do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos de acordo com a IFRS 3 - "Concentrações Empresariais", não tendo identificadas diferenças significativas entre os valores contabilísticos dos ativos e dos passivos e os seus justos valores. O detalhe dos ativos líquidos e do goodwill apurado no âmbito das transações ocorridas durante 2016 é como se segue:

(valores em euros)

	2016					
	Godó Kaisha Praia	Godó Kaisha Moana	TMS (Lux) Investments Limited	TMS (Lux) Holdings S.à.r.l.	TMS (Lux) Sarl	Hospital da Luz Guimarães
Justo Valor dos Ativos e Passivos						
Ativos Adquiridos	531.378.662	106.954.483	369.408.195	1.113.351	130.112.978	10.090.509
Passivos adquiridos	397.700.920	1.658.566	239.944.830	1.070.212	130.097.339	674.696
Total dos Ativos Líquidos	133.677.742	105.295.917	129.463.365	43.139	15.639	9.415.813
% detida dos Ativos	129.662.335	102.133.042	128.557.121	42.837	15.530	9.415.813
Preço de aquisição	104.847.318	102.843.643	129.463.365	42.034	15.639	25.237.564
Goodwill	(24.815.017)	710.601	906.244	(803)	109	16.025.075

15. Outros Ativos Intangíveis

Nos exercícios de 2016 e 2015, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016							2015		
	Saldos iniciais			Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Valor bruto					Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	
Sistemas de tratamento automático										
de dados (software)	62.202.558	(49.710.375)	1.791.823	1.690.488	(7.506.513)	(47.540)	-	65.517.345	(57.096.904)	8.420.441
Outros ativos intangíveis	335.606	(272.156)	-	-	(2.885)	-	-	335.606	(275.041)	60.565
Ativos intangíveis em curso	7.760.207	-	4.448.311	(1.687.728)	-	-	(10.752)	10.510.038	-	10.510.038
	70.298.371	(49.982.531)	6.240.134	2.760	(7.509.398)	(47.540)	(10.752)	76.362.989	(57.371.945)	18.991.044

(valores em euros)

	2015									
	Saldos iniciais							Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático										
de dados (software)	166.334.890	(150.672.194)	2.812.807	2.542.724	(8.505.398)	(10.984)	(9.662)	62.202.558	(49.710.375)	12.492.183
Outros ativos intangíveis	268.796	(202.461)	-	-	(2.885)	-	-	335.606	(272.156)	63.450
Ativos intangíveis em curso	5.753.920	-	4.549.011	(2.542.724)	-	-	-	7.760.207	-	7.760.207
	172.357.606	(150.874.655)	7.361.818	-	(8.508.283)	(10.984)	(9.662)	70.298.371	(49.982.531)	20.315.840

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Ativos intangíveis em curso", refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (software).

Nos exercícios de 2016 e 2015, o Grupo reconheceu diretamente na demonstração de ganhos e perdas despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas de tratamento automático de dados, nos montantes de 20.594.975 Euros e de 21.373.297 Euros, respetivamente.

16. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	136.594	29.355.896	29.492.490	122.501	29.229.015	29.351.516
Provisão matemática	11.256.504	-	11.256.504	12.439.196	-	12.439.196
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	7.365.124	124.351.162	131.716.286	7.882.623	106.071.652	113.954.275
Sinistros não declarados (IBNR)	2.674.438	6.255.308	8.929.746	2.517.579	5.094.931	7.612.510
	10.039.562	130.606.470	140.646.032	10.400.202	111.166.583	121.566.785
	21.432.660	159.962.366	181.395.026	22.961.899	140.395.598	163.357.497

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a provisão para prêmios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Prêmios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prêmios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida	136.594	-	136.594	122.501	-	122.501
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	-	-	-	10.181	(1.070)	9.111
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3.446.191	(1.608.289)	1.837.902	3.752.246	(1.780.912)	1.971.334
Doença	1.643.680	(200.837)	1.442.843	795.613	(38.203)	757.410
Incêndio e outros danos	23.537.352	(4.353.938)	19.183.414	24.004.137	(3.897.501)	20.106.636
Automóvel	475.976	(57.246)	418.730	590.432	(16.192)	574.240
Marítimo, aéreo e transportes	363.237	(34.560)	328.677	310.545	(30.858)	279.687
Responsabilidade civil geral	2.526.562	(215.308)	2.311.254	2.124.123	(181.938)	1.942.185
Crédito e cauções	67.395	(1.604)	65.791	110.487	(4.106)	106.381
Proteção jurídica	2.179	(84)	2.095	3.346	(84)	3.262
Assistência	65.718	(1.604)	64.114	78.593	(1.396)	77.197
Diversos	5.640.714	(1.939.638)	3.701.076	4.870.287	(1.468.715)	3.401.572
	37.769.004	(8.413.108)	29.355.896	36.649.990	(7.420.975)	29.229.015
	37.905.598	(8.413.108)	29.492.490	36.772.491	(7.420.975)	29.351.516

O movimento ocorrido nas provisões para prêmios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida				
Provisão para prêmios não adquiridos	122.501	14.093	-	136.594
Seguros não vida				
Provisão para prêmios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	10.181	(10.181)	-	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3.752.246	(349.926)	43.871	3.446.191
Doença	795.613	984.294	(136.227)	1.643.680
Incêndio e outros danos	24.004.137	(187.980)	(278.805)	23.537.352
Automóvel	590.432	(224.229)	109.773	475.976
Marítimo, aéreo e transportes	310.545	34.212	18.480	363.237
Responsabilidade civil geral	2.124.123	379.959	22.480	2.526.562
Crédito e cauções	110.487	(43.076)	(16)	67.395
Proteção jurídica	3.346	967	(2.134)	2.179
Assistência	78.593	9.646	(22.521)	65.718
Diversos	4.870.287	770.426	1	5.640.714
	36.649.990	1.364.112	(245.098)	37.769.004

(continuação)

(valores em euros)

	2016			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	(1.070)	1.070	-	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.780.912)	190.778	(18.155)	(1.608.289)
Doença	(38.203)	(169.172)	6.538	(200.837)
Incêndio e outros danos	(3.897.501)	(401.318)	(55.119)	(4.353.938)
Automóvel	(16.192)	5.017	(46.071)	(57.246)
Marítimo, aéreo e transportes	(30.858)	6.792	(10.494)	(34.560)
Responsabilidade civil geral	(181.938)	(21.430)	(11.940)	(215.308)
Crédito e cauções	(4.106)	2.499	3	(1.604)
Proteção jurídica	(84)	-	-	(84)
Assistência	(1.396)	(208)	-	(1.604)
Diversos	(1.468.715)	(470.922)	(1)	(1.939.638)
	(7.420.975)	(856.894)	(135.239)	(8.413.108)
	29.229.015	507.218	(380.337)	29.355.896
	29.351.516	521.311	(380.337)	29.492.490

(valores em euros)

	2015			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida				
Provisão para prémios não adquiridos	121.619	882	-	122.501
Seguros não vida				
Provisão para prémios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	405	10.181	(405)	10.181
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	2.789.101	961.680	1.465	3.752.246
Doença	353.431	521.954	(79.772)	795.613
Incêndio e outros danos	25.786.983	(1.634.870)	(147.976)	24.004.137
Automóvel	598.617	(537.658)	529.473	590.432
Marítimo, aéreo e transportes	1.936.503	(1.625.544)	(414)	310.545
Responsabilidade civil geral	2.316.288	(149.238)	(42.927)	2.124.123
Crédito e cauções	187.167	(76.684)	4	110.487
Proteção jurídica	807	2.892	(353)	3.346
Assistência	20.887	64.435	(6.729)	78.593
Diversos	3.895.742	974.545	-	4.870.287
	37.885.931	(1.488.307)	252.366	36.649.990

(continuação)

(valores em euros)

	2015			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	-	(1.018)	(52)	(1.070)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.266.897)	(514.660)	645	(1.780.912)
Doença	(35.631)	(24.058)	21.486	(38.203)
Incêndio e outros danos	(4.162.092)	113.246	151.345	(3.897.501)
Automóvel	(563.864)	512.995	34.677	(16.192)
Marítimo, aéreo e transportes	(207.551)	171.632	5.061	(30.858)
Responsabilidade civil geral	(207.369)	517	24.914	(181.938)
Crédito e cauções	(5.568)	1.466	(4)	(4.106)
Proteção jurídica	(84)	-	-	(84)
Assistência	(1.396)	-	-	(1.396)
Diversos	(870.873)	(597.842)	-	(1.468.715)
	(7.321.325)	(337.722)	238.072	(7.420.975)
	30.564.606	(1.826.029)	490.438	29.229.015
	30.686.225	(1.825.147)	490.438	29.351.516

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros vida	7.365.124	2.674.438	10.039.562	7.882.623	2.517.579	10.400.202
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	1.374.640	2.907	1.377.547	944.656	37.218	981.874
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	13.621.797	137.183	13.758.980	7.857.559	67.373	7.924.932
Doença	449.982	58.875	508.857	1.038.942	49.165	1.088.107
Incêndio e outros danos	73.891.900	5.305.728	79.197.628	55.773.622	3.762.798	59.536.420
Automóvel	7.957.051	3.900	7.960.951	7.311.215	3.589	7.314.804
Marítimo, aéreo e transportes	3.832.039	127.038	3.959.077	5.825.545	190.767	6.016.312
Responsabilidade civil geral	16.519.242	185.258	16.704.500	22.043.573	111.883	22.155.456
Crédito e cauções	550	17.270	17.820	396	27.441	27.837
Diversos	6.703.961	417.149	7.121.110	5.276.144	844.697	6.120.841
	124.351.162	6.255.308	130.606.470	106.071.652	5.094.931	111.166.583
	131.716.286	8.929.746	140.646.032	113.954.275	7.612.510	121.566.785

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de resseguro cedido durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida	10.400.202	9.386.969	(9.747.609)	-	10.039.562
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	981.874	1.568.055	(1.189.987)	17.605	1.377.547
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7.924.932	8.026.653	(2.263.571)	70.966	13.758.980
Doença	1.088.107	2.785.300	(3.256.423)	(108.127)	508.857
Incêndio e outros danos	59.536.420	66.350.154	(46.957.142)	268.196	79.197.628
Automóvel	7.314.804	3.529.233	(2.598.068)	(285.018)	7.960.951
Marítimo, aéreo e transportes	6.016.312	(772.728)	(1.275.578)	(8.929)	3.959.077
Responsabilidade civil geral	22.155.456	(2.410.118)	(3.101.136)	60.298	16.704.500
Crédito e cauções	27.837	34.461	(44.478)	-	17.820
Diversos	6.120.841	13.373.821	(12.373.552)	-	7.121.110
	111.166.583	92.484.831	(73.059.935)	14.991	130.606.470
	121.566.785	101.871.800	(82.807.544)	14.991	140.646.032

(valores em euros)

	2015				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida	8.797.633	8.219.258	(6.616.689)	-	10.400.202
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	935.464	1.893.402	(1.729.730)	(117.262)	981.874
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7.230.323	1.319.731	(617.569)	(7.553)	7.924.932
Doença	558.145	3.085.629	(2.492.755)	(62.912)	1.088.107
Incêndio e outros danos	46.283.675	41.905.451	(28.360.547)	(292.159)	59.536.420
Automóvel	6.460.806	2.411.494	(2.074.512)	517.016	7.314.804
Marítimo, aéreo e transportes	8.613.868	1.070.193	(4.243.519)	575.770	6.016.312
Responsabilidade civil geral	21.820.788	1.939.586	(1.614.457)	9.539	22.155.456
Crédito e cauções	27.913	1.232	(1.308)	-	27.837
Diversos	6.231.553	9.660.662	(9.771.374)	-	6.120.841
	98.162.535	63.287.380	(50.905.771)	622.439	111.166.583
	106.960.168	71.506.638	(57.522.460)	622.439	121.566.785

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não se encontram deduzidos da participação dos resseguradores nos reembolsos processados.

17. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Contas a receber por operações de seguro direto		
Recibos por cobrar	101.038.175	81.710.818
Reembolsos de sinistros	24.179.053	18.403.133
Mediadores	61.463.281	54.169.138
Co-seguradores	22.321.187	14.457.905
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	3.711.125	8.022.707
Fundo de Acidentes de Trabalho	2.132.479	2.159.507
Outros	547.837	650.519
	215.393.137	179.573.727
(Ajustamentos de recibos por cobrar - Nota 41)	(17.109.499)	(14.320.357)
(Ajustamentos IFAP - Nota 41)	(484.133)	(424.635)
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 41)	(10.089.321)	(10.118.579)
	(27.682.953)	(24.863.571)
	187.710.184	154.710.156
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	19.256.084	21.816.848
Contas correntes de ressegurados	2.521.028	628.502
	21.777.112	22.445.350
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 41)	(6.665.093)	(8.996.572)
	15.112.019	13.448.778
Contas a receber por outras operações		
Empresas do grupo	2.229	2.229
Empresas associadas	1.376.216	2.380.471
Restantes acionistas	-	547.427
Consultores, assessores e intermediários	38.957	4.082
Pessoal	1.173.711	1.625.280
Fundos de pensões	56.479	46.395
Clientes - contas correntes	115.777.981	97.462.971

(continuação)

(valores em euros)

	2016	2015
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	4.442.829	4.596.206
Devedores por valores em depósito	273.962	258.469
Arrendamentos imobiliários	2.527.394	2.695.334
Transações a liquidar	116.290.481	-
Adiantamento a fornecedores	5.353.799	1.010.803
Outros devedores e credores diversos	42.880.697	18.573.064
Outros	7.078.470	3.117.506
	297.273.205	132.320.237
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 41)	(25.070.698)	(25.677.202)
	272.202.507	106.643.035
	475.024.710	274.801.969

Nos exercícios de 2016 e 2015 o valor na rubrica "Clientes - contas correntes" inclui os montantes de 109.091.814 Euros e 91.579.431 Euros, respetivamente, correspondentes ao setor hospitalar.

A rubrica "Transações a liquidar" regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente, a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas dos anos de 2012 a 2016.

18. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

(valores em euros)

	2016	2015
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	6.248.884	-
Outros	112.758	1.895.135
	6.361.642	1.895.135
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	(29.668.271)
Outros		
Imposto do selo	(9.176.299)	(8.864.053)
Fundo de garantia automóvel	(2.300.366)	(2.254.321)
Fundo de acidentes de trabalho	(4.159.250)	(4.736.344)
Taxa para autoridade nacional para proteção civil	(1.868.421)	(1.858.028)
Taxa para a autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões	(1.973.701)	(1.806.395)
Instituto nacional de emergência médica	(2.835.823)	(2.570.322)
Segurança social	(4.864.615)	(6.030.445)
Retenções	(8.416.369)	(7.261.386)
Outros	(7.567.036)	(1.194.854)
	(43.161.880)	(66.244.419)
Ativos por impostos diferidos	425.117.177	272.352.158
Passivos por impostos diferidos	(255.403.004)	(147.128.543)
	169.714.173	125.223.615
Total	132.913.935	60.874.332

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016	2015
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	(102.001.211)	(129.882.067)
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por reservas	3.953.604	7.823.362
Retenções na fonte	4.427.126	5.966.602
Pagamentos por conta	103.471.316	84.809.422
Outros	(3.489.194)	1.614.410
	6.361.642	(29.668.271)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados" corresponde ao montante da estimativa de IRC acrescido da Derrama Municipal e Estadual e do valor da tributação autónoma.

Em 2016 e 2015, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta da variação da reserva de justo valor dos ativos classificados como disponíveis para venda afetos a produtos de seguros do ramo vida com participação nos resultados e da variação dos desvios atuariais relativos aos benefícios pós-emprego concedidos aos colaboradores.

Em 2016, no âmbito do RETGS, os "Pagamentos Adicionais por Conta" foram entregues ao Estado pela Longrun Portugal, SGPS, S.A. (sociedade dominante). Assim, as empresas do Grupo que integram o RETGS têm registado no seu balanço um valor a receber da Longrun Portugal, SGPS, S.A. referente aos "Pagamentos Adicionais por Conta" e um valor a pagar/receber à Longrun Portugal, SGPS, S.A., referente à "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados".

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016					Saldo finais
	Saldos iniciais	Entrada perímetro	Variação em		Outros	
			Capital próprio	Resultados		
Ativo						
Desvalorização de ativos disponíveis para venda	64.409.370	-	(6.112.850)	-	-	58.296.520
Terrenos e edifícios						
De uso próprio	14.873.632	-	26.140.848	-	-	41.014.480
De rendimento	36.974.336	-	-	89.349.086	-	126.323.422
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	141.852.286	-	882.715	37.910.527	-	180.645.528
Benefícios dos trabalhadores	12.328.258	-	3.932.806	2.676.048	(4.719.368)	14.217.744
Prejuízos fiscais reportáveis	1.137.273	-	-	990.181	-	2.127.454
Outros	777.003	-	859.482	853.226	2.318	2.492.029
	272.352.158	-	25.703.001	131.779.068	(4.717.050)	425.117.177
Passivo						
Valorização de ativos disponíveis para venda	(109.246.699)	-	26.871.792	-	-	(82.374.907)
Terrenos e edifícios						
De uso próprio	(14.753.710)	-	(28.208.546)	538.551	-	(42.423.705)
De rendimento	(17.663.583)	(8.456.149)	-	(93.545.744)	624.275	(119.041.201)
Outros	(5.464.551)	-	-	(6.166.634)	67.994	(11.563.191)
	(147.128.543)	(8.456.149)	(1.336.754)	(99.173.827)	692.269	(255.403.004)
	125.223.615	(8.456.149)	24.366.247	32.605.241	(4.024.781)	169.714.173

(valores em euros)

	2015			Saldos finais
	Saldos iniciais	Variação em		
		Capital próprio	Resultados	
Ativo				
Desvalorização de ativos disponíveis para venda	1.799.843	62.609.527	-	64.409.370
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	31.657.201	(17.308.410)	524.841	14.873.632
De rendimento	41.656.349	-	(4.682.013)	36.974.336
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	100.440.012	(351.031)	41.763.305	141.852.286
Benefícios dos trabalhadores	10.851.649	-	1.476.609	12.328.258
Prejuízos fiscais reportáveis	(283.080)	-	1.420.353	1.137.273
Outros	2.572.438	544.323	(2.339.758)	777.003
	188.694.412	45.494.409	38.163.337	272.352.158
Passivo				
Valorização de ativos disponíveis para venda	(114.137.312)	4.890.613	-	(109.246.699)
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	(32.176.806)	17.423.096	-	(14.753.710)
De rendimento	(15.682.418)	-	(1.981.165)	(17.663.583)
Outros	(7.552.448)	-	2.087.897	(5.464.551)
	(169.548.984)	22.313.709	106.732	(147.128.543)
	19.145.428	67.808.118	38.270.069	125.223.615

No exercício de 2016 a taxa de imposto diferido ascende a 29,5%, exceto na parte que corresponde aos prejuízos fiscais em que a taxa de imposto diferido corresponde a 21% (quando aplicável).

Em 30 de dezembro de 2011 foi publicada a Lei nº 64-B/2011, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, o qual estabelece no artigo 183º que as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de registo dos ganhos e perdas atuariais resultantes do reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores, não concorrem para os limites de dedutibilidade estabelecidos no artigo 43º do Código do IRC, concorrendo antes, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do exercício de 2012 e dos nove períodos de tributação seguintes.

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

(valores em euros)

	2016	2015
Impostos correntes		
Do exercício	76.434.616	103.149.629
Derrama municipal e estadual	24.171.986	25.221.055
Tributação autónoma	1.050.404	1.496.211
	101.657.006	129.866.895
Outros	344.205	15.173
	102.001.211	129.882.068
Impostos diferidos	(32.605.241)	(38.270.069)
Total de impostos em resultados	69.395.970	91.611.999
Lucro consolidado antes de impostos e interesses minoritários	291.182.983	392.723.868
Carga fiscal	23,83%	23,33%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser demonstrada como se segue:

(valores em euros)

	2016		2015	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		291.182.983		392.723.868
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,56%	74.419.434	30,18%	99.494.283
Diferenças definitivas a deduzir				
Dividendos de instrumentos de capital	(1,04%)	(3.027.279)	(0,99%)	(3.252.145)
Mais e menos valias potenciais imóveis	(2,14%)	(6.217.942)	0,00%	-
Mais e menos valias contabilísticas	(13,72%)	(39.943.394)	(16,39%)	(54.040.070)
Imparidades não dedutíveis	0,00%	-	(0,38%)	(1.239.190)
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	(1,77%)	(5.154.587)	(0,01%)	(18.209)
Variações patrimoniais negativas	0,00%	-	(0,41%)	(1.340.424)
Restituição de impostos não dedutíveis				
e excesso de estimativa de IRC	(0,06%)	(171.304)	(0,35%)	(1.373.698)
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego				
ou a longo prazos dos empregados	(0,27%)	(788.548)	0,00%	-
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00%	-	0,00%	-
Outras	(2,82%)	(8.221.691)	0,00%	-

(continuação)

(valores em euros)

	2016		2015	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Diferenças definitivas a acrescentar				
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	0,18%	532.476	3,00%	9.895.415
Imparidades não dedutíveis	6,46%	18.807.906	1,19%	3.931.506
Mais e menos valias potenciais de imóveis	0,00%	-	2,17%	7.152.873
Mais e menos valias fiscais	13,41%	39.045.828	11,91%	39.280.542
Insuficiência de estimativa de IRC	0,11%	325.615	0,00%	-
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazos dos empregados	0,00%	-	0,30%	1.005.427
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00%	359.646	0,00%	-
Outras	0,03%	82.132	0,94%	3.105.926
Benefícios fiscais				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,56%)	(1.620.929)	(0,44%)	(1.463.763)
Outros	(0,20%)	(581.518)	(0,05%)	(176.986)
Tributação autónoma	0,36%	1.050.404	0,45%	1.496.211
Ativos e passivos por impostos diferidos - Efeito de alteração de taxa	0,17%	499.720	(3,29%)	(10.845.701)
	23,83%	69.395.970	23,33%	91.611.999

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Longrun e das empresas do Grupo não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

19. Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Acréscimos de rendimentos	42.008.986	51.240.539
Gastos diferidos		
Comissões de emissão de produtos financeiros	13.779.734	12.502.337
Seguros	2.156.029	2.125.874
Rendas e alugueres	2.256.756	2.253.684
Assistência equipamento informático	1.750.288	1.326.443
Publicidade	412.216	438.495
Quotizações Associação Portuguesa de Seguradores	535.817	323.483
Licenças de software	590.589	884.708
Outros	4.073.888	2.089.989
	67.564.303	73.185.552

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Acréscimos de rendimentos" inclui a estimativa das profit commissions a receber de resseguradores do ramo Vida, nos montantes de 3.070.819 Euros e 3.658.000 Euros, relativas aos exercícios de 2016 e 2015, respetivamente.

A rubrica "Gastos diferidos - Comissões de emissão de produtos financeiros" corresponde a comissões cobradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. na comercialização de produtos de capitalização contabilizados como passivos financeiros, as quais são diferidas ao longo do prazo dos respetivos contratos.

20. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	1.567.236	287.205.152	288.772.388	1.796.858	274.226.048	276.022.906
Provisão matemática do ramo vida	1.648.505.455	-	1.648.505.455	1.632.994.332	-	1.632.994.332
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	97.246.776	1.558.252.854	1.655.499.630	98.652.055	1.548.736.795	1.647.388.850
Sinistros não declarados (IBNR)	23.805.280	65.642.180	89.447.460	25.971.059	85.325.681	111.296.740
	121.052.056	1.623.895.034	1.744.947.090	124.623.114	1.634.062.476	1.758.685.590
Provisão para participação nos resultados	68.711.511	314	68.711.825	68.763.675	1.764	68.765.439
Provisão para compromissos de taxa	7.025.239	-	7.025.239	5.626.534	-	5.626.534
Provisão para estabilização de carteira	21.750.883	-	21.750.883	25.272.158	-	25.272.158
Provisão para desvios de sinistralidade	-	24.056.289	24.056.289	-	22.471.715	22.471.715
Provisão para riscos em curso	-	49.354.458	49.354.458	-	60.944.019	60.944.019
	1.868.612.380	1.984.511.247	3.853.123.627	1.859.076.671	1.991.706.022	3.850.782.693

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite, apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida	1.567.236	-	1.567.236	1.796.858	-	1.796.858
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	13.986.229	(2.177.246)	11.808.983	13.576.921	(2.254.113)	11.322.808
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	9.313.724	(1.654.211)	7.659.513	7.675.687	(1.316.971)	6.358.716
Doença	32.914.617	(6.490.727)	26.423.890	29.838.229	(6.054.164)	23.784.065
Incêndio e outros danos	91.148.439	(16.051.795)	75.096.644	91.305.491	(15.890.424)	75.415.067
Automóvel	162.493.841	(29.939.033)	132.554.808	158.667.833	(30.153.372)	128.514.461
Marítimo, aéreo e transportes	1.854.943	(267.826)	1.587.117	2.087.376	(343.297)	1.744.079
Responsabilidade civil geral	10.647.493	(1.830.900)	8.816.593	9.490.617	(1.443.513)	8.047.104
Crédito e cauções	185.601	(12.841)	172.760	236.469	(16.990)	219.479
Proteção jurídica	2.448.240	(469.509)	1.978.731	2.449.571	(503.137)	1.946.434
Assistência	13.920.506	(2.589.652)	11.330.854	12.644.660	(2.610.774)	10.033.886
Diversos	12.085.552	(2.310.293)	9.775.259	8.449.692	(1.609.743)	6.839.949
	350.999.185	(63.794.033)	287.205.152	336.422.546	(62.196.498)	274.226.048
	352.566.421	(63.794.033)	288.772.388	338.219.404	(62.196.498)	276.022.906

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida				
Provisão para prémios não adquiridos	1.796.858	(229.622)	-	1.567.236
Seguros não vida				
Provisão para prémios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	13.576.921	366.170	43.138	13.986.229
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7.675.687	1.634.448	3.589	9.313.724
Doença	29.838.229	4.598.694	(1.522.306)	32.914.617
Incêndio e outros danos	91.305.491	175.985	(333.037)	91.148.439
Automóvel	158.667.833	5.510.100	(1.684.092)	162.493.841
Marítimo, aéreo e transportes	2.087.376	(225.892)	(6.541)	1.854.943
Responsabilidade civil geral	9.490.617	1.194.828	(37.952)	10.647.493
Crédito e cauções	236.469	(50.248)	(620)	185.601
Proteção jurídica	2.449.571	3.110	(4.441)	2.448.240
Assistência	12.644.660	1.283.290	(7.444)	13.920.506
Diversos	8.449.692	3.635.860	-	12.085.552
	336.422.546	18.126.345	(3.549.706)	350.999.185
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	(2.254.113)	80.876	(4.009)	(2.177.246)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.316.971)	(336.224)	(1.016)	(1.654.211)
Doença	(6.054.164)	(529.391)	92.828	(6.490.727)
Incêndio e outros danos	(15.890.424)	(172.347)	10.976	(16.051.795)
Automóvel	(30.153.372)	554.814	(340.475)	(29.939.033)
Marítimo, aéreo e transportes	(343.297)	74.950	521	(267.826)
Responsabilidade civil geral	(1.443.513)	(390.184)	2.797	(1.830.900)
Crédito e cauções	(16.990)	4.159	(10)	(12.841)
Proteção jurídica	(503.137)	33.076	552	(469.509)
Assistência	(2.610.774)	21.025	97	(2.589.652)
Diversos	(1.609.743)	(700.550)	-	(2.310.293)
	(62.196.498)	(1.359.796)	(237.739)	(63.794.033)
	274.226.048	16.766.549	(3.787.445)	287.205.152
	276.022.906	16.536.927	(3.787.445)	288.772.388

(valores em euros)

	2015			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida				
Provisão para prémios não adquiridos	1.515.796	281.321	(259)	1.796.858
Seguros não vida				
Provisão para prémios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	13.345.392	185.576	45.953	13.576.921
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7.036.245	643.009	(3.567)	7.675.687
Doença	25.921.896	4.789.174	(872.841)	29.838.229
Incêndio e outros danos	91.907.877	(235.138)	(367.248)	91.305.491
Automóvel	154.767.285	4.391.467	(490.919)	158.667.833
Marítimo, aéreo e transportes	2.870.575	(778.980)	(4.219)	2.087.376
Responsabilidade civil geral	9.542.956	(14.035)	(38.304)	9.490.617
Crédito e cauções	345.451	(108.163)	(819)	236.469
Proteção jurídica	2.446.658	5.115	(2.202)	2.449.571
Assistência	11.441.416	1.156.550	46.694	12.644.660
Diversos	8.697.796	(248.105)	1	8.449.692
	328.323.547	9.786.470	(1.687.471)	336.422.546
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	(2.304.492)	53.779	(3.400)	(2.254.113)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.366.041)	49.580	(510)	(1.316.971)
Doença	(5.643.993)	(469.906)	59.735	(6.054.164)
Incêndio e outros danos	(15.660.706)	(243.904)	14.186	(15.890.424)
Automóvel	(30.127.098)	334.220	(360.494)	(30.153.372)
Marítimo, aéreo e transportes	(306.893)	(36.750)	346	(343.297)
Responsabilidade civil geral	(1.509.460)	62.464	3.483	(1.443.513)
Crédito e cauções	(23.398)	6.421	(13)	(16.990)
Proteção jurídica	(498.322)	(5.164)	349	(503.137)
Assistência	(2.339.498)	(271.344)	68	(2.610.774)
Diversos	(1.670.847)	248.817	(187.713)	(1.609.743)
	(61.450.748)	(271.787)	(473.963)	(62.196.498)
	266.872.799	9.514.683	(2.161.434)	274.226.048
	268.388.595	9.796.004	(2.161.693)	276.022.906

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros vida	97.246.776	23.805.280	121.052.056	98.652.055	25.971.059	124.623.114
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho						
Provisão matemática	574.633.306	1.052.361	575.685.667	565.149.550	934.466	566.084.016
Provisão para assistência vitalícia	163.207.398	7.950.714	171.158.112	160.826.545	7.911.113	168.737.658
Provisão para assistência temporária	45.994.825	2.748.705	48.743.530	50.775.800	3.282.815	54.058.615
	783.835.529	11.751.780	795.587.309	776.751.895	12.128.394	788.880.289
Outros seguros						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	21.575.264	421.092	21.996.356	22.226.900	475.506	22.702.406
Doença	50.627.774	4.559.005	55.186.779	49.719.967	4.604.924	54.324.891
Incêndio e outros danos	129.510.311	14.370.483	143.880.794	114.995.406	13.406.427	128.401.833
Automóvel	452.354.028	18.053.505	470.407.533	450.003.508	45.573.615	495.577.123
Marítimo, aéreo e transportes	8.587.938	987.915	9.575.853	11.088.308	1.076.856	12.165.164
Responsabilidade civil geral	88.614.349	13.876.011	102.490.360	103.345.420	5.300.845	108.646.265
Crédito e cauções	746.565	65.765	812.330	827.284	74.844	902.128
Proteção jurídica	4.961.894	718.898	5.680.792	5.509.915	948.321	6.458.236
Assistência	8.519.784	52.450	8.572.234	7.812.939	62.887	7.875.826
Diversos	8.919.418	785.276	9.704.694	6.455.253	1.673.062	8.128.315
	774.417.325	53.890.400	828.307.725	771.984.900	73.197.287	845.182.187
	1.558.252.854	65.642.180	1.623.895.034	1.548.736.795	85.325.681	1.634.062.476
	1.655.499.630	89.447.460	1.744.947.090	1.647.388.850	111.296.740	1.758.685.590

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida	124.623.114	263.549.270	(267.119.415)	(913)	121.052.056
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	788.880.289	118.386.093	(109.699.376)	(1.979.697)	795.587.309
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	22.702.406	8.175.763	(8.881.633)	(180)	21.996.356
Doença	54.324.891	200.865.133	(199.415.350)	(587.895)	55.186.779
Incêndio e outros danos	128.401.833	123.020.892	(107.405.695)	(136.236)	143.880.794
Automóvel	495.577.123	318.685.981	(343.121.907)	(733.664)	470.407.533
Marítimo, aéreo e transportes	12.165.164	1.054.400	(3.637.889)	(5.822)	9.575.853
Responsabilidade civil geral	108.646.265	7.199.549	(13.352.725)	(2.729)	102.490.360
Crédito e cauções	902.128	177.708	(267.506)	-	812.330
Proteção jurídica	6.458.236	(300.575)	(476.869)	-	5.680.792
Assistência	7.875.826	34.890.221	(34.193.813)	-	8.572.234
Diversos	8.128.315	20.325.936	(18.749.557)	-	9.704.694
	1.634.062.476	832.481.101	(839.202.320)	(3.446.223)	1.623.895.034
	1.758.685.590	1.096.030.371	(1.106.321.735)	(3.447.136)	1.744.947.090

(valores em euros)

	2015				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida	123.816.191	285.667.316	(284.860.393)	-	124.623.114
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	786.160.945	117.579.758	(113.790.207)	(1.070.207)	788.880.289
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	15.470.563	15.008.754	(7.776.344)	(567)	22.702.406
Doença	47.753.632	181.557.090	(174.504.715)	(481.116)	54.324.891
Incêndio e outros danos	121.447.645	99.299.028	(92.229.387)	(115.453)	128.401.833
Automóvel	517.240.498	290.014.552	(312.136.573)	458.646	495.577.123
Marítimo, aéreo e transportes	14.418.320	3.664.332	(5.912.602)	(4.886)	12.165.164
Responsabilidade civil geral	111.508.672	7.938.006	(10.796.724)	(3.689)	108.646.265
Crédito e cauções	857.875	311.430	(267.177)	-	902.128
Proteção jurídica	7.278.700	(267.030)	(553.434)	-	6.458.236
Assistência	9.542.438	29.338.302	(31.004.914)	-	7.875.826
Diversos	8.695.002	15.071.056	(15.637.743)	-	8.128.315
	1.640.374.290	759.515.278	(764.609.820)	(1.217.272)	1.634.062.476
	1.764.190.481	1.045.182.594	(1.049.470.213)	(1.217.272)	1.758.685.590

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos processados pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Seguros não vida		
Acidentes de trabalho	16.283.252	25.114.103
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	230.339	368.105
Doença	1.047	3.682.055
Incêndio e outros danos	2.891.055	3.291.533
Automóvel	23.896.419	21.311.698
Marítimo, aéreo e transportes	444	39.286
Responsabilidade civil geral	411.465	1.036.256
Crédito e cauções	15.823	55.297
Assistência	5.583.876	6.009.257
Diversos	40.738	36.429
	49.354.458	60.944.019

O movimento ocorrido nas provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros não vida			
Acidentes de trabalho	25.114.103	(8.830.851)	16.283.252
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	368.105	(137.766)	230.339
Doença	3.682.055	(3.681.008)	1.047
Incêndio e outros danos	3.291.533	(400.478)	2.891.055
Automóvel	21.311.698	2.584.721	23.896.419
Marítimo, aéreo e transportes	39.286	(38.842)	444
Responsabilidade civil geral	1.036.256	(624.791)	411.465
Crédito e cauções	55.297	(39.474)	15.823
Assistência	6.009.257	(425.381)	5.583.876
Diversos	36.429	4.309	40.738
	60.944.019	(11.589.561)	49.354.458

(valores em euros)

	2015		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros não vida			
Acidentes de trabalho	23.277.225	1.836.878	25.114.103
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	252.441	115.664	368.105
Doença	3.480.006	202.049	3.682.055
Incêndio e outros danos	5.174.504	(1.882.971)	3.291.533
Automóvel	19.452.738	1.858.960	21.311.698
Marítimo, aéreo e transportes	4.909	34.377	39.286
Responsabilidade civil geral	577.070	459.186	1.036.256
Crédito e cauções	3.082	52.215	55.297
Proteção jurídica	306	(306)	-
Assistência	6.587.924	(578.667)	6.009.257
Diversos	-	36.429	36.429
	58.810.205	2.133.814	60.944.019

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a provisão matemática e a provisão para participação nos resultados do ramo vida de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016				Total
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	
De contratos de seguro					
Vida risco individual	62.016.491	(77.110)	61.939.381	15.722.480	77.661.861
Vida risco grupo	148.230.463	-	148.230.463	16.441.868	164.672.331
Vida capitalização individual	30.781.307	(50.415)	30.730.892	40.937	30.771.829
Vida capitalização grupo	2.969.919	-	2.969.919	-	2.969.919
	243.998.180	(127.525)	243.870.655	32.205.285	276.075.940
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária					
Vida capitalização individual	259.827.922	(11.462)	259.816.460	17.325.095	277.141.555
Vida capitalização grupo	301.373.041	-	301.373.041	4.585.661	305.958.702
Vida PPR individual	843.474.355	(29.056)	843.445.299	14.595.470	858.040.769
	1.404.675.318	(40.518)	1.404.634.800	36.506.226	1.441.141.026
	1.648.673.498	(168.043)	1.648.505.455	68.711.511	1.717.216.966

(valores em euros)

	2015				Total
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	
De contratos de seguro					
Vida risco individual	54.341.483	(3.544)	54.337.939	15.182.138	69.520.077
Vida risco grupo	156.392.984	-	156.392.984	15.702.383	172.095.367
Vida capitalização individual	22.236.205	(51.388)	22.184.817	31.283	22.216.100
Vida capitalização grupo	2.860.953	-	2.860.953	-	2.860.953
	235.831.625	(54.932)	235.776.693	30.915.804	266.692.497
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária					
Vida capitalização individual	293.471.531	(15.358)	293.456.173	13.839.322	307.295.495
Vida capitalização grupo	283.509.699	-	283.509.699	6.528.762	290.038.461
Vida PPR individual	820.287.800	(36.033)	820.251.767	17.479.787	837.731.554
	1.397.269.030	(51.391)	1.397.217.639	37.847.871	1.435.065.510
	1.633.100.655	(106.323)	1.632.994.332	68.763.675	1.701.758.007

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados do ramo vida de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite							
Provisão matemática							
De contratos de seguro	235.776.693	7.963.317	-	(72.598)	-	203.243	243.870.655
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1.397.217.639	(4.814.998)	-	10.878	3.396.418	8.824.863	1.404.634.800
	1.632.994.332	3.148.319	-	(61.720)	3.396.418	9.028.106	1.648.505.455
Provisão para participação nos resultados							
De contratos de seguro	30.915.804	4.941.827	(475.398)	-	-	(3.176.948)	32.205.285
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	37.847.871	4.687.983	2.829.030	-	-	(8.858.658)	36.506.226
	68.763.675	9.629.810	2.353.632	-	-	(12.035.606)	68.711.511
	1.701.758.007	12.778.129	2.353.632	(61.720)	3.396.418	(3.007.500)	1.717.216.966

(valores em euros)

	2015						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite							
Provisão matemática							
De contratos de seguro	227.971.040	7.289.121	-	(4.142)	-	520.674	235.776.693
De contratos de investimento com participação							
nos resultados com componente discricionária	1.439.409.242	(52.768.910)	-	14.374	418.385	10.144.548	1.397.217.639
	1.667.380.282	(45.479.789)	-	10.232	418.385	10.665.222	1.632.994.332
Provisão para participação nos resultados							
De contratos de seguro	31.068.577	8.279.453	(5.056.722)	-	-	(3.375.504)	30.915.804
De contratos de investimento com participação							
nos resultados com componente discricionária	78.060.258	33.250.200	(63.318.034)	-	-	(10.144.553)	37.847.871
	109.128.835	41.529.653	(68.374.756)	-	-	(13.520.057)	68.763.675
	1.776.509.117	(3.950.136)	(68.374.756)	10.232	418.385	(2.854.835)	1.701.758.007

A provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída é movimentada de acordo com a política descrita na nota 2.17. f).

21. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016					
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	Saldo final
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	544.300.088	35.932.004	(94.527.515)	(397.810)	-	485.306.767
Unit-linked capitalização grupo	721.245	-	-	-	-	721.245
Unit-linked PPR	28.028.089	222.154	(1.367.106)	176.882	(110.838)	26.949.181
	573.049.422	36.154.158	(95.894.621)	(220.928)	(110.838)	512.977.193
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	4.517.190.921	869.171.791	(594.650.710)	81.160.761	(3.285.580)	4.869.587.183
Vida Taxa Fixa individual	2.979.955.085	1.211.410.102	(1.353.631.014)	67.516.051	-	2.905.250.224
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	5.447.802	-	(107.353)	35.286	-	5.375.735
	7.502.593.808	2.080.581.893	(1.948.389.077)	148.712.098	(3.285.580)	7.780.213.142
	8.075.643.230	2.116.736.051	(2.044.283.698)	148.491.170	(3.396.418)	8.293.190.335

(valores em euros)

	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	668.648.640	3.464.808	(135.466.571)	7.653.211	-	544.300.088
Unit-linked capitalização grupo	668.782	-	-	52.463	-	721.245
Unit-linked PPR	42.346.865	236.479	(14.809.034)	304.589	(50.810)	28.028.089
	711.664.287	3.701.287	(150.275.605)	8.010.263	(50.810)	573.049.422
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	3.728.227.571	1.040.758.751	(353.146.810)	101.718.984	(367.575)	4.517.190.921
Vida Taxa Fixa individual	3.246.908.900	1.453.579.399	(1.806.342.000)	85.808.786	-	2.979.955.085
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	5.429.278	-	(5.347)	23.871	-	5.447.802
	6.980.565.749	2.494.338.150	(2.159.494.157)	187.551.641	(367.575)	7.502.593.808
	7.692.230.036	2.498.039.437	(2.309.769.762)	195.561.904	(418.385)	8.075.643.230

Os "Outros contratos de investimento" correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se registados ao custo amortizado.

22. Passivos Financeiros Detidos para Negociação e Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Passivos financeiros detidos para negociação		
Cobertura justo valor (Nota 7)	15.072.639	18.448.784
Outros passivos financeiros		
Derivados de cobertura		
Cobertura justo valor (Nota 7)	8.737.700	4.406.362
Cobertura fluxos de caixa	4.731.582	-
	13.469.282	4.406.362
Depósitos recebidos de resseguradores		
Vida	4.438.349	4.994.028
Não Vida	43.132.406	32.705.269
	47.570.755	37.699.297

(continuação)

(valores em euros)

	2016	2015
Empréstimos obtidos		
Empréstimos bancários	364.644.345	158.612.609
Papel comercial - Luz Saúde, S.A.	198.242.786	176.010.263
	562.887.131	334.622.872
Outros		
Locações financeiras	28.293.305	21.297.468
	652.220.473	398.025.999
	667.293.112	416.474.783

A rubrica "Empréstimos obtidos em instituições financeiras de crédito" em 31 de dezembro de 2016 inclui empréstimos obtidos por empresas do perímetro de consolidação do Grupo, sobre a qual incidem juros a uma taxa média anual de 1,51%.

23. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Mediadores	57.533.547	49.069.763
Tomadores de seguro	29.921.906	31.711.659
Co-seguradoras	14.320.583	12.420.369
	101.776.036	93.201.791
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	27.190.892	38.549.445
Contas correntes de ressegurados	1.856.811	2.399.286
	29.047.703	40.948.731
Contas a pagar por outras operações		
Empresas do grupo	1.000	9.593
Fornecedores de ativos tangíveis	815.276	936.596
Fornecedores conta corrente	63.511.927	40.027.251
Pessoal	41.673	43.808
Consultores, assessores e intermediários	10.619	1.172.646
Fundos de pensões	386.363	387.227
Contas de regularização interna	9.643.328	2.148.676
Adiantamento de clientes	18.690.162	9.066.361
Credores diversos	40.948.218	15.528.386
	134.048.566	69.320.544
	264.872.305	203.471.066

A rubrica "Contas de regularização interna" regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

A rubrica "Credores diversos" inclui responsabilidades assumidas com a Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A., na sequência desta participada apresentar capitais próprios negativos (Nota 5).

24. Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Rendimentos diferidos		
Rendas e alugueres	16.018.791	30.583.523
Outros	301.755	376.456
	16.320.546	30.959.979
Acréscimos de gastos		
Juros a liquidar	204.268	283.720
Férias e subsídios a pagar	33.349.541	31.062.729
Seguros	2.124.202	423.310
Remunerações variáveis, incluindo encargos	7.382.445	8.042.839
Prémios de desempenho da empresa	11.010.735	10.981.409
Prémio de permanência	690.699	968.543
Outros custos com pessoal	155.520	914.659
Provisão para prémios de angariação	395.980	1.136.460
Comissões a pagar	40.008.232	35.379.128
Pagamentos diferidos - marketing	4.879.121	4.972.178
Imposto municipal de imóveis	1.747.210	1.671.779
Auditoria	604.241	550.068
Publicidade	326.487	466.796
Eletricidade	306.258	297.278
Faturas em conferência	4.511.457	3.466.680
Honorários médicos/enfermagem	17.250.784	13.470.634
Serviços de saúde	9.540.523	9.831.655
Outsourcing (exceto contabilidade e informática)	5.140.544	5.135.381
Outros	6.518.405	658.670
	146.146.652	129.713.916
	162.467.198	160.673.895

25. Outras Provisões

O movimento nestas rubricas durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016							Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Diferenças de câmbio	Desvios atuariais por capital próprio	
Provisões para impostos	25.202.883	3.327.175	(20.056.488)	(1.214.305)	-	-	-	7.259.265
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 34)								
Benefícios de saúde	22.191.389	-	(716.713)	-	-	-	2.162.605	23.637.281
Encargos com pensões	3.047.157	-	(58.572)	-	1.005	-	352.414	3.342.004
Provisão para o Fundo								
de Acidentes de Trabalho	47.036.302	1.500.000	-	-	-	-	-	48.536.302
Provisão para reestruturação	60.524.302	-	(25.099.384)	-	-	-	-	35.424.918
Outras	30.587.253	14.147.995	(24.563.265)	-	507.832	1.652.717	-	22.332.532
	188.589.286	18.975.170	(70.494.422)	(1.214.305)	508.837	1.652.717	2.515.019	140.532.302

(valores em euros)

	2015						Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Desvios atuariais por capital próprio		
Provisões para impostos	19.236.567	5.966.316	-	-	-	-	25.202.883
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 34)							
Benefícios de saúde	22.021.108	-	(646.509)	(1.530)	818.320	-	22.191.389
Encargos com pensões	2.915.114	-	(13.356)	(2.364)	147.763	-	3.047.157
Provisão para o Fundo de Acidentes de Trabalho	45.236.302	1.800.000	-	-	-	-	47.036.302
Provisão para reestruturação	52.338.451	25.100.000	(16.914.149)	-	-	-	60.524.302
Outras	70.576.078	-	(39.196.728)	(792.097)	-	-	30.587.253
	212.323.620	32.866.316	(56.770.742)	(795.991)	966.083	188.589.286	

O Grupo tem constituída uma provisão, enquadrada no programa de reestruturação e rejuvenescimento de colaboradores que se consubstancia na contratação de novos colaboradores qualificados e na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma. Neste sentido, o plano decidido seria concretizado nos anos de 2014 e 2015, abrangendo os colaboradores que se encontrassem nas condições indicadas abaixo.

A abrangência deste plano era a seguinte:

- Em 2014: 153 saídas, sendo 100 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 53 com mais de 60 anos.
- Em 2015: 110 saídas, sendo 75 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 35 com mais de 60 anos.

Em 2014 o Grupo reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo para o período de 2015 a 2018, mantendo as mesmas condições divulgadas em 2013. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 27.483.687 Euros. No desenvolvimento deste plano em 2014 saíram 86 colaboradores, o que originou uma utilização de 7.038.236 Euros. Em 31 de dezembro para 2014, encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 52.338.451 Euros. No mesmo período foram contratados 91 colaboradores.

Em 2015 o Grupo reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo para o período de 2016 a 2019, mantendo as mesmas condições divulgadas anteriormente. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 25.100.000 Euros. No desenvolvimento deste plano em 2015 saíram 147 colaboradores, o que originou uma utilização de 16.914.149 Euros. Em 31 de dezembro para 2015, encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 60.524.302 Euros. No mesmo período foram contratados 126 colaboradores.

No desenvolvimento do plano, em 2016 saíram 177 colaboradores, o que originou a utilização de 25.099.384 Euros. Em 31 de dezembro de 2016 encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação no valor de 35.424.918 Euros. No mesmo período foram contratados 118 colaboradores.

No cálculo da provisão considerou-se o custo efetivo de saídas negociadas de colaboradores ocorridas recentemente, incrementado por um valor que reflete o gasto adicional decorrente do aumento da idade legal de reforma para os 66 anos e 3 meses.

Os outros montantes registados na rubrica "Outras" destinam-se a fazer face a processos judiciais em curso e a outras contingências decorrentes da atividade do Grupo.

Em 2016 e 2015, as rubricas "Outras Provisões" incluem utilizações de 6.827.043 Euros e 6.516.620 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica "Perdas de Imparidade (líquidas de reversão)".

A rubrica "Provisões para encargos com benefícios dos empregados – Benefícios de saúde" destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo Grupo relativamente a benefícios de saúde atribuídos aos seus colaboradores. A rubrica "Provisões para encargos com benefícios dos empregados – Encargos com pensões" destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo Grupo decorrentes do complemento de reforma atribuído a alguns dos seus colaboradores e que não se encontra abrangido pelo fundo de pensões constituído pelo Grupo para cobertura das responsabilidades com benefícios pós-emprego do plano de pensões de benefício definido (Nota 34).

26. Capital

Em 31 de dezembro de 2016, o capital da Longrun Portugal, SGPS, S.A. é integralmente detido pela Millennium Gain Limited, estando representado por 50.000 ações com o valor nominal unitário de 1,00 Euro, integralmente realizado.

Em 7 de janeiro de 2015 e 30 de novembro de 2015, através da ata da Assembleia Geral foram realizadas prestações acessórias, pelo acionista único, no montante total de 60.950.000 Euros e 500.000.000 Euros respetivamente, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

Os resultados do exercício de 2015 e 2014 foram aplicados conforme indicado:

(valores em euros)

	2015	2014
Aplicação do resultado distribuível		
Reserva legal	19.274.584	16.161.674
Reservas livres	176.738.445	135.103.776
Resultados transitados	58.757.282	(27.568.531)
	254.770.311	123.696.919

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016	2015
Resultado líquido do exercício	186.274.547	254.770.311
Número de ações (no final do exercício)	50.000	50.000
Resultado por Ação (em Euros)	3.725,49	5.095,41

27. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor		
De ativos disponíveis para venda		
Valias brutas (Nota 8)	32.410.608	94.666.546
Montante atribuível aos segurados	(7.633.508)	(5.042.089)
	24.777.100	89.624.457
De outros ativos financeiros	-	1.933.013
	24.777.100	91.557.470
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio (Nota 10)	106.470.627	72.992.202
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos		
de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	(4.092.767)	(216.027)
Por ajustamentos no justo valor de cobertura		
de investimentos líquidos em moeda estrangeira	43.109.385	-
De diferenças de câmbio		
Valias brutas	17.238.616	84.161.120
Montante atribuível aos segurados	-	(237.787)
	17.238.616	83.923.333
	187.502.961	248.256.978
Reserva por impostos diferidos		
De ativos disponíveis para venda	(24.060.373)	(44.819.315)
De terrenos e edifícios de uso próprio	(11.379.154)	(9.311.456)
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos		
de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	859.481	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura		
de investimentos líquidos em moeda estrangeira	(9.406.249)	-
De diferenças de câmbio	4.369.976	-
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	24.733.182	14.339.869
Benefícios de saúde	2.976.512	2.374.751
Imposto já (liquidado) / deduzido sobre valias potenciais em ativos	(6.896.426)	(7.825.551)
	(18.803.051)	(45.241.702)

(continuação)

(valores em euros)

	2016	2015
Outras reservas		
Reserva legal	30.226.949	13.845.216
Prémios de emissão	-	-
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	(55.266.955)	(46.452.308)
Benefícios de saúde	(6.415.802)	(4.253.196)
Outras reservas	(52.302.590)	(206.302.106)
	(83.758.398)	(243.162.394)
Resultados transitados	67.154.263	(14.178.243)
Resultado do exercício	186.274.547	254.770.311
	338.370.322	200.444.950

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% ou a 5% dos lucros líquidos de cada exercício, consoante se trate de uma empresa de seguros ou de outra empresa, deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital ou até que atinja 20% do capital, respetivamente. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As "Reservas de reavaliação" refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda e em terrenos e edifícios de uso próprio.

O resultado consolidado dos exercícios de 2016 e 2015 foi determinado da seguinte forma:

(valores em euros)

	2016	2015
Contributo para o Lucro Consolidado		
Seguros		
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	(21.017)	(171.325)
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	100.420.503	207.862.216
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(3.792.950)	228.225
Fidelidade - Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	1.925.076	7.868.906
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	6.803.404	8.370.408
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	350.067	651.804
Universal Seguros, S.A.	1.859.851	2.443.785
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	1.880.563	679.711
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	1.044.612	966.867
Imobiliário		
Fidelidade - Property Europe, S.A.	(2.958.150)	7.278.154
Fidelidade - Property International, S.A.	(40.025.590)	(7.845.080)
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado SaudelInvest	10.809.608	5.783.522
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I	(896.508)	(283.643)
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (método da equivalência patrimonial)	(31.384)	(56.142)

(continuação)

(valores em euros)

	2016	2015
FPI (UK) 1 LIMITED	8.743.061	1.656.438
FPI US 1 LLC	(9.362.576)	(1.381.689)
FPI (AU) 1 PTY LIMITED	7.251.171	1.668.905
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	6.309.791	-
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.	(39.287)	-
Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	(4.792.663)	-
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	(7.180)	-
FPE (IT) Società per Azioni	33.685.905	5.550.271
Madison 30 31 JV LLC (método da equivalência patrimonial)	(6.269.579)	(209)
GK Kita Aoyoma Support 2	(43.142)	(47.956)
Higashi Shinagawa Two TMK	18.930.493	15.798.418
Godo Kaisha Praia	7.862.661	-
Godo Kaisha Moana	(66.803)	-
Saúde		
Luz Saúde, S.A. (contas consolidadas, excluindo interesses minoritários)	14.512.862	19.803.197
Outros setores		
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	112.211	96.909
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	72.736	27.249
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	(47.116)	78.058
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	269.388	1.130.877
Cares Multiassistance, S.A.	1.046.639	1.395.909
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.	(758)	1.196
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	(3.759)	1.730
FCM Beteiligungs GmbH	(3.519.695)	(7.350.750)
FID I (HK) LIMITED	(3.801.405)	24.087.062
FID II (HK) LIMITED	-	1.213.528
FID III (HK) LIMITED	(3.097)	(3.142)
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (método da equivalência patrimonial)	886	732.545
Eliminação de dividendos	(2.309.088)	(5.153.890)
Outros ajustamentos de consolidação		
Interesses minoritários (Nota 28)	(35.512.466)	(46.341.558)
Anulação de perdas por imparidade liquidas de reversões	60.745.076	21.881.322
Ajustamentos em imobiliário	(6.862.509)	(88.404)
Contabilidade de cobertura	(33.703.136)	-
Correção de resultados de anos anteriores	987.997	(824.656)
Anulação das diferenças de câmbio em transacções intra-grupo	18.592.932	(11.623.114)
Goodwill negativo na aquisição da Godo Kaisha Praia	24.815.017	-
Outros	11.311.895	(1.315.343)
	186.274.547	254.770.311

28. Interesses não controlados

O valor das participações de terceiros em subsidiárias tem a seguinte distribuição por entidade:

(valores em euros)

	% Interesses não controlados	2016	2015
Sub-perímetro Fidelidade Assistance			
Cares Multiassistance, S.A.	49,00%	1.095.044	852.210
Sub-perímetro Fidelidade			
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste	0,91%	1.079.859	1.243.892
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	43,65%	4.468.080	4.317.795
Universal Seguros, S.A.	30,43%	3.648.501	3.950.088
FCM Beteiligungs GmbH	49,00%	5.129.549	5.164.557
Luz Saúde, S.A.	1,03%	4.311.980	3.575.449
FPE (IT) Società per Azioni	4,24%	14.064.344	12.635.435
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	20,00%	-	424
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	0,01%	-	1.193
Higashi Shinagawa Two TMK	3,44%	3.961.812	2.874.922
Godo Kaisha Praia	3,00%	3.950.477	-
Godo Kaisha Moana	3,00%	3.160.090	-
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	0,70%	810.915	-
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.	0,70%	28	-
Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	0,70%	51.310	-
		44.636.945	33.763.755
Perímetro Longrun			
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	15,01%	249.616.439	226.684.742
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	20,00%	5.990.973	5.525.455
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	20,00%	13.015.544	11.448.809
Ajustamentos entre subperímetros		119.083	(318.923)
		268.742.039	243.340.083
		314.474.028	277.956.048

A parcela do lucro consolidado atribuível a acionistas minoritários em 2016 e 2015 apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	% Interesses não controlados	2016	2015
Sub-perímetro Fidelidade Assistance			
Cares Multiassistance, S.A.	49,00%	(512.853)	(683.995)
Sub-perímetro Fidelidade			
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste	0,91%	(98.227)	(897.217)
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	43,65%	(455.955)	(426.442)
Universal Seguros, S.A.	30,43%	(436.778)	(773.503)
FCM Beteiligungs GmbH	49,00%	1.724.650	3.475.114
Luz Saúde, S.A.	1,03%	218.279	(457.459)
FPE (IT) Società per Azioni	4,24%	(1.428.909)	(235.435)
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	20,00%	-	(346)
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	0,01%	-	(42)
Higashi Shinagawa Two TMK	3,44%	(930.512)	(506.239)
Godo Kaisha Praia	3,00%	(236.178)	-
Godo Kaisha Moana	3,00%	2.007	-
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	0,70%	50	-
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.	0,70%	275	-
Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	0,70%	31.957	-
		(1.609.341)	178.431
Perímetro Longrun			
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	15,01%	(31.675.878)	(42.984.365)
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	20,00%	(345.499)	(1.224.136)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	20,00%	(1.360.681)	(1.674.082)
Ajustamentos entre sub-perímetros		(8.214)	46.589
		(33.390.272)	(45.835.994)
		(35.512.466)	(46.341.558)

29. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos						
Ramo vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	161.814.697	(13.601.561)	148.213.136	163.307.552	(13.612.421)	149.695.131
Contrato seguro com participação nos resultados	40.952.059	(1.228.286)	39.723.773	41.084.870	(1.406.524)	39.678.346
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	132.874.006	-	132.874.006	92.925.647	-	92.925.647
	335.640.762	(14.829.847)	320.810.915	297.318.069	(15.018.945)	282.299.124
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	160.661.550	(1.291.940)	159.369.610	143.538.096	(3.567.939)	139.970.157
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	30.394.775	(11.628.201)	18.766.574	27.240.284	(7.633.619)	19.606.665
Doença	270.771.118	(7.697.693)	263.073.425	233.752.370	(6.467.682)	227.284.688
Incêndio e outros danos	254.940.538	(99.107.625)	155.832.913	245.272.094	(94.365.488)	150.906.606
Automóvel	428.265.939	(2.814.022)	425.451.917	409.380.024	(2.639.857)	406.740.167
Marítimo, aéreo e transportes	18.509.706	(10.842.903)	7.666.803	18.316.668	(10.610.830)	7.705.838
Responsabilidade civil geral	36.860.678	(11.643.785)	25.216.893	34.110.735	(10.611.503)	23.499.232
Crédito e cauções	799.255	(447.359)	351.896	838.070	(445.813)	392.257
Proteção jurídica	5.812.621	(980)	5.811.641	5.780.947	(1.109)	5.779.838
Assistência	34.205.620	(51.181)	34.154.439	30.001.887	(65.958)	29.935.929
Diversos	37.197.472	(17.851.076)	19.346.396	27.702.466	(9.357.238)	18.345.228
	1.278.419.272	(163.376.765)	1.115.042.507	1.175.933.641	(145.767.036)	1.030.166.605
	1.614.060.034	(178.206.612)	1.435.853.422	1.473.251.710	(160.785.981)	1.312.465.729
Varição da provisão para prémios não adquiridos						
Ramo vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	246.544	18.840	265.384	(362.643)	3.223	(359.420)
Contrato seguro com participação nos resultados	(10.765)	(4.747)	(15.512)	40.435	(2.341)	38.094
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	(6.157)	-	(6.157)	40.887	-	40.887
	229.622	14.093	243.715	(281.321)	882	(280.439)

(continuação)

(valores em euros)

	2016			2015		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	(366.170)	(10.181)	(376.351)	(185.576)	10.181	(175.395)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.634.448)	(349.926)	(1.984.374)	(643.009)	961.680	318.671
Doença	(4.598.694)	984.294	(3.614.400)	(4.789.174)	521.954	(4.267.220)
Incêndio e outros danos	(175.985)	(187.980)	(363.965)	235.138	(1.634.870)	(1.399.732)
Automóvel	(5.510.100)	(224.229)	(5.734.329)	(4.391.467)	(537.658)	(4.929.125)
Marítimo, aéreo e transportes	225.892	34.212	260.104	778.980	(1.625.544)	(846.564)
Responsabilidade civil geral	(1.194.828)	379.959	(814.869)	14.035	(149.238)	(135.203)
Crédito e cauções	50.248	(43.076)	7.172	108.163	(76.684)	31.479
Proteção jurídica	(3.110)	967	(2.143)	(5.115)	2.892	(2.223)
Assistência	(1.283.290)	9.646	(1.273.644)	(1.156.550)	64.435	(1.092.115)
Diversos	(3.635.860)	770.426	(2.865.434)	248.105	974.545	1.222.650
	(18.126.345)	1.364.112	(16.762.233)	(9.786.470)	(1.488.307)	(11.274.777)
	(17.896.723)	1.378.205	(16.518.518)	(10.067.791)	(1.487.425)	(11.555.216)
Prémios adquiridos						
Ramo vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	162.061.241	(13.582.721)	148.478.520	162.944.909	(13.609.198)	149.335.711
Contrato seguro com participação nos resultados	40.941.294	(1.233.033)	39.708.261	41.125.305	(1.408.865)	39.716.440
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	132.867.849	-	132.867.849	92.966.534	-	92.966.534
	335.870.384	(14.815.754)	321.054.630	297.036.748	(15.018.063)	282.018.685
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	160.295.380	(1.302.121)	158.993.259	143.352.520	(3.557.758)	139.794.762
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	28.760.327	(11.978.127)	16.782.200	26.597.275	(6.671.939)	19.925.336
Doença	266.172.424	(6.713.399)	259.459.025	228.963.196	(5.945.728)	223.017.468
Incêndio e outros danos	254.764.553	(99.295.605)	155.468.948	245.507.232	(96.000.358)	149.506.874
Automóvel	422.755.839	(3.038.251)	419.717.588	404.988.557	(3.177.515)	401.811.042
Marítimo, aéreo e transportes	18.735.598	(10.808.691)	7.926.907	19.095.648	(12.236.374)	6.859.274
Responsabilidade civil geral	35.665.850	(11.263.826)	24.402.024	34.124.770	(10.760.741)	23.364.029
Crédito e cauções	849.503	(490.435)	359.068	946.233	(522.497)	423.736
Proteção jurídica	5.809.511	(13)	5.809.498	5.775.832	1.783	5.777.615
Assistência	32.922.330	(41.535)	32.880.795	28.845.337	(1.523)	28.843.814
Diversos	33.561.612	(17.080.650)	16.480.962	27.950.571	(8.382.693)	19.567.878
	1.260.292.927	(162.012.653)	1.098.280.274	1.166.147.171	(147.255.343)	1.018.891.828
	1.596.163.311	(176.828.407)	1.419.334.904	1.463.183.919	(162.273.406)	1.300.910.513

Nos exercícios de 2016 e 2015, os prémios de contratos de seguro do ramo vida podem ser decompostos da seguinte forma:

(valores em euros)

	2016	2015
Prémios brutos emitidos de seguro direto	335.640.762	297.254.833
Contratos individuais	137.978.212	101.359.123
Contratos de grupo	197.662.550	195.895.710
	335.640.762	297.254.833
Periódicos	271.462.555	226.478.377
Não periódicos	64.178.207	70.776.456
	335.640.762	297.254.833
Contratos sem participação nos resultados	161.888.542	163.449.753
Contratos com participação nos resultados	173.752.220	133.805.080
	335.640.762	297.254.833
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	-	63.236
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	335.640.762	297.318.069
Saldo de resseguro	(5.299.406)	(2.845.503)

30. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços

Nos exercícios de 2016 e 2015 as comissões recebidas relativas a contratos de seguro e a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascenderam a 2.551.811 Euros e a 2.306.164 Euros, respetivamente.

31. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total
Ramo vida						
Seguro direto e resseguro aceite	268.902.533	(3.569.348)	265.333.185	288.199.797	784.533	288.984.330
Resseguro cedido	(8.603.018)	360.641	(8.242.377)	(5.926.533)	(1.740.285)	(7.666.818)
	260.299.515	(3.208.707)	257.090.808	282.273.264	(955.752)	281.317.512
Ramo não vida						
Seguro direto e resseguro aceite						
Acidentes de trabalho	149.188.958	7.732.394	156.921.352	142.509.975	4.893.339	147.403.314
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	10.882.605	(722.043)	10.160.562	9.191.653	7.423.159	16.614.812
Doença	206.648.212	886.578	207.534.790	176.506.405	7.180.678	183.687.083
Incêndio e outros danos	120.688.569	14.028.971	134.717.540	103.001.512	8.202.416	111.203.928
Automóvel	333.914.547	(30.866.376)	303.048.171	301.145.689	(21.921.067)	279.224.622
Marítimo, aéreo e transportes	3.726.557	(2.583.066)	1.143.491	6.280.353	(2.243.795)	4.036.558
Responsabilidade civil geral	13.540.506	(6.052.702)	7.487.804	10.025.424	(2.852.357)	7.173.067
Crédito e cauções	373.172	(73.023)	300.149	685.515	23.167	708.682
Protecção Jurídica	1.471.192	(777.444)	693.748	1.438.621	(820.464)	618.157
Assistência	37.692.463	624.077	38.316.540	33.606.003	(1.666.415)	31.939.588
Diversos	19.381.205	1.570.686	20.951.891	16.504.455	(561.121)	15.943.334
	897.507.986	(16.231.948)	881.276.038	800.895.605	(2.342.460)	798.553.145
Resseguro cedido						
Acidentes de trabalho	(804.760)	(378.068)	(1.182.828)	(1.416.671)	(163.672)	(1.580.343)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.764.887)	(5.763.082)	(7.527.969)	(594.827)	(702.163)	(1.296.990)
Doença	(3.253.720)	471.123	(2.782.597)	(2.490.908)	(592.873)	(3.083.781)
Incêndio e outros danos	(46.047.669)	(19.393.010)	(65.440.679)	(25.626.807)	(13.544.905)	(39.171.712)
Automóvel	(1.332.320)	(931.164)	(2.263.484)	(1.782.660)	(336.982)	(2.119.642)
Marítimo, aéreo e transportes	(976.427)	2.048.304	1.071.877	(4.185.791)	3.173.327	(1.012.464)
Responsabilidade civil geral	(2.578.503)	5.511.253	2.932.750	(1.171.112)	(325.128)	(1.496.240)
Crédito e cauções	(35.272)	10.017	(25.255)	33.457	76	33.533
Assistência	(6.347)	-	(6.347)	(91)	(1.599)	(1.690)
Diversos	(12.288.483)	(1.000.270)	(13.288.753)	(9.734.591)	112.310	(9.622.281)
	(69.088.388)	(19.424.897)	(88.513.285)	(46.970.001)	(12.381.609)	(59.351.610)
	828.419.598	(35.656.845)	792.762.753	753.925.604	(14.724.069)	739.201.535
	1.088.719.113	(38.865.552)	1.049.853.561	1.036.198.868	(15.679.821)	1.020.519.047

Os "Sinistros pagos" incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e os reembolsos processados pelo Grupo.

Nos exercícios de 2016 e 2015, os custos com sinistros e com variações das outras provisões técnicas do ramo vida apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016						
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Sub-total	Varição das outras provisões técnicas	Varição da provisão matemática	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite							
De contratos de seguro	96.511.783	(3.168.143)	93.343.640	(3.521.275)	7.963.317	4.941.827	102.727.509
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	172.390.750	(401.205)	171.989.545	1.398.705	(4.814.998)	4.687.983	173.261.235
	268.902.533	(3.569.348)	265.333.185	(2.122.570)	3.148.319	9.629.810	275.988.744
Resseguro cedido							
De contratos de seguro	(8.603.018)	360.641	(8.242.377)	-	1.157.707	-	(7.084.670)
	(8.603.018)	360.641	(8.242.377)	-	1.157.707	-	(7.084.670)
Líquido							
De contratos de seguro	87.908.765	(2.807.502)	85.101.263	(3.521.275)	9.121.024	4.941.827	95.642.839
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	172.390.750	(401.205)	171.989.545	1.398.705	(4.814.998)	4.687.983	173.261.235
	260.299.515	(3.208.707)	257.090.808	(2.122.570)	4.306.026	9.629.810	268.904.074

(valores em euros)

	2015						
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Sub-total	Varição das outras provisões técnicas	Varição da provisão matemática	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite							
De contratos de seguro	103.703.103	747.474	104.450.577	770.000	7.289.121	8.279.453	120.789.151
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	184.496.694	37.059	184.533.753	(1.828.216)	(52.768.910)	33.250.200	163.186.827
	288.199.797	784.533	288.984.330	(1.058.216)	(45.479.789)	41.529.653	283.975.978
Resseguro cedido							
De contratos de seguro	(5.926.533)	(1.740.285)	(7.666.818)	-	(1.987.784)	(3.671)	(9.658.273)
	(5.926.533)	(1.740.285)	(7.666.818)	-	(1.987.784)	(3.671)	(9.658.273)
Líquido							
De contratos de seguro	97.776.570	(992.811)	96.783.759	770.000	5.301.337	8.275.782	111.130.878
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	184.496.694	37.059	184.533.753	(1.828.216)	(52.768.910)	33.250.200	163.186.827
	282.273.264	(955.752)	281.317.512	(1.058.216)	(47.467.573)	41.525.982	274.317.705

Nos exercícios de 2016 e 2015, a variação das outras provisões técnicas inclui a reversão da provisão para estabilização de carteira, no montante de 3.521.275 Euros e a dotação de 770.000 Euros, respetivamente. Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica inclui ainda a dotação de 1.398.705 Euros e a reversão de 1.828.216 Euros, respetivamente, da provisão para compromissos de taxa.

32. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2016 e 2015, os custos de exploração incorridos pelo Grupo apresentam a seguinte composição por natureza:

(valores em euros)

	2016	2015
Custos com pessoal (Nota 33)	313.356.149	287.030.180
Fornecimentos e serviços externos		
Eletricidade	7.712.858	7.438.402
Combustível	2.595.418	2.577.546
Água	1.229.060	1.114.932
Impressos	421.431	480.150
Material de escritório	763.648	898.501
Conservação e reparação	15.853.443	14.899.429
Rendas e alugueres	26.258.588	25.314.462
Despesas de representação	2.270.407	1.651.815
Comunicação	8.988.567	11.092.788
Deslocações e Estadas	5.812.705	5.859.072
Seguros	2.865.847	2.322.126
Gastos com trabalho independente	69.714.440	62.170.850
Publicidade e propaganda	14.654.658	14.270.110
Contencioso e Notariado	798.766	773.793
Vigilância e segurança	3.832.541	3.673.953
Trabalhos especializados	80.982.699	67.864.233
Quotizações	1.717.952	1.123.963
Limpeza, higiene e conforto	2.302.716	2.310.986
Gastos com cobrança de prémios	3.221.619	2.231.022
Licenças de software	5.381.662	4.981.022
Subcontratos	96.470.352	94.057.996
Outros	13.199.817	11.549.626
	367.049.194	338.656.777
Impostos e taxas	18.294.816	16.322.994
Depreciações e amortizações do exercício (Notas 10, 12 e 15)	41.885.453	42.803.014
Outras provisões	(44.692.210)	(17.387.806)
Comissões	25.509.211	8.593.916
Juros suportados	10.249.071	8.148.917
	731.651.684	684.167.992

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos vida	709.179	1.722.499	2.431.678
Relativos aos ramos não vida	26.511.183	6.549.599	33.060.782
	27.220.362	8.272.098	35.492.460

(valores em euros)

	2015		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos vida	905.583	1.612.375	2.517.958
Relativos aos ramos não vida	19.686.157	1.530.364	21.216.521
	20.591.740	3.142.739	23.734.479

Nos exercícios de 2016 e 2015, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	6.085.549	134.805.905	-	140.891.454
Custos técnicos	262.816.984	762.702.081	-	1.025.519.065
	268.902.533	897.507.986	-	1.166.410.519
Custos de aquisição				
Custos imputados	28.986.945	111.607.261	-	140.594.206
Comissões de mediação	40.468.201	139.737.765	-	180.205.966
Outros	(279.898)	880.614	-	600.716
	69.175.248	252.225.640	-	321.400.888
Gastos administrativos				
Custos imputados	20.625.194	73.281.049	-	93.906.243
Remunerações de mediação	63.877	8.825.961	-	8.889.838
Outros	(464)	(46.264)	-	(46.728)
	20.688.607	82.060.746	-	102.749.353
Gastos financeiros (Nota 36)				
Custos imputados	2.693.691	9.481.905	21.114.581	33.290.177
Outros	728.156	195.920	81.024	1.005.100
	3.421.847	9.677.825	21.195.605	34.295.277
Outros custos (Nota 43)	-	-	322.969.604	322.969.604
Total dos custos de exploração imputados	58.391.379	329.176.120	344.084.185	731.651.684

(valores em euros)

	2015			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	6.293.307	113.528.214	-	119.821.521
Custos técnicos	281.906.490	687.367.391	-	969.273.881
	288.199.797	800.895.605	-	1.089.095.402
Custos de aquisição				
Custos imputados	28.555.224	108.343.917	-	136.899.141
Comissões de mediação	46.999.110	122.832.823	-	169.831.933
Outros	297.921	912.579	-	1.210.500
	75.852.255	232.089.319	-	307.941.574
Gastos administrativos				
Custos imputados	19.878.561	68.714.549	-	88.593.110
Remunerações de mediação	66.937	8.865.980	-	8.932.917
Outros	456	43.253	-	43.709
	19.945.954	77.623.782	-	97.569.736
Gastos financeiros (Nota 36)				
Custos imputados	4.112.743	6.279.064	12.841.298	23.233.105
Outros	2.396.095	472.716	-	2.868.811
	6.508.838	6.751.780	12.841.298	26.101.916
Outros custos (Nota 43)	-	-	315.621.115	315.621.115
Total dos custos de exploração imputados	58.839.835	296.865.744	328.462.413	684.167.992

33. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Remunerações		
Órgãos sociais	8.915.586	7.650.455
Pessoal	209.937.257	200.612.972
Encargos sobre remunerações	46.573.742	43.506.488
Benefícios pós-emprego	17.652.897	12.248.949
Benefícios de cessação de emprego	11.009.321	7.585.099
Seguros obrigatórios	2.880.525	2.547.688
Gastos de ação social	13.626.653	10.405.965
Outros gastos com pessoal	2.760.168	2.472.564
	313.356.149	287.030.180

Nos exercícios de 2016 e 2015, os encargos com benefícios pós-emprego apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Benefícios pós-emprego		
Plano de benefício definido (Nota 34)	15.261.017	10.328.071
Plano individual de reforma	1.301.558	1.341.721
Cedência de pessoal	2.735	(28.295)
Outros encargos	1.087.587	607.452
	17.652.897	12.248.949

Em 2016 e 2015, a rubrica "Benefícios pós-emprego – Cedência de pessoal" corresponde aos encargos com benefícios pós-emprego de colaboradores do Grupo que se encontram cedidos a outras entidades do Grupo.

Em 2016 e 2015, o número de trabalhadores ao serviço no Grupo, por categorias, é o seguinte:

	2016	2015
Dirigentes	141	125
Gestores	431	491
Técnicos	3.714	3.634
Operacionais	4.508	3.818
Apoio	504	613
	9.298	8.681

Nos exercícios de 2016 e 2015, o Grupo registou uma reversão da estimativa para prémios de permanência nos montantes de 20.984 Euros e de 134.610 Euros, respetivamente. A rubrica "Acréscimos e diferimentos" inclui 690.699 Euros relativo ao prémio de permanência.

34. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas "Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" e "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Ativo		
Plano de benefício definido	8.739.168	14.038.385
Passivo		
Plano de contribuição definida	(439.209)	(257.321)
	8.299.959	13.781.064

Relativamente ao exercício de 2016, no “Plano de contribuição definida” o Grupo teve um custo de 1.176.227 Euros, ficando pendente de pagamento o montante de 439.209 Euros que corresponde às contribuições de dezembro de 2016 que foram pagos em janeiro de 2017.

Plano de Contribuição Definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012 e em 29 de janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT), têm direito a um plano individual de reforma (“PIR”), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelos IRCT acima referidos para a atividade seguradora, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

Em conformidade com as regras previstas nos referidos IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pelo Grupo e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições do Grupo para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no Anexo V dos mencionados IRCT, correspondendo ao valor que resulta da aplicação ao ordenado base anual do empregado das percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano civil	Contribuição PIR
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, de acordo com o disposto no capítulo IX do Plano de Poupança e Pré-reforma dos referidos IRCT, a primeira contribuição anual do Grupo para o PIR verificar-se-á:

- No ano de 2015, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995;
- No ano de 2012, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009;
- No ano seguinte aquele em que completarem dois anos de prestação de serviço efetiva no Grupo, para os trabalhadores admitidos depois de 1 de janeiro de 2010.

Plano de Benefício Definido

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador, o Grupo concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social;
- Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millenniumbcp, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respetivo fundo de pensões;
- Para um grupo muito restrito de trabalhadores (4), com "níveis salariais internos XVII", oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação.

Determinação das responsabilidades com planos de benefício definido

As responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram determinadas pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades foram as seguintes:

	2016	2015
Método atuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)
Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
Taxa de desconto	1,80%	2,25%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pré-reformas	1,25%	1,25%
Tabela de saídas	n/a	n/a

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões para os exercícios de 2016 e 2015 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2016		2015	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	1,12%	2,00%	0,91%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,24%	0,75%	0,00%

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades com serviços passados do Grupo, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Responsabilidades por serviços passados						
Ativos	10.217.625	43.477	10.261.102	6.301.565	40.199	6.341.764
Reformados e pré-reformados	182.184.965	321.169	182.506.134	181.856.040	219.826	182.075.866
	192.402.590	364.646	192.767.236	188.157.605	260.025	188.417.630
Fundos de pensões autónomos	153.835.385	572.475	154.407.860	151.192.163	618.873	151.811.036
Provisões matemáticas	47.098.544	-	47.098.544	50.644.979	-	50.644.979
	200.933.929	572.475	201.506.404	201.837.142	618.873	202.456.015
Diferencial	8.531.339	207.829	8.739.168	13.679.537	358.848	14.038.385
Nível de financiamento	104,43%	156,99%	104,53%	107,27%	238,01%	107,45%

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- O financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- O financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades por serviços passados do Grupo encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões do Grupo.

Os fundos de pensões de benefício definido do Grupo apresentam as seguintes durações médias:

Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.:	
Fundo de Pensões da Fidelidade	8,73 anos
Fundo de Pensões da Mundial Confiança	7,38 anos
Fundo de Pensões da Império Bonança	10,02 anos
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	6 anos
Fundo de Pensões da Fidelidade Property Europe, S.A.	18 anos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de beneficiários era o seguinte:

	2016	2015
Ativos	1.120	1.109
Reformados e pré-reformados	2.121	2.090
Rendeiros	541	589
	3.782	3.788

O movimento nos fundos de pensões e nas provisões matemáticas durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Fidelidade	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	203.641.129	632.540	204.273.669
Contribuições	17.785.176	-	17.785.176
Variação nas provisões matemáticas	(3.466.048)	-	(3.466.048)
Pensões pagas	(18.322.837)	(30.209)	(18.353.046)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(864.970)	-	(864.970)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	3.064.692	16.542	3.081.234
Saldos em 31 de dezembro de 2015	201.837.142	618.873	202.456.015
Contribuições	18.421.934	-	18.421.934
Variação nas provisões matemáticas	(3.546.435)	-	(3.546.435)
Pensões pagas	(18.556.669)	(51.909)	(18.608.578)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(581.429)	-	(581.429)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	3.359.386	5.511	3.364.897
Saldos em 31 de dezembro de 2016	200.933.929	572.475	201.506.404

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os Fundos de Pensões das empresas do Grupo são geridos pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos líquidos do fundo de pensões apresentavam a seguinte composição de acordo com as respetivas fontes de valorização:

(valores em euros)

	2016								
	Preço de mercado			Outros			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes									
de caixa	25.177.330	40.211	25.217.541	-	-	-	25.177.330	40.211	25.217.541
Instrumentos de dívida									
De dívida pública	3.811.388	-	3.811.388	-	-	-	3.811.388	-	3.811.388
	3.811.388	-	3.811.388	-	-	-	3.811.388	-	3.811.388
Fundos de investimento									
Ações americanas	-	56.904	56.904	-	-	-	-	56.904	56.904
Ações nacionais	663.286	-	663.286	-	-	-	663.286	-	663.286
Ações europeias	5.627.802	-	5.627.802	-	-	-	5.627.802	-	5.627.802
Outras ações	97.814	-	97.814	-	-	-	97.814	-	97.814
Imóveis	12.731.703	42.079	12.773.782	2.281.180	-	2.281.180	15.012.883	42.079	15.054.962
Obrigações									
De dívida pública	17.424.477	84.379	17.508.856	-	-	-	17.424.477	84.379	17.508.856
De outros emissores	85.373.345	196.901	85.570.246	-	-	-	85.373.345	196.901	85.570.246
Hedge funds	636.026	-	636.026	-	-	-	636.026	-	636.026
Tesouraria	-	990	990	-	-	-	-	990	990
	122.554.453	381.253	122.935.706	2.281.180	-	2.281.180	124.835.634	381.253	125.216.887
Outros	11.033	151.011	162.044	-	-	-	11.033	151.011	162.044
	151.554.204	572.475	152.126.679	2.281.180	-	2.281.180	153.835.385	572.475	154.407.860

(valores em euros)

	2015								
	Preço de mercado			Outros			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes									
de caixa	40.783.467	47.139	40.830.606	-	-	-	40.783.467	47.139	40.830.606
Instrumentos de dívida									
De dívida pública	4.295.171	-	4.295.171	-	-	-	4.295.171	-	4.295.171
	4.295.171	-	4.295.171	-	-	-	4.295.171	-	4.295.171
Fundos de investimento									
Ações nacionais	597.855	-	597.855	-	-	-	597.855	-	597.855
Ações europeias	2.614.507	55.282	2.669.789	-	-	-	2.614.507	55.282	2.669.789
Imóveis	12.682.271	28.211	12.710.482	2.299.686	15.345	2.315.031	14.981.957	43.556	15.025.513
Obrigações									
De dívida pública	19.573.182	106.589	19.679.771	-	-	-	19.573.182	106.589	19.679.771
De outros emissores	67.738.200	208.722	67.946.922	-	-	-	67.738.200	208.722	67.946.922
Hedge funds	576.717	5.715	582.432	-	-	-	576.717	5.715	582.432
	103.782.732	404.519	104.187.251	2.299.686	15.345	2.315.031	106.082.418	419.864	106.502.282
Outros	31.107	151.870	182.977	-	-	-	31.107	151.870	182.977
	148.892.477	603.528	149.496.005	2.299.686	15.345	2.315.031	151.192.163	618.873	151.811.036

Nestas datas, as carteiras dos fundos de pensões continham os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	24.603.410	40.211	24.643.621	31.906.566	47.139	31.953.705
Fundos de investimento						
Ações nacionais	657.727	-	657.727	597.855	-	597.855
Imóveis	2.281.180	15.221	2.296.401	2.299.684	15.345	2.315.029
Obrigações						
De outros emissores	14.626.113	127.150	14.753.263	12.767.171	140.464	12.907.635
Tesouraria	-	990	990	-	-	-
	17.565.020	143.361	17.708.381	15.664.710	155.809	15.820.519
	42.168.430	183.572	42.352.002	47.571.275	202.948	47.774.223

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados do Grupo e as respetivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015, podem ser demonstrados da seguinte forma:

(valores em euros)

	Responsabilidades			Cobertura			Diferencial		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Situação em 31									
de dezembro de 2014	193.434.487	289.047	193.723.534	203.641.129	632.540	204.273.670	10.206.642	343.493	10.550.136
Custo do serviço corrente	107.997	1.136	109.133	-	-	-	(107.997)	(1.136)	(109.133)
Juro líquido de									
benefício definido	3.254.051	7.183	3.261.234	3.509.216	16.176	3.525.392	255.165	8.993	264.158
Custo do exercício	3.362.048	8.319	3.370.367	3.509.216	16.176	3.525.392	147.168	7.857	155.025
Acréscimos de									
responsabilidades									
por pré-reformas	9.618.124	-	9.618.124	-	-	-	(9.618.124)	-	(9.618.124)
Outras variações									
em resultados	-	-	-	(864.972)	-	(864.972)	(864.972)	-	(864.972)
Variações com impacto									
em resultados (Nota 33)	12.980.172	8.319	12.988.491	2.644.244	16.176	2.660.420	(10.335.928)	7.857	(10.328.071)
Ganhos e perdas atuariais									
retorno dos ativos do									
plano, não incluído no									
rendimento dos juros	-	-	-	(444.522)	365	(444.157)	(444.522)	365	(444.158)
resultantes de									
alterações nos									
pressupostos									
financeiros	3.033.125	5.435	3.038.560	-	-	-	(3.033.125)	(5.435)	(3.038.560)
resultantes de									
diferenças entre os									
pressupostos e os									
valores realizados	498.706	(12.568)	486.138	-	-	-	(498.706)	12.568	(486.138)
Variações com impacto									
em capitais próprios	3.531.831	(7.133)	3.524.698	(444.522)	365	(444.157)	(3.976.353)	7.498	(3.968.856)
Contribuições									
para o plano									
efetuadas pelas									
Companhias	-	-	-	17.785.176	-	17.785.176	17.785.176	-	17.785.176
Variação das provisões									
matemáticas	(3.466.048)	-	(3.466.048)	(3.466.048)	-	(3.466.048)	-	-	-
Pagamentos efetuados									
pelo plano									
pensões pagas	(18.322.837)	(30.208)	(18.353.045)	(18.322.837)	(30.208)	(18.353.045)	-	-	-
Situação em 31									
de dezembro de 2015	188.157.605	260.025	188.417.630	201.837.142	618.873	202.456.015	13.679.537	358.848	14.038.385
Custo do serviço corrente	100.714	1.201	101.915	-	-	-	(100.714)	(1.201)	(101.915)

(continuação)

(valores em euros)

	Responsabilidades			Cobertura			Diferencial		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Juro líquido de									
benefício definido	2.885.271	5.624	2.890.895	3.193.061	4.155	3.197.216	307.790	(1.469)	306.321
Custo do exercício	2.985.985	6.825	2.992.810	3.193.061	4.155	3.197.216	207.076	(2.670)	204.406
Acréscimos de									
responsabilidades									
por pré-reformas	14.770.494	113.500	14.883.994	-	-	-	(14.770.494)	(113.500)	(14.883.994)
Outras variações									
em resultados	-	-	-	(581.429)	-	(581.429)	(581.429)	-	(581.429)
Variações com impacto									
em resultados (Nota 33)	17.756.479	120.325	17.876.804	2.611.632	4.155	2.615.787	(15.144.847)	(116.170)	(15.261.017)
Ganhos e perdas atuariais									
retorno dos ativos do									
plano, não incluído no									
rendimento dos juros	-	-	-	166.327	6.618	172.945	166.327	6.618	172.945
resultantes de									
alterações nos									
pressupostos									
financeiros	5.397.670	3.243	5.400.913	-	(5.262)	(5.262)	(5.397.670)	(8.505)	(5.406.175)
resultantes de									
diferenças entre os									
pressupostos e os									
valores realizados	3.193.944	32.962	3.226.906	-	-	-	(3.193.944)	(32.962)	(3.226.906)
Variações com impacto									
em capitais próprios	8.591.614	36.205	8.627.819	166.327	1.356	167.683	(8.425.287)	(34.849)	(8.460.136)
Contribuições									
para o plano									
efetuadas									
pelas Companhias	-	-	-	18.421.936	-	18.421.936	18.421.936	-	18.421.936
Variação das provisões									
matemáticas	(3.546.434)	-	(3.546.434)	(3.546.434)	-	(3.546.434)	-	-	-
Pagamentos efetuados									
pelo plano									
pensões pagas	(18.556.674)	(51.909)	(18.608.583)	(18.556.674)	(51.909)	(18.608.583)	-	-	-
Situação em 31									
de dezembro de 2016	192.402.590	364.646	192.767.236	200.933.929	572.475	201.506.404	8.531.339	207.829	8.739.168

Assistência médica

O Grupo comparticipa os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica vitalícia aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação, entre junho de 1998 e julho de 2005.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas responsabilidades ascendem a 23.637.281 Euros e a 22.191.389 Euros, respetivamente, encontrando-se cobertas por provisões (Nota 25). Os desvios atuariais apurados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 referente a este benefício ascenderam a 2.162.605 Euros e 818.320 Euros, respetivamente.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2016, a sensibilidade das responsabilidades de benefício definido assumidas pela Fidelidade face a variações dos pressupostos significativos, excluindo as responsabilidades cobertas por rendas vitalícias, corresponde a:

Cenários	2016	A	B	C
Pressupostos Financeiros				
Taxa de Desconto	1,80%	1,55%	2,05%	1,80%
Taxa de Crescimento Salarial	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de Crescimento Salarial Pré-Reformados	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%
Taxa de Crescimento de Pensões	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%
Pressupostos Demográficos				
Tábua de Mortalidade				
> Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
> Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 88/90 (-2)
Idade de Reforma	0	0	0	0

(valores em euros)

Responsabilidades em 31 de dezembro 2016					
Cenários		2016	A	B	C
Reformados	Velhice	59.254.966	60.492.116	58.061.599	63.848.248
	Antecipação	15.243.729	15.602.394	14.898.248	16.408.415
	Invalidez	12.145.007	12.557.522	11.753.357	12.472.152
Pensionistas	Viuvez	3.955.739	4.045.662	3.869.392	3.971.076
	Orfandade	158.661	165.865	151.944	159.701
Pré-Reformados	Pensão até INR	34.800.980	35.042.182	34.563.017	34.849.193
	Encargos até INR	5.776.708	5.818.296	5.735.691	5.798.598
	Pensão após INR				
	> Plano CCT	3.491.452	3.613.107	3.375.438	3.700.592
	> Plano Complementar	259.179	270.157	248.784	263.720
Ativos	Plano CCT	6.838.701	7.270.128	6.437.766	7.224.304
	Plano Complementar	3.378.924	3.619.242	3.156.955	3.574.616
Totais		145.304.046	148.496.671	142.252.191	152.270.615

A preparação da informação incluída no quadro acima teve por base o método de cálculo utilizado para a avaliação de responsabilidades utilizada para efeitos de contabilização, não incluindo as provisões matemáticas, no valor de 47.098.544 Euros.

35. Rendimentos

Nos exercícios de 2016 e 2015, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016				2015			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida								
Terrenos e edifícios	-	-	21.222	21.222	-	-	803	803
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	497.344	-	-	497.344	73.033	-	-	73.033
Ativos disponíveis para venda	46.086.045	991.200	-	47.077.245	44.841.108	7.068.334	-	51.909.442
Empréstimos e contas a receber	3.815.150	-	-	3.815.150	6.536.175	-	-	6.536.175
Depósitos à ordem	27.148	-	-	27.148	74.933	-	-	74.933
	50.425.687	991.200	21.222	51.438.109	51.525.249	7.068.334	803	58.594.386

(continuação)

(valores em euros)

	2016				2015			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos relativos a								
contratos considerados para								
efeitos contabilísticos como								
contratos de investimento								
Ativos financeiros detidos								
para negociação	(1.491.921)	-	-	(1.491.921)	(1.393.936)	-	-	(1.393.936)
Ativos financeiros classificados no								
reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	22.264.680	155.370	-	22.420.050	28.004.652	181.991	-	28.186.643
Ativos disponíveis para venda	174.077.687	9.298.064	-	183.375.751	206.931.597	24.235.683	-	231.167.280
Empréstimos e contas a receber	3.144.985	-	-	3.144.985	4.225.264	-	-	4.225.264
Depósitos à ordem	119.041	-	-	119.041	179.335	-	-	179.335
	198.114.472	9.453.434	-	207.567.906	237.946.912	24.417.674	-	262.364.586
	248.540.159	10.444.634	21.222	259.006.015	289.472.161	31.486.008	803	320.958.972
Investimentos afetos às provisões								
técnicas dos ramos não-vida								
Terrenos e edifícios	-	-	18.611.017	18.611.017	-	-	18.172.208	18.172.208
Ativos financeiros classificados no								
reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	1.557.746	-	-	1.557.746	1.445.450	41.049	-	1.486.499
Ativos disponíveis para venda	28.091.291	9.010.309	-	37.101.600	31.976.697	11.039.749	-	43.016.446
Empréstimos e contas a receber	3.042.900	-	-	3.042.900	3.462.927	-	-	3.462.927
Depósitos à ordem	-	-	-	-	10.342	-	-	10.342
	32.691.937	9.010.309	18.611.017	60.313.263	36.895.416	11.080.798	18.172.208	66.148.422
Investimentos não afetos								
Terrenos e edifícios	-	-	72.103.514	72.103.514	-	-	34.638.972	34.638.972
Ativos financeiros detidos								
para negociação	(460)	-	-	(460)	(1.128)	-	-	(1.128)
Ativos financeiros classificados no								
reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	215	-	-	215	56.160	46.813	-	102.973
Ativos disponíveis para venda	593.222	5.249	-	598.471	4.289.970	1.117.647	-	5.407.617
Empréstimos e contas a receber	875.547	-	-	875.547	1.319.824	-	-	1.319.824
Depósitos à ordem	(51.350)	-	-	(51.350)	3.574	-	-	3.574
	1.417.174	5.249	72.103.514	73.525.937	5.668.400	1.164.460	34.638.972	41.471.832
	282.649.270	19.460.192	90.735.753	392.845.215	332.035.977	43.731.266	52.811.983	428.579.226

36. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2016 e 2015, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016				2015			
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos (Nota 32)								
Custos imputados	2.693.690	9.481.905	21.114.581	33.290.176	4.112.743	6.279.064	12.841.298	23.233.105
Outros gastos de investimentos	728.157	195.920	81.024	1.005.101	2.396.095	472.716	-	2.868.811
	3.421.847	9.677.825	21.195.605	34.295.277	6.508.838	6.751.780	12.841.298	26.101.916

37. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos disponíveis para venda	31.669.603	(12.469.189)	19.200.414	69.102.039	(3.139.736)	65.962.303
	31.669.603	(12.469.189)	19.200.414	69.102.039	(3.139.736)	65.962.303
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos disponíveis para venda	152.637.370	(15.075.270)	137.562.100	344.052.783	(109.071.621)	234.981.162
Empréstimos e contas a receber	-	(83.484)	(83.484)	-	-	-
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	342	(148.712.440)	(148.712.098)	108.274	(187.659.915)	(187.551.641)
	152.637.712	(163.871.194)	(11.233.482)	344.161.057	(296.731.536)	47.429.521
	184.307.315	(176.340.383)	7.966.932	413.263.096	(299.871.272)	113.391.824
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos disponíveis para venda	51.843.041	(3.158.862)	48.684.179	57.250.550	(8.606.123)	48.644.427
	51.843.041	(3.158.862)	48.684.179	57.250.550	(8.606.123)	48.644.427
Investimentos não afetos						
Investimentos em subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	-	-	-	-	(1.314.215)	(1.314.215)
Ativos disponíveis para venda	7.811.392	(1.496.133)	6.315.259	4.882.744	(136.190)	4.746.554
	7.811.392	(1.496.133)	6.315.259	4.882.744	(1.450.405)	3.432.339
	243.961.748	(180.995.378)	62.966.370	475.396.390	(309.927.800)	165.468.590

38. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

Ganhos e perdas realizados	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	(26.311.206)	(26.311.206)	-	-	-
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	1.182.238	(525.056)	657.182	-	(17.931)	(17.931)
	1.182.238	(26.836.262)	(25.654.024)	-	(17.931)	(17.931)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	83.278	(74.903.075)	(74.819.797)	-	-	-
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	38.470.125	(3.031.295)	35.438.830	6.460.844	(4.720.254)	1.740.590
	38.553.403	(77.934.370)	(39.380.967)	6.460.844	(4.720.254)	1.740.590
	39.735.641	(104.770.632)	(65.034.991)	6.460.844	(4.738.185)	1.722.659
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	(13.384.795)	(13.384.795)	-	-	-
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	3.095.895	(6.963.274)	(3.867.379)	9.514.553	(78.366)	9.436.187
	3.095.895	(20.348.069)	(17.252.174)	9.514.553	(78.366)	9.436.187
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	(9.054.831)	(9.054.831)	-	-	-
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	12.292	(19.358)	(7.066)	147.350	(834)	146.516
	12.292	(9.074.189)	(9.061.897)	147.350	(834)	146.516
	42.843.828	(134.192.890)	(91.349.062)	16.122.747	(4.817.385)	11.305.362

(valores em euros)

Ganhos e perdas não realizados	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	106.677.897	(98.715.172)	7.962.725	6.222.644	(11.933.610)	(5.710.966)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	1.134.621	(1.915.217)	(780.596)	-	(396.363)	(396.363)
Outros	4.594.622	(5.731.919)	(1.137.297)	4.579.866	(5.346.993)	(767.127)
	112.407.140	(106.362.308)	6.044.832	10.802.510	(17.676.966)	(6.874.456)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	271.117.079	(233.451.677)	37.665.402	6.685.390	(37.082.616)	(30.397.226)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	9.216.071	(37.080.944)	(27.864.873)	21.824.451	(17.729.182)	4.095.269
Outros	359.388.838	(357.958.994)	1.429.844	240.836.417	(237.708.266)	3.128.151
	639.721.988	(628.491.615)	11.230.373	269.346.258	(292.520.064)	(23.173.806)
	752.129.128	(734.853.923)	17.275.205	280.148.768	(310.197.030)	(30.048.262)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	69.445.696	(73.444.296)	(3.998.600)	2.911.694	(4.115.742)	(1.204.048)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	3.099.839	(6.450.568)	(3.350.729)	3.195.098	(1.392.707)	1.802.391
Outros	130.390.595	(135.334.837)	(4.944.242)	69.340.002	(68.266.228)	1.073.774
	202.936.130	(215.229.701)	(12.293.571)	75.446.794	(73.774.677)	1.672.117
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	52.840.588	(47.819.767)	5.020.821	1.630	(4.353)	(2.723)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	43.555	(25.592)	17.963	218.995	(188.953)	30.042
	52.884.143	(47.845.359)	5.038.784	220.625	(193.306)	27.319
	1.007.949.401	(997.928.983)	10.020.418	355.816.187	(384.165.013)	(28.348.826)

(valores em euros)

Total	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	106.677.897	(125.026.378)	(18.348.481)	6.222.644	(11.933.610)	(5.710.966)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	2.316.859	(2.440.273)	(123.414)	-	(414.294)	(414.294)
Outros	4.594.622	(5.731.919)	(1.137.297)	4.579.866	(5.346.993)	(767.127)
	113.589.378	(133.198.570)	(19.609.192)	10.802.510	(17.694.897)	(6.892.387)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	271.200.357	(308.354.752)	(37.154.395)	6.685.390	(37.082.616)	(30.397.226)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	47.686.196	(40.112.239)	7.573.957	28.285.295	(22.449.436)	5.835.859
Outros	359.388.838	(357.958.994)	1.429.844	240.836.417	(237.708.266)	3.128.151
	678.275.391	(706.425.985)	(28.150.594)	275.807.102	(297.240.318)	(21.433.216)
	791.864.769	(839.624.555)	(47.759.786)	286.609.612	(314.935.215)	(28.325.603)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	69.445.696	(86.829.091)	(17.383.395)	2.911.694	(4.115.742)	(1.204.048)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	6.195.734	(13.413.842)	(7.218.108)	12.709.651	(1.471.073)	11.238.578
Outros	130.390.595	(135.334.837)	(4.944.242)	69.340.002	(68.266.228)	1.073.774
	206.032.025	(235.577.770)	(29.545.745)	84.961.347	(73.853.043)	11.108.304
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	52.840.588	(56.874.598)	(4.034.010)	1.630	(4.353)	(2.723)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	55.847	(44.950)	10.897	366.345	(189.787)	176.558
	52.896.435	(56.919.548)	(4.023.113)	367.975	(194.140)	173.835
	1.050.793.229	(1.132.121.873)	(81.328.644)	371.938.934	(388.982.398)	(17.043.464)

39. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida		
Ativos financeiros detidos para negociação	(1.735.182)	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	1.446.002	(255.290)
Ativos disponíveis para venda	14.290.983	6.112.499
Empréstimos e contas a receber	1.544.633	2.262.421
Depósitos à ordem	(1.256.939)	1.244.251
Outros	(44.556)	629
	14.244.941	9.364.510
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Ativos financeiros detidos para negociação	(3.968.620)	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	716.302	12.784.221
Ativos disponíveis para venda	19.590.088	19.367.695
Empréstimos e contas a receber	946.368	955.274
Depósitos à ordem	(432.336)	3.048.332
Outros	(3.580.468)	107
	13.271.334	36.155.629
	27.516.275	45.520.139
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida		
Ativos financeiros detidos para negociação	(1.096.369)	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	5.343.074	2.738.194
Ativos disponíveis para venda	572.871	4.198.551
Empréstimos e contas a receber	3.247.659	1.580.987
Depósitos à ordem	4.604.595	(155.176)
Outros	(1.315.736)	532
	11.356.094	8.363.088
Investimentos não afetos		
Ativos financeiros detidos para negociação	(147.686)	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.332)	146.797
Ativos disponíveis para venda	(603)	(1.737.982)
Empréstimos e contas a receber	(731.132)	-
Depósitos à ordem	3.225.960	(7.967.969)
Outros	2	41
	2.345.209	(9.559.113)
	41.217.578	44.324.114

40. Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

Ganhos e perdas realizados	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	3.496	-	3.496
Terrenos e edifícios de rendimento	55.493	(62.642)	(7.149)	1.474.910	-	1.474.910
	55.493	(62.642)	(7.149)	1.478.406	-	1.478.406
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	25.026.539	-	25.026.539	590.000	-	590.000
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	12.319.429	-	12.319.429
	25.026.539	-	25.026.539	12.909.429	-	12.909.429
	25.082.032	(62.642)	25.019.390	14.387.835	-	14.387.835

(valores em euros)

Ganhos e perdas não realizados	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido (Nota 10)	Ganhos	Perdas	Líquido (Nota 10)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	21.220.121	(8.994.229)	12.225.892	34.358.007	(15.757.828)	18.600.179
	21.220.121	(8.994.229)	12.225.892	34.358.007	(15.757.828)	18.600.179
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	59.891.204	(18.213.617)	41.677.587	25.801.335	(8.049.073)	17.752.262
	59.891.204	(18.213.617)	41.677.587	25.801.335	(8.049.073)	17.752.262
	81.111.325	(27.207.846)	53.903.479	60.159.342	(23.806.901)	36.352.441

(valores em euros)

Total	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	3.496	-	3.496
Terrenos e edifícios de rendimento	21.275.614	(9.056.871)	12.218.743	35.699.217	(15.757.828)	20.075.089
	21.275.614	(9.056.871)	12.218.743	35.702.713	(15.757.828)	20.078.585
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	84.917.743	(18.213.617)	66.704.126	26.391.335	(8.049.073)	18.342.262
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	12.319.429	-	12.319.429
	84.917.743	(18.213.617)	66.704.126	38.710.764	(8.049.073)	30.661.691
	106.193.357	(27.270.488)	78.922.869	74.413.477	(23.806.901)	50.740.276

41. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)						
Instrumentos de dívida	118.786.119	50.042.372	(8.103.178)	(43.611)	-	160.681.702
Instrumentos de capital	149.669.620	143.828.126	-	(6.962.592)	-	286.535.154
Outros instrumentos	62.956.577	3.969.378	-	(19.239.766)	-	47.686.189
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 9)	1.438.615	141.117	(340.768)	-	-	1.238.964
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 10)	11.129.768	2.676.291	(362.670)	(2.205.973)	-	11.237.416
Imparidade de inventários (Nota 13)	3.343	79.479	(18.269)	-	-	64.553
Imparidade no goodwill (Nota 14)	957.001	-	-	-	-	957.001
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 17)	14.320.357	3.557.719	-	(768.577)	-	17.109.499
Ajustamentos IFAP (Nota 17)	424.635	59.498	-	-	-	484.133
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 17)	44.792.353	-	(3.972.040)	(186.694)	1.191.493	41.825.112
	404.478.388	204.353.980	(12.796.925)	(29.407.213)	1.191.493	567.819.723

(valores em euros)

	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)						
Instrumentos de dívida	47.978.713	70.808.429	(1.023)	-	-	118.786.119
Instrumentos de capital	55.332.562	148.643.747	-	(54.306.689)	-	149.669.620
Outros instrumentos	71.626.364	4.082.354	-	(12.752.141)	-	62.956.577
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 9)	2.589.054	-	(496.540)	(653.899)	-	1.438.615
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 10)	11.834.376	2.680.675	(1.410.390)	(1.974.893)	-	11.129.768
Imparidade de inventários (Nota 13)	3.507	-	(164)	-	-	3.343
Imparidade no goodwill (Nota 14)	957.001	-	-	-	-	957.001
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 17)	13.272.359	1.660.898	-	(612.900)	-	14.320.357
Ajustamentos IFAP (Nota 17)	650.826	-	(226.191)	-	-	424.635
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 17)	81.033.071	-	(34.439.491)	(1.801.227)	-	44.792.353
	285.277.833	227.876.103	(36.573.799)	(72.101.749)		404.478.388

No exercício de 2016 e 2015, a rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)" inclui utilizações de "Outras provisões" (Nota 25), nos montantes de 6.827.043 Euros e de 6.516.620 Euros, respetivamente.

42. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo vida						
Comissões de gestão de co-seguro	12.610	(21.730)	(9.120)	15.513	(19.710)	(4.197)
Comissões de gestão de fundos de pensões	516.727	-	516.727	534.654	-	534.654
Outros	21.047	(4.900)	16.147	13.183	(10.954)	2.229
	550.384	(26.630)	523.754	563.350	(30.664)	532.686
Relativos ao ramo não vida						
Comissões de gestão de co-seguro	721.084	(235.923)	485.161	837.706	(432.272)	405.434
Outros	482.721	(35.789)	446.932	2.029.269	(425.172)	1.604.097
	1.203.805	(271.712)	932.093	2.866.975	(857.444)	2.009.531
	1.754.189	(298.342)	1.455.847	3.430.325	(888.108)	2.542.217

43. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Rendimentos e ganhos não correntes		
Restituição de impostos	1.042.425	4.854.826
Outros	2.105.210	1.046.983
	3.147.635	5.901.809
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	307.737	404.234
Diferenças de câmbio favoráveis	30.622.285	5.917.342
Descontos de pronto pagamento	770.697	442.638
Outros	887.865	129.760
	32.588.584	6.893.974
Rendimentos de outros ativos		
Ganhos em outros ativos tangíveis	168.771	110.033
	168.771	110.033

(continuação)

(valores em euros)

	2016	2015
Ganhos com planos de pensões		
Comissões de gestão dos fundos de pensões (Suc. Macau Vida)	13.388	12.657
	13.388	12.657
Outros Rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	101.672	228.912
Prestação de serviços	422.556.162	406.133.209
	422.657.834	406.362.121
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	(163.345)	(140.738)
Mecenato	(661.038)	(521.867)
Ofertas a clientes	(49.731)	(114.924)
Multas e penalidades	(54.373)	(47.518)
Quotizações diversas	(216.191)	(172.387)
Insuficiência estimativa impostos	(3.221.601)	(2.120.012)
Correções a exercícios anteriores	(614.195)	(281.630)
Dívidas incobráveis	(4.357.474)	(1.721.811)
Regularização de saldos	(534.421)	52.551
Outros	(1.369.435)	(1.061.575)
	(11.241.804)	(6.129.911)
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(28.209)	75.082
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(34.703.827)	(5.473.267)
Serviços bancários	(557.477)	(1.025.769)
Outros	(2.764.136)	(733.695)
	(38.053.649)	(7.157.649)
Perdas em outros ativos		
Perdas em outros ativos intangíveis	-	(9.361)
Perdas em outros ativos tangíveis	(203.016)	(109.903)
	(203.016)	(119.264)
Outros gastos não técnicos		
Alocação de gastos não técnicos (Nota 32)		
Custos com pessoal	(112.082.992)	(104.070.843)
Fornecimento de serviços externos	(179.757.327)	(176.613.771)
Amortizações do exercício	(25.120.139)	(25.008.413)
Juros	(4.328.174)	(5.999.432)
Outros	(1.680.972)	(3.928.656)
	(322.969.604)	(315.621.115)
Custo das mercadorias vendidas	(73.501.198)	(67.767.747)
	12.606.941	22.484.908

44. Ganhos e Perdas de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (MEP)

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.	886	732.545
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	(33.752)	(57.322)
Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	38.973	25.591
Madison 30 31 JV LLC	(6.269.580)	(226)
FID II (HK) LIMITED	-	1.213.528
	(6.263.473)	1.914.116

O valor referente à FID II (HK) LIMITED diz respeito à venda de 100% da participação ocorrida em maio de 2015.

45. Relato por Segmentos

O Grupo apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Para efeito de relato por segmentos de negócio, o Grupo designou os segmentos "Saúde" e "Segurador". No segmento segurador elegeu os seguintes sub-segmentos:

Sub-segmento:	Ramos do sub-segmento:
Vida	
Risco	Risco
Capitalização com participação nos resultados	Capitalização com participação nos resultados
Passivos financeiros	Passivos financeiros
Não Vida	
Acidentes de Trabalho	Acidentes de Trabalho
Doença	Doença
Patrimoniais	Incêndio e outros danos
	Crédito
	Caução
	Perdas pecuniárias diversas por riscos patrimoniais
Automóvel	Pessoas transportadas
	Veículos terrestres
	Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor
	Perdas pecuniárias diversas associadas a automóvel
	Proteção jurídica automóvel
	Assistência automóvel
Mercadorias Transportadas	Mercadorias Transportadas
	Marítimo e transportes
	Aéreo
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil
Diversos	Acidentes pessoais
	Proteção jurídica - outras
	Assistência - outras
	Seguros diversos

Para efeito de relato por segmentos geográficos, o Grupo elegeu os seguintes:

- Portugal
- Resto da União Europeia
- Resto do Mundo

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2016 e 2015 é a seguinte:

2016

(valores em euros)

	Segmento seguradoras			Segmento Saúde	Ajustes de consolidação	Total
	Vida	Não vida	Não afetos			
Ganhos e Perdas						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	320.974.184	1.087.971.098	-	-	10.389.622	1.419.334.904
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2.551.811	-	-	-	-	2.551.811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(257.103.250)	(826.891.254)	-	(39.643.456)	73.784.399	(1.049.853.561)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	2.122.570	10.015.910	-	-	-	12.138.480
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(13.935.835)	(3.278.535)	-	-	3.248.751	(13.965.619)
Custos e gastos de exploração líquidos	(87.487.586)	(287.765.925)	(88.477)	-	(11.894.277)	(387.236.265)
Rendimentos	260.301.479	62.480.100	86.317.578	4.070	(16.258.012)	392.845.215
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(15.907.021)	37.666.268	52.367.699	(604.122)	(6.039.928)	67.482.896
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(143.004.673)	(47.093.520)	(61.471.811)	(440.753)	67.280.744	(184.730.013)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	593.540	38.292.244	(3.588.570)	59.568.184	(62.250.263)	32.615.135
Imposto sobre o rendimento do exercício	(13.243.303)	(31.428.025)	(19.531.335)	(4.371.062)	(822.245)	(69.395.970)
Interesses não controlados	-	-	-	402.649	(35.915.115)	(35.512.466)
	55.861.916	39.968.361	54.005.084	14.915.510	21.523.676	186.274.547
Ativos						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	438.013.760	70.686.171	448.632.700	41.089.142	-	998.421.773
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1.590.118.809	209.290.911	3.180.573.712	335.036	(4.863.311.651)	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	6.481.688	1.288.679	36.195.705	-	(36.195.704)	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	586.662.909	79.631.321	316.814	-	-	666.611.044
Derivados de cobertura	2.606.399	2.064.457	-	-	18.097.852	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	7.708.512.149	1.505.867.570	145.590.989	224.987	(129.057.538)	9.231.138.157
Empréstimos e contas a receber	649.775.761	334.736.498	366.146.832	687.397	(340.175.798)	1.011.170.690
Terrenos e edifícios	2.450.551	362.868.661	1.489.191.146	296.112.133	36.104.714	2.186.727.205
Outros ativos tangíveis e intangíveis	5.600.168	24.660.164	33.982.763	48.968.252	(33.288.221)	79.923.126
Goodwill	-	-	-	110.506.459	335.880.949	446.387.408
Provisões técnicas de resseguro cedido	21.432.659	258.982.920	-	-	(99.020.553)	181.395.026
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	8.739.168	-	-	8.739.168
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	167.501.577	206.453.421	322.362.490	117.035.466	(25.312.991)	788.039.963
Ativos por impostos	184.687.511	197.432.853	121.787.846	8.905.286	(7.267.298)	505.546.198
Acréscimos e diferimentos	14.540.685	5.976.954	5.451.920	43.481.869	(1.887.125)	67.564.303
	11.378.384.626	3.259.940.580	6.158.972.085	667.346.027	(5.145.433.364)	16.319.209.954
Passivos						
Provisão para prémios não adquiridos	1.567.237	332.669.186	-	-	(45.464.035)	288.772.388
Provisão matemática do ramo vida	1.648.505.455	-	-	-	-	1.648.505.455
Provisão para sinistros	121.052.056	1.684.746.344	-	-	(60.851.310)	1.744.947.090
Provisão para participação nos resultados	68.711.511	314	-	-	-	68.711.825
Provisão para compromissos de taxa	7.025.239	-	-	-	-	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	21.750.883	-	-	-	-	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	-	24.056.289	-	-	-	24.056.289
Provisão para riscos em curso	-	49.354.458	-	-	-	49.354.458
Passivos financeiros	8.316.314.310	116.190.922	362.280.513	254.112.420	(88.414.718)	8.960.483.447
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	366.936	72.273	-	-	439.209
Outros credores por operações de seguros e outras operações	50.686.746	141.969.538	618.595.383	53.651.225	(287.015.333)	577.887.559
Passivos por impostos	60.776.502	112.396.956	183.416.198	24.861.346	(8.818.739)	372.632.263
Acréscimos e diferimentos	32.932.737	54.921.387	20.081.525	54.922.074	(390.525)	162.467.198
Outras Provisões	-	71.873.143	60.232.076	8.427.083	-	140.532.302
	10.329.322.676	2.588.545.473	1.244.677.968	395.974.148	(490.954.660)	14.067.565.605
Total segmentos						2.065.369.802
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados						2.065.369.802

	Vida			Total
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	179.112.016	141.862.168	-	320.974.184
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	2.551.811	2.551.811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(83.179.961)	(173.923.289)	-	(257.103.250)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3.521.275	(1.398.705)	-	2.122.570
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(5.399.128)	(8.536.707)	-	(13.935.835)
Custos e gastos de exploração líquidos	(30.038.434)	(9.569.428)	(47.879.724)	(87.487.586)
Rendimentos	8.172.925	43.319.353	208.809.201	260.301.479
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	5.336.396	7.303.677	(28.547.094)	(15.907.021)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(889.036)	(1.082.270)	(141.033.367)	(143.004.673)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	506.944	72.028	14.568	593.540
Imposto sobre o rendimento do exercício	(10.486.947)	(676.530)	(2.079.826)	(13.243.303)
Interesses não controlados	-	-	-	-
	66.656.050	(2.629.703)	(8.164.431)	55.861.916
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	40.508.699	162.606.708	234.898.353	438.013.760
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	94.995.235	-	1.495.123.574	1.590.118.809
Ativos financeiros detidos para negociação	333.966	1.928.725	4.218.997	6.481.688
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.093.808	37.791.668	546.777.433	586.662.909
Derivados de cobertura	1.233	-	2.605.166	2.606.399
Ativos disponíveis para venda	272.675.837	1.421.306.145	6.014.530.167	7.708.512.149
Empréstimos e contas a receber	11.856.038	67.231.489	570.688.234	649.775.761
Terrenos e edifícios	1.878.875	571.676	-	2.450.551
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.478.258	782.703	2.339.207	5.600.168
Goodwill	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	21.432.659	-	-	21.432.659
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	34.360.370	5.292.402	127.848.805	167.501.577
Ativos por impostos	31.356.216	2.918.379	150.412.916	184.687.511
Acréscimos e diferimentos	292.756	766.148	13.481.781	14.540.685
	514.263.950	1.701.196.043	9.162.924.633	11.378.384.626
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1.549.119	18.118	-	1.567.237
Provisão matemática do ramo vida	210.169.841	1.438.335.614	-	1.648.505.455
Provisão para sinistros	101.343.400	19.708.656	-	121.052.056
Provisão para participação nos resultados	32.164.348	36.547.163	-	68.711.511
Provisão para compromissos de taxa	-	7.025.239	-	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	21.750.883	-	-	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-
Passivos financeiros	4.584.477	1.863.273	8.309.866.560	8.316.314.310
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	11.158.058	16.670.425	22.858.263	50.686.746
Passivos por impostos	3.574.954	3.867.054	53.334.494	60.776.502
Acréscimos e diferimentos	4.632.529	3.179.578	25.120.630	32.932.737
Outras Provisões	-	-	-	-
	390.927.609	1.527.215.120	8.411.179.947	10.329.322.676

	Não Vida							Total
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	
Ganhos e Perdas								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	154.680.930	248.170.335	162.788.443	429.167.270	7.975.829	24.355.326	60.832.965	1.087.971.098
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(159.719.458)	(199.400.246)	(82.597.763)	(330.808.903)	(1.988.701)	(10.601.640)	(41.774.543)	(826.891.254)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	8.830.841	3.669.909	(1.195.370)	(2.001.889)	38.842	624.791	48.786	10.015.910
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(12.375)	(7.284)	(12.792)	(1.619)	-	7.656	(3.252.121)	(3.278.535)
Custos e gastos de exploração líquidos	(36.403.737)	(39.883.771)	(66.133.444)	(125.943.720)	(2.267.519)	(10.684.352)	(6.449.382)	(287.765.925)
Rendimentos	20.750.969	4.899.454	9.104.145	21.160.859	550.467	3.660.382	2.353.824	62.480.100
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(238.598)	3.221.392	9.427.759	21.131.442	614.687	4.015.238	(505.652)	37.666.268
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(10.674.800)	(5.043.330)	(6.692.649)	(19.348.346)	(273.962)	(2.796.491)	(2.263.942)	(47.093.520)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	243.145	698.128	11.399.311	24.338.192	(585)	2.752	1.611.301	38.292.244
Imposto sobre o rendimento do exercício	(1.092.890)	(4.699.832)	(10.293.029)	(10.441.545)	(743.560)	(1.931.264)	(2.225.905)	(31.428.025)
Interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-
	(23.635.973)	11.624.755	25.794.611	7.251.741	3.905.498	6.652.398	8.375.331	39.968.361
Ativos								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.442.282	27.399.686	8.006.808	16.540.975	146.227	1.322.462	11.827.731	70.686.171
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	96.321.852	8.129.593	22.604.707	68.890.446	1.081.673	9.772.064	2.490.576	209.290.911
Ativos financeiros detidos para negociação	802.035	32.287	113.882	284.400	4.477	43.941	7.657	1.288.679
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	48.101.219	2.213.326	6.354.083	19.172.115	298.503	2.715.844	776.231	79.631.321
Derivados de cobertura	-	147.868	415.740	1.266.993	19.894	179.725	34.237	2.064.457
Ativos disponíveis para venda	671.418.523	86.615.847	155.011.662	460.451.755	6.372.217	60.707.405	65.290.161	1.505.867.570
Empréstimos e contas a receber	50.964.920	91.885.983	48.521.996	118.629.246	1.537.016	14.672.270	8.525.067	334.736.498
Terrenos e edifícios	87.613.490	18.831.856	54.126.846	172.008.275	2.854.991	24.150.974	3.282.229	362.868.661
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.714.887	2.584.260	5.174.174	11.563.737	137.367	1.194.478	1.291.261	24.660.164
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.805.621	72.389.310	115.575.045	29.407.559	4.344.920	19.564.305	15.896.160	258.982.920
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	31.223.136	48.172.994	57.683.433	45.391.340	9.346.841	6.543.381	8.092.296	206.453.421
Ativos por impostos	58.060.628	14.142.202	37.516.438	66.625.353	2.406.615	10.157.643	8.523.974	197.432.853
Acréscimos e diferimentos	385.330	593.924	1.054.047	3.438.939	17.187	107.091	380.436	5.976.954
	1.054.853.923	373.139.136	512.158.861	1.013.671.133	28.567.928	151.131.583	126.418.016	3.259.940.580
Passivos								
Provisão para prémios não adquiridos	11.854.408	49.638.675	84.747.149	148.928.971	1.617.922	8.981.931	26.900.130	332.669.186
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	801.563.413	102.296.343	156.141.980	476.177.896	9.608.886	102.869.169	36.088.657	1.684.746.344
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	314	314
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	23.948.910	45.698	-	61.681	-	24.056.289
Provisão para riscos em curso	16.283.252	-	2.843.901	29.587.736	444	411.465	227.660	49.354.458
Passivos financeiros	1.451.213	69.592.526	21.338.668	5.906.289	1.156.657	1.694.377	15.051.192	116.190.922
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	3.382	-	1.345	-	-	362.209	366.936
Outros credores por operações de seguros e outras operações	12.507.282	42.660.894	29.566.089	28.291.036	11.507.086	7.653.830	9.783.321	141.969.538
Passivos por impostos	55.166.112	5.056.480	13.886.126	32.737.605	501.090	3.471.329	1.578.214	112.396.956
Acréscimos e diferimentos	7.675.522	7.436.133	12.107.181	22.541.201	475.558	1.955.496	2.730.296	54.921.387
Outras Provisões	71.226.740	201.122	-	156.215	-	-	289.066	71.873.143
	977.727.942	276.885.555	344.580.004	744.373.992	24.867.643	127.099.278	93.011.059	2.588.545.473

	Segmento seguradoras			Segmento Saúde	Ajustes de consolidação	Total
	Vida	Não vida	Não afetos			
Ganhos e Perdas						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	281.906.576	1.014.735.416	-	-	4.268.521	1.300.910.513
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2.306.164	-	-	-	-	2.306.164
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(281.323.066)	(776.874.133)	(16.710)	(22.644.276)	60.339.138	(1.020.519.047)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	1.058.216	(3.600.050)	-	-	-	(2.541.834)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	5.941.591	(3.731.178)	-	-	3.750.552	5.960.965
Custos e gastos de exploração líquidos	(93.399.062)	(281.845.081)	(119.077)	-	(6.152.056)	(381.515.276)
Rendimentos	321.691.444	69.814.689	47.982.433	276.723	(11.186.063)	428.579.226
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	124.076.459	87.972.838	2.272.923	532	3.064.848	217.387.600
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(177.161.417)	(44.964.226)	24.932.849	(134.539)	12.541.649	(184.785.684)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	458.319	36.959.206	10.542.626	49.315.748	(70.334.658)	26.941.241
Imposto sobre o rendimento do exercício	(37.594.504)	(43.820.959)	(3.152.711)	(7.010.990)	(32.835)	(91.611.999)
Interesses não controlados	-	-	-	(187.162)	(46.154.396)	(46.341.558)
	147.960.720	54.646.522	82.442.333	19.616.036	(49.895.300)	254.770.311
Ativos						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.317.949.712	231.817.281	513.961.343	28.526.837	-	2.092.255.173
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1.005.714.678	191.911.628	2.367.091.219	296.063	(3.494.911.947)	70.101.641
Ativos financeiros detidos para negociação	957.920	-	-	-	-	957.920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	822.588.087	65.287.322	675.983	-	-	888.551.392
Derivados de cobertura	1.285.939	-	-	-	-	1.285.939
Ativos disponíveis para venda	7.194.153.872	1.359.833.375	228.436.316	125.611	(123.232.163)	8.659.317.011
Empréstimos e contas a receber	586.887.014	155.376.647	105.924.695	919.397	(162.146.817)	686.960.936
Terrenos e edifícios	146.070	354.406.946	870.265.634	263.614.970	(242.393)	1.488.191.227
Outros ativos tangíveis e intangíveis	6.069.529	25.968.985	724.942	37.705.464	-	70.468.920
Goodwill	-	-	-	94.481.384	334.263.995	428.745.379
Provisões técnicas de resseguro cedido	22.961.900	235.327.683	-	-	(94.932.086)	163.357.497
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	14.038.385	-	-	14.038.385
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	34.741.900	160.229.510	238.162.660	89.637.392	(175.030.347)	347.741.115
Ativos por impostos	141.613.941	84.476.281	43.954.368	6.670.714	(1.042.466)	275.672.838
Acréscimos e diferimentos	13.180.811	3.734.022	5.597.911	51.008.384	(335.576)	73.185.552
	11.148.251.373	2.868.369.680	4.388.833.456	572.986.216	(3.717.609.800)	15.260.830.925
Passivos						
Provisão para prémios não adquiridos	1.796.858	316.444.201	-	-	(42.218.153)	276.022.906
Provisão matemática do ramo vida	1.632.994.332	-	-	-	-	1.632.994.332
Provisão para sinistros	124.623.115	1.694.165.824	-	-	(60.103.349)	1.758.685.590
Provisão para participação nos resultados	68.763.676	1.763	-	-	-	68.765.439
Provisão para compromissos de taxa	5.626.534	-	-	-	-	5.626.534
Provisão para estabilização de carteira	25.272.158	-	-	-	-	25.272.158
Provisão para desvios de sinistralidade	-	22.471.715	-	-	-	22.471.715
Provisão para riscos em curso	-	60.944.019	-	-	-	60.944.019
Passivos financeiros	8.100.730.635	106.702.179	139.371.474	216.887.450	(71.573.725)	8.492.118.013
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	167.200	90.121	-	-	257.321
Outros credores por operações de seguros e outras operações	33.860.134	130.130.030	329.374.695	42.009.106	(258.963.753)	276.410.212
Passivos por impostos	100.895.593	71.308.399	28.386.626	20.141.947	(5.934.058)	214.798.507
Acréscimos e diferimentos	31.498.812	49.978.955	29.836.525	50.912.759	(1.553.156)	160.673.895
Outras Provisões	-	71.028.087	109.966.842	7.594.357	-	188.589.286
	10.126.061.847	2.523.342.372	637.026.283	337.545.619	(440.346.194)	13.183.629.927
Total segmentos						1.822.430.687
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlado						1.822.430.687

	Vida			Total
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	182.532.643	99.373.933	-	281.906.576
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	2.306.164	2.306.164
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(92.944.382)	(188.378.684)	-	(281.323.066)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(770.000)	1.828.216	-	1.058.216
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(8.552.689)	14.494.280	-	5.941.591
Custos e gastos de exploração líquidos	(29.285.635)	(9.623.678)	(54.489.749)	(93.399.062)
Rendimentos	9.852.082	48.742.304	263.097.058	321.691.444
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	38.850.491	27.700.969	57.524.999	124.076.459
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(3.825.264)	(4.832.066)	(168.504.087)	(177.161.417)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	532.328	(73.739)	(270)	458.319
Imposto sobre o rendimento do exercício	(17.331.697)	(144.456)	(20.118.351)	(37.594.504)
Interesses não controlados	-	-	-	-
	79.057.877	(10.912.921)	79.815.764	147.960.720
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	33.064.995	120.261.980	1.164.622.737	1.317.949.712
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	34.731.423	-	970.983.255	1.005.714.678
Ativos financeiros detidos para negociação	642.969	-	314.951	957.920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	23.342.557	10.246.641	788.998.889	822.588.087
Derivados de cobertura	-	-	1.285.939	1.285.939
Ativos disponíveis para venda	247.130.212	1.267.848.329	5.679.175.331	7.194.153.872
Empréstimos e contas a receber	67.696.430	271.359.846	247.830.738	586.887.014
Terrenos e edifícios	13.217	132.853	-	146.070
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.514.790	944.051	2.610.688	6.069.529
Goodwill	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	22.961.900	-	-	22.961.900
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	6.668.964	2.698.110	25.374.826	34.741.900
Ativos por impostos	15.062.144	1.744.264	124.807.533	141.613.941
Acréscimos e diferimentos	251.679	310.808	12.618.324	13.180.811
	454.081.280	1.675.546.882	9.018.623.211	11.148.251.373
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1.784.898	11.960	-	1.796.858
Provisão matemática do ramo vida	210.730.919	1.422.263.413	-	1.632.994.332
Provisão para sinistros	104.465.270	20.157.845	-	124.623.115
Provisão para participação nos resultados	30.884.520	37.879.156	-	68.763.676
Provisão para compromissos de taxa	-	5.626.534	-	5.626.534
Provisão para estabilização de carteira	25.272.158	-	-	25.272.158
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-
Passivos financeiros	5.050.621	2.672.231	8.093.007.783	8.100.730.635
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	9.737.364	7.593.114	16.529.656	33.860.134
Passivos por impostos	11.224.355	3.185.654	86.485.584	100.895.593
Acréscimos e diferimentos	4.334.832	2.743.109	24.420.871	31.498.812
Outras Provisões	-	-	-	-
	403.484.937	1.502.133.016	8.220.443.894	10.126.061.847

	Não Vida							Total
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	
Ganhos e Perdas								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	135.538.433	217.971.227	160.727.157	408.368.611	6.887.709	23.418.530	61.823.749	1.014.735.416
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(152.069.355)	(180.926.626)	(85.700.834)	(300.710.078)	(3.315.959)	(5.674.406)	(48.476.875)	(776.874.133)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(1.836.881)	(189.903)	281.959	(1.245.218)	(34.373)	(460.945)	(114.689)	(3.600.050)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(8.177)	(3.729)	(10.742)	(2.470)	-	(8.094)	(3.697.966)	(3.731.178)
Custos e gastos de exploração líquidos	(34.740.326)	(39.966.013)	(65.865.661)	(118.854.693)	(2.384.941)	(9.778.317)	(10.255.130)	(281.845.081)
Rendimentos	24.293.264	4.374.503	7.652.905	22.718.016	1.398.437	4.017.304	5.360.260	69.814.689
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	33.818.709	2.683.775	11.101.477	31.369.346	2.175.636	5.924.708	899.187	87.972.838
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(17.584.020)	(1.761.037)	(5.830.518)	(14.982.690)	(1.138.764)	(3.011.657)	(655.540)	(44.964.226)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	274.528	1.140.135	12.379.041	21.658.970	(3.129)	99.270	1.410.391	36.959.206
Imposto sobre o rendimento do exercício	(2.881.170)	(4.397.704)	(12.069.233)	(18.270.581)	(931.218)	(3.068.706)	(2.202.347)	(43.820.959)
Interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-
	(15.194.995)	(1.075.372)	22.665.551	30.049.213	2.653.398	11.457.687	4.091.040	54.646.522
Ativos								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	61.503.323	40.199.457	30.362.021	70.229.250	675.392	5.422.257	23.425.581	231.817.281
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	78.942.486	8.402.736	21.140.392	68.881.956	1.371.024	10.156.932	3.016.102	191.911.628
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	31.007.686	2.475.583	6.458.379	20.806.576	412.372	3.109.191	1.017.535	65.287.322
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	612.043.004	69.790.351	133.543.729	432.233.890	8.003.877	62.216.684	42.001.840	1.359.833.375
Empréstimos e contas a receber	17.543.795	77.672.929	16.138.482	26.491.963	285.792	2.558.827	14.684.859	155.376.647
Terrenos e edifícios	86.528.455	18.883.267	46.064.491	170.429.961	3.285.480	24.247.522	4.967.770	354.406.946
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.786.703	2.561.142	5.464.355	12.700.727	168.243	1.118.866	1.168.949	25.968.985
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.966.859	72.755.490	93.162.094	26.452.904	6.376.302	24.469.262	10.144.772	235.327.683
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	23.358.065	29.025.648	48.038.464	43.720.864	2.083.746	6.703.177	7.299.546	160.229.510
Ativos por impostos	24.399.614	4.018.358	15.604.424	32.783.534	1.016.205	5.357.830	1.296.316	84.476.281
Acréscimos e diferimentos	340.607	473.651	1.002.647	1.640.538	18.920	84.408	173.251	3.734.022
	940.420.597	326.258.612	416.979.478	906.372.163	23.697.353	145.444.956	109.196.521	2.868.369.680

(continuação)

(valores em euros)

	Não Vida							Total
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	
Passivos								
Provisão para prémios não adquiridos	11.322.808	45.998.845	81.107.258	143.130.216	1.789.448	8.123.795	24.971.831	316.444.201
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	794.186.561	102.827.319	138.822.038	500.161.517	12.469.079	108.906.528	36.792.782	1.694.165.824
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	1.763	1.763
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	22.372.504	37.530	-	61.681	-	22.471.715
Provisão para riscos em curso	25.114.103	3.669.909	3.224.661	27.583.358	39.286	1.036.256	276.446	60.944.019
Passivos financeiros	1.946.637	70.524.190	17.801.333	5.217.543	1.461.935	1.219.561	8.530.980	106.702.179
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	6.446	-	2.756	-	-	157.998	167.200
Outros credores por operações								
de seguros e outras operações	14.835.523	28.429.106	36.795.951	28.939.370	2.085.403	7.268.532	11.776.145	130.130.030
Passivos por impostos	21.518.806	5.096.373	12.409.684	27.786.648	646.619	2.892.545	957.724	71.308.399
Acréscimos e diferimentos	6.983.286	6.171.754	11.630.239	20.578.790	590.829	1.549.087	2.474.970	49.978.955
Outras Provisões	69.380.184	1.116.496	-	231.540	-	-	299.867	71.028.087
	945.287.908	263.840.438	324.163.668	753.669.268	19.082.599	131.057.985	86.240.506	2.523.342.372

Mercados geográficos

2016

(valores em euros)

	Segmento geográfico				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto do Mundo	Ajustes de consolidação	
Ganhos e Perdas					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.284.641.018	55.810.454	68.493.810	10.389.622	1.419.334.904
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2.508.587	43.224	-	-	2.551.811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.052.351.783)	(36.601.325)	(34.684.852)	73.784.399	(1.049.853.561)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	11.196.791	(598.878)	1.540.567	-	12.138.480
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	8.310.322	(14.781.367)	(10.743.325)	3.248.751	(13.965.619)
Custos e gastos de exploração líquidos	(334.592.829)	(17.523.987)	(23.225.172)	(11.894.277)	(387.236.265)
Rendimentos	332.584.131	44.011.861	32.507.235	(16.258.012)	392.845.215
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	24.403.488	18.725.770	30.393.566	(6.039.928)	67.482.896
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(230.779.364)	(2.643.982)	(18.587.411)	67.280.744	(184.730.013)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	84.380.453	8.312.540	2.172.405	(62.250.263)	32.615.135
Imposto sobre o rendimento do exercício	(38.119.014)	(17.547.595)	(12.907.116)	(822.245)	(69.395.970)
Interesses não controlados	402.649	-	-	(35.915.115)	(35.512.466)
	92.584.449	37.206.715	34.959.707	21.523.676	186.274.547
Ativos					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	627.450.304	117.263.030	253.708.439	-	998.421.773
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	4.269.003.091	471.529.100	239.786.277	4.863.311.651	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	43.824.824	141.248	-	(36.195.704)	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	660.374.636	6.236.408	-	-	666.611.044
Derivados de cobertura	4.670.856	-	-	18.097.852	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	8.861.793.216	494.899.518	3.502.961	(129.057.538)	9.231.138.157
Empréstimos e contas a receber	1.158.784.754	37.696.210	154.865.524	(340.175.798)	1.011.170.690
Terrenos e edifícios	928.501.190	689.041.907	533.079.394	36.104.714	2.186.727.205
Outros ativos tangíveis e intangíveis	108.186.856	997.693	4.026.798	(33.288.221)	79.923.126
Goodwill	110.506.459	-	-	335.880.949	446.387.408
Provisões técnicas de resseguro cedido	197.712.710	47.937.087	34.765.782	(99.020.553)	181.395.026
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	8.739.168	-	-	-	8.739.168
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	532.723.943	181.662.456	60.796.404	(25.312.991)	749.869.812
Ativos por impostos	440.990.048	7.685.159	7.201.819	(7.267.298)	448.609.728
Acréscimos e diferimentos	67.707.087	451.578	1.292.763	(1.887.125)	67.564.303
	18.020.969.142	2.055.541.394	1.293.026.161	5.145.433.364	16.224.103.333
Passivos					
Provisão para prémios não adquiridos	296.689.966	12.152.476	25.393.981	(45.464.035)	288.772.388
Provisão matemática do ramo vida	1.285.368.204	328.988.118	34.149.133	-	1.648.505.455
Provisão para sinistros	1.698.290.929	54.313.413	53.194.058	(60.851.310)	1.744.947.090
Provisão para participação nos resultados	64.798.795	3.872.094	40.936	-	68.711.825
Provisão para compromissos de taxa	6.799.165	226.074	-	-	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	21.750.883	-	-	-	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	24.013.252	34.137	8.900	-	24.056.289
Provisão para riscos em curso	46.728.702	1.392.468	1.233.288	-	49.354.458
Passivos financeiros	8.636.164.463	89.377.675	323.356.027	(88.414.718)	8.960.483.447
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	439.209	-	-	-	439.209
Outros credores por operações de seguros e outras operações	261.499.488	350.279.689	214.953.564	(287.015.333)	539.717.408
Passivos por impostos	264.509.545	19.720.583	40.284.404	(8.818.739)	315.695.793
Acréscimos e diferimentos	145.300.929	13.705.259	3.851.535	(390.525)	162.467.198
Outras Provisões	139.333.673	114.509	1.084.120	-	140.532.302
	12.891.687.203	874.176.495	697.549.946	(490.954.660)	13.972.458.984
Total Segmentos					2.065.369.802
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados					2.065.369.802

	Segmento geográfico				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto do Mundo	Ajustes de consolidação	
Ganhos e Perdas					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.174.643.187	61.369.308	60.629.497	4.268.521	1.300.910.513
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2.262.057	44.107	-	-	2.306.164
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.003.826.041)	(42.502.387)	(34.529.757)	60.339.138	(1.020.519.047)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(3.037.631)	611.009	(115.212)	-	(2.541.834)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	22.311.400	(15.203.985)	(4.897.002)	3.750.552	5.960.965
Custos e gastos de exploração líquidos	(334.568.887)	(22.253.769)	(18.540.564)	(6.152.056)	(381.515.276)
Rendimentos	400.713.347	21.288.025	17.763.917	(11.186.063)	428.579.226
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	192.914.707	6.773.847	14.634.198	3.064.848	217.387.600
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(183.440.414)	(12.978.599)	(908.320)	12.541.649	(184.785.684)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	85.916.506	869.862	10.489.531	(70.334.658)	26.941.241
Imposto sobre o rendimento do exercício	(90.966.849)	(127.860)	(484.455)	(32.835)	(91.611.999)
Interesses não controlados	(187.162)	-	-	(46.154.396)	(46.341.558)
	262.734.220	(2.110.442)	44.041.833	(49.895.300)	254.770.311
Ativos					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.924.029.541	39.262.801	128.962.830	-	2.092.255.172
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	3.429.165.309	43.391.886	92.456.392	3.494.911.947)	70.101.640
Ativos financeiros detidos para negociação	957.920	-	-	-	957.920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	882.228.487	6.322.905	-	-	888.551.392
Derivados de cobertura	1.285.939	-	-	-	1.285.939
Ativos disponíveis para venda	8.350.303.033	428.958.672	3.287.468	(123.232.163)	8.659.317.011
Empréstimos e contas a receber	655.526.261	120.166.176	73.415.316	(162.146.817)	686.960.936
Terrenos e edifícios	872.362.227	321.564.460	294.506.933	(242.393)	1.488.191.227
Outros ativos tangíveis e intangíveis	66.958.783	1.368.479	2.141.658	-	70.468.920
Goodwill	94.481.384	-	-	334.263.995	428.745.379
Provisões técnicas de resseguro cedido	188.325.760	33.328.887	36.634.936	(94.932.086)	163.357.497
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	14.038.385	-	-	-	14.038.385
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	252.903.346	143.444.713	142.202.217	(175.030.347)	363.519.930
Ativos por impostos	262.068.061	5.531.766	8.125.046	(1.042.466)	274.682.407
Acréscimos e diferimentos	71.740.797	882.243	898.088	(335.576)	73.185.552
	17.066.375.233	1.144.222.988	782.630.885	3.717.609.800)	15.275.619.306
Passivos					
Provisão para prémios não adquiridos	284.239.104	9.369.448	24.632.507	(42.218.153)	276.022.906
Provisão matemática do ramo vida	1.295.650.361	314.046.651	23.297.320	-	1.632.994.332
Provisão para sinistros	1.728.258.075	37.259.771	53.271.093	(60.103.349)	1.758.685.590
Provisão para participação nos resultados	63.303.685	5.430.473	31.281	-	68.765.439
Provisão para compromissos de taxa	5.626.534	-	-	-	5.626.534
Provisão para estabilização de carteira	25.272.158	-	-	-	25.272.158
Provisão para desvios de sinistralidade	22.455.088	8.003	8.624	-	22.471.715
Provisão para riscos em curso	59.631.778	1.045.798	266.443	-	60.944.019
Passivos financeiros	8.393.058.553	53.152.013	117.481.172	(71.573.725)	8.492.118.013
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	257.321	-	-	-	257.321
Outros credores por operações de seguros e outras operações	156.870.915	125.164.406	269.117.458	(258.963.753)	292.189.026
Passivos por impostos	199.311.861	5.868.342	14.561.929	(5.934.058)	213.808.074
Acréscimos e diferimentos	134.501.920	24.757.354	2.967.777	(1.553.156)	160.673.895
Outras Provisões	165.556.070	102.737	22.930.479	-	188.589.286
	12.533.993.423	576.204.996	528.566.083	(440.346.194)	13.198.418.308
Total Segmentos					1.822.430.687
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados					1.822.430.687

As rubricas "Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações" e "Ativos e passivos por impostos" têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por segmentos originar um desdobramento de saldos diferentes.

46. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas do Grupo, as empresas subsidiárias e associadas do Grupo Fosun e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos órgãos de gestão.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as demonstrações financeiras da Longrun Portugal, SGPS, S.A. incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

2016 (valores em euros)

	Caixa Geral de Depósitos, S.A. (5)	Tom Tailor, GmbH (5)	Holding Gaillon II (5)	Peak Reinsurance Company (5)
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	241.107.006	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	49.920.435	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	23.728.405	30.991.171	149.936.082	-
Empréstimos e contas a receber	77.301.205	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	159.793
Contas a receber por operações de seguro direto	1.786.052	-	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	68.299
Contas a receber por outras operações	34.612	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	18.497	-	-	-
Passivo				
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	192.065
Outros passivos financeiros	21.750.000	-	-	604.002
Contas a pagar por operações de seguro direto	4.610.738	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	692.814
Contas a pagar por outras operações	53.730	-	-	1.913
Acréscimos e diferimentos	16.697.737	-	-	-
Ganhos e perdas				
Prémios brutos emitidos	-	-	-	254.596
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(6.565.330)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	(192.065)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	9.216
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(267.302)	-	-	2.110.821
Custos e gastos de exploração líquidos	(45.151.729)	-	-	1.132.840
Rendimentos	10.121.236	-	7.731.074	-
Gastos financeiros	(2.516.704)	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	15.234.109	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	294.120	-	-	-
Diferenças de câmbio	2.366.818	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	(10.856.680)	-	-
Outros rendimentos/gastos	(4.463.772)	-	-	-

(continuação)

(valores em euros)

	Xingtao Assets Limited (5)	BHF (ex. RHJ International, S.A.) (5)	Outros	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	241.107.006
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	49.920.435
Ativos disponíveis para venda	302.242.500	-	-	506.898.158
Empréstimos e contas a receber	-	-	30.100	77.331.305
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	159.793
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	1.786.052
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	68.299
Contas a receber por outras operações	-	-	10.476.470	10.511.082
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	18.497
Passivo				
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	192.065
Outros passivos financeiros	-	-	-	22.354.002
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	4.610.738
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	692.814
Contas a pagar por outras operações	-	-	23.223	78.866
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	16.697.737
Ganhos e perdas				
Prémios brutos emitidos	-	-	-	254.596
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(6.565.330)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	(192.065)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	9.216
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	(390.532)	1.452.987
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	(306.149)	(44.325.038)
Rendimentos	21.168.883	-	-	39.021.193
Gastos financeiros	-	-	(996)	(2.517.700)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(10.197)	11.090.496	-	26.314.408
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	294.120
Diferenças de câmbio	-	-	-	2.366.818
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	(10.856.680)
Outros rendimentos/gastos	-	-	678.725	(3.785.047)

	Caixa Geral de Depósitos, S.A. (5)	Tom Tailor, GmbH (5)	Holding Gaillon II (5)	Peak Reinsurance Company (5)
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.768.630.529	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	62.366.492	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	487.700.214	31.436.281	142.205.008	-
Empréstimos e contas a receber	90.002.315	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	4.618
Contas a receber por operações de seguro direto	2.598.733	-	-	-
Contas a receber por outras operações	24.422	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	20.533	-	-	-
Passivo				
Outros passivos financeiros	33.125.988	-	-	732.222
Contas a pagar por operações de seguro direto	5.067.344	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	1.681.438
Contas a pagar por outras operações	76.784.170	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	13.766.364	-	-	-
Ganhos e perdas				
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(5.015.387)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(390.775)	-	-	384.441
Custos e gastos de exploração líquidos	(44.664.985)	-	-	577.679
Rendimentos	23.040.732	-	6.631.484	-
Gastos financeiros	(3.010.801)	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	12.435.839	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(696.602)	-	-	-
Diferenças de câmbio	1.557.141	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	(29.281.498)	-	-
Outros rendimentos/gastos	993.150	-	-	-

(continuação)

(valores em euros)

	Xingtao Assets Limited (5)	Bona Film Group Ltd (5)	BHF (ex. RHJ International, S.A.) (5)	Outros	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	1.768.630.529
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	62.366.492
Ativos disponíveis para venda	669.756.750	-	66.079.133	-	1.397.177.386
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	30.100	90.032.415
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	4.618
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	2.598.733
Contas a receber por outras operações	-	-	-	156.891	181.313
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	20.533
Passivo					
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	33.858.210
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	5.067.344
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	1.681.438
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	18.947	76.803.117
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	13.766.364
Ganhos e perdas					
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	-	(5.015.387)
Custos com sinistros, liquidados de resseguro	-	-	-	(399.445)	(405.779)
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	-	(266.001)	(44.353.307)
Rendimentos	32.085.859	-	-	678.359	62.436.434
Gastos financeiros	-	-	-	(2.153)	(3.012.954)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(155.680)	58.770.367	-	-	71.050.526
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	(696.602)
Diferenças de câmbio	-	8.543.466	-	-	10.100.607
Perdas de imparidade (liquidadas reversão)	-	-	-	-	(29.281.498)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	(1.199)	991.951

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

Em 2016, não houve remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais.

Os honorários estimados da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativo ao exercício de 2016 ascendem a 1.365.073 Euros, dos quais 1.165.573 Euros relativos a serviços de auditoria, 174.500 Euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade e 25.000 Euros relativos a outros serviços.

47. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

(valores em euros)

	2016		Valor de balanço
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	998.421.773	998.421.773
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos		117.006.817	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	7.770.368	-	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas	666.611.044	-	666.611.044
Derivados de cobertura	22.768.708	-	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	9.174.187.419	56.950.738	9.231.138.157
Empréstimos e contas a receber	-	1.011.170.690	1.011.170.690
Outros devedores	-	196.914.895	196.914.895
	9.871.337.539	2.380.464.913	12.251.802.452
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1.404.634.800	1.404.634.800
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de seguro e operações considerados			
para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	512.977.194	7.780.213.141	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	15.072.639	-	15.072.639
Derivados de cobertura	13.469.282	-	13.469.282
Depósitos recebidos de resseguradores	-	47.570.755	47.570.755
Outros passivos financeiros	-	591.180.436	591.180.436
Outros credores	-	130.823.739	130.823.739
	541.519.115	9.954.422.871	10.495.941.986

(valores em euros)

	2015		Valor de balanço
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	2.092.255.173	2.092.255.173
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	70.101.641	70.101.641
Ativos financeiros detidos para negociação	957.920	-	957.920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	888.551.392	-	888.551.392
Derivados de cobertura	1.285.939	-	1.285.939
Ativos disponíveis para venda	8.605.222.739	54.094.272	8.659.317.011
Empréstimos e contas a receber	-	686.960.936	686.960.936
Outros devedores	-	157.750.836	157.750.836
	9.496.017.990	3.061.162.858	12.557.180.848
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1.397.217.639	1.397.217.639
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	573.049.422	7.502.593.808	8.075.643.230
Passivos financeiros detidos para negociação	18.448.784	-	18.448.784
Derivados de cobertura	4.406.362	-	4.406.362
Depósitos recebidos de resseguradores	-	37.699.297	37.699.297
Outros passivos financeiros	-	355.920.340	355.920.340
Outros credores	-	134.150.522	134.150.522
	595.904.568	9.427.581.606	10.023.486.174

O montante da rubrica "Provisão matemática do ramo vida" corresponde ao valor das provisões matemáticas de produtos de capitalização do ramo vida com participação nos resultados.

O montante considerado nas rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" corresponde essencialmente aos saldos a receber e a pagar de segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores e agentes e de outras entidades externas.

GANHOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Por contrapartida de			Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total	resultados	capitais próprios	total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	132.867.849	-	132.867.849	92.966.534	-	92.966.534
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(171.989.545)	-	(171.989.545)	(184.533.753)	-	(184.533.753)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4.814.998	-	4.814.998	52.768.910	-	52.768.910
Rendimentos de instrumentos financeiros						
de ativos financeiros detidos para negociação	(1.492.381)	-	(1.492.381)	(1.395.064)	-	(1.395.064)
de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	24.475.355	-	24.475.355	29.849.148	-	29.849.148
de ativos disponíveis para venda	268.153.067	-	268.153.067	331.500.785	-	331.500.785
de empréstimos e contas a receber	10.878.582	-	10.878.582	15.544.190	-	15.544.190
de depósitos à ordem	94.839	-	94.839	268.184	-	268.184
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas						
de ativos disponíveis para venda	211.761.952	(77.322.429)	134.439.523	354.334.446	(311.313.222)	43.021.224
de empréstimos e contas a receber	(83.484)	-	(83.484)	-	-	-
de passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(148.712.098)	-	(148.712.098)	(187.551.641)	-	(187.551.641)
de outros	-	-	-	(1.314.215)	-	(1.314.215)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas						
de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(76.920.281)	-	(76.920.281)	(37.314.963)	-	(37.314.963)
de ativos e passivos financeiros classificados						
no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	243.332	-	243.332	16.836.701	-	16.836.701
de outros	(4.651.695)	-	(4.651.695)	3.434.798	-	3.434.798
Diferenças de câmbio	41.217.578	-	41.217.578	44.324.114	-	44.324.114
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)						
de ativos disponíveis para venda	(189.736.698)	-	(189.736.698)	(223.533.507)	-	(223.533.507)
de empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	199.651	-	199.651	496.540	-	496.540
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(1.472.691)	-	(1.472.691)	(417.269)	-	(417.269)
	99.648.330	(77.322.429)	22.325.901	306.263.938	(311.313.222)	(5.049.284)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016	2015
Ativo		
Ativos disponíveis para venda	248.848.245	288.039.372
Empréstimos e contas a receber	10.878.582	15.544.190
Depósitos à ordem	94.839	268.184
	259.821.666	303.851.746
Passivo		
Provisão matemática do ramo vida	(29.945.814)	(32.296.814)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	(148.712.098)	(187.551.641)
Depósitos recebidos de resseguradores	(1.472.691)	(417.269)
	(180.130.603)	(220.265.724)

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras do Grupo, pode ser resumida como se segue:

(valores em euros)

	2016			Não valorizados ao justo valor	Total
	Metodologia de apuramento do justo valor				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	998.421.773	998.421.773
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	117.006.817	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	7.770.368	-	-	-	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	372.148.596	294.392.059	70.389	-	666.611.044
Derivados de cobertura	5.726.395	17.042.313	-	-	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	6.873.609.699	1.465.658.616	834.919.104	56.950.738	9.231.138.157
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1.011.170.690	1.011.170.690
Outros devedores	-	-	-	196.914.895	196.914.895
	7.259.255.058	1.777.092.988	834.989.493	2.380.464.913	12.251.802.452
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1.404.634.798	1.404.634.798
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros					
e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos					
contabilísticos como contratos de investimento	-	512.977.194	-	7.780.213.141	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	7.908.244	7.164.395	-	-	15.072.639
Derivados de cobertura	8.737.700	4.731.582	-	-	13.469.282
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	47.570.755	47.570.755
Outros passivos financeiros	-	-	-	591.180.436	591.180.436
Outros credores	-	-	-	130.823.739	130.823.739
	16.645.944	524.873.171	-	9.954.422.869	10.495.941.984
	7.242.609.114	1.252.219.817	834.989.493	(7.573.957.956)	1.755.860.468

(valores em euros)

	2015			Não valorizados ao justo valor	Total
	Metodologia de apuramento do justo valor				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	2.092.255.173	2.092.255.173
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	70.101.641	70.101.641
Ativos financeiros detidos para negociação	957.920	-	-	-	957.920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	411.966.885	468.656.402	7.928.105	-	888.551.392
Derivados de cobertura	1.285.939	-	-	-	1.285.939
Ativos disponíveis para venda	5.217.893.284	1.781.256.741	1.606.072.714	54.094.272	8.659.317.011
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	686.960.936	686.960.936
Outros devedores	-	-	-	157.750.836	157.750.836
	5.632.104.028	2.249.913.143	1.614.000.819	3.061.162.858	12.557.180.848
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1.397.217.639	1.397.217.639
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	573.049.425	-	7.502.593.805	8.075.643.230
Passivos financeiros detidos para negociação	10.822.796	7.625.988	-	-	18.448.784
Derivados de cobertura	4.155.656	250.706	-	-	4.406.362
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	37.699.297	37.699.297
Outros passivos financeiros	-	-	-	355.920.340	355.920.340
Outros credores	-	-	-	134.150.522	134.150.522
	14.978.452	580.926.119	-	9.427.581.603	10.023.486.174
	5.617.125.576	1.668.987.024	1.614.000.819	(6.366.418.745)	2.533.694.674

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela IFRS 13 - "Mensuração pelo Justo Valor", dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que o Grupo tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

O movimento ocorrido em 2015 e 2016, nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

(valores em euros)

	Ativos disponíveis para venda	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas
Saldo em 31 de dezembro de 2014	847.439.156	28.767.190
Aquisições	153.437.295	-
Revalorizações		
por contrapartida de resultados	15.400.757	(135.306)
por contrapartida de capitais próprios	(1.330.250)	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	(987.740)	-
Transferências		
de nível 2 para nível 3	689.243.417	-
Alienações	(97.129.921)	(20.703.779)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.606.072.714	7.928.105
Aquisições	1.019.693	-
Revalorizações		
por contrapartida de resultados	(18.784.577)	200.469
por contrapartida de capitais próprios	54.472.743	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	(3.298.366)	-
Transferências		
de nível 3 para custo histórico	(462.970)	-
Alienações	(804.100.133)	(8.058.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	834.919.104	70.389

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço e o justo valor dos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

(valores em euros)

	2016		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	998.421.773	998.421.773	-
Ativos disponíveis para venda	56.950.738	56.950.738	-
Empréstimos e contas a receber	1.011.170.690	1.011.170.690	-
Outros devedores	196.914.895	196.914.895	-
	2.263.458.096	2.263.458.096	-

(valores em euros)

	2015		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.092.255.173	2.092.255.173	-
Ativos disponíveis para venda	54.094.272	54.094.272	-
Empréstimos e contas a receber	686.960.936	686.960.936	-
Outros devedores	157.750.836	157.750.836	-
	2.991.061.217	2.991.061.217	

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas na rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;

- A rubrica “Empréstimos e contas a receber” inclui:

- i) Depósitos a prazo – o justo valor é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;

- ii) Empréstimos hipotecários – não foi calculado o justo valor atendendo à sua imaterialidade e ao facto de serem essencialmente empréstimos efetuados a empregados, com garantias reais.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado no Grupo estão regulados através da Política de Investimentos definida com base em orientações aprovadas pela Comissão Executiva. Esta é atualizada regularmente e revista obrigatoriamente de três em três anos.

A Política de Investimentos define os princípios orientadores para a gestão de investimentos e apoia a totalidade do processo de investimento do Grupo, desde o processo de gestão de ativos e passivos (ALM), alocação estratégica de ativos (SAA), alocação tática de ativos (TAA), gestão dinâmica do portfólio de investimento bem como as atividades de controlo e reporte da atividade de investimento. A Política de Investimentos visa assegurar um alinhamento com os objetivos e respetiva estratégia de investimento, bem como potenciar um eficaz processo de acompanhamento e supervisão da atividade.

O processo de investimento a seguir pelo Grupo tem por base as melhores práticas de governance de forma a potenciar decisões racionais e sustentadas na seleção dos ativos uma relação adequada entre risco e retorno.

A atividade de investimento do Grupo deverá seguir um processo estruturado contendo 5 passos fundamentais:

- **Identificação da oportunidade:** identificação de oportunidades de investimento pela equipa ou entidade responsável pela gestão dos ativos, que se enquadrem na Política de Investimentos, nas orientações aprovadas pelo Comité de Investimento e que apresentem uma relação entre rentabilidade e risco adequada para o Grupo;

- **Avaliação da oportunidade:** a avaliação da oportunidade deverá ser realizada ainda pela equipa ou entidade responsável pela gestão dos ativos, tendo em conta tanto aspetos qualitativos (e.g. tendência esperada para determinada classe de ativo, indústria ou geografia), como aspetos quantitativos (e.g. retorno esperado, risco de crédito);

- **Proposta de investimento:** a proposta redigida pela equipa ou entidade gestora dos ativos deverá ser submetida a apreciação do responsável pela respetiva tomada de decisão, responsável da Direção de Investimento ou da Fidelidade Property, de acordo com a delegação de competências, respeitando as seguintes orientações:

- a. As operações terão de ser documentadas e validadas pelo responsável pela aprovação da operação, num formato simples referindo a operação, o seu racional, o montante, a data e a assinatura do responsável pela aprovação. Tanto quanto possível, e para não gerar complexidade adicional ao processo de investimento, este processo deve estar informatizado;

- b. Para operações que superem o limite de autonomia do responsável do órgão de estrutura proponente uma proposta de investimento deverá ser feita a ser submetida a Comissão Executiva;

- **Execução da transação:** caso a proposta de investimento recolha parecer positivo, o órgão de estrutura responsável pelo seu acompanhamento deverá autorizar e verificar a concretização da operação, incluindo a execução e liquidação da mesma, através das entidades responsáveis pelo processo;

- **Controlo:** o controlo eficaz do investimento deverá ser assegurado pela Direção de Gestão de Risco, garantindo que se encontra em cumprimento das normas vigentes e coerente com os níveis de risco e retorno definidos pelo Grupo.

No quadro do desenvolvimento da atividade de investimento do Grupo são ainda determinantes:

1. Definição do objetivo da carteira

O objetivo primário da carteira de investimentos é geração de rendimento para o Grupo tendo por restrição os riscos e demais constrangimentos definidos no âmbito dos Comitês Estratégicos e Táticos de Gestão de Ativos e Passivos.

Do ponto de vista operacional, o principal objetivo da atividade traduz-se na criação de valor através da seleção de ativos com melhor perfil de risco versus retorno. Especificamente, a atividade de gestão de ativos do Grupo pretende:

- Apoiar a geração de rendimento financeiro;
- Garantir a competitividade da oferta seguradora;
- Assegurar a mitigação do risco da atividade seguradora;
- Cumprir com os regulamentos em vigor no Grupo e na ASF em relação à atividade.

2. Definição das classes de ativos e respetivo universo de investimento

As classes de ativos elegíveis para investimento por parte do Grupo, bem como os respetivos universos de investimento.

- Tesouraria: instrumentos essencialmente orientados à gestão de liquidez no curto prazo;
- Rendimento fixo: instrumentos de dívida de médio ou longo prazo;
- Rendimento variável: instrumentos que proporcionam ganhos variáveis e que devem estar cotados numa bolsa de valores sujeita a regulação e supervisão;

- Imobiliário: categoria de investimentos associado ao mercado imobiliário;
- Investimentos alternativos:
 - Private Equity: categoria de investimento de fundos de capital de risco privado;
 - Infraestruturas: categoria de investimento exclusivamente destinada a fundos com foco no investimento em infraestruturas;
 - Hedge Funds: categoria de investimento em fundos de cobertura;
 - Commodities: investimento em ativos ligados à evolução do valor de mercadorias comuns como por exemplo, metais preciosos ou cereais;
 - Fundos não alocáveis a uma classe única de ativos: incluem-se nesta categorias fundos de fundos e fundos que abarquem várias classes de ativos e para os quais não existe um look through mensal do fundo;
 - Outros instrumentos equivalentes aprovados pela Comissão Executiva.

3. Definição de limites de exposição no quadro da gestão do risco dos ativos

A carteira de investimento de ativos financeiros e imobiliários deverá estabelecer uma equilibrada exposição às diferentes classes de ativos, considerando sempre o binómio de retorno versus risco. Para assegurar uma adequada gestão do risco e uma carteira equilibrada, é essencial a definição de limites máximos de exposição da carteira, bem como dos mecanismos que permitam um controlo e gestão adequados dos níveis de risco e de perdas potenciais. Neste âmbito importa recordar a importância de assegurar o cumprimento com o normativo legal aplicável da ASF.

Como tal, foram definidos limites máximos de exposição para a carteira do Grupo em qualquer ponto do tempo, com base em 5 critérios específicos:

- Classe de ativo;
- Nível de rating;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição.

4. Definição do processo de controlo e gestão de risco

• **Gestão do risco dos ativos** - Estão definidos limites quanto à exposição às diferentes classes de ativos, considerando o binómio risco versus retorno, que permitem uma adequada gestão do risco e uma carteira equilibrada. Encontram-se também estabelecidos, mecanismos que permitem um controlo e gestão dos níveis de risco e de perdas potenciais.

• **Processo de controlo e gestão do risco** - O acompanhamento dos limites de exposição às diferentes classes de ativos é efetuado pela Direcção de Gestão de Risco, através da produção de relatórios de monitorização da atividade. Neste contexto, são identificadas situações de incumprimento efetivo ou de incumprimento potencial. Enquanto as primeiras decorrem da violação do limite fixado, as segundas resultam da aproximação da observação relevante da carteira de ativos ao limite máximo que lhe está definido. Para qualquer das tipologias de incumprimento, está estabelecido o processo de identificação, aprovação e aplicação de medidas corretivas.

• **Mecanismos de controlo de perdas nos ativos** - Encontram-se instituídos mecanismos de controlo das perdas na atividade de investimento do Grupo em resultado de variações de condições de mercado, de forma a desencadear ações tendentes à sua limitação. Neste sentido, quando é atingido o limite de perda, são desencadeados procedimentos semelhantes aos previstos para o incumprimento dos limites de exposição. Foram também determinados limites de perda que restringem o impacto da atividade de investimento no rácio de solvência, medido num ambiente Solvência II. O controlo dos limites de perda é efetuado regularmente pela Direção de Gestão de Risco, de forma a permitir uma reação preventiva a flutuações.

• **Reporte e monitorização da atividade de investimento** - Encontra-se estabelecido um processo de reporte regular para os vários níveis do Grupo envolvidos na atividade de gestão de ativos, de forma a permitir um adequado acompanhamento da atividade de investimento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o destinatário, o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	994.694.474	-	994.694.474	2.088.545.878	-	2.088.545.878
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	649.367.421	-	649.367.421	867.623.316	-	867.623.316
Ativos disponíveis para venda	7.750.825.278	(160.681.702)	7.590.143.576	6.676.266.292	(118.786.119)	6.557.480.173
Empréstimos e contas a receber	1.012.409.654	(1.238.964)	1.011.170.690	688.399.551	(1.438.615)	686.960.936
Outros devedores	230.778.808	(33.863.913)	196.914.895	191.186.344	(33.435.508)	157.750.836
Exposição máxima a risco de crédito	10.638.075.635	(195.784.579)	10.442.291.056	10.512.021.381	(153.660.242)	10.358.361.139

Em 2016 e 2015, o valor líquido contabilístico, dos ativos disponíveis para venda apresentados no mapa inclui títulos de participação com risco de crédito, no valor de 15.915 Euros e 16.675 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica de outros instrumentos (Nota 8).

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(valores em euros)

Classe de ativo	2016			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
AA- até AA+	-	-	7.972.823	7.972.823
A- até A+	2.429.483	518.496.012	205.237.725	726.163.220
BBB- até BBB+	306.963.063	80.251.303	-	387.214.366
BB- até BB+	161.354.078	47.434.547	-	208.788.625
B- até B+	495.950.471	22.048.823	70.986.804	588.986.098
Sem rating	11.528.975	-	18.446.044	29.975.019
	978.226.070	668.230.685	302.643.396	1.949.100.151
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
Sem rating	26.416	819.974	29.230	875.620
	26.416	819.974	29.230	875.620
Total	978.252.486	669.050.659	302.672.626	1.949.975.771

(valores em euros)

Classe de ativo	2015			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
A- até A+	440.505.668	2.787.209	1.489.066	444.781.943
BBB- até BBB+	-	120.731.993	1.432	120.733.425
BB- até BB+	2.011.134.312	51.793.678	21.925.825	2.084.853.815
B- até B+	24.258.534	33.382	39.012.207	63.304.123
Sem rating	2.037.636	4.904.958	34.249.276	41.191.870
	2.477.936.150	180.251.220	96.677.806	2.754.865.176
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
Sem rating	948.511	-	-	948.511
	948.511	-	-	948.511
Total	2.478.884.661	180.251.220	96.677.806	2.755.813.687

Na rubrica "Depósitos em instituições de crédito" estão a ser incluídos outros depósitos que constam da rubrica "Empréstimos e contas a receber" no valor de 954.405.677 Euros e 666.319.298 Euros, em 2016 e 2015, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(valores em euros)

Classe de ativo	2016				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	1.680.353	106.914	-	1.787.267
A- até A+	-	1.221.073	304.438	-	1.525.511
BBB- até BBB+	198.468	1.766.637	506.974	-	2.472.079
BB- até BB+	-	106.531	-	83.955.509	84.062.040
Sem rating	-	66.326.470	-	52.155.838	118.482.308
	198.468	71.101.064	918.326	136.111.347	208.329.205
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3.022.121	-	-	3.022.121
AA- até AA+	-	4.430.571	-	-	4.430.571
BBB- até BBB+	-	5.194.071	-	-	5.194.071
BB- até BB+	340.390.253	-	-	-	340.390.253
	340.390.253	12.646.763	-	-	353.037.016
Instituições Financeiras					
AAA	-	421.112	-	-	421.112
AA- até AA+	-	401.844	-	122.943	524.787
A- até A+	104.694	2.406.087	150.331	57.457	2.718.569
BBB- até BBB+	572.605	866.375	399.258	-	1.838.238
B- até B+	49.920.215	-	-	-	49.920.215
	50.597.514	4.095.418	549.589	180.400	55.422.921
Outros emitentes					
A- até A+	-	31.193.510	-	-	31.193.510
BBB- até BBB+	19.556	-	-	-	19.556
BB- até BB+	1.365.213	-	-	-	1.365.213
	1.384.769	31.193.510	-	-	32.578.279
Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	392.571.004	119.036.755	1.467.915	136.291.747	649.367.421

(valores em euros)

Classe de ativo	2016				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-	-	57.479	-	57.479
AA- até AA+	-	78.760	-	-	78.760
A- até A+	-	27.154.636	17.282.756	11.959.433	56.396.825
BBB- até BBB+	540.033	53.591.473	9.670.137	60.960.826	124.762.469
BB- até BB+	11.007.422	77.080.111	33.669.233	262.293.225	384.049.991
B- até B+	-	41.994.341	81.687.988	15.903.776	139.586.105
CCC- até CCC+	-	74.678.857	58.814.938	13.286.098	146.779.893
CC- até CC+	-	-	-	4.865.122	4.865.122
C	-	19.804	-	-	19.804
D	-	17.312.923	-	8.343.684	25.656.607
Sem rating	147.932.976	95.896.563	17.369.544	490.949.614	752.148.697
	159.480.431	387.807.468	218.552.075	868.561.778	1.634.401.752
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	26.997.493	-	-	26.997.493
AA- até AA+	-	26.043.657	-	-	26.043.657
BBB- até BBB+	-	51.826.528	-	-	51.826.528
BB- até BB+	5.216.917.047	-	-	136.032.610	5.352.949.657
B- até B+	80.059.005	-	-	-	80.059.005
CC- até CC+	-	-	-	469.547	469.547
	5.296.976.052	104.867.678	-	136.502.157	5.538.345.887
Instituições Financeiras					
AAA	-	6.123.603	-	9.386.706	15.510.309
AA- até AA+	-	23.130.497	-	10.654.975	33.785.472
A- até A+	-	87.667.564	10.830.139	-	98.497.703
BBB- até BBB+	51.989	37.803.680	41.668.978	-	79.524.647
BB- até BB+	15.915	20.875.026	-	52.362.986	73.253.927
B- até B+	18.145.848	27.400.743	-	-	45.546.591
CCC- até CCC+	8.940.208	-	-	-	8.940.208
Sem rating	-	-	30.035.950	7.783.752	37.819.702
	27.153.960	203.001.113	82.535.067	80.188.419	392.878.559
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	17.575.216	17.575.216
AA- até AA+	-	139.351	-	-	139.351
A- até A+	-	138.091	-	-	138.091
BBB- até BBB+	1.461.690	265.300	-	-	1.726.990
BB- até BB+	-	-	4.937.730	-	4.937.730
	1.461.690	542.742	4.937.730	17.575.216	24.517.378
Total Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	5.485.072.133	696.219.001	306.024.872	1.102.827.570	7.590.143.576

(valores em euros)

Classe de ativo	2015				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos financeiros registados ao justo valor por ganhos e perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	2.693.958	868.985	-	3.562.943
A- até A+	-	1.499.730	337.539	-	1.837.269
BBB- até BBB+	-	1.335.526	299.999	-	1.635.525
BB- até BB+	-	2.003.138	-	60.416.747	62.419.885
Sem rating	-	15.770.185	-	278.034.438	293.804.623
	-	23.302.537	1.506.523	338.451.185	363.260.245
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	2.502.873	-	-	2.502.873
AA- até AA+	-	4.739.835	-	-	4.739.835
BBB- até BBB+	-	6.042.880	-	-	6.042.880
BB- até BB+	375.369.102	-	-	-	375.369.102
	375.369.102	13.285.588	-	-	388.654.690
Instituições Financeiras					
AAA	-	221.375	-	-	221.375
AA- até AA+	-	604.336	175.233	122.057	901.626
A- até A+	-	2.961.525	199.059	57.623	3.218.207
BBB- até BBB+	2.927.391	9.789.720	572.793	-	13.289.904
B- até B+	52.432.843	7.807.269	-	-	60.240.112
	55.360.234	21.384.225	947.085	179.680	77.871.224
Outros emitentes					
A- até A+	-	36.408.186	-	-	36.408.186
BBB- até BBB+	68.259	-	-	-	68.259
BB- até BB+	1.360.017	-	-	-	1.360.017
Sem rating	-	695	-	-	695
	1.428.276	36.408.881	-	-	37.837.157
Total ativos financeiros registados ao justo valor por ganhos e perdas	432.157.612	94.381.231	2.453.608	338.630.865	867.623.316

(valores em euros)

Classe de ativo	2015				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-	-	58.896	-	58.896
AA- até AA+	-	6.256.243	2.153	-	6.258.396
A- até A+	-	30.429.755	1.337.559	2.928.662	34.695.976
BBB- até BBB+	60.334.451	73.523.369	30.630.403	120.218.644	284.706.867
BB- até BB+	4.833.521	211.229.842	25.992.173	141.492.872	383.548.408
B- até B+	-	72.456.570	35.124.110	85.415.405	192.996.085
Menor que B-	-	23.392.829	8.120.774	23.454.046	54.967.649
Sem rating	148.333.396	89.014.928	-	870.524.939	1.107.873.263
	213.501.368	506.303.536	101.266.068	1.244.034.568	2.065.105.540
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	28.389.259	-	-	28.389.259
AA- até AA+	-	45.658.555	-	-	45.658.555
BBB- até BBB+	-	67.492.964	-	61.634.918	129.127.882
BB- até BB+	3.220.729.915	-	-	43.259.650	3.263.989.565
Sem rating	-	-	-	226.317	226.317
	3.220.729.915	141.540.778	-	105.120.885	3.467.391.578
Instituições Financeiras					
AAA	-	12.568.036	-	11.444.702	24.012.738
AA- até AA+	-	20.870.613	-	11.323.606	32.194.219
A- até A+	-	118.203.961	16.184.312	-	134.388.273
BBB- até BBB+	6.062.100	103.643.301	51.918.355	50.508.917	212.132.673
BB- até BB+	55.303.202	22.657.269	-	37.610.741	115.571.212
B- até B+	392.149.650	61.087.560	-	8.930.663	462.167.873
Menor que B-	8.671.530	-	-	92.769	8.764.299
Sem rating	-	-	-	7.446.547	7.446.547
	462.186.482	339.030.740	68.102.667	127.357.945	996.677.834
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	17.579.420	17.579.420
AA- até AA+	-	66.908	-	-	66.908
A- até A+	-	252.275	-	-	252.275
BBB- até BBB+	10.170.633	-	-	-	10.170.633
BB- até BB+	-	235.985	-	-	235.985
	10.170.633	555.168	-	17.579.420	28.305.221
Total Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	3.906.588.398	987.430.222	169.368.735	1.494.092.818	6.557.480.173

Periodicamente, o Grupo efetua uma análise coletiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como “Ajustamentos de recibos por cobrar” (Nota 41). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016						Perdas por imparidade	Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano			
Ramo vida								
Produtos de capitalização	3.830.757	735.291	158.007	113.918	25.612	(57.199)	4.806.386	
Produtos vida risco	12.298	462.401	501.376	1.152.489	2.854.325	(3.237.598)	1.745.291	
Ramo não vida								
Automóvel	9.390.092	4.783.692	5.431.958	1.994.499	1.709.616	(6.236.708)	17.073.149	
Acidentes de trabalho	3.782.002	2.025.471	2.227.543	1.085.211	484.502	(2.442.167)	7.162.562	
Doença	8.456.525	8.781.077	3.732.534	2.581.267	714.770	(2.156.277)	22.109.896	
Incêndio e outros danos	10.925.020	4.263.607	1.000.234	962.510	668.516	(1.686.686)	16.133.201	
Transportes	852.589	193.412	172.438	99.207	130.787	(263.446)	1.184.987	
Responsabilidade civil	1.524.885	432.343	185.614	53.489	63.629	(322.681)	1.937.279	
Outros (inclui Acidentes pessoais)	4.218.576	5.810.973	1.324.307	569.981	558.825	(706.737)	11.775.925	
	42.992.744	27.488.267	14.734.011	8.612.571	7.210.582	(17.109.499)	83.928.676	

(valores em euros)

	2015						Perdas por imparidade	Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano			
Ramo vida								
Produtos de capitalização	5.315.128	355.132	288.698	264.799	30.885	(94.815)	6.159.827	
Produtos vida risco	408.453	906.204	741.106	1.006.613	1.943.566	(2.128.218)	2.877.724	
Ramo não vida								
Automóvel	9.597.110	11.493.613	1.462.289	781.069	766.026	(5.041.856)	19.058.251	
Acidentes de trabalho	2.104.390	4.541.166	399.986	2.031.277	1.086.466	(1.875.469)	8.287.816	
Doença	2.314.690	6.740.144	562.360	241.458	190.186	(1.348.052)	8.700.786	
Incêndio e outros danos	6.250.360	4.025.036	1.232.901	2.640.739	583.575	(1.980.885)	12.751.726	
Transportes	785.409	421.240	95.456	138.503	222.130	(435.456)	1.227.282	
Responsabilidade civil	828.108	634.389	383.497	363.774	94.742	(511.398)	1.793.112	
Outros (inclui Acidentes pessoais)	2.860.746	2.377.208	595.943	932.918	671.330	(904.208)	6.533.937	
	30.464.394	31.494.132	5.762.236	8.401.150	5.588.906	(14.320.357)	67.390.461	

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	998.421.773	-	-	-	-	-	-	-	-	998.421.773
Investimentos em associadas										
e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	117.006.817	117.006.817
Ativos financeiros detidos										
para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	7.770.368	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor										
através de ganhos e perdas	1.384.972	2.337.973	102.330.176	287.227.133	241.767.747	6.206.546	69.759.937	1.220.395	17.243.623	729.478.502
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	22.768.708	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	352.954.955	334.402.427	425.612.280	1.106.073.359	1.500.675.767	1.636.215.182	3.544.312.904	143.360.426	1.641.001.085	10.684.608.385
Empréstimos e contas a receber	238.571.148	543.844.075	54.367.003	91.109.592	68.193.848	23.077.761	1.848.064	168.679	30.100	1.021.210.270
Outros devedores	196.914.895	-	-	-	-	-	-	-	-	196.914.895
	1.788.247.743	880.584.475	582.309.459	1.484.410.084	1.810.637.362	1.665.499.489	3.615.920.905	144.749.500	1.805.820.701	13.778.179.718
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	40.214.577	16.550.164	22.990.288	98.152.490	292.708.367	279.575.920	292.957.743	299.375.626	-	1.342.525.175
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como										
contratos de investimento	113.606.065	276.221.337	186.111.430	886.928.427	2.633.721.193	2.344.235.626	1.906.575.498	731.039.535	4.884.887	9.083.323.998
Passivos financeiros										
detidos para negociação	-	761.600	(7.350)	771.155	3.050.810	3.050.810	4.410	-	7.908.243	15.539.678
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	13.469.282	13.469.282
Outros passivos financeiros	2.887.667	969.307	31.137.561	4.594.211	44.433.040	336.838.208	193.158.925	2.466.749	-	616.485.668
Depósitos recebidos										
de resseguradores	49.553	99.106	148.659	47.868.072	-	-	-	-	-	48.165.390
Outros credores	130.823.739	-	-	-	-	-	-	-	-	130.823.739
	287.581.601	294.601.514	240.380.588	1.038.314.355	2.973.913.410	2.963.700.564	2.392.696.576	1.032.881.910	26.262.412	11.250.332.930

(valores em euros)

	2015									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.092.255.173	-	-	-	-	-	-	-	-	2.092.255.173
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	70.101.641	70.101.641
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	957.920	957.920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	464.479	22.789.216	13.790.540	171.288.653	586.434.339	94.219.635	8.584.790	1.283.576	20.928.076	919.783.304
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	1.285.939	1.285.939
Ativos disponíveis para venda	94.742.225	521.208.834	304.788.607	1.113.666.718	1.352.677.575	874.084.564	3.627.799.004	143.597.534	2.102.066.280	10.134.631.341
Empréstimos e contas a receber	4.702.023	525.200.048	18.935.696	30.909.829	139.530.978	2.037.577	2.334.409	182.348	1.522.865	725.355.773
Outros devedores	157.750.836	-	-	-	-	-	-	-	-	157.750.836
	2.349.914.736	1.069.198.098	337.514.843	1.315.865.200	2.078.642.892	970.341.776	3.638.718.203	145.063.458	2.196.862.721	14.102.121.927
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	18.906.447	18.131.552	29.194.259	114.815.915	313.858.262	272.610.603	296.527.095	262.947.204	24.447.238	1.351.438.575
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	202.567.306	316.818.662	381.412.507	726.684.822	2.639.287.973	1.954.294.091	1.968.549.843	470.787.709	4.040.053	8.664.442.966
Passivos financeiros detidos para negociação	-	715.400	(7.016)	725.289	2.867.346	2.867.346	1.439.419	-	10.822.796	19.430.580
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	4.406.362	4.406.362
Outros passivos financeiros	1.494.658	747.791	35.121.701	11.417.852	52.588.848	248.718.363	34.781.310	-	-	384.870.523
Depósitos recebidos de resseguradores	39.270	78.540	117.810	37.934.918	-	-	-	-	-	38.170.538
Outros credores	134.150.522	-	-	-	-	-	-	-	-	134.150.522
	357.158.203	336.491.945	445.839.261	891.578.796	3.008.602.429	2.478.490.403	2.301.297.667	733.734.913	43.716.449	10.596.910.066

Os valores apresentados nos quadros acima, não são comparáveis com os saldos contabilísticos uma vez que se tratam de fluxos de caixa projetados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos na maturidade "Até 1 mês";
- O valor de "Empréstimos e contas a receber", classificado com maturidade "Indeterminado", diz respeito a operações com empresas do Grupo, sem prazo de reembolso definido e taxa de juro definida, assim como a depósitos de materiais preciosos;
- Os valores que constam das rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade "Até 1 mês";
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade "Indeterminado";
- Nos instrumentos de dívida foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade;
- Os montantes registados na rubrica "Depósitos recebidos de resseguradores" correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os "Derivados de Cobertura" foram classificados com maturidade "Indeterminado", por se tratarem de contratos de futuros cambiais;
- Para o cálculo dos cash-flows previsionais dos "Passivos financeiros detidos para negociação" foram consideradas as datas de maturidade dos contratos;
- No apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:
 - A mortalidade foi determinada de acordo com o histórico dos últimos cinco anos do Grupo;
 - A estimação das saídas futuras por resgate dos contratos de capitalização assentou num modelo linear generalizado com quatro fatores: tipo de produto, duração inicial do contrato e diferença entre a taxa de juro de mercado, companhia de origem e taxa técnica;
 - Os rendimentos esperados foram determinados com base nas taxas da curva de taxa de juro, na duração do passivo e nas mais/menos-valias potenciais;
 - Os custos esperados foram estimados com base nos valores contabilizados em 2015.

Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(valores em euros)

	2016			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	994.694.474	3.727.299	998.421.773
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	117.006.817	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	7.770.368	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial				
ao justo valor através de ganhos e perdas	565.642.167	83.725.254	17.243.623	666.611.044
Derivados de cobertura	-	-	22.768.708	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	7.383.430.222	206.706.850	1.641.001.085	9.231.138.157
Empréstimos e contas a receber	-	1.011.140.590	30.100	1.011.170.690
Outros devedores	-	-	196.914.895	196.914.895
	7.949.072.389	2.296.267.168	2.006.462.895	12.251.802.452
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1.404.634.800	-	1.404.634.800
Passivos financeiros da componente de depósito				
de contratos de seguros e de contratos de seguro				
e operações considerados para efeitos contabilísticos				
como contratos de investimento	7.780.213.141	512.977.194	-	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	119.643	7.044.752	7.908.244	15.072.639
Derivados de cobertura	-	-	13.469.282	13.469.282
Depósitos recebidos de resseguradores	-	47.570.755	-	47.570.755
Outros passivos financeiros	-	591.180.436	-	591.180.436
Outros credores	-	-	130.823.739	130.823.739
	7.780.332.784	2.563.407.937	152.201.265	10.495.941.986

(valores em euros)

	2015			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	2.088.545.878	3.709.295	2.092.255.173
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	70.101.641	70.101.641
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	957.920	957.920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial				
ao justo valor através de ganhos e perdas	767.747.193	99.876.123	20.928.076	888.551.392
Derivados de cobertura	-	-	1.285.939	1.285.939
Ativos disponíveis para venda	6.243.501.039	313.749.692	2.102.066.280	8.659.317.011
Empréstimos e contas a receber	-	686.357.468	603.468	686.960.936
Outros devedores	-	-	157.750.836	157.750.836
	7.011.248.232	3.188.529.161	2.357.403.455	12.557.180.848
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1.397.217.639	-	1.397.217.639
Passivos financeiros da componente de depósito				
de contratos de seguros e de contratos de seguro				
e operações considerados para efeitos contabilísticos				
como contratos de investimento	7.502.593.805	573.049.425	-	8.075.643.230
Passivos financeiros detidos para negociação	134.708	7.491.280	10.822.796	18.448.784
Derivados de cobertura	250.706	-	4.155.656	4.406.362
Depósitos recebidos de resseguradores	-	37.699.297	-	37.699.297
Outros passivos financeiros	-	355.920.340	-	355.920.340
Outros credores	-	-	134.150.522	134.150.522
	7.502.979.219	2.371.377.981	149.128.974	10.023.486.174

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa juro, a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 basis points (bp's), respetivamente, corresponde a:

(valores em euros)

	2016					
	Varição +200bp's	Varição +100bp's	Varição +50bp's	Varição -50bp's	Varição -100bp's	Varição -200bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	(9.005.658)	(4.583.524)	(2.312.446)	2.354.876	4.753.281	9.685.245
Ativos disponíveis para venda	(581.921.824)	(301.670.319)	(153.645.878)	159.556.743	325.334.015	676.902.226
Empréstimos e contas a receber	(2.727.470)	(1.374.565)	(690.032)	695.616	1.396.906	2.816.866
	(593.654.952)	(307.628.408)	(156.648.356)	162.607.235	331.484.202	689.404.337
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	(3.884)	(1.970)	(992)	1.007	2.030	4.125
	(3.884)	(1.970)	(992)	1.007	2.030	4.125

(valores em euros)

	2015					
	Varição +200bp's	Varição +100bp's	Varição +50bp's	Varição -50bp's	Varição -100bp's	Varição -200bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	(24.193.455)	(12.381.495)	(6.264.063)	6.415.130	12.985.929	26.613.767
Ativos disponíveis para venda	(601.180.527)	(313.122.230)	(159.863.109)	166.834.659	341.034.710	713.253.191
Empréstimos e contas a receber	(2.907.635)	(1.469.800)	(738.974)	747.285	1.503.051	3.040.711
	(628.281.617)	(326.973.525)	(166.866.146)	173.997.074	355.523.690	742.907.669
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	(4.108)	(2.090)	(1.054)	1.074	2.167	4.418
	(4.108)	(2.090)	(1.054)	1.074	2.167	4.418

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os cash-flows futuros atualizados considerando a respetiva YTM, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 bp's, nas respetivas yields.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(valores em euros)

	2016				
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	582.875.369	97.360.517	45.935.474	272.250.413	998.421.773
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1.249.434	115.757.383	-	-	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	-	7.770.368	-	-	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	484.410.911	177.964.590	3.970.887	264.656	666.611.044
Derivados de cobertura	17.042.313	5.463.366	-	263.029	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	6.922.636.380	1.515.261.015	609.532.075	183.708.687	9.231.138.157
Empréstimos e contas a receber	784.708.173	108.618.341	22.366.313	95.477.863	1.011.170.690
Outros devedores	153.297.454	27.547.478	24.311	19.365.249	200.234.492
	8.946.220.034	2.050.279.692	681.829.060	571.329.897	12.255.122.049
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	1.400.822.448	-	-	3.812.352	1.404.634.800
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros					
e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos					
como contratos de investimento	8.293.190.335	-	-	-	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	7.164.396	7.908.243	-	-	15.072.639
Derivados de cobertura	4.731.581	6.931.648	-	1.806.053	13.469.282
Depósitos recebidos de resseguradores	44.817.897	1.007.941	-	1.744.917	47.570.755
Outros passivos financeiros	271.200.450	-	-	319.979.986	591.180.436
Outros credores	92.387.779	3.867.328	2.664.181	35.224.048	134.143.336
	10.114.314.886	19.715.160	2.664.181	362.567.356	10.499.261.583

(valores em euros)

	2015				Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.737.038.702	195.448.927	83.852.789	75.914.755	2.092.255.173
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1.942.120	68.159.521	-	-	70.101.641
Ativos financeiros detidos para negociação	-	957.920	-	-	957.920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	533.937.744	350.910.816	3.320.494	382.338	888.551.392
Derivados de cobertura	-	1.285.939	-	-	1.285.939
Ativos disponíveis para venda	6.088.301.671	1.693.980.436	627.249.387	249.785.517	8.659.317.011
Empréstimos e contas a receber	467.377.078	66.826.479	12.251.939	140.505.440	686.960.936
Outros devedores	115.228.413	37.361.026	22.780	13.631.804	166.244.023
	8.943.825.728	2.414.931.064	726.697.389	480.219.854	12.565.674.035
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	1.394.623.905	-	-	2.593.734	1.397.217.639
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	8.075.643.230	-	-	-	8.075.643.230
Passivos financeiros detidos para negociação	7.625.988	10.822.796	-	-	18.448.784
Derivados de cobertura	250.706	4.155.656	-	-	4.406.362
Depósitos recebidos de resseguradores	33.979.523	1.769.136	-	1.950.638	37.699.297
Outros passivos financeiros	242.158.942	-	-	113.761.398	355.920.340
Outros credores	94.099.203	14.313.797	2.533.205	31.697.503	142.643.708
	9.848.381.497	31.061.385	2.533.205	150.003.273	10.031.979.360

As rubricas "Outros devedores" e "Outros credores" têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por moeda originar um desdobramento de saldos diferentes.

48. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

48.1. Subscrição de riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em dois níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo nível, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados standard;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro nível corresponde às Direções Técnicas, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções Técnicas estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções Técnicas, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarifação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de Underwriting dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções Técnicas têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado, identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções Técnicas, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

48.2. Gestão técnica

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cúmulo de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica.

Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

48.3. Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidade de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos produtos sob gestão.

Nos casos específicos do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e as suas causas, quer de uma perspetiva comercial, quer de uma perspetiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

Seleção e saneamento de carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/ responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção do Grupo. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

Comportamento da carteira não vida - seguro direto

Seguro Direto

(valores em euros)

	2016			2015		
	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.
Acidentes	177.009.518	1,15	1,14	157.544.162	1,35	1,34
Doença	235.163.325	0,88	0,87	204.581.671	0,93	0,92
Incêndio e Outros Danos	232.500.910	0,88	0,87	224.880.622	0,76	0,74
Automóvel	364.502.656	1,01	1,00	342.372.648	0,99	0,97
Marítimo	4.215.745	0,32	0,31	3.601.197	0,58	0,57
Aéreo	6.086.809	-0,19	-0,21	7.380.193	-0,01	-0,02
Mercadorias transportadas	7.079.288	0,45	0,43	6.761.309	0,57	0,55
Responsabilidade Civil Geral	32.496.223	0,57	0,56	31.209.992	0,55	0,53
Outros ramos (Crédito e Cauções + Diversos)	66.525.720	0,76	0,76	57.392.626	0,68	0,67

Nota: Rácios relativos aos anos de ocorrência de 2016 e 2015.

Nos últimos 12 meses registaram-se algumas variações no rácio de sinistros e despesas após investimentos. Os grupos de ramos Marítimo, Mercadorias Transportadas, Acidentes e Doença registaram um desagravamento do rácio em 46,3%, 21,3%, 14,5% e 5,7% respetivamente.

Nos grupos de ramos Aéreo, Incêndio e Outros Danos, Outros Ramos, Responsabilidade Civil e Automóvel a tendência é no sentido do agravamento do rácio.

Da análise do quadro anterior, constata-se que nos últimos 12 meses os prémios dos ramos Acidentes não foram suficientes para compensar as responsabilidades.

Na Fidelidade os resultados técnicos não-vida antes de impostos, em dezembro de 2016, foram positivos em aproximadamente 49 Milhões de Euros.

Suficiência dos prémios e constituição de provisão para riscos em curso

Seguro direto

Na Fidelidade os prémios de seguro direto não-vida, para o ramo Acidentes, revelaram-se insuficientes para fazer face às responsabilidades associadas aos sinistros, aos custos de exploração e aos investimentos. Seria necessário uma redução de 12,5% nos custos, para eliminar a insuficiência de prémios registada nestes ramos. Esta insuficiência deve-se ao ramo Acidentes de Trabalho.

Para os restantes grupos de ramos os prémios adquiridos de seguro direto foram suficientes para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Nos ramos não-vida, nos últimos 12 meses, o resultado operacional de seguro direto foi globalmente suficiente para satisfazer as responsabilidades associadas à sua exploração.

Líquido de resseguro

À exceção dos ramos Aéreo e Marítimo e Transportes os prémios líquidos de resseguro da seguradora revelaram-se, na anuidade de 2016, insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração da generalidade dos ramos.

Consequentemente foi constituída provisão para riscos em curso, de acordo com os normativos em vigor, a qual apresenta uma diminuição face à provisão constituída no período homólogo de 2015.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão é calculada de acordo com os normativos em vigor, sendo efetuados testes por forma a determinar a adequação do nível do provisionamento.

Provisão para desvios de sinistralidade

O cálculo da provisão para desvios de sinistralidade encontra-se definido em normativos da ASF que são aplicados, quer no que concerne aos algoritmos, quer no que respeita aos ramos a considerar. Os critérios enunciados são seguidos pela Seguradora.

Provisão para sinistros

As provisões para sinistros são calculadas de acordo com a descrição constante nas políticas contabilísticas.

Ao longo do ano é efetuado o acompanhamento atuarial dos níveis de provisões constituídas, sendo utilizadas, metodologias estatísticas adequadas à natureza dos riscos usados, nomeadamente a estimação por métodos estocásticos dos cash-flows futuros associados às responsabilidades assumidas.

Concentração e mitigação dos riscos

Na Fidelidade, os ramos Acidentes, Doença, Incêndio e Outros Danos e Automóvel representam aproximadamente 89,7% dos Prémios Brutos Adquiridos e 95,6% dos custos com sinistros.

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, a seguradora possui regras de subscrição e de aceitação que procuram efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos não vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

A tabela seguinte apresenta o rating dos principais resseguradores que foi atualizado no final de dezembro de 2016.

Distribuição dos Resseguradores por Rating

Rating	% Resseguradores	
	2016	2015
A -	14,3%	11,1%
A	25,0%	33,3%
A +	25,0%	27,8%
AA -	25,0%	19,4%
AA	3,6%	2,8%
AA+	3,6%	2,8%
Sem Rating	3,6%	2,8%

Existe um tratado específico do tipo Excess of Loss para garantia de riscos catastróficos, com uma retenção de 100.000.000 Euros e capacidade de 420.000.000 Euros.

Na Fidelidade 60,23% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I, a mais gravosa em termos de risco sísmico. Os capitais seguros retidos considerados nesta análise foram obtidos por aproximação.

Comparação dos sinistros estimados e efetivos

Na Fidelidade, a provisão para sinistros em 31 de dezembro de 2015 ascendia a 1.548 Milhões de Euros. Durante o exercício de 2016, para sinistros ocorridos em 2015 e anos anteriores, foram pagos 310.485.264 Euros.

Em dezembro de 2016 resultaria do consumo natural, um provisionamento de 1.238.208.222 Euros. No entanto assistiu-se a um reajustamento negativo superior a 38 Milhões de Euros, sendo a provisão, no final em dezembro de 2015, no valor de 1.200.035.019 Euros.

Com exceção dos ramos Acidentes e Doença e Diversos ocorreram reajustes negativos em todos os outros ramos. O mais significativo, em termos absolutos, foi o efetuado em Automóvel que ultrapassou os 40 Milhões de Euros.

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

(valores em euros)

Rubricas	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2015 (1)	Montantes Pagos no Exercício* (2)	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2016* (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Acidentes e Doença	853.657.761	135.360.428	729.215.228	10.917.895
Incêndio e Outros Danos	104.331.630	42.703.351	53.169.902	(8.458.377)
Automóvel	461.484.693	111.023.493	310.289.660	(40.171.540)
Marítimo e Transportes	3.774.810	430.809	3.141.969	(202.032)
Aéreo	2.828.990	313.889	1.037.633	(1.477.468)
Mercadorias transportadas	5.703.382	1.316.836	2.935.644	(1.450.902)
Responsabilidade Civil Geral	108.073.081	8.539.103	93.006.601	(6.527.377)
Crédito e Cauções	584.138	91.594	492.365	(179)
Proteção Jurídica	23.863	401	1.479	(21.983)
Assistência	102.821	1.605	6.715	(94.501)
Diversos	8.128.317	10.703.755	6.737.823	9.313.261
Total	1.548.693.486	310.485.264	1.200.035.019	(38.173.203)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Riscos de Seguros

A Seguradora subscreve contratos de todos os ramos não vida, nos quais os riscos mais significativos derivam de:

- Alterações da longevidade dos pensionistas do ramo Acidentes de Trabalho e das taxas de rendimento associadas aos ativos afetos às respetivas provisões matemáticas;
- Alterações climáticas e catástrofes naturais;
- Risco de inflação, nos ramos que demoram mais tempo até estarem integralmente regularizados;
- Nos seguros de doença, os riscos mais significativos decorrem de alterações do estilo de vida e desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

A exposição a estes riscos é mitigada através da diversificação obtida dada a dimensão da carteira de apólices da seguradora e da abrangência de riscos subscritos em todos os ramos não vida. A variabilidade dos riscos é melhorada através da seleção dos riscos subscritos e da implementação de estratégias e políticas de subscrição que são definidas por forma a assegurar que os riscos são diversificados em termos de tipologia de risco e nível de garantias contratadas.

Adicionalmente, estão definidas políticas de revisão de sinistros e procedimentos de gestão dos mesmos. Estas políticas são regularmente verificadas garantindo-se que refletem as práticas em curso e que fundamentam o controlo efetuado.

Os sinistros em gestão são periodicamente revistos, sendo investigados todos os que se suspeite serem fraudulentos. A seguradora efetua uma gestão ativa e tempestiva dos sinistros, por forma a reduzir a sua exposição a desenvolvimentos imprevistos que podem impactar negativamente nas suas responsabilidades.

Nas prestações com caráter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho é avaliada regularmente a tábua de mortalidade aplicada, por forma a refletir a longevidade real dos beneficiários destas garantias.

A Seguradora também limita a exposição ao risco quer impondo montantes máximos de valores indemnizáveis na generalidade dos contratos quer utilizando programas de resseguro que limitam a exposição nomeadamente a eventos catastróficos.

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção do Grupo. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

A avaliação da exposição, nomeadamente ao risco sísmico, é estudada pelos resseguradores da seguradora, sendo as respetivas conclusões consideradas aquando da aquisição e renovação dos tratados de resseguro.

Pressupostos de Avaliação do Risco

Ramos não vida, exceto anuidades

O principal pressuposto assumido na estimação das responsabilidades da seguradora é que o desenvolvimento futuro dos sinistros e indemnizações seguirá um padrão similar à experiência passada conhecida para essas variáveis. Estes pressupostos incluem hipóteses relativamente a custos médios dos sinistros, custos de gestão dos sinistros, fatores de inflação e número de sinistros em cada um dos anos de ocorrência.

Adicionalmente, são usados juízos qualitativos para avaliar a adequação das tendências passadas e se se podem ou não aplicar ao futuro, como por exemplo:

- Alteração nos fatores de mercado tal como a atitude dos clientes relativamente à ação de participar sinistros;
- Condições económicas;
- Fatores internos como a composição da carteira de apólices, garantias da apólices, e procedimentos e maior ou menor rapidez na gestão de sinistros;
- Fatores externos nomeadamente alterações legislativas, regulamentares e decisões judiciais e regulamentação ou legislação relevante que possam afetar a estimativa dos custos.

Anuidades e assistência vitalícia do ramo Acidentes de Trabalho

Nas responsabilidades com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho, são assumidos pressupostos relativamente à longevidade dos beneficiários destas prestações, taxas de desconto e encargos de gestão das mesmas.

O quadro seguinte demonstra o impacto nas responsabilidades da seguradora de alterações razoavelmente possíveis nos pressupostos indicados, mantendo todos os restantes constantes.

Pressuposto	Fator	Incremento das Responsabilidade
Longevidade	+ 20%	5,20%
Despesa	+ 10%	0,80%
Revisão	4%	2,10%
Taxa de Juro	-1%	12,08%

48.4. Políticas de resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e valores dos riscos a segurar, distinguindo-se entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multirrisco Habitação), e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes ramos de Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e riscos Diversos.

O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

O Grupo tem pautado a sua política de Resseguro pela existência de Tratados de Resseguro Proporcional e Resseguro Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro que se revelam necessárias para obtenção de proteção de Resseguro adequada aos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Anexos, Engenharia e Aviação, o Grupo opera com Tratados Proporcionais.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira do Grupo, suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

No que se refere aos ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Responsabilidade Civil, os riscos são protegidos por um tratado de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira bem como à capacidade financeira do Grupo. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotizações encontradas em consequência dos diferentes níveis que a mesma pode ter.

Os "Cúmulos de Risco" das Retenções encontram-se protegidos por Tratados de Excesso de Perdas adequados a cada situação.

As acumulações resultantes da "Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza", de carácter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira do Grupo.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais do Grupo e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário conservador dum período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

Os critérios de seleção de Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços e a constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no Mercado Internacional, nomeadamente as divulgadas pelas Agências de Rating, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos Resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores, a análise de rating atribuído, a cada Ressegurador, pela Agência de Rating S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O rating mínimo exigido a um Ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de "A-".

48.5. Ramo vida

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade do Grupo.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

(Percentagem dos Rendimentos - Rendimentos Técnicos - Encargos de Gestão - Eventual Saldo Negativo do exercício anterior) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os cash inflows e outflows, esperados para os próximos três anos (PR - Participação nos resultados).

(valores em euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2017	153.454.465	112.097.998	0	14.906.603	20.340.612	183.003.475
2018	125.996.491	93.416.508	0	14.082.327	18.117.145	148.594.511
2019	117.168.474	86.157.865	0	13.269.645	16.147.734	161.021.051

Os quadros seguintes apresentam a alteração destes cash inflows e outflows, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

(valores em euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2017	149.834.305	109.774.572	0	14.906.603	19.823.380	232.113.377
2018	116.350.417	87.306.965	0	14.082.327	16.750.376	182.733.543
2019	102.411.776	76.907.012	0	13.269.645	14.165.737	179.155.331

49. Gestão de Capital

Os objetivos de gestão de capital no Grupo obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que o Grupo está obrigado pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pela ASF;
- Gerar uma rentabilidade adequada para o Grupo, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Grupo está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, o Grupo efetua um planeamento das suas necessidades de capital, a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao auto financiamento.

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

Pilar I - Requisitos quantitativos

O regime de Solvência II definiu, por um lado critérios para determinar os fundos próprios elegíveis para efeitos de requisitos de capital através da avaliação económica do ativo e do passivo do Grupo. Por outro lado, define dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital Mínimo (MCR) e o Requisito de Capital de Solvência (SCR). O MCR estabelece o nível máximo de alerta, correspondendo ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades do Grupo. O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que o Grupo pode estar exposto, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis, em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que o Grupo pode estar exposto.

Nos termos do previsto no RJASR, caso o Grupo verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporariamente, informa de imediato a ASF. No caso de incumprimento do SCR, deve submeter, a esta Autoridade, um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomar as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do seu perfil de risco. No caso de incumprimento do MCR ou da verificação do risco de incumprimentos, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou com vista à redução do seu perfil de risco.

Pilar II - Requisitos qualitativos e supervisão

O regime de Solvência II definiu requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes e de sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, incluindo sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente o Grupo, o fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos, anualmente da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, o Grupo deve efetuar uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os seus objetivos de negócio tendo em conta o seu perfil de risco, bem como sobre a adequação do capital regulatório e efetuar a análise de solvência perante cenários de stresse. O relatório decorrente deve ser remetido para o supervisor.

Pilar III - Reporte prudencial e divulgações públicas

O pilar III estabelece novas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor. Neste âmbito, o Grupo reporta à ASF a informação de abertura de Solvência II (1 de janeiro de 2016) e reportes trimestrais. Adicionalmente, passará a ser publicado anualmente, no segundo trimestre, o "Relatório sobre a solvência e a situação financeira" do Grupo, o qual deverá ser certificado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável do Grupo.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no "Relatório sobre a solvência e situação financeira", importa referir que o Grupo evidencia o cumprimento dos requisitos de capital considerando os dados preliminares reportados à ASF, trimestralmente, e a informação disponível nesta data.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais e prudenciais a que se encontra sujeito, o Grupo dispõe de diversos órgãos que desempenham funções chave em matéria de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- a. Direção de Gestão de Risco (DGR);
- b. Gabinete de Compliance (GC);
- c. Direção de Auditoria (DAU);
- d. Comité de Risco;
- e. Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição;
- f. Comité de Produtos (Vida e Não Vida).

Direção de Gestão de Risco

A DGR é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva das Companhias de Seguros do Grupo. A sua missão assenta na definição, implementação e manutenção de um sistema de gestão de riscos que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, incluindo os riscos não considerados no requisito de capital de solvência, permitindo à Comissão Executiva e às várias Direções envolvidas incorporar este conhecimento na sua tomada de decisão.

A DGR tem como principais funções:

- a. Assegurar e controlar a adequacidade da informação de suporte à tomada de decisões;
- b. Gerir os Sistemas de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- Avaliar e monitorizar a situação de solvência, corrente e prospetiva, bem como os instrumentos de mitigação de risco;
 - Monitorizar o cumprimento do grau de liquidez e de cobertura dos pagamentos estimados pelos recebimentos estimados, face ao definido;
 - Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de mercado e de crédito de contraparte, os riscos de subscrição e de crédito dos respetivos instrumentos de mitigação;
 - Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de natureza operacional incorridos, identificando e caracterizando adicionalmente os dispositivos de controlo existentes;
 - Elaborar, propor e rever as Políticas de Provisionamento e de Gestão de Ativo-Passivo, bem como a Política de Gestão de Capital, incluindo o Plano de Gestão de Capital de médio prazo e os respetivos Planos de Contingência;
 - Colaborar na elaboração e revisão das Políticas de Investimento e de Liquidez, assim como das Políticas de Subscrição e de Resseguro.
- c. Proceder à avaliação atuarial das carteiras Vida e Não Vida.

Gabinete de Compliance

O GC é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva, cuja principal missão é a de contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura diretiva e os colaboradores, cumpram a legislação, as regras, os códigos e os normativos em vigor, externos e internos, por forma a evitar situações que prejudiquem a imagem da Companhia e a sua reputação no mercado, bem como eventuais prejuízos de ordem financeira.

O GC tem como principais funções:

a. Prevenção de branqueamento de capitais

Assegurar a coordenação da prevenção e a deteção de atividades de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo, garantindo a execução e procedimentos internos nesta matéria.

b. Compliance

Assegurar a gestão da função de compliance, com vista ao cumprimento da legislação e demais regulamentação, assim como de políticas e de procedimentos internos, visando prevenir sanções de carácter legal ou regulamentar e prejuízos financeiros ou de ordem reputacional.

Direção de Auditoria

A DAA é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva da Companhia. A sua missão passa por garantir a avaliação e monitorização dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e da legislação em vigor. Tem, assim, como finalidade geral, contribuir para a criação de valor e melhoria de circuitos e procedimentos, visando o aumento de eficácia e eficiência das operações, salvaguarda dos ativos, confiança no relato financeiro e compliance legal e regulamentar.

Enquanto função chave na gestão de riscos e controlo interno, a DAA desempenha as seguintes funções:

- a. Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno;
- b. Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- c. Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade;
- d. Elaborar e apresentar à Comissão Executiva e aos Órgãos de Fiscalização um relatório, de periodicidade pelo menos anual, sobre Questões de Auditoria, com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria e que identifique as recomendações que foram seguidas.

Comité de Risco

Cabe ao Comité de Risco, pronunciar-se sobre assuntos de Gestão de Risco e de Controlo Interno que lhe sejam submetidos pela Comissão Executiva, apoiando-o na definição da estratégia de risco a ser seguida pelas Companhias. Neste contexto, o Comité de Risco propõe à Comissão Executiva políticas de risco e objetivos globais a serem considerados na Gestão de Risco e no Controlo Interno das Companhias de Seguros do Grupo.

Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição

O Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição tem como principais funções a aceitação de riscos que ultrapassem as competências das Direções Técnicas, o acompanhamento de processos de cotação que careçam da sua intervenção e a análise de índices de competitividade e rentabilidade de diversos ramos e segmentos.

Comités de Produtos, Vida e Não Vida

Os Comités de Produtos têm como principal missão a coordenação do lançamento de produtos de todas as empresas do Grupo, garantindo que a oferta seja coerente com a estratégia multicanal e de criação de valor, assegurando o alinhamento da nova oferta e a oferta existente com o planeamento estratégico e o apetite ao risco do Grupo definido pela Comissão Executiva.

Desta forma, as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do novo regime Solvência II, bem como as atividades, ainda em curso, destinadas à sua consolidação, colocam o Grupo num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

50. Concessões de serviços públicos

Principais riscos identificados são de ordem operacional e financeira

A Luz Saúde gere o Hospital Beatriz Ângelo através da SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A. ("SGHL"), sua subsidiária, ao abrigo de um contrato de Parceria Público-Privada com o Estado Português ("Contrato de PPP"). A HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A., na qual a Sociedade detém uma participação de 10%, é também parte do Contrato de PPP e é responsável pela construção (agora completa) e gestão do edifício do Hospital Beatriz Ângelo e das respetivas instalações.

Nos termos do Contrato de PPP, a SGHL está obrigada a prestar cuidados de saúde no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, através do Hospital Beatriz Ângelo, pelo período de 10 anos, contados a partir da entrada em funcionamento do Hospital Beatriz Ângelo (a 19 de janeiro de 2012). O período de duração do Contrato de PPP pode ainda ser renovado por mútuo acordo por períodos sucessivos, sendo que cada período não pode ultrapassar 10 anos. Sem prejuízo, a duração total do Contrato de PPP, incluindo o período inicial e quaisquer períodos adicionais, não pode exceder 30 anos contados da data de produção de efeitos do Contrato de PPP (i.e., a partir de 31 de dezembro de 2009).

No que diz respeito à gestão do Hospital, o Contrato de PPP regula as relações entre o Estado e a SGHL, define os preços e as formas de pagamento, os parâmetros de qualidade, deveres de comunicação e informação, níveis de cumprimento (clínicos e não clínicos), as regras de funcionamento do hospital (por exemplo, recursos humanos) e outras obrigações e responsabilidades de cada parte e sanções em caso de não-cumprimento das obrigações contratuais.

Para além disso, o Contrato de PPP estabelece que os volumes anuais de tratamento de pacientes do Hospital Beatriz Ângelo (definidos por referência a consultas médicas, atendimentos de emergência e serviços de internamento e de ambulatório cirúrgicos e não cirúrgicos) são acordados através de um processo de negociação anual entre o Ministério da Saúde e a administração do hospital, com base em informação histórica respeitante à procura por serviços de saúde públicos pela população da área de influência do Hospital. No entanto, de notar que o referido nível de produção é definido com base em dados históricos relacionados com os níveis de procura por serviços públicos de saúde por parte da população que vive na área de captação do Hospital.

Por outro lado, os preços a praticar pelo Hospital ao Serviço Nacional de Saúde estão contratualmente acordados e são ajustados de forma anual pelo crescimento verificado ao nível da inflação.

O Contrato de PPP prevê ainda que no início de cada mês o Estado tenha que pagar 90% de 1/12 do valor anual de produção contratada (independentemente do valor real de produção verificado), sendo que o valor de acerto (que pode incluir os 10% remanescentes mais alguma eventual produção adicional realizada acima do valor contratado, já que existem áreas em que é permitido ultrapassar o limite definido de produção, tais como os atendimentos de emergência e os episódios de internamento) é liquidado no decurso do exercício seguinte.

51. Fundos de Pensões Geridos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Sucursal de Macau, da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., tem sob gestão efetiva sete fundos de pensões. Nestes períodos, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos:

	2016						
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities
Valores expressos em Patacas							
Caixa e depósitos	24.399.235	32.857.477	34.154.957	392.968	180.119	688.283	360.681
Instrumentos de dívida	112.727.740	387.450.630	-	3.593.161	2.363.705	4.460.539	2.931.578
Instrumentos de capital	23.285.816	185.620.055	-	1.256.682	3.683.091	6.312.482	5.051.920
Outros	(20.049)	(318.112)	(174.828)	(43.055)	(53.486)	(93.521)	(68.720)
	160.392.742	605.610.050	33.980.129	5.199.756	6.173.429	11.367.783	8.275.459
Valores expressos em Euros							
Caixa e depósitos	2.897.634	3.902.128	4.056.216	46.669	21.391	81.740	42.834
Instrumentos de dívida	13.387.457	46.013.328	-	426.721	280.712	529.730	348.152
Instrumentos de capital	2.765.405	22.044.090	-	149.243	437.401	749.665	599.962
Outros	(2.381)	(37.779)	(20.762)	(5.113)	(6.352)	(11.106)	(8.161)
	19.048.115	71.921.767	4.035.454	617.520	733.152	1.350.029	982.787

Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 8,4204 Patacas macaenses.

	2015						
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities
Valores expressos em Patacas							
Caixa e depósitos	29.379.892	33.533.911	19.024.486	145.066	276.413	296.111	161.614
Instrumentos de dívida	119.581.696	341.211.575	-	2.911.298	2.197.092	3.913.697	2.426.652
Instrumentos de capital	13.880.493	150.483.532	-	951.536	3.295.957	5.971.497	4.373.318
Outros	(98.635)	(275.745)	(140.720)	(37.375)	(53.373)	(95.060)	(70.591)
	162.743.446	524.953.273	18.883.766	3.970.525	5.716.089	10.086.245	6.890.993
Valores expressos em Euros							
Caixa e depósitos	3.380.613	3.858.597	2.189.063	16.692	31.806	34.072	18.596
Instrumentos de dívida	13.759.731	39.261.691	-	334.990	252.810	450.332	279.224
Instrumentos de capital	1.597.166	17.315.467	-	109.489	379.251	687.113	503.218
Outros	(11.349)	(31.729)	(16.192)	(4.301)	(6.141)	(10.938)	(8.123)
	18.726.161	60.404.026	2.172.871	456.870	657.726	1.160.579	792.915

Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 8,6907 Patacas macaenses.

52. Eventos Subsequentes

Após a data da Demonstração da Posição Financeira não se registaram acontecimentos que afetem o valor dos ativos e passivos e divulgações das demonstrações financeiras do período.

**RELATÓRIO
E PARECERES
ÀS CONTAS
CONSOLIDADAS**

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Longrun Portugal, SGPS, S.A. (a "Sociedade"), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 15.932.127.322 euros e um total de capital próprio de 2.251.644.350 euros, incluindo um resultado líquido de 186.274.547 euros), a Demonstração de Resultados Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Longrun Portugal SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (a "ASF").

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISA") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Determinação das Provisões Matemáticas e Passivos Financeiros (Vida)

De acordo com as normas em vigor, os contratos do ramo vida sem risco de seguro significativo (sem participação nos resultados) e os contratos de seguro, cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro ("*unit linked*"), são classificados como contratos de investimento e contabilizados como Passivos Financeiros. Conforme detalhado na Nota 21 às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2016 estes contratos ascendiam a 8,293 milhões de euros ("m€"), representando cerca de 61% do total do Passivo, dos quais 7.780 m€ valorizados ao custo amortizado, que incluem, essencialmente, responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade anual até à sua maturidade.

Como evidenciado na Nota 20, as provisões matemáticas do ramo vida totalizavam 1.649 m€ (cerca de 12% do total do Passivo), das quais 1.405 m€ correspondem a produtos de capitalização com participação nos resultados, cuja responsabilidade é determinada tendo por base os prémios pagos capitalizados à taxa técnica garantida, deduzidos de taxas de gestão e eventuais resgates parciais efetuados e acrescidos das quantias distribuídas a título de participação nos resultados.



1. Determinação das Provisões Matemáticas e Passivos Financeiros (Vida)

A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco dos rendimentos futuros das carteiras de ativos subjacentes a estas responsabilidades poderem não ser suficientes para assegurar o cumprimento das taxas técnicas dos contratos.

- A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das provisões matemáticas (Vida) e Passivos Financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:
- Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Sociedade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das provisões matemáticas (Vida) e valorização dos Passivos Financeiros;
- Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção de cash flows, incluindo os pressupostos financeiros e demográficos subjacentes (quando aplicável), com especial atenção sobre as responsabilidades dos produtos com taxas garantidas;
- Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Sociedade para a determinação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguros do ramo vida e de contratos de investimento, incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no setor segurador.
- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões Matemáticas do Ramo Vida e Passivos Financeiros com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das normas de relato financeiro aplicáveis.

2. Determinação das Provisões para sinistros (Não Vida)

Conforme detalhado na Nota 20 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016 as Provisões para sinistros decorrentes de contratos de seguros não vida ascendiam a 1.624 m€ (12% do total do Passivo). Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade da Sociedade e das suas subsidiárias por ramo. Representam o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos de gestão de sinistros a incorrer com a sua regularização futura.

Nestas provisões são incluídas as estimativas das provisões para sinistros de longo prazo da modalidade de acidentes de trabalho, que requerem a fixação de pressupostos com recurso a julgamentos, designadamente ao nível da taxa de desconto, tábua de mortalidade e estimativa de despesas a incorrer (detalhe na alínea d) da Nota 2.17).

Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras consolidadas e que o processo para a sua determinação incorpora estimativas com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos as Provisões para sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das provisões para sinistros (Não Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Sociedade e suas subsidiárias (quando aplicável) e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das provisões para sinistros (Não Vida);

2. Determinação das Provisões para sinistros (Não Vida)

- Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a Provisões para sinistros (Não Vida) para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas;
- Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Sociedade e das suas subsidiárias (quando aplicável) para a determinação das responsabilidades com sinistros (Não Vida), incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e com o padrão histórico de pagamentos por ramo, e tendo por referência as especificidades dos produtos da Sociedade e suas subsidiárias, os requisitos regulamentares e as práticas no setor segurador;
- Realização por parte dos nossos especialistas em atuariado de testes de recálculo das provisões para sinistros para os ramos com maior peso no Passivo da Sociedade e das suas subsidiárias (quando aplicável), tendo por base metodologias atuariais reconhecidas no setor segurador, por forma a aferir sobre a sua suficiência. Adicionalmente, para a modalidade de Acidentes de Trabalho analisámos os pressupostos financeiros e demográficos utilizados nas estimativas das responsabilidades de longo prazo através da comparação com as práticas no setor segurador;
- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões para sinistros (Não Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das normas de relato financeiro aplicáveis.

3. Valorização dos Instrumentos financeiros ao justo valor

Conforme detalhado nas Notas 6, 7, 8 e 22, o Ativo e Passivo consolidados incluem instrumentos financeiros valorizados ao justo valor no montante de 9.871 m€ e 29 m€, respetivamente, os quais representam cerca de 62% do total do Ativo consolidado e 0,2% do total do Passivo consolidado.

A determinação do valor justo dos instrumentos financeiros foi prioritariamente baseada em cotações em mercados ativos. No caso dos instrumentos com reduzida liquidez nesses mercados foram utilizados modelos de avaliação e outras informações que envolvem julgamentos, tais como informação disponibilizada por entidades especializadas, pressupostos observáveis e não observáveis no mercado e outras estimativas. Os valores totais de instrumentos nestas circunstâncias, reconhecidos no ativo e passivo consolidado da Sociedade, ascendem a cerca de 2.612 m€ (16% do ativo) e 12m€ (0,1% do passivo), respetivamente, os quais foram classificados na hierarquia de justo valor prevista no referencial contabilístico, como “nível 2” e “nível 3” (Nota 47).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em diferentes estimativas do justo valor dos instrumentos financeiros.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Sociedade e suas subsidiárias e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor;
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras consolidadas relativas a instrumentos financeiros e recálculo do justo valor os instrumentos financeiros por comparação das cotações utilizadas pela Sociedade e suas subsidiárias (quando aplicável) com as observadas em fontes de informação externas;

3. Valorização dos Instrumentos financeiros ao justo valor

- ▶ Análise das metodologias e pressupostos utilizados pela Sociedade e suas subsidiárias na determinação do justo valor, tendo por referência as especificidades da sua política de investimentos, os requisitos regulamentares e as práticas no setor;
- ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações sobre Instrumentos Financeiros ao justo valor nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das normas de relato financeiro aplicáveis.

4. Testes de imparidade sobre o *Goodwill*

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 incluem na sua demonstração da posição financeira e mais detalhadamente divulgado na Nota 14, *Goodwill* decorrente dos investimentos em subsidiárias no montante de 446 m€, representando cerca de 3% do ativo consolidado.

Em conformidade com o referencial contabilístico, o *Goodwill* deve ser objeto de testes anuais com o objetivo de identificar eventuais perdas por imparidade. Esta avaliação de imparidade é um processo que requer julgamentos e baseia-se em pressupostos quanto às condições económicas no mercado e financeiras dos emitentes (tais como taxas de desconto, inflação, taxas de crescimento/margens de lucro e projeções de informação financeira prospetiva, entre outras).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em estimativas diferentes de perdas por imparidade.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização do *Goodwill* incluiu uma resposta específica através da realização dos seguintes procedimentos:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de avaliação de perdas por imparidade no *Goodwill*;
- ▶ Avaliámos os pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pela Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios;
- ▶ Analisámos a consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparamo-los com dados externos. Validámos os cálculos aritméticos dos modelos utilizados;
- ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações sobre o *Goodwill* nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das normas de relato financeiro aplicáveis.

5. Determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros

A demonstração de resultados da Sociedade, em 31 de dezembro de 2016, inclui perdas por imparidade associadas a instrumentos financeiros detidos, classificados como "Ativos financeiros disponíveis para venda", no montante de 190 m€ (detalhe divulgado na Nota 41).

Em conformidade com o referencial contabilístico e a política de investimentos definida internamente, a qual se encontra descrita na Nota 2.6, alínea d), a Sociedade e suas subsidiárias reconhecem perdas por imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda tendo por base indícios de imparidade tais

5. Determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros

como, entre outros, evidências de dificuldades financeiras dos emitentes ou um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado dos ativos financeiros abaixo do preço de custo.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado à determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros, uma vez que se baseiam em pressupostos tendo em conta os indícios de imparidade observáveis em cada momento, com base na informação disponível, sendo que o recurso a diferentes pressupostos ou obtenção de informação adicional poderá resultar em estimativas diferentes das perdas por imparidade.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes no processo de valorização dos instrumentos financeiros e reconhecimento de perdas por imparidade da Sociedade e suas subsidiárias (quando aplicável);
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras consolidadas relativas a ativos financeiros e recálculo por amostragem das perdas por imparidade;
- Análise da política/metodologia de reconhecimento de perdas por imparidade da Sociedade e suas subsidiárias, tendo por base o referencial contabilístico e as práticas de mercado;
- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre o reconhecimento de perdas por imparidade nos ativos financeiros com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das normas de relato financeiro aplicáveis.

6. Processo de valorização dos investimentos em imóveis

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2016 incluem no seu ativo e mais detalhadamente divulgado na nota 10 às demonstrações financeiras, imóveis registados ao justo valor, classificados como uso próprio e rendimento, no montante líquido de 429 m€ e 1.757 m€, respetivamente, os quais representam no total de cerca de 14% do ativo consolidado da Sociedade.

As avaliações imobiliárias tiveram por base os métodos divulgados na Nota 10 às demonstrações financeiras consolidadas e pressupostos para os quais a evolução da conjuntura económica e financeira e a capacidade do mercado em transacionar a oferta disponível são determinantes.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras consolidadas e o risco de julgamento inerente nos pressupostos utilizados nas avaliações realizadas pelos peritos externos.

A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes no processo de valorização dos investimentos em imóveis;
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas de imóveis incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas;
- Análise dos relatórios de avaliação elaborados pelos peritos independentes, aferindo a adequação dos métodos de avaliação utilizados e razoabilidade dos pressupostos assumidos;

6. Processo de valorização dos investimentos em imóveis

- ▶ Análise comparativa de valor e pressupostos das avaliações no exercício com os relatórios de avaliação realizados em anos anteriores e comparação dos preços utilizados com informação de referência no mercado;
- ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações sobre imóveis nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das normas de relato financeiro aplicáveis.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Sociedade e suas subsidiárias de se manterem em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira consolidada da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade e suas subsidiárias;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Sociedade;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade e suas subsidiárias para darem continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso

essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade ou as suas subsidiárias descontinuem as suas atividades;

- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade e suas subsidiárias, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Sociedade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de setembro de 2014 para a revisão legal das contas para o mandato compreendido entre 2014 e 2016.
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade nesta data.
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Sociedade durante a realização da auditoria.
- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Sociedade e suas subsidiárias os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
 - Procedimentos previstos no Anexo I da Norma Regulamentar N.º 5/2016-R, de 12 de maio, da ASF, para emissão do Relatório de Conclusões Factuais nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da mesma Norma (realizados para a Longrun Portugal SGPS, S.A., Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros de Saúde, S.A., Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. e Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.);
 - Formação profissional sobre as Normas Internacionais de relato financeiro aos colaboradores da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.;



Longrun Portugal, SGPS, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2016

- o Procedimentos acordados para revisão de informação técnica e financeira intercalar da Universal Seguros, S.A.;
- o Exame simplificado às demonstrações financeiras da Luz Saúde, S.A. com referência a 30 de junho de 2016;
- o Verificação do programa de monitorização e avaliação de resultados de natureza assistencial à SGHL - Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A..

Lisboa, 12 de maio de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC nº 1230
Registada na CMVM com o nº 20160841

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2016

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

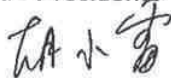
Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 16 de maio de 2017.

O CONSELHO FISCAL,

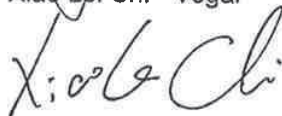
Xiaolei Hu - Presidente



Lijun Shao - Vogal



Xiao Lei Chi - Vogal



**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2016**

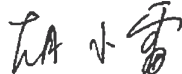
Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas consolidadas e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 16 de maio de 2017.

O CONSELHO FISCAL,

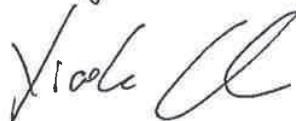
Xiaolei Hu - Presidente



Lijun Shao - Vogal



Xiao Lei Chi - Vogal



**RELATÓRIO DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO
CONTAS
INDIVIDUAIS**

1

ÓRGÃOS SOCIAIS

2

**A LONGRUN PORTUGAL,
SGPS, S.A.**

Sobre a Longrun Portugal,
SGPS, S.A.
Análise Financeira

3

PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

Evolução Macroeconómica
Perspetivas para o Mercado
Segurador em 2017

4

**PROPOSTA DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS**

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

Conselho de Administração

Presidente	Guoqi Ding
Vogais	Xuetang Qin

Conselho Fiscal

Presidente	Xiaolei HU
Vogais	Lijun SHAO Xiao Lei CHI
Suplente	Pei YU

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.,
representada por
Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC

**A LONGRUN
PORTUGAL,
SGPS, S.A.**

a. Sobre a Longrun Portugal, SGPS, S.A.

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Doravante "Longrun" ou "Sociedade") é uma sociedade gestora de participações no setor segurador, estando a sua atividade circunscrita à gestão das participações detidas nas Companhias de Seguros Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Multicare – Seguros de Saúde, S.A. e Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. (84,99%, 80% e 80%, respetivamente).

Através destas Companhias, a Longrun detém indiretamente participações estratégicas em diversas Companhias de Seguros (nacionais e internacionais), em empresas de prestações de serviços conexos com a atividade seguradora e de serviços na área da saúde.

Estas participações seguem uma lógica de integração vertical no setor segurador e enquadram-se na estratégia de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor.

b. Análise Financeira

O Ativo Líquido da Longrun Portugal SGPS, S.A. situou-se em 1.660 milhões de euros, correspondente sobretudo ao valor das participações societárias anteriormente mencionadas.

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. obteve um resultado estatutário individual negativo de 21.017 euros.

PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

a. Evolução Macroeconómica

Em 2016, a economia portuguesa continuou a evidenciar alguns dos traços fundamentais que têm caracterizado a recuperação económica em curso desde 2013, apesar do ritmo de crescimento da economia ser inferior ao verificado em anteriores ciclos económicos.

Neste sentido, registou-se uma desaceleração do crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,6% em 2015 para 1,2% em 2016, valor inferior ao estimado pelo BCE para a área do euro (1,7%), refletindo sobretudo a contração do Investimento (-1,7%), em particular nas suas componentes pública e residencial.

Por outro lado, a taxa de desemprego evoluiu favoravelmente, ao registar um decréscimo de 1,3pp face a 2015, para 11,1%, tendo beneficiado do dinamismo de algumas atividades, nomeadamente as ligadas à área do turismo.

As projeções disponíveis para 2017 apontam para a manutenção das tendências acima indicadas, embora com um maior crescimento do PIB (1,4%), refletindo um maior dinamismo do investimento (crescimento esperado de 4,4%). Por outro lado, deverá verificar-se uma moderação do consumo privado que deverá apresentar um crescimento (1,3%) ligeiramente inferior ao do PIB, decorrente do menor contributo do consumo de bens duradouros.

Relativamente à taxa de desemprego, projeta-se uma nova redução para 10,1% continuando a economia a beneficiar do dinamismo das exportações, em particular no setor do turismo.

Finalmente, embora o padrão de crescimento projetado apresente um conjunto de características que traduzem uma recuperação mais sustentada da economia portuguesa, persistem, contudo, vários constrangimentos estruturais ao crescimento, nomeadamente o elevado endividamento dos setores público e privado, uma evolução demográfica adversa e um elevado nível de desemprego de longa duração.

b. Perspetivas para o Mercado Segurador em 2017

Dado que as participações detidas pela Longrun são de empresas seguradoras, importa fazer uma referência às perspetivas de evolução desta área de atividade.

O mercado segurador deve ser analisado de forma independente em dois grandes segmentos de negócio, os ramos Vida, fortemente influenciados pelo comportamento dos produtos financeiros, e os ramos Não Vida, cuja evolução está intimamente ligada à atividade económica.

Em 2016, a vertente associada aos produtos financeiros evidenciou um decréscimo de 23%, refletindo a persistência de baixas taxas de juro (desincentivadoras da poupança de longo prazo) e a concorrência dos novos produtos de captação de poupança lançados pelo Estado.

Por outro lado, o segmento Não Vida intensificou o seu crescimento para 5,0% em 2016, registando inclusivamente a maior taxa de crescimento anual desde 2003, sendo os ramos de Doença (9,6%) e de Acidentes de Trabalho (12,2%) os principais impulsionadores destes resultados.

Para o ano de 2017 é expectável a manutenção da trajetória de diminuição da produção na área do Vida Financeiro que já caracterizou os dois anos anteriores, refletindo o contexto de baixas taxas de juro, a pressão da concorrência por parte dos produtos financeiros do Estado e o novo quadro regulatório em vigor que, em termos de solvência, é penalizador para este tipo de produtos.

Relativamente aos ramos Não Vida, a tendência mantém-se de crescimento, em linha com a evolução expectável da economia portuguesa, beneficiando ainda alguns ramos de maior dinamismo, nomeadamente, a Saúde e os Acidentes Pessoais.

Os ramos Não Vida deverá também beneficiar do aumento de ramos mais ligados à atividade empresarial (Acidentes de Trabalho, Multiriscos e Responsabilidade Civil), refletindo a evolução esperada para o investimento e para a taxa de desemprego.

Em suma, 2017 será certamente um ano desafiante, em que se espera que a conjuntura de crescimento moderado da economia e a pressão da concorrência continuem a condicionar a evolução do segmento não Vida e em que a dimensão global dos ramos Vida, em particular devido à regressão do vida financeiro deverá continuar a reduzir-se.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido individual do exercício de 2016 ascendeu a € -21 016,71.

De acordo com o disposto no Código das Sociedades, o Conselho de Administração vem propor a seguinte aplicação:

Resultados Transitados	€ -21 016,71
------------------------	--------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o presente relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da empresa, salientando o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho.

Lisboa, 5 de maio de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lan KANG – Presidente
Wai Lam William MAK – Vogal

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS**

Demonstração da Posição Financeira Separada em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

ATIVO	Notas	2016		2015	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos		Valor líquido
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3	28.084	-	28.084	28.245
Investimentos em subsidiárias	4	1.598.784.859	-	1.598.784.859	1.598.784.859
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		61.608.156	-	61.608.156	2.912
Contas a receber por outras operações	5	61.608.156	-	61.608.156	2.912
Ativos por impostos		45.552	-	45.552	45.552
Ativos por impostos diferidos	6	45.552	-	45.552	45.552
TOTAL ATIVO		1.660.466.651	-	1.660.466.651	1.598.861.568

Demonstração da Posição Financeira Separada em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2016	2015
PASSIVO			
Outros credores por operações de seguros e outras operações		4.714.113	71.093
Contas a pagar por outras operações	7	4.714.113	71.093
Passivos por impostos		57.096.234	-
Passivos por impostos correntes	6	57.096.234	-
Acréscimos e diferimentos	8	45.606	158.760
TOTAL PASSIVO		61.855.953	229.853
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	9	50.000	50.000
Outros instrumentos de capital		1.598.750.000	1.598.750.000
Outras reservas	10	3.040	3.040
Resultados transitados	10	(171.325)	-
Resultado do exercício	10	(21.017)	(171.325)
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		1.598.610.698	1.598.631.715
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		1.660.466.651	1.598.861.568

Demonstração dos Resultados Separada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2016	2015
Rendimentos		-	(148)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	13	-	(148)
Gastos financeiros		(27.540)	(216.178)
De outros	11	(27.540)	(216.178)
Outros rendimentos/gastos	14	936	(551)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		(26.604)	(216.877)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	6	5.587	-
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	6	-	45.552
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(21.017)	(171.325)

Demonstração das Variações no Capital Próprio Separada nos Exercícios de 2016 e 2015

(valores em euros)

	Notas	Capital social e outros instrumentos de capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		1.037.850.000	-	-	-	3.040	1.037.853.040
Aplicação do resultado	10	-	305	2.735	-	(3.040)	-
Prestações suplementares	9	560.950.000	-	-	-	-	560.950.000
Resultado líquido do exercício	10	-	-	-	-	(171.325)	(171.325)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		1.598.800.000	305	2.735	-	(171.325)	1.598.631.715
Aplicação do resultado	10	-	-	-	(171.325)	171.325	-
Resultado líquido do exercício	10	-	-	-	-	(21.017)	(21.017)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.598.800.000	305	2.735	(171.325)	(21.017)	1.598.610.698

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Separada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Pagamentos a fornecedores	(83.959)	(2.512)
Outros	935	(551)
	(83.024)	(3.063)
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por outras operações	(61.605.244)	(1.843)
	(61.605.244)	(1.843)
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Credores por outras operações	4.586.286	5.611
Outros passivos	57.101.821	(246)
	61.688.107	5.365
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	(161)	459
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	-	2.887
	(161)	3.346
Caixa líquida das atividades operacionais		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de		
Outros	-	148
	-	148
Concentrações de atividades empresariais		
Aquisição de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	(561.131.213)
	-	
Caixa líquida das atividades de investimento	-	(561.131.065)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Prestações suplementares	-	560.950.000
	-	560.950.000
Caixa líquida das atividades de financiamento		
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(161)	(178.016)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	28.245	206.260
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	28.084	28.245

**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS**

1. Nota Introdutória

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. ("Longrun" ou "Sociedade") com sede em Lisboa, no Largo de São Carlos, nº 3, foi constituída em 13 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Desde esta data, integra o Grupo Fosun International Holdings Ltd..

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas subsidiárias e associadas, que juntas formam o Grupo Longrun. As companhias de seguros do Grupo participadas pela Sociedade, direta e indirectamente, incluem a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade"), Via Directa – Companhia de Seguros, S.A. ("Via Directa"), Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. ("CPR"), Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. ("Garantia"), Universal Seguros, S.A. ("Universal"), Multicare – Seguros de Saúde, S.A. ("Multicare"), Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade Macau").

As demonstrações financeiras da Longrun em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de maio de 2017.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 10/2016-R, de 15 de setembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – "Contratos de seguros", relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2016, a Sociedade adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2016. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 2.7. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2016, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Sociedade efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

2.2. Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Sociedade exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Sociedade detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Sociedade constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

2.3. Impostos sobre lucros

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2015 e 2016 é respetivamente de 24,5% e 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

A Sociedade é tributada em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das subsidiárias que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC afeto às subsidiárias é registado no balanço individual da Longrun como um valor a receber ou a pagar às empresas subsidiárias. O imposto correspondente à atividade individual da Sociedade é refletido na demonstração dos resultados.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

A principal situação que origina diferenças temporárias ao nível da Sociedade corresponde aos prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.4. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.5. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito, que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2.6. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.2. Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Sociedade com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Sociedade considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

2.7. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

2.7.1. Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2016 a Sociedade adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. As alterações com relevância para a Empresa foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras - Disclosure Initiative (Emendas às Normas)	2406/2015	01-01-2016
IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016

2.7.2. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que Irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 15 - Rédito de Contratos com Clientes	1905/2016	01-01-2018

2.7.3. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 14 - Ativos Regulados	01-01-2016
IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa	01-01-2017
IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento	01-01-2017

Estas normas não foram ainda adotadas (endorsed) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional	28.084	28.245
	28.084	28.245

4. Investimentos em Subsidiárias

Os saldos dos investimentos em empresas subsidiárias em 2016 e 2015 apresentavam-se como segue:

(valores em euros)

	2016		2015	
	% Participação efetiva	Valor de balanço	% Participação efetiva	Valor de balanço
Valorizadas ao custo				
Instrumentos de Capital em empresas do Grupo				
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	84,99%	1.541.964.100	84,99%	1.541.964.100
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	39.420.236	80,00%	39.420.236
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	17.400.523	80,00%	17.400.523
		1.598.784.859		1.598.784.859

Os dados financeiros das principais empresas subsidiárias em 2016 e 2015 eram os seguintes:

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	2016					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	84,99%	14.674.807.178	12.834.840.242	1.839.966.936	100.420.503	3.168.274.008
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	146.484.583	81.406.861	65.077.722	6.803.404	229.760.314
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	69.479.389	41.068.025	28.411.364	1.925.076	48.582.840

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	2015					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	84,99%	14.217.045.038	12.446.347.244	1.770.697.794	207.862.217	2.226.166.634
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	130.656.784	73.412.739	57.244.045	8.370.408	202.213.318
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	60.430.268	34.825.110	25.605.158	7.868.906	47.985.840

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

As empresas subsidiárias são as seguintes:

A **Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.** é uma sociedade anónima tendo resultado da fusão por incorporação da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. ("Império Bonança") na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. ("Fidelidade Mundial"), conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. Esta operação foi autorizada pela ASF através da deliberação do seu Conselho Diretivo, de 23 de fevereiro de 2012. A Companhia tem como objetivo o exercício da atividade seguradora "Não Vida" e "Vida", nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A **Multicare – Seguros de Saúde, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Alexandre Herculano, nº 53, foi constituída em 9 de março de 2007, e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. A companhia é vocacionada para a gestão de seguros de saúde.

A **Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.** (ex Cares – Companhia de Seguros, S.A.), com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa nº 13 - 7º, foi constituída em 17 de março de 1995, com a denominação de Companhia de Seguros Tágus, S.A., e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. Em 2015, ocorreu a alteração da denominação e imagem da CARES – Companhia de Seguros, S.A. passando a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e atuando com a marca Fidelidade Assistance.

5. Outros Devedores por Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Contas a receber por outras operações		
Empresas do grupo	61.607.087	1.843
Outros	1.069	1.069
	61.608.156	2.912

6. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

(valores em euros)

	2016	2015
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar (Filiais)	(57.096.234)	-
	(57.096.234)	-
Ativos por impostos diferidos	45.552	45.552
	45.552	45.552
Total	(57.050.682)	45.552

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016	2015
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	(5.587)	-
	(5.587)	-

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser demonstrada como se segue:

(valores em euros)

	2016		2015	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		(26.604)		(216.877)
Imposto sobre o rendimento corrente - Prejuízo fiscal	21,00%	(5.588)	0,00%	-
Ativo por imposto diferido - Prejuízo fiscal	0,00%	-	21,00%	(45.552)
Taxa efetiva de impostos	21,00%	(5.588)	21,00%	(45.552)

Em 2016 a Sociedade apresentou prejuízos fiscais no montante de 26.604 Euros. Porém, não foi registado qualquer imposto diferido ativo, uma vez que no âmbito do RETGS este prejuízo fiscal é consumido no exercício de 2016 pelos lucros tributáveis gerados pelas restantes entidades integrantes do Grupo fiscal.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores.

Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos enquanto os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016 podem ser reportados por um período de 12 anos.

A Sociedade tem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 45.552 Euros referentes ao exercício de 2015, o qual poderá ser deduzido até ao exercício de 2027. Este prejuízo fiscal não poderá ser consumido no âmbito do Grupo fiscal, uma vez que foi gerado antes da constituição do mesmo. Assim, o prejuízo fiscal apenas poderá ser consumido na Longrun enquanto Sociedade individual.

7. Outros Credores por Outras Operações

Em 31 de dezembro 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Contas a pagar por outras operações		
Empresas do Grupo	4.657.380	9.593
Fornecedores conta corrente	56.733	61.500
	4.714.113	71.093

8. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Acréscimos de gastos		
Comissões a pagar	-	10
Auditoria	9.840	61.500
Outros	35.766	97.250
	45.606	158.760

9. Capital

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Longrun Portugal, SGPS, S.A., no montante de 50.000 Euros é integralmente detido pela Millennium Gain Limited.

Em 7 de janeiro de 2015 e 30 de novembro de 2015, através da ata da Assembleia Geral foram realizadas prestações suplementares, pelo acionista único, no montante total de 60.950.000 Euros e 500.000.000 Euros, respetivamente, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

10. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Outras reservas		
Reserva legal	305	305
Outras reservas	2.735	2.735
	3.040	3.040
Resultados transitados	(171.325)	-
Resultado do exercício	(21.017)	(171.325)
	(189.302)	(168.285)

Os montantes da reserva legal e outras reservas resultam da aplicação de resultados de 2014.

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que atinja 20% do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

11. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2016 e 2015, os custos de exploração incorridos pela Longrun apresentam a seguinte composição por natureza:

(valores em euros)

	2016	2015
Gastos com pessoal (Nota 12)	-	(1.593)
Fornecimentos e serviços externos		
Gastos com trabalho independente	-	62
Consultoria	92.250	92.250
Auditoria	123.000	123.000
Outros Trabalhos especializados	(187.791)	2.459
Outros	81	-
	27.540	216.178

Nos exercícios de 2016 e 2015, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016	2015
Conta não técnica		
Gastos financeiros	27.540	216.178
Total dos custos de exploração imputados	27.540	216.178

12. Gastos com o Pessoal

O detalhe dos gastos com o pessoal em 2016 e em 2015 é como segue:

(valores em euros)

	2016	2015
Encargos sobre remunerações	-	(1.593)
	-	(1.593)

Em 2015, foram anuladas estimativas para fazer face a encargos com Taxa Social Única (TSU), tendo em conta que os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade não são remunerados.

13. Rendimentos

Nos exercícios de 2016 e 2015, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Investimentos não afetos		
Depósitos à ordem em instituições de crédito	-	(148)
	-	(148)

14. Outros Rendimentos / Gastos

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Rendimentos e ganhos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis	3.420	1.447
	3.420	1.447
Gastos e perdas não correntes		
Outros gastos		
Insuficiência estimativa impostos	-	37
	-	37
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	-	(1)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1.834)	(1.447)
Serviços Bancários	(650)	(587)
	(2.484)	(2.035)
	936	(551)

15. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Sociedade, as empresas subsidiárias e associadas do Grupo Fosun e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos Órgãos de Gestão.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as demonstrações financeiras da Sociedade incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os Órgãos de Gestão.

2016

(valores em euros)

	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (2)	Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (2)	E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. (2)	Luz Saúde, S.A. (2)	Fidelidade - Property International, S.A. (2)	Caixa Geral de Depósitos, S.A. (5)
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	-	203
Investimentos em subsidiárias	1.541.964.100	39.420.236	17.400.523	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações	54.044.492	2.210.507	688.643	-	43.936	-	4.023.176	-
Passivo								
Contas a pagar por outras operações	151.113	-	-	840.682	-	481.180	-	-
Ganhos e Perdas								
Outros rendimentos/gastos	(149)	-	-	-	-	-	-	(356)

(continuação)

(valores em euros)

	GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A. (2)	Fidelidade Property Europe, S.A. (2)	Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. (2)	Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A. (2)	Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (2)	Fosun International Ltd (1)	Millennium Gain Ltd (1)	Total
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	-	203
Investimentos em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	1.598.784.859
Contas a receber por outras operações	104.053	-	7.893	78.131	406.258	-	-	61.607.087
Passivo								
Contas a pagar por outras operações	-	3.183.405	-	-	-	-	1.000	4.657.379
Ganhos e Perdas								
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	149	-	(356)

2015

(valores em euros)

	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (2)	Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Caixa Geral de Depósitos, S.A. (5)	Fosun International Ltd (1)	Total
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	78	-	78
Investimentos em subsidiárias	1.541.964.100	39.420.236	17.400.523	-	-	1.598.784.859
Contas a receber por outras operações	1.842	-	-	-	-	1.842
Passivo						
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	8.593	8.593
Ganhos e Perdas						
Outros rendimentos/gastos	149	-	-	(422)	(149)	(422)

As entidades relacionadas dividem-se nas seguintes categorias:

- (1) Empresa mãe;
- (2) Subsidiárias;
- (3) Associadas;
- (4) Empreendimentos conjuntos;
- (5) Outras partes relacionadas.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

Em 2016, não houve remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais.

Os honorários estimados da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativo ao exercício de 2016 ascendem a 67.500 Euros, dos quais 50.000 Euros relativos a serviços de auditoria e 17.500 Euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade.

16. Eventos Subsequentes

Após a data da Demonstração da Posição Financeira não se registaram acontecimentos que afetem o valor dos ativos e passivos e divulgações das demonstrações financeiras do período.

**RELATÓRIO
E PARECERES
ÀS CONTAS
INDIVIDUAIS**

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras separadas anexas da Longrun Portugal SGPS, S.A. (a "Sociedade"), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.660.466.651 euros e um total de capital próprio de 1.598.610.698 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 21.017 euros), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração das Variações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras separadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Longrun Portugal SGPS, S.A., em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (a "ASF").

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISA") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

Testes de imparidade em investimentos em subsidiárias

As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 incluem na Demonstração da Posição Financeira e mais detalhadamente divulgado na Nota 4, investimentos em subsidiárias, no montante de 1.599 m€, representando 96% do ativo.

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade pelo menos anualmente. Esta avaliação de imparidade é um processo que requer julgamentos e baseia-se em pressupostos quanto às condições económicas no mercado e financeiras dos emitentes (tais como taxas de crescimento/margens de lucro, projeções de informação financeira prospetiva e inflação, entre outras).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em estimativas diferentes de perdas por imparidade.

Testes de imparidade em investimentos em subsidiárias

A nossa abordagem ao risco de distorção material nos investimentos em subsidiárias incluiu uma resposta específica através da realização dos seguintes procedimentos:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de avaliação de perdas por imparidade nos referidos investimentos;
- ▶ Avaliámos os pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pelo Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de inflação, a taxa de crescimento/margens de lucro e projeções de informação financeira prospetiva;
- ▶ Analisámos a consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparamo-los com dados externos. Validámos os cálculos aritméticos dos modelos utilizados;
- ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações sobre investimentos em subsidiárias nas demonstrações financeiras com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas de Relato Financeiro aplicáveis.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

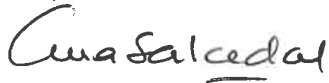
Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Sociedade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de setembro de 2014 para a revisão legal das contas para o mandato compreendido entre 2014 e 2016.
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade nesta data.

- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Sociedade durante a realização da auditoria.
- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Sociedade o serviço no âmbito dos procedimentos previstos no Anexo I da Norma Regulamentar N.º 5/2016-R, de 12 de maio, da ASF, para emissão do Relatório de Conclusões Factuais nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da mesma Norma.

Lisboa, 12 de maio de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC nº 1230
Registada na CMVM com o nº 20160841

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2016

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

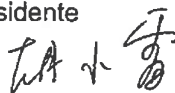
- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 16 de maio 2017.

O CONSELHO FISCAL,

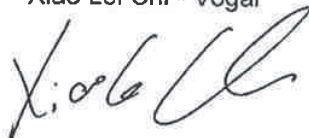
Xiaolei Hu - Presidente



Lijun Shao - Vogal



Xiao Lei Chi - Vogal



**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2016**

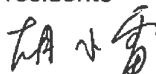
Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas individuais e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 16 de maio de 2017.

O CONSELHO FISCAL,

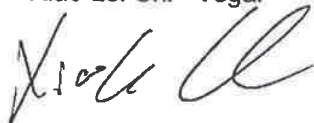
Xiaolei Hu - Presidente



Lijun Shao - Vogal



Xiao Lei Chi - Vogal



RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

INTRODUÇÃO

A LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A., (doravante “Sociedade”) elabora o seu Relatório do Governo da Sociedade de forma clara e transparente à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis, de modo a tornar públicos os princípios e normativos regulatórios no âmbito do Governo da Sociedade.

O presente Relatório do Governo da Sociedade respeitante ao exercício de 2016 foi elaborado em cumprimento do estabelecido no artigo 70º, n.º 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais e no ponto iv), alínea a) do n.º1 do artigo 32º da Norma Regulamentar N.º 8/2016 – R, de 16 de Agosto.

INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de Capital

O capital social da Sociedade, no montante de 50.000,00 euros, é representado por 50.000 ações nominativas, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas. Todas as ações conferem direitos idênticos e são fungíveis entre si.

2. Restrições à transmissibilidade das ações

As ações representativas do capital social da Sociedade são livremente transmissíveis.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não detinha quaisquer ações próprias.

4. Regime a que se encontra sujeita a renovação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Os estatutos da Sociedade não contemplam limitações ao número de votos suscetíveis de detenção ou exercício por um único acionista de forma individual ou concertada.

5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Não existem acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de votos da Sociedade.

II. Participações Sociais detidas

6. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que são titulares de participações qualificadas, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação

As participações qualificadas no capital social da Sociedade a 31 de dezembro de 2016, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação, encontram-se espelhadas no Quadro seguinte:

Acionista	N.º de Ações	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto	Fonte e Causas de Imputação
Millenium Gain Limited	50.000	100%	100%	Constituição

7. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Em 31 de dezembro de 2016, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham ações, nem obrigações da Sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. Assembleia Geral

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

8. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato

Não foi eleita mesa da Assembleia Geral para o mandato em curso.

b) Exercício do direito de voto

9. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Nos termos do artigo 8º dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral é constituída pelos acionistas presentes e representados nos termos da lei, sendo que a cada ação corresponde um voto.

10. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º1 do Artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários

Os Estatutos não contemplam qualquer percentagem máxima de direitos de votos que podem ser exercidos por um único acionista ou mesmo por acionista que com aquele se encontre em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

11. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias

A Assembleia Geral pode deliberar em primeira convocação, desde que estejam presentes ou representados os acionistas que detenham, pelo menos, três quartos do total das ações representativas do capital social, e em segunda convocação com qualquer que seja o número de acionistas presentes ou representados e o quantitativo do capital a que as respetivas ações correspondam.

II. Administração

Conselho de Administração

Composição

12. Identificação do modelo de governo adotado

A Sociedade adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração.

13. Regras estatutárias sobre nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração são preenchidas por cooptação até que a primeira Assembleia Geral sobre elas proveja definitivamente.

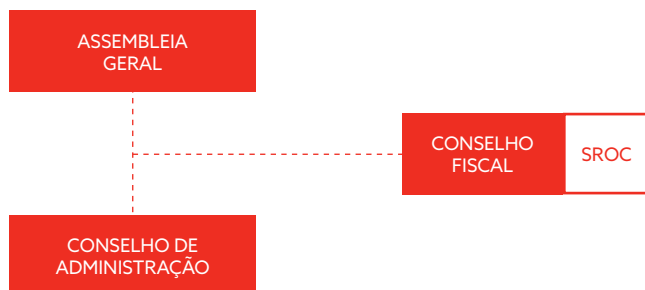
14. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da designação e duração do mandato de cada membro

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por entre dois a cinco membros, com o Presidente do Conselho de Administração designado pela Assembleia Geral. O mandato dos Administradores é de três anos civis, podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes, e contando-se como completo o ano civil em que forem designados.

A 31 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração é constituído por:

Membros do Conselho de Administração (CA)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato	Observações
Guoqi Ding	Presidente	13-02-2014	2014/2016	Executivo
Xuetang Qin	Vogal	13-02-2014	2014/2016	Executivo

O Quadro seguinte representa a estrutura de Governo Societário da Longrun durante o exercício de 2016:



Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA), enquanto órgão de governo da Sociedade, tem, nos termos do n.º 1 do artigo 13º dos Estatutos da Sociedade, os mais amplos poderes de administração e representação da Sociedade.

O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

III. Fiscalização

Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

Composição

15. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado

A fiscalização da Sociedade, nos termos do artigo 413º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, compete a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2014-2016.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

16. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do cargo de cada membro, data de nomeação e duração estatutária do mandato

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros efetivos e um suplente, com mandatos de três anos, renováveis, tendo a seguinte composição em 31 de dezembro de 2016:

Membros do Conselho Fiscal	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Xiaolei Hu	Presidente	26-09-2014	2014/2016
Lijun Shao	Vogal	26-09-2014	2014/2016
Xiao Lei Chi	Vogal	29-05-2015	2014/2016
Pei Yu	Suplente	26-09-2014	2014/2016

IV. Revisor Oficial de Contas

17. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

O Revisor Oficial de Contas é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada pela sua sócia Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC, n.º 1230, registada na CMVM com o n.º 20160841.

18. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou grupo

O Revisor Oficial de Contas foi designado a 26 de setembro de 2014 para exercer funções até ao final do triénio 2014/2016.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

19. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade

As alterações dos Estatutos da Sociedade regem-se pelo disposto na Lei em vigor.

II. Comunicação de irregularidades

20. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade

A Sociedade tem uma cultura de responsabilidade e de compliance, reconhecendo a importância do adequado enquadramento da comunicação e processamento de irregularidades como instrumento de boa prática societária e implementa os meios adequados de receção, tratamento e arquivo das comunicações de irregularidades, alegadamente cometidas por membros dos órgãos sociais e por colaboradores da Sociedade ou das sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

São consideradas como irregularidades os atos e omissões, dolosas ou negligentes, relacionados com a administração, a organização contabilística e a fiscalização interna da Sociedade que, de forma grave, sejam suscetíveis nomeadamente de:

- a) Violar a lei, os regulamentos e outros normativos em vigor;
- b) Colocar em causa o património dos clientes, dos acionistas e da Sociedade;
- c) Causar dano reputacional à Sociedade ou a sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

Podem comunicar irregularidades, os colaboradores, mandatários, comissários ou quaisquer outras pessoas que prestem serviços a título permanente ou ocasional na Sociedade ou em qualquer entidade do Grupo, os acionistas e quaisquer outras pessoas.

III. Controlo interno e gestão de riscos

21. Órgãos responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A Longrun sendo uma sociedade gestora de participações no setor dos seguros, não exerce a atividade seguradora ou resseguradora, estando a sua atividade circunscrita à gestão das participações detidas nas empresas de seguros Fidelidade – Companhia de Seguros, SA, Multicare – Seguros de Saúde, S.A. e Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A..

Sendo a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. a empresa mais representativa do Grupo, são aí definidos os requisitos de governação aplicados ao Grupo segurador.

Nestes termos, estão definidas funções-chave transversais ao Grupo, de gestão de riscos, auditoria interna, atuariado e compliance, no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, que são asseguradas pela Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria Interna e Gabinete de Compliance.

O Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva Solvência II, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016.

As alterações introduzidas com este novo regime foram significativas e abrangentes, quer ao nível da avaliação e gestão dos riscos, quer ao nível do sistema de governação, quer ainda ao nível das exigências de reporte.

No contexto da fase de preparação para a sua aplicação, que decorreu desde 1 de janeiro de 2014, foi desenvolvido um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos.

A implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, foi sempre entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade do Grupo Segurador.

Relativamente ao sistema de governação o Grupo Fidelidade, encabeçado pela Longrun, possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade.

Relativamente às exigências de reporte previstas no novo regime de solvência, a Longrun, no âmbito da informação de abertura, com data de referência a 1 de janeiro de 2016, remeteu a informação anual incorporada nos mapas de reporte quantitativo (Quantitative Report Templates – QRT), bem como a respetiva informação qualitativa, as quais foram sujeitas a certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável, nos termos da regulamentação emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”), designadamente a Norma Regulamentar N.º 5/2016 –R, de 12 de Maio.

Também durante o ano de 2016, foi iniciado o reporte trimestral quantitativo em regime Solvência II.

Em relação à autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), a Sociedade efetuou o respetivo exercício anual, tendo reportado à ASF os seus resultados através do envio do respetivo relatório de supervisão.

Desta forma, as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do regime solvência II, bem como as atividades, ainda em curso, destinadas à sua consolidação, colocam a Longrun num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

22. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

Para além das áreas que exercem funções-chave transversais ao Grupo no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, têm sido implementadas e reforçadas, para além da área jurídica, diversas funções corporativas no Grupo Fidelidade, das quais se destacam as áreas de sistemas de informação, planeamento e controlo, contabilidade e investimento.

Este modelo de governação, associado ao fato dos processos de gestão do risco operacional e de controlo interno implementados, proporcionam a disseminação, por todas as Companhias, de uma cultura de gestão de risco, permite que a entidade relevante ao nível do Grupo dirija adequadamente os sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tanto a nível individual como do grupo, dispondo de apropriadas linhas de reporte e procedimentos de prestação de informação.

23. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da atividade

Remete-se, neste ponto, para a informação facultada no Relatório de Gestão 2016, em particular nas Notas às Demonstrações Financeiras.

IV. Sítio de Internet

24. Endereço(s)

A Sociedade não dispõe de sítio na Internet.

25. Local onde se encontra informação sobre a Sociedade, órgãos sociais e documentos de prestação de contas

A informação sobre a Sociedade, sobre os órgãos sociais e os documentos de prestação de contas encontra-se disponível na Sede da Sociedade.

26. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais estão disponíveis na Sede da Sociedade.

27. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

As convocatórias para as reuniões da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada estão disponíveis na Sede da Sociedade.

28. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes, estão disponíveis na Sede da Sociedade.

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

29. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da Sociedade

A fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais cabe à Assembleia Geral, não tendo sido constituída na Sociedade uma Comissão de Remunerações.

II. Estrutura das remunerações

30. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados pelo exercício das suas funções.

A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, caso venha a existir, no futuro, será fixada tendo como referência as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como os princípios orientadores da política de fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo.

Em face do exposto, dispensa-se de fazer a avaliação sobre o grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do então Instituto de Seguros de Portugal, agora Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, em matéria de política de remuneração.

III. Divulgação das remunerações

31. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que deram origem

Os membros do Conselho de Administração não exercem funções de forma remunerada.

32. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não houve nenhum administrador a cessar funções durante o exercício.

33. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade, para efeitos da lei n.º 28/2009, de 19 de junho

Os membros do Conselho Fiscal não exercem funções de forma remunerada.

34. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

Tal como indicado supra não existe mesa da Assembleia Geral eleita.

IV. Acordos com implicações remuneratórias

35. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade (artigo 245.º-A, n.º1, AL. L)

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do Órgão de Administração que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

V. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (stock options)

36. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

Não existem planos com estas características.

37. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações (stock options) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não existem direitos de opção atribuídos para aquisição de ações de que sejam beneficiários trabalhadores.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

38. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

A Sociedade adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

39. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

40. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objeto de apreciação e de deliberação do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Sociedade, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

II. Elementos relativos às transações

41. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se nas demonstrações financeiras.

